

Suélen Cristina Benincá

**O FATOR HÍDRICO NO CONFLITO DA SÍRIA:
ANÁLISE DA REGULAÇÃO DAS ÁGUAS
TRANSFRONTEIRIÇAS DA BACIA DO TIGRE E
EUFRATES E DA UTILIZAÇÃO DA ÁGUA COMO
ARMA NO CONFLITO**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Mestre em Direito.

Orientadora: Profa. Dra. Cristiane Derani.

Florianópolis
2019

**Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca
Universitária da UFSC.**

Benincá, Suélen Cristina

O fator hídrico no conflito da Síria : análise da regulação das águas transfronteiriças da Bacia do Tigre e Eufrates e da utilização da água como arma no conflito / Suélen Cristina Benincá ; orientadora, Cristiane Derani, 2019.
273 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito, Florianópolis, 2019.

Inclui referências.

1. Direito. 2. Escassez hídrica. 3. Conflito na Síria. 4. ONU. I. Derani, Cristiane. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Direito. III. Título.

**O FATOR HÍDRICO NO CONFLITO DA SÍRIA: ANÁLISE DA
REGULAÇÃO DAS ÁGUAS TRANSFRONTEIRIÇAS DA
BACIA DO TIGRE E EUFRATES E DA UTILIZAÇÃO DA
ÁGUA COMO ARMA NO CONFLITO**

SUÉLEN CRISTINA BENINCÁ

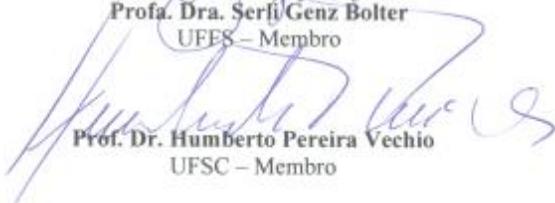
Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pelos demais membros da Banca Examinadora, composta pelos seguintes membros:



Prof. Dra. Cristiane Derani
UFSC – Orientadora



Prof. Dra. Serli Genz Bolter
UFES – Membro



Prof. Dr. Humberto Pereira Vechio
UFSC – Membro



Prof. Arno Dal Ri Júnior, Ph.D.
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito

Florianópolis, 06 de março de 2019.

Prof. Arno Dal Ri Jr., Ph.D
Coordenador
Programa de Pós-Graduação em Direito
Port. nº 755/GR/2017

Àqueles que estão longe e,
aos sempre próximos.

RESUMO

O conflito iniciado na Síria em 2011 é resultado de fatores complexos e inter-relacionados. Esse trabalho tem como objetivo analisar o fator hídrico, direta e indiretamente, ligado ao conflito da Síria e o posicionamento das Nações Unidas no que se refere ao papel que desempenhou a água no conflito. Para isto, parte-se do problema: o quadro regulatório das águas transfronteiriças da bacia do Tigre e Eufrates e o uso destas águas como arma tiveram influência no conflito na Síria? A resposta é buscada nas resoluções da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas. No capítulo I é realizada uma breve abordagem sobre a relação água e conflito. No capítulo II, são verificados os acordos referentes ao compartilhamento das águas transfronteiriças da Bacia do Tigre e Eufrates pelos países ribeirinhos, bem como seu uso e gestão. No capítulo III é verificada a influência da escassez hídrica no conflito da Síria, de maneira indireta, através do painel migratório e alimentar no país, e de maneira direta, através da utilização da água como arma no conflito. No capítulo IV é analisada a opinião emanada pela Organização das Nações Unidas nas resoluções da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança (período de 2011 a 2018), referente à utilização da água como arma dentro do conflito e aos acordos de águas transfronteiriças na região. Para elaboração desta pesquisa, foi utilizado o método de abordagem indutivo e a técnica de pesquisa documental indireta, com fontes primárias e secundárias. Examinando o tema proposto, concluiu-se que a Organização das Nações Unidas reconhece e condena em suas resoluções a utilização da água como arma durante o conflito, os ataques à sua infraestrutura, a militarização dos pontos de abastecimento de água e o corte de acesso à população. A Organização não se posiciona sobre a regulação das águas da Bacia do Tigre e Eufrates e sua influência no conflito, mas discute em diversas resoluções o incentivo ao estabelecimento

de acordos transfronteiriços e a referência de que a escassez ambiental pode ser propulsora de conflitos.

Palavras-chave: Escassez hídrica; Conflito na Síria; ONU.

ABSTRACT

The conflict in Syria in 2011 is a result of complex and interrelated factors. The objective of this work is to analyze the water factor, directly and indirectly, related to the Syrian conflict and the position of the United Nations regarding the role played by water in the conflict. To this end, research started from the following question: did the regulatory framework for the transboundary waters of the Tigris and Euphrates basin and the use of these waters as a weapon influenced the conflict in Syria? The answer is sought in the resolutions of the General Assembly and the Security Council of the United Nations. Chapter I provides a brief overview of the relationship between water and conflict. In Chapter II, the agreements concerning the sharing of the transboundary waters of the Tigris Basin and Euphrates by the riparian countries, as well as their use and management, are verified. In Chapter III, the influence of water scarcity on the Syrian conflict is indirectly verified through the migratory and food panel in the country, and directly through the use of water as a weapon in the conflict. Chapter IV analyzes the views of the United Nations in General Assembly and Security Council resolutions (from 2011 to 2018) on the use of water as a weapon within the conflict and on cross-border water agreements in the region. For the making of this research, we used the method of inductive approach and the technique of indirect documentary research, with primary and secondary sources. In examining the proposed topic, it was concluded that the United Nations recognizes and condemns in its resolutions the use of water as a weapon during the conflict, attacks on its infrastructure, the

militarization of water points and cutting the access to water to the population. The Organization does not give its opinion on the regulation of the Tigris and Euphrates Basin waters and their influence on the conflict, but discusses in several resolutions the incentive to establish agreements and the reference that environmental scarcity can be a propeller of conflicts.

Keywords: Water scarcity; Conflict in Syria; UN.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Média anual das séries temporais de anomalia de descarga do rio Eufrates (1937-2010).....	107
Figura 2 - Variações no armazenamento de água em relação à média na bacia do Tigre-Eufrates.....	109
Figura 3 – População da Síria.....	116
Figura 4 - Seca consecutiva no período de 10 anos.....	119
Figura 5 - Tendência de temperatura a longo prazo no Crescente Fértil.....	120

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CIJ – Corte Internacional de Justiça
CCN - Comitê de Coordenação Nacional
CNS - Conselho Nacional Sírio
DIH – Direito Internacional Humanitário
DIDH – Direito Internacional dos Direitos Humanos
DIA – Direito Internacional Ambiental
ELS - Exército Livre Sírio
FAN - Frente al-Nusra
GAP - Projeto do Sudeste da Anatólia
ILA – International Law Association
ISIS - Estado Islâmico da Síria e do Iraque
JTC - Comitê Técnico Conjunto
ONU – Organização das Nações Unidas
PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
SIPRI - Instituto Internacional de Pesquisas para a Paz
TPI – Tribunal Penal Internacional
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNSMIS - Missão de Supervisão das Nações Unidas na Síria

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. ESCASSEZ HÍDRICA E CONFLITO	19
1.1 Escassez hídrica e segurança humana	29
1.2 Proteção jurídica da água em conflitos armados	33
1.3 Segurança Hídrica e Regulação das águas transfronteiriças.....	40
2. REGULAÇÃO E USO DAS ÁGUAS TRANSFRONTEIRIÇAS DA BACIA DO TIGRE E EUFRATES.....	50
2.1 Contexto histórico da região.....	50
2.2 A bacia do Tigre e Eufrates.....	54
2.3 Regulação e uso das águas transfronteiriças da Bacia do Tigre e Eufrates.....	59
2.3.1 Acordos referentes ao uso e gestão das águas.....	59
2.3.2 Planos econômicos para o uso da água.....	79
2.3.2.1 Planos econômicos de uso da água na Turquia.....	79
2.3.2.2 Planos econômicos de uso da água no Iraque.....	85
2.3.2.3 Planos econômicos de uso da água na Síria.....	91
2.4 Esgotamento da água da Bacia do Tigre e Eufrates e alterações climáticas.....	103
3. A INFLUÊNCIA DA ESCASSEZ HÍDRICA NO CONFLITO NA SÍRIA.....	126
3.1 Crescente (in)fértil.....	127
3.2 Ausência de subsídios estatais.....	135
3.3 Migrações e sobrecarga urbana	141
3.4 O conflito nas resoluções da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança e o uso da água como arma de guerra.....	149

4. RESOLUÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE A UTILIZAÇÃO DA ÁGUA COMO ARMA E ACORDOS TRANSFRONTEIRIÇOS.....188

4.1 Resoluções do Conselho de Segurança e da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre a utilização da água como arma na Síria.....188

4.2 Resoluções do Conselho de Segurança e da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre cooperação nos cursos de água transfronteiriças, degradação ambiental e conflito.....220

REFERÊNCIAS.....232

INTRODUÇÃO

O conflito Sírio, iniciado em 2011, é resultado de fatores complexos e inter-relacionados, que incluem a geopolítica de recursos naturais, tensões religiosas e sociopolíticas, a erosão da economia do país, uma onda de reformas políticas ocorridas no Oriente Médio e no Norte da África (MENA) e o uso e disponibilidade de água doce¹.

Esta região do Oriente Médio, que ficou conhecida como o Crescente Fértil, é o lugar onde os seres humanos se estabeleceram há cerca de 10 milênios, sustentados por dois rios poderosos, o Eufrates e o Tigre, que irrigaram a planície mesopotâmica por mais de seis mil anos. Nas fronteiras políticas atuais, estes rios têm seu começo no Estado da Turquia, seguindo seu caminho através da Síria e, fluindo pelo Iraque, onde compõem a fonte de sobrevivência das populações dos três países.

Este local, protagonizou o mais antigo conflito relacionado à água que se tem registro, há mais de 4500 anos atrás, quando uma disputa sobre o acesso a água de irrigação

¹ GLEICK, Peter. Water, drought, climate change, and conflict in Syria, Pacific Institute, 2014, pg. 336. Disponível em: <https://journals.ametsoc.org/doi/10.1175/WCAS-D-13-00059.1>. Acesso em 28/04/2018.

levou Rei Urlama da cidade-estado de Lagash a cortar o abastecimento de água da cidade vizinha, Umma.²

Atravessando o tempo, a relação entre água, meio ambiente e conflito volta a compor este cenário e vem ganhando, nos últimos anos, a atenção de pesquisadores e das Nações Unidas.

O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) constatou que, nos últimos 60 anos, pelo menos 40% de todos os conflitos internos foram ligados à exploração de recursos naturais, sejam recursos de alto valor como diamantes, madeira, ouro e petróleo ou recursos escassos, como terra fértil e água³.

As Nações Unidas afirmam que é importante garantir que a ação sobre o meio ambiente faça parte das estratégias de prevenção de conflitos, manutenção da paz e consolidação da paz – “porque não pode haver paz duradoura se os recursos naturais que sustentam os meios de subsistência e os ecossistemas estiverem destruídos”⁴.

² GLEICK, Peter. Water, drought, climate change, and conflict in Syria, Pacific Institute, 2014, pg. 336. Disponível em: <https://journals.ametsoc.org/doi/10.1175/WCAS-D-13-00059.1>. Acesso em 28/04/2018.

³ UNITED NATIONS. International Day for Preventing the Exploitation of the Environment in War and Armed Conflict. Disponível em: http://www.un.org/en/events/environmentconflictday/?fbclid=IwAR26hs4FLY_va6FpynjAR5U. Acesso em 30/07/2018.

⁴ UNITED NATIONS. International Day for Preventing the Exploitation of the Environment in War and Armed Conflict. Disponível em:

Nos últimos anos tem se observado um aumento na violência relacionada à água em todo o mundo. O *Pacific Institut* iniciou um projeto no final da década de 1980 para rastrear e categorizar eventos que relacionavam a água aos conflitos, e hoje tem-se um registro de 399 conflitos envolvendo questões hídricas, até o ano de 2017⁵. Sejam disputas diretas pelo seu controle ou seu uso como estratégia militar.

Algumas experiências sugerem que os conflitos ocorrem mais frequentemente em níveis locais e regionais e em países em desenvolvimento, onde os recursos de propriedade comum podem ser críticos para a sobrevivência e dificilmente substituíveis.⁶

Pensando no crescimento destes problemas, em 2015 foi iniciado por um grupo de 15 países membros da ONU, o Painel de Alto Nível sobre Água e Paz em resposta às crescentes preocupações sobre as ameaças relacionadas à água, como ausência de acordos transfronteiriços, aumento das demandas por alimentos e energia e ataques a recursos hídricos e infra-

http://www.un.org/en/events/environmentconflictday/?fbclid=IwAR26hs4FLY_va6FpynjAR5U. Acesso em 30/07/2018.

⁵ WATER AND CONFLICT, Pacific Institut. Disponível em: <http://www2.worldwater.org/conflict/list/>. Acesso 15 de março de 2018.

⁶ HOLDREN, John P. Crossing Borders: Resource Flows, the Global Environment, and International Security, *Bulletin of Peace Proposals*, vol. 21, n° 2, 1990, pg. 121-133.

estrutura em conflitos armados⁷. O painel foi lançado em Genebra, na Suíça, aproximadamente um ano antes de o Conselho de Segurança da ONU realizar seu primeiro debate temático sobre água, segurança e paz, em 22 de novembro de 2016⁸.

Dos quinze países com maior índice de pobreza do mundo, dez estão no Oriente Médio⁹. Cinco países do Oriente Médio estão bem abaixo da linha “de pobreza de água” das Nações Unidas, na proporção de 1.000 (um mil) metros cúbicos por pessoa por ano. Em um mapa mundial da escassez hídrica, o Oriente Médio é a maior região na qual a demanda de água ultrapassa a oferta.¹⁰

Apesar do quadro de escassez e do número crescente de disputas, boa parte dos recursos hídricos compartilhados não possuem regulamentação, ou carecem de regulamentação eficiente. Observa-se que relativamente ao Oriente Médio, existem atualmente quatro acordos que regulam explicitamente

⁷ Os países convocados foram o Camboja, Colômbia, Costa Rica, Estônia, França, Gana, Hungria, Jordânia, Cazaquistão, Marrocos, Omã, Senegal, Eslovênia, Espanha e Suíça.

⁸ Relatório do Painel Global de Alto Nível sobre Água e Paz. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/world/matter-survival-report-global-high-level-panel-water-and-peace>. Acesso em 05/04/2018.

⁹ BROWN, Oli; HAMMILL, A; MCLEMAN, R. Climate change as the ‘new’ security threat: implications for Africa, *International Affairs*, 83:6, The Royal Institute of International Affairs, London, 2007.

¹⁰ BROWN, Oli; HAMMILL, A; MCLEMAN, R. Climate change as the ‘new’ security threat: implications for Africa, *International Affairs*, 83:6, The Royal Institute of International Affairs, London, 2007.

as águas subterrâneas transfronteiriças, cabendo-se citar o Tratado de Paz Jordânia-Israel (1994)¹¹. Os demais aquíferos, apesar de apresentarem escassez gradual, ainda necessitam de regulamentação, trazendo dilemas acerca de como o acordo entre os países pode ser reforçado.

A Assembleia das Nações Unidas para o Meio Ambiente reconheceu em 2016, na resolução UNEP/EA.2/Res.15, o papel de ecossistemas saudáveis e recursos gerenciados de forma sustentável na redução do risco de conflito armado e reafirmou seu forte compromisso com a implementação completa da resolução¹².

Para a ONU, “abastecimentos de água transfronteiriços esgotados e degradados têm o potencial de causar agitação social e desencadear conflitos dentro e entre países”¹³. Onde há escassez, a água se torna facilmente utilizável como arma de guerra pelos grupos em conflito, a fim de prosseguir os seus objetivos políticos e militares.

¹¹ Transboundary water challenges: case study. Disponível em: <http://www.cae.utexas.edu/prof/mckinney/ce397/Readings/TransboundaryWaterIssues.pdf>. Acesso em 04/04/2017.

¹² UNITED NATIONS. International Day for Preventing the Exploitation of the Environment in War and Armed Conflict. Disponível em: http://www.un.org/en/events/environmentconflictday/?fbclid=IwAR26hs4FLY_va6FpynjAR5U. Acesso em 30/07/2018.

¹³ UN WATER. Disponível em: <http://www.unwater.org/water-facts/transboundary-waters/>. Acesso em 04/04/2018.

Com base nisto, esse trabalho tem como objetivo principal, analisar o fator hídrico, direta e indiretamente, ligado ao conflito da Síria e o posicionamento das Nações Unidas no que se refere ao papel que desempenhou a água no conflito.

Para isto, parte-se do problema: o quadro regulatório das águas transfronteiriças da bacia do Tigre e Eufrates e o uso destas águas como arma tiveram influência no conflito na Síria? A resposta é buscada nas resoluções da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas.

No capítulo I, são realizadas considerações gerais sobre a relação entre a escassez hídrica e conflitos, bem como sobre a proteção que o Direito Internacional oferece à água dentro dos conflitos e o estímulo que fornece ao estabelecimento de acordos de gestão hídrica transfronteiriça.

No capítulo II, são analisados os acordos referentes ao compartilhamento das águas transfronteiriças da Bacia do Tigre e Eufrates, os planos de uso e gestão das águas realizados pelos países ribeirinhos e a mudança nos padrões de reserva da bacia.

No capítulo III é verificado o papel que desempenhou a escassez hídrica no conflito da Síria, de maneira indireta, através do painel migratório e alimentar no país, e de maneira direta, através da utilização da água como arma no conflito.

No capítulo IV é analisada a opinião emanada pela Organização das Nações Unidas nas resoluções da Assembleia

Geral e do Conselho de Segurança (período de 2011 a 2018), referentes aos acordos de águas transfronteiriças na região e à utilização da água como arma dentro do conflito.

Para elaboração desta pesquisa, foi utilizado o método de abordagem indutivo e a técnica de pesquisa documental indireta, com fontes primárias e secundárias. Entre as fontes primárias estão as resoluções e documentos das Nações Unidas, Acordos Ambientais Internacionais, etc. Como fontes secundárias, foram utilizados artigos, jornais e livros especializados, nacionais e internacionais.

1. ESCASSEZ HÍDRICA E CONFLITO

A espécie humana é parte da Natureza e construtora do meio ambiente. À medida que está - no espaço - o transforma e pode ser transformada por ele.

A Natureza está na espécie humana, assim como esta a compõe. A relação de sobrevivência das duas (que são uma) não é recíproca, pois o ser humano depende da Natureza para a continuidade de sua existência, enquanto a Natureza perduraria sem a presença humana, dependendo apenas que esta presença não esgote sua capacidade de regenerar o ciclo da vida.

Os conceitos de Natureza e meio ambiente são construções culturais utilizadas pelo ser humano como uma simbologia, uma representação com o objetivo de formatá-los para sua compreensão. É por meio da Natureza que a espécie humana não apenas sobrevive, mas realiza suas relações sociais, econômicas, de produção do espaço e suas aspirações enquanto seres humanos. Segundo Derani:

a natureza apresenta duplo sentido na percepção humana, seja como fonte da sua produção e reprodução econômica, seja como fator de bem-estar — o homem encontra sua expansão física e psíquica no todo. Nas duas manifestações, a relação homem-natureza é uma relação parte e todo, em que não se pode separar o homem da natureza, seja pela impossibilidade de sua

existência material, seja para seu equilíbrio psíquico.¹⁴

Por meio do domínio da técnica da irrigação, em função da agricultura, houve a "domesticação" da Natureza, que fez com que os povos se estabelecessem em territórios fixos, formando o berço das antigas civilizações. Nesse contexto surge a concepção de domínio da Natureza, porque "dominar a natureza seria dominar algo inconstante, imprevisível e instintivo"¹⁵. Nessa ideia de dominação, a natureza é vista como um objeto a ser dominado pelo sujeito, o homem.

Segundo Gonçalves, a concepção de homem-sujeito versus natureza-objeto ignora que o termo sujeito, além de significar um ser ativo, dono do seu destino, pode também significar que podemos estar subordinados a certas circunstâncias¹⁶. Para Oliveira, é o modo antropocêntrico de ver o mundo, onde o homem é o dominador de todas as coisas, que faz com que ele esqueça que o termo sujeito, pode significar tanto aquele que age como aquele que se submete.

Essa visão de natureza afastada do homem “é característica do pensamento dominante no mundo ocidental,

¹⁴ DERANI, Cristiane. Direito Ambiental Econômico. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008, pg. 12.

¹⁵ OLIVEIRA, Ana Maria Soares de. Relação Homem/Natureza no modo de produção capitalista, 2002, pg. 3. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/793>. Acesso em 06/07/2018.

¹⁶ GONÇALVES, C. Walter Porto. Os (des)caminhos do meio ambiente. São Paulo: Contexto, 1998, pg. 26-27.

cuja matriz filosófica advém da Grécia e da Roma antigas, que se firmou contrapondo-se a outras formas de pensar e de agir”.¹⁷

Na visão de François Ost, a crise ambiental é especialmente a crise da nossa relação com a Natureza e da representação que fazemos dela. Para Ost:

Essa crise é simultaneamente de vínculo e de limite: do vínculo, porque já não conseguimos discernir o que nos liga ao animal, ao que tem vida, à natureza; e do limite, porque já não conseguimos discernir o que deles nos distingue. Como resultado temos duas representações: a natureza-objeto e natureza-sujeito, e ambas não conduzem a um resultado justo, que, em certa medida, somente terá possibilidade de êxito se buscarmos uma natureza-projeto, repensando o que a natureza faz de nós e o que nós fazemos dela.¹⁸

Com o surgimento da sociedade industrial, o meio ambiente foi sendo progressivamente afetado e incluído em uma ótica predatória da produção econômica. “O espaço natural tornou-se propriedade do sistema, transformando-o em mercadoria capaz de ser explorada ao máximo, na legitimação até mesmo filosófica do cientificismo do séc. XIX”¹⁹. Com o

¹⁷ OLIVEIRA, Ana Maria Soares de. Relação Homem/Natureza no modo de produção capitalista, 2002, pg. 3. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/793>. Acesso em 06/07/2018.

¹⁸ OST, François. A natureza à margem da lei: a ecologia à prova do direito. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

¹⁹ SOUSA, Rodolfo Milhomem de. Changements Climatiques et Sécurité internationale: Conflits et Nouveaux Défis du Droit International. Centro de Direito Internacional, pg. 4. Disponível em: http://centrodireitointernacional.com.br/static/revistaeletronica/volume4/arquivos_pdf/sumario/art_v4_XIV.pdf. Acesso em 08/06/2018.

crescimento desse modelo predatório de sociedade de consumo em massa, veio também um risco apocalíptico para o planeta, levando à modificação, redução e esgotamento do que hoje denominamos “recursos naturais”.

Atualmente, a humanidade utiliza o equivalente a 1,5 planetas para fornecer os recursos necessários para sustentar a economia global e para absorver os resíduos gerados, de acordo com a Equipe do Quadro Interagencial das Nações Unidas²⁰.

Segundo essa equipe, a crescente escassez de recursos naturais renováveis e a concorrência entre meios de subsistência tem sido identificadas como importantes propulsoras de conflitos armados. Como exemplo, a avaliação ambiental do PNUMA de pós-conflito no Sudão constatou que a escassez de água, a variabilidade do clima regional e a perda constante de terra fértil foram importantes fatores para o conflito em Darfur.²¹

Quando falamos em escassez hídrica, a *UN WATER* aponta que não existe uma escassez global de água como tal,

²⁰ World Wide Fund for Nature. Living Planet Report, Gland, 2010. *Apud* Toolkit and Guidance for Preventing and Managing Land and Natural Resources Conflict. The United Nations Interagency Framework Team for Preventive Action, pg. 17. Disponível em: <http://www.un.org/en/land-natural-resources-conflict/pdfs/EU-UN%20Introduction%20and%20overview.pdf>. Acesso em 13/12/2018.

²¹ UNEP, Sudan Post-Conflict Environmental Assessment, Geneva, 2005. *Apud* Toolkit and Guidance for Preventing and Managing Land and Natural Resources Conflict. The United Nations Interagency Framework Team for Preventive Action, pg. 17. Disponível em: <http://www.un.org/en/land-natural-resources-conflict/pdfs/EU-UN%20Introduction%20and%20overview.pdf>. Acesso em 13/12/2018.

porém, regiões e países individualmente precisam enfrentar problemas críticos advindos da falta de potabilidade da água e do estresse hídrico^{22, 23}.

Essa relação entre escassez de recursos, degradação ambiental e segurança vem progressivamente sendo discutida no cenário internacional. Em 2003, foi fundado o Grupo de Alto Nível sobre ameaças e desafios da ONU, reunindo diplomatas, especialistas e políticos de várias partes do mundo, que avaliou as ameaças contemporâneas contra a paz e a segurança internacional, e observou em que medida as políticas e instituições existentes podem fazer frente a estas ameaças, recomendando vias para fortalecer institucionalmente a ONU para que possa proporcionar uma segurança coletiva capaz de assegurar a paz.²⁴

Em seu relatório final, o grupo identificou que a degradação do meio ambiente seria uma das ameaças que o mundo teria que enfrentar nas próximas décadas. De acordo com

²² Segundo a *UN WATER*, os hidrólogos normalmente avaliam a escassez hídrica analisando a equação população-água. Uma área está passando por estresse hídrico quando o abastecimento anual de água cai abaixo de 1.700 m³ por pessoa; abaixo de 1.000 m³ por pessoa, a população confronta-se com a escassez hídrica; abaixo de 500 metros cúbicos, há a escassez absoluta de água. *UN WATER*. Disponível em: <http://www.un.org/waterforlifedecade/scarcity.shtml>. Acesso em 03/04/2018.

²³ *UN WATER*. Disponível em: <http://www.unwater.org/water-facts/scarcity/>. Acesso em 10/02/2018.

²⁴ NAÇÕES UNIDAS. Relatório do Grupo de Alto Nível sobre as Ameaças, Desafios e Mudanças, A/59/565, 2004. Disponível em: <http://www.un.org/secureworld/>. Acesso em 29/05/2018.

o relatório “teremos que trabalhar coletivamente para encontrar novas formas de regular a gestão dos recursos naturais, o que muitas vezes alimenta conflitos”²⁵.

Dentro da importância cada vez maior da degradação ambiental como causadora/impulsionadora de conflitos, o próprio Conselho de Segurança da ONU realizou, em 2007, o primeiro debate sobre alterações climáticas e suas implicações para a segurança internacional. Em documento, o Reino Unido afirmava que as mudanças climáticas ameaçavam a paz e a segurança internacionais em função de seus efeitos sobre litígios já existentes, envolvendo países fronteiriços, além de constituir um fator desencadeador de crises humanitárias, disputas por recursos escassos e tensões sociais.²⁶

A discussão acerca da segurança hídrica e sua ligação com a paz e a segurança, adquiriu força na agenda política global. Vários eventos e discussões destacaram os vínculos entre a segurança da água e a paz internacional, notavelmente, a Mesa Redonda de Alto Nível sobre Água, Paz e Segurança, que

²⁵ NAÇÕES UNIDAS. Relatório do Grupo de Alto Nível sobre as Ameaças, Desafios e Mudanças, A/59/565, 2004. Disponível em: <http://www.un.org/secureworld/>. Acesso em 29/05/2018.

²⁶ SECURITY COUNCIL. 5663 rdmeeting. United Nations, 2007. Disponível em: <http://www.un.int/wcm/webdav/site/tuvalu/shared/documents/SC/N0730908.pdf>. Acesso em 23/07/2018.

ocorreu durante a 67ª Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, em setembro de 2012.²⁷

Contudo, o entendimento da relação entre degradação ambiental, água e conflitos não é homogêneo, e tem se realizado a partir de premissas distintas.

De um modo geral, são compreendidas três abordagens dentro dessa relação: 1) a primeira baseia-se na ideia de conflito ambiental, fundamentada no conceito de escassez/abundância de recursos hídricos e sua competição/instrumentalização; 2) a segunda, e mais recente, refere-se ao modo como as mudanças no meio ambiente afetam também os indivíduos e a segurança humana;²⁸ e, 3) a terceira, trazida pelas Nações Unidas, salienta que bacias e aquíferos degradados tem o potencial de desenvolver conflitos²⁹.

A primeira abordagem baseia-se na concepção de que a escassez de recursos, como a água, resultaria em sua disputa direta, intrumentalização ou controle do recurso, seja por grupos dentro de Estados ou, em suas relações transfronteiriças. Entre seus principais defensores, estão teóricos como Peter Gleick.

²⁷ Roundtable on Water, Peace, and Security. Disponível em: <http://webtv.un.org/watch/roundtable-on-water-peace-and-security/1861036435001/>. Acesso em 31/03/2018.

²⁸ BARBOZA, Luciana Mendes; SOUZA, Matilde de. Securitização das Mudanças Climáticas: O Papel da União Europeia. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, vol. 32, no 1, janeiro/junho 2010, pg. 122.

²⁹ UN WATER. Disponível em: <http://www.unwater.org/water-facts/transboundary-waters/>. Acesso em 04/04/2018.

Para o autor, fatores como o aumento da população e o desenvolvimento do Estado podem levar à escassez hídrica. A escassez pode gerar uma competição por recursos, tornando a questão hídrica uma matéria de segurança nacional.³⁰

O autor defende que a água, principalmente se esta for uma fonte de poder econômico ou político, pode tornar-se objetivo final de uma disputa ou ainda um instrumento dentro de um conflito, seja entre Estados ou dentro deles. Podendo ainda ser usada como arma para fins ofensivos ou ainda ter seu acesso militarizado.³¹

A segunda abordagem dentro desta temática é mais recente e baseia-se no modo como as mudanças no meio ambiente, em particular a escassez de água, afetam os indivíduos e a segurança humana.³²

Dentro dessa abordagem, entende-se que a água está ligada à muitos subsistemas, dos quais a segurança humana depende. A água atua como um elo central na produção de alimentos e energia, na saúde do ecossistema, na qualidade de

³⁰ GLEICK, Peter H. *Water and Conflict*, International Security. Vol 18, nº 1, 1993.

³¹ GLEICK, Peter H. *Water and Conflict*, International Security. Vol 18, nº 1, 1993.

³² BARBOZA, Luciana Mendes; SOUZA, Matilde de. *Securitização das Mudanças Climáticas: O Papel da União Europeia*. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, vol. 32, no 1, janeiro/junho 2010, pg. 122.

vida, na estabilidade política, econômica, e outros sistemas de preocupação estratégica.³³

Ela é crucialmente importante porque está subjacente a muitos dos sistemas complexos sobre os quais a estabilidade depende. A sua escassez poderia significar a queda de um conjunto de fatores necessários para a segurança humana, o que ocasionaria tensões e conflitos.

A terceira abordagem, argumenta que bacias e aquíferos degradados podem desenvolver conflitos, trazendo a ideia de que a cooperação para gerir e proteger os recursos hídricos transfronteiriços é fundamental para a paz e segurança internacionais.³⁴

O enfoque teórico utilizado nesta dissertação leva em consideração as três abordagens dentro da relação escassez hídrica e conflito: 1) a abordagem de que a escassez hídrica está associada à segurança humana, e, ainda que indiretamente, e em conjunto com outros fatores políticos, econômicos e sociais, contribui para instabilidade e desenvolvimento de conflitos; 2) a abordagem de que em quadros de escassez hídrica a água pode ser instrumento, objetivo final de um conflito ou ter seu uso militarizado; e, 3) a abordagem de que, regiões que apresentam

³³ ZEITOUN, M. The Global Web of National Water Security, Global Policy, 2011, pg. 286-296.

³⁴ UN WATER. Disponível em: <http://www.unwater.org/water-facts/transboundary-waters/>. Acesso em 04/04/2018.

bacias e aquíferos degradados tem o potencial de desenvolver conflitos, sendo necessária a cooperação transfronteiriça.

São abrangidas as três abordagens dentro desta dissertação, por considerarmos que o fator hídrico no conflito da Síria é complexo e abarca estas três visões. Considerando isto, passa-se agora a compreender a relação entre escassez hídrica e segurança humana; a proteção que o Direito Internacional oferece à água em tempos de conflito; e, a regulamentação jurídica que o Direito Internacional fornece para cooperação transfronteiriça em matéria de água.

1.1 Escassez hídrica e segurança humana

Dentro desta perspectiva, a água estaria diretamente relacionada com a segurança humana, pois está ligada à muitos subsistemas, dos quais a segurança humana depende.

Nesse sentido, vários títulos individuais devem ser atendidos para alcançar a segurança humana: um bom nível de saúde e bem-estar, alimentação adequada, suficiente e segura, um ambiente seguro e saudável, proteção e cumprimento dos direitos fundamentais e liberdades, entre outros. A água é necessária para garantir que esses valores sejam mantidos.³⁵

³⁵ PAN AMERICAN HEALTH ORGANIZATION. Human Security: Implications for Public Health, Technical Reference Document, Pan American Sanitary Bureau,

Ela possui uma complexidade sinérgica, pois está ligada à produção de alimentos, meio ambiente, sistemas econômicos, políticos, energéticos e sociais, que são complexos na medida em que formam um todo maior do que a soma de suas respectivas partes. “Um sistema interage sob a forma de várias redes, sejam cadeias alimentares, relações econômicas, infraestrutura, etc., e sua saúde depende da sua capacidade de suportar pressões externas e perdas dentro do sistema”.³⁶

A escassez hídrica poderia significar a queda de um conjunto de fatores, que, somados, ocasionariam tensões e conflitos.

Dentro dessa concepção, autores como Gleditsch e Urdal, e Homer-Dixon, defendem que a disponibilidade de recursos como a água determina o bem-estar humano e que sua ausência pode levar ao desenvolvimento e perpetuação de um conflito violento³⁷. Barnett e Adger, argumentam que o impacto

Regional Office for the Americas of the World Health Organization, N.W. Washington, D.C., 2012. Disponível em: [https://www.paho.org/hq/dmdo//cuments/2012/ENG-Final-Web-HumanSecurityDocument-\(Rev-28Aug2012\).pdf](https://www.paho.org/hq/dmdo//cuments/2012/ENG-Final-Web-HumanSecurityDocument-(Rev-28Aug2012).pdf). Acesso em 24/08/2018.

³⁶Disponível em:

<http://www.environmentmagazine.org/Archives/Back%20Issues/2013/September-October%202013/case-of-water-full.html>. Acesso em 11/03/2018.

³⁷ GLEDITSCH, Nils Petter e Urdal, Henrik. Ecoviolence? Links between population growth, environmental scarcity and violent conflict in Thomas Homer-Dixon's work, *Journal of International Affairs*. Volume 56, nº1, pg. 285. *Apud* SANTOS, Tânia Filipa Vargas. O conflito Israelo-Árabe e os problemas da água: Da escassez ao conflito, Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, na especialidade de Estudos da Paz e Segurança, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2013.

da escassez ambiental, em especial a escassez hídrica, pode ser bastante intenso, pois a degradação ambiental traz consigo, anteriormente, problemas sociais e políticos. Nils Petter Gleditsch e Henrik Urdal, nesse sentido também argumentam que a escassez de recursos produz efeitos sociais que, conseqüentemente, podem levar ao conflito.³⁸

Barnett e Adger afirmam ainda que se estes problemas ambientais acontecerem em sociedades que já apresentam dificuldades econômicas ou políticas o resultado poderá ser a insegurança e o conflito³⁹. Os autores defendem, que a degradação ambiental e os conflitos violentos estão interligados, podendo-se falar em insegurança ambiental.⁴⁰

Nils Petter Gleditsch e Henrik Urdal, tal como Homer-Dixon, afirmam que a escassez ambiental, em conjunto com outros fatores econômicos, sociais ou políticos, pode traduzir-se num conflito. Homer-Dixon, afirma ainda que nesse contexto, a falha da estrutura política em conferir ou não liberdade para

³⁸ GLEDITSCH, Nils Petter e Urdal, Henrik. Ecoviolence? Links between population growth, environmental scarcity and violent conflict in Thomas Homer-Dixon's work, *Journal of International Affairs*, volume 56, nº 1, pg. 286. *Apud* SANTOS, Tânia Filipa Vargas. O conflito Israelo-Árabe e os problemas da água: Da escassez ao conflito, Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, na especialidade de Estudos da Paz e Segurança, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2013.

³⁹ BARNETT, Jon e Adger, Neil W. Climate change, human security and violent conflict, *Political Geography*, volume 26, 2007, pg. 640-646.

⁴⁰ BARNETT, Jon e Adger, Neil W. Climate change, human security and violent conflict, *Political Geography*, volume 26, 2007, pg. 648.

população se expressar pacificamente influencia o conflito. Glenditsch e Urdal afirmam que as ligações entre escassez ambiental e violência são bastante complexas.⁴¹

Richard Matthew, por sua vez, afirma que em Estados já propensos a um conflito, a escassez ambiental pode servir como um gatilho para que este se estabeleça.⁴² Matthew argumenta que a escassez ambiental por si só não gera um conflito, mas que são necessários outros fatores políticos, econômicos e sociais para que tal se estabeleça⁴³. O autor salienta ainda que a soma destes fatores pode não ser satisfatória para a análise adequada do conflito. Por vezes é necessária a análise de problemas estruturais históricos (tais como a colonização) para que um conflito possa ser compreendido.⁴⁴

⁴¹ GLEDITSCH, Nils Petter e Urdal, Henrik. *Ecoviolence? Links between population growth, environmental scarcity and violent conflict in Thomas Homer-Dixon's work*, Journal of International Affairs, volume 56, nº 1, pg. 283-284.

⁴² MATTHEW, Richard. *Environment, Population and Conflict*, Journal of International Affairs, vol. 51, nº 1, pg. 237. *Apud* SANTOS, Tânia Filipa Vargas. *O conflito Israelo-Árabe e os problemas da água: Da escassez ao conflito*, Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, na especialidade de Estudos da Paz e Segurança, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2013.

⁴³ MATTHEW, Richard. *Environment, Population and Conflict*, Journal of International Affairs, vol. 51, nº 1, pg. 244. *Apud* SANTOS, Tânia Filipa Vargas. *O conflito Israelo-Árabe e os problemas da água: Da escassez ao conflito*, Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, na especialidade de Estudos da Paz e Segurança, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2013.

⁴⁴ MATTHEW, Richard. *Environment, Population and Conflict*, Journal of International Affairs, vol. 51, nº 1, pg. 246. *Apud* SANTOS, Tânia Filipa Vargas. *O conflito Israelo-Árabe e os problemas da água: Da escassez ao conflito*, Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, na especialidade de Estudos da Paz e Segurança, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2013.

Para a ONU Water, a “segurança da água pode, portanto, reduzir o potencial de conflitos e tensões, contribuindo para o desenvolvimento social, econômico e ambiental em larga escala”⁴⁵. Segundo a Organização, a relação entre água e conflito deve ser colocada dentro do paradigma da segurança humana. Para ela, nas últimas décadas, “as definições de segurança foram além de um foco limitado sobre riscos e conflitos militares e ampliaram-se para abranger uma ampla gama de ameaças à segurança, com um foco particular na segurança humana e sua realização através do desenvolvimento”⁴⁶.

1.2 Proteção jurídica da água em conflitos armados

A primeira abordagem, traz a concepção de que a escassez de recursos, como a água, resultaria em sua instrumentalização, disputa direta, utilização como arma e/ou controle do recurso.

⁴⁵ UN WATER ANALITICAL BRIEF. Water Security & the Global Water Agenda. United Nations University Institute for Water, Environment & Health (UNU-INWEH), 2013, pg. 05.

⁴⁶ UN WATER ANALITICAL BRIEF. Water Security & the Global Water Agenda. United Nations University Institute for Water, Environment & Health (UNU-INWEH), 2013, pg. 05.

Nesse sentido, diversos conflitos hídricos ocorreram no Oriente Médio segundo o catálogo do *Pacific Institute*⁴⁷, cabendo-se citar: em 1974, o Iraque ameaçou bombardear a represa de al-Thawra (Tabaqah) na Síria e reunir tropas ao longo da fronteira, alegando que a barragem havia reduzido o fluxo de água do rio Eufrates para o Iraque⁴⁸; em 1982, Israel corta o abastecimento de água de Beirute⁴⁹; em 1988, o Irã desvia água para inundar posições de defesa iraquianas⁵⁰; em 2001, houve agitação civil no Paquistão sobre escassez severa de água causada pela seca a longo prazo. Os protestos começaram em março e abril e continuaram no verão, com mortes, feridos e prisões, onde alguns grupos “acusam o governo de favorecer a populosa província de Punjab (sobre a província de Sindh) na distribuição de água”⁵¹; em 2016, grupos rebeldes sírios cortaram água de uma fonte em Ain al-Fijah, reduzindo o abastecimento de água para Damasco em 90% durante três dias

⁴⁷ WATER CONFLICT CHRONOLOGIC LIST. Pacific Institut. Disponível em: <http://www2.worldwater.org/conflict/list/>. Acesso em 15/03/2017.

⁴⁸ GLEICK, Peter. Water, war, and peace in the Middle East. *Environment*, Vol. 36, n.3, Washington DC: Heldref Publications, 1994, p. 6-42.

⁴⁹ WOLF, A.T. Water wars and water reality: Conflict and cooperation along international waterways. NATO Advanced Research Workshop on Environmental Change, Adaptation, and Human Security. Budapest, Hungary, 1997, pg. 9-12.

⁵⁰ PLANT, G. Water as a weapon in war. *Water and War*, Symposium on Water in Armed Conflicts, Montreux, 1994, Geneva, ICRC.

⁵¹ WATER CONFLICT CHRONOLOGIC LIST. Pacific Institut. Disponível em: <http://www2.worldwater.org/conflict/list/>. Acesso em 15/03/2017.

e levando à escassez de água e racionamento⁵². Entre inúmeras outras situações em que a água foi alvo de disputa, militarizada, ou foi utilizada como arma dentro de um conflito.

O termo “água como arma” não é formalmente definido no direito internacional ou tratados que regulam o uso da força, mas é utilizado pela doutrina para definir “um meio de ganhar vantagem estratégica, material ou mental sobre um adversário dentro de um conflito”.⁵³

O direito internacional, em seus diferentes ramos, fornece uma série de regulamentações, que podem proteger a água dentro de um conflito. Ainda que estas regulamentações não sejam específicas sobre a proteção da água, elas possuem várias regras relacionadas ao assunto, ligadas à própria proteção do ser humano.

Os principais princípios do direito internacional aplicáveis, ainda que indiretamente, à proteção da água, baseiam-se no Direito Internacional Humanitário (DIH), no Direito Internacional dos Direitos Humanos (DIDH) e, em menor grau, no Direito Internacional Ambiental (DIA).

No DIH, encontramos normas voltadas para a condução de uma hostilidade, tais como os princípios de *distinção e*

⁵² WATER CONFLICT CHRONOLOGIC LIST. Pacific Institut. Disponível em: <http://www2.worldwater.org/conflict/list/>. Acesso em 15/03/2017.

⁵³ KING, M. D. The Weaponization of Water in Syria and Iraq. The Washington Quarterly, 2016, pg. 155.

proporcionalidade, bem como normas relativas à proteção das infra-estruturas hídricas.

Primeiro, o princípio de distinção estipula que, em tempos de guerra, é preciso distinguir entre objetos militares e combatentes, de um lado, e civis e objetos civis, de outro lado, onde apenas os primeiros são alvos militares legítimos.

Precisamente, o art. 52 do Protocolo Adicional I, inc. II, a respeito dos bens de caráter civil, define um alvo militar legítimo como aquele “que pela sua natureza, localização, propósito ou uso contribui efetivamente para a ação militar e cuja total ou parcial destruição, captura ou neutralização, nas circunstâncias dominantes na época, oferecem uma vantagem militar definitiva.”⁵⁴

Conseqüentemente, um ataque de qualquer grupo armado ou força requer que ele atenda às condições acima. Dito isto, no caso de instalações de água, tais como barragens, o art. 56 do Primeiro Protocolo Adicional à Convenção de Genebra de 1949 e o art. 15 do Segundo Protocolo, declaram que estas instalações “não devem ser objeto de ataque, mesmo que estes objetivos sejam objetivos militares, se tais ataques puderem

⁵⁴ Protocolo I, Adicional às Convenções de Genebra, de 12 de Agosto de 1949, relativo à Proteção das Vítimas dos Conflitos Armados Internacionais. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Conven%C3%A7%C3%A3o-de-Genebra/protocolo-i-adicional-as-convencoes-de-genebra-de-12-de-agosto-de-1949-relativo-a-protecao-das-vitimas-dos-conflitos-armados-internacionais.html>. Acesso em 18/01/2019.

causar a liberação de forças perigosas e consequentes perdas severas entre a população civil.⁵⁵”

Os objetivos militares são ainda restringidos pelo princípio da *proporcionalidade*, que proíbe ataques, ainda que “incidentalmente causem perda de vidas humanas na população civil, danos à civis, danos nos bens de caráter civil, ou uma combinação destas perdas e danos, que seriam excessivos, relativamente à vantagem esperada” (art. 51 (5) (b) do Primeiro Protocolo)⁵⁶. Na prática, avaliar a proporcionalidade pode ser difícil em contextos específicos, incluindo quando se trata de recursos hídricos⁵⁷.

Durante as discussões do Painel Global de Alto Nível sobre a água e a paz, em 2016, observou-se que o principal objetivo do Direito Internacional Humanitário, no que se refere à estas normas, até agora, não foi

⁵⁵ Protocolo I, Adicional às Convenções de Genebra, de 12 de Agosto de 1949, relativo à Proteção das Vítimas dos Conflitos Armados Internacionais. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Conven%C3%A7%C3%A3o-de-Genebra/protocolo-i-adicional-as-convencoes-de-genebra-de-12-de-agosto-de-1949-relativo-a-protecao-das-vitimas-dos-conflitos-armados-internacionais.html>. Acesso em 18/01/2019.

⁵⁶ Protocolo I, Adicional às Convenções de Genebra, de 12 de Agosto de 1949, relativo à Proteção das Vítimas dos Conflitos Armados Internacionais. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Conven%C3%A7%C3%A3o-de-Genebra/protocolo-i-adicional-as-convencoes-de-genebra-de-12-de-agosto-de-1949-relativo-a-protecao-das-vitimas-dos-conflitos-armados-internacionais.html>. Acesso em 18/01/2019.

⁵⁷ Disponível em: https://www.genevawaterhub.org/sites/default/files/atoms/files/gwh_ghlp_roundtabl_e_armedconflicts_rev_march2017nomail_0.pdf. Acesso em 18/01/2019.

proteger as instalações de água ou a água em si durante a guerra, mas sim, a população civil que depende delas para sobrevivência. Nesse sentido pode-se citar os artigos 54 e 56 do Primeiro Protocolo Adicional às Convenções de Genebra, de 12 de agosto de 1949, e os artigos 14 e 15 do Segundo Protocolo.

Segundo as discussões do Painel Global de Alto Nível sobre a água e a paz, os recursos naturais e o meio ambiente durante os conflitos armados internacionais, são protegidos por fracas e insuficientes disposições legais. A proibição de causar danos generalizados, de longo prazo e sérios, é consagrada nos artigos 35.3 e 55 do Primeiro Protocolo. O artigo 35.3 proíbe “empregar métodos ou meios de guerra que se destinem, ou que se possa esperar, que causem danos generalizados, a longo prazo e severos ao meio ambiente natural”. Enquanto o artigo 55 estabelece que:

Todo o cuidado deve ser tomado na guerra para proteger o ambiente natural contra danos generalizados, severos e a longo prazo. Essa proteção inclui a proibição do uso de métodos ou meios de guerra que se destinam ou podem ser esperados para causar tal dano ao ambiente natural e, portanto, possam prejudicar a saúde ou a sobrevivência da população. Ataques contra o ambiente natural por meio de represálias são proibidos.

Estes artigos, segundo a discussão do Painel, são parte do corpo de regras aplicáveis apenas aos conflitos armados

internacionais. No entanto, os conflitos armados não internacionais não são livres de restrições legais.

A Corte Internacional de Justiça (CIJ) lembrou que “os Estados devem considerar o meio ambiente ao avaliar o que é necessário e proporcional na busca de objetivos militares legítimos.”⁵⁸ Deste modo, os princípios da necessidade e da proporcionalidade devem incorporar essas considerações.

Dito isto, a falta de disposições específicas sobre o ambiente é uma grande fraqueza do regime aplicável aos conflitos armados não internacionais. As regras do DIH foram desenvolvidas em parte para minimizar o sofrimento da população civil e, portanto, o meio ambiente não tem sido uma preocupação prioritária. Entretanto, “como a dependência humana de um ambiente saudável é cada vez mais reconhecida, é necessário repensar essas regras e permitir que o DIA informe a aplicação do DIH”⁵⁹.

Nesse sentido, durante as discussões do Painel Global de Alto Nível sobre a água e a paz, chegou-se à conclusão de que os princípios e as normas do DIA devem também informar a

⁵⁸ CIJ, *Legality of the Threat or Use of Nuclear Weapons*, Advisory Opinion, I.C.J. Reports 1996, p. 226. *Apud* TIGNINO, M. *Water During and After Armed Conflicts. What Protection in International Law?*, Brill Research Perspectives in International Water Law, vol. 1 (4), 2016, p. 24-25.

⁵⁹ *The Protection of Water During and After Armed Conflicts. Global High-Level Panel on Water and Peace, Think-Tank Roundtable Report*, July 2016. Disponível em: https://www.genevawaterhub.org/sites/default/files/atoms/files/gwh_ghlp_roundtabl_e_armedconflicts_rev_march2017nomail_0.pdf. Acesso em 18/01/2019.

aplicação do artigo 8 (2) (b) (iv), do Estatuto de Roma, do Tribunal Penal Internacional (TPI), que afirma que “lançar intencionalmente um ataque, sabendo que o mesmo causará perdas acidentais de vidas humanas ou ferimentos na população civil, danos em bens de caráter civil ou prejuízos extensos, duradouros e graves no meio ambiente que se revelem claramente excessivos em relação à vantagem militar global concreta e direta que se previa”⁶⁰ constitui um crime de guerra, conferindo ao TPI competência para julgá-lo.

De uma maneira geral, a conclusão emitida dentro das discussões do Painel Global de Alto Nível sobre a água e a paz, é a de que apesar da fraqueza e insuficiência de normas acerca da proteção da água dentro de um conflito, é mais importante do ponto de vista do Direito Internacional, focar em como normas específicas do DIH devem ser interpretadas e, ainda mais importante, buscar fortalecer o cumprimento dessas normas, do que a formulação de novas regras ou convenções.

1.3 Segurança Hídrica e regulação das águas transfronteiriças

⁶⁰ Rome Statute of the International Criminal Court. Disponível em: http://legal.un.org/icc/statute/99_corr/cstatute.htm. Acesso em 18/01/2018.

As águas transfronteiriças - os aquíferos, as bacias hidrográficas e lacustres, compartilhadas por dois ou mais países - apoiam as vidas e os meios de subsistência de um grande número de pessoas em todo o mundo. Em uma era de aumento do estresse hídrico, a forma como gerenciamos esses recursos críticos é vital para promover a cooperação pacífica e o desenvolvimento sustentável.⁶¹

As águas transfronteiriças representam enormes desafios para alcançar as seguranças da água, humana e (inter)nacional. Segundo a ONU, “abastecimentos de água transfronteiriços esgotados e degradados têm o potencial de causar agitação social e desencadear conflitos dentro e entre países”⁶².

Reconhecendo as implicações da escassez hídrica em conflitos, assegurar a segurança hídrica é fundamental para um futuro seguro, em suas mais diferentes perspectivas.

A segurança hídrica é definida aqui “como a capacidade de uma população para salvaguardar o acesso sustentável a quantidades adequadas de água, de qualidade aceitável para sustentar os meios de subsistência, o bem-estar humano, o

⁶¹ Disponível em: <http://www.unwater.org/water-facts/transboundary-waters/>. Acesso em 04/04/2018.

⁶² Disponível em: <http://www.unwater.org/water-facts/transboundary-waters/>. Acessado em 04/04/2018.

desenvolvimento socioeconômico e a preservação dos ecossistemas, em um clima de paz e estabilidade política”⁶³.

Esta definição, baseada na noção fornecida pelo Programa Estratégico Internacional da UNESCO (IHP), implica que a água seja gerida de forma sustentável em todo o seu ciclo, através de um enfoque interdisciplinar.⁶⁴

Abordagens multidisciplinares e intersetoriais são necessárias para a melhor compreensão dos problemas da água, subjacentes à segurança humana. São necessárias políticas integradas, tomadas de decisões coordenadas, instrumentos legais executáveis e mecanismos institucionais, para garantir que recursos hídricos limitados sejam adequadamente gerenciados.

A segurança hídrica transfronteiriça representa enormes desafios para alcançar a segurança da água em sistemas como bacias fluviais ou aquíferas e aquíferos, que são compartilhados entre limites jurídicos e políticos. Nestes casos, os desafios relacionados com a água são agravados pela necessidade de garantir a coordenação e o diálogo, entre estados soberanos, cada

⁶³ UNESCO-IHP. Final Report. 20th Session of the Intergovernmental Council. Paris, 2012, pg. 4-7, Paris, France: UNESCO. *Apud* UN WATER ANALITICAL BRIEF. Water Security & the Global Water Agenda. United Nations University Institute for Water, Environment & Health (UNU-INWEH), 2013, pg. 10.

⁶⁴ UNESCO-IHP. Final Report. 20th Session of the Intergovernmental Council. Paris, 2012, pg. 4-7, Paris, France: UNESCO. *Apud* UN WATER ANALITICAL BRIEF. Water Security & the Global Water Agenda. United Nations University Institute for Water, Environment & Health (UNU-INWEH), 2013, pg. 10.

um com seu próprio conjunto de interesses variados e por vezes concorrentes. É importante garantir que a segurança da água seja alcançada para todos os usuários, seja a montante ou a jusante, e não venha à custa da insegurança da água para alguns em detrimento de outros⁶⁵.

Nesse sentido o Direito Internacional das águas, ainda que recente, traz uma série de princípios, convenções, declarações e diretrizes para assegurar o compartilhamento e gerenciamento transfronteiriço.

A legislação internacional das águas transfronteiriças evoluiu e se cristalizou através da prática dos Estados, dos esforços de codificação e do desenvolvimento progressivo empreendidos pela ONU⁶⁶, pelos tribunais internacionais e outras instituições.⁶⁷

Retomando-se o pensamento da virada do século XIX, observa-se as primeiras abordagens acerca desta regulamentação. Nessa época, uma das abordagens mais citadas, foi a opinião do procurador-geral dos Estados Unidos, juiz

⁶⁵ UN WATER ANALITICAL BRIEF. Water Security & the Global Water Agenda. United Nations University Institute for Water, Environment & Health (UNU-INWEH), 2013, pg. 08.

⁶⁶ A codificação e o desenvolvimento progressivo do direito internacional são assumidos pela Comissão de Direito Internacional. Ver Estatuto da Comissão de Direito Internacional: <http://www.un.org/law/ilc/texts/statufra.htm>. Acesso em 25/09/2018.

⁶⁷ Nesse sentido, conferir o trabalho do Institut de droit international e da International Law Association.

Judson Harmon, a respeito dos usos do Rio Grande, rio transfronteiriço compartilhado por México e Estados Unidos. Na sua opinião, concluiu que um Estado poderia utilizar as águas de um rio internacional em seu próprio território da maneira que desejasse, sem levar em consideração o dano ou impacto adverso que tal uso poderia causar aos demais estados ribeirinhos. Esta abordagem, que perdurou por um bom tempo – ficou conhecida como Doutrina Harmon, ou doutrina da soberania absoluta.⁶⁸

Atualmente, essa doutrina é criticada e rejeitada. Em seu lugar, foi elaborada uma série de princípios gerais que proíbem os estados ribeirinhos de causar danos a outros estados e exigem cooperação e solução pacífica de controvérsias⁶⁹. Um dos primeiros desses conjuntos de princípios foi o Regulamento de Helsinque sobre os Usos das Águas dos Rios Internacionais (as Regras de Helsinki), adotado pela International Law Association (ILA) em 1966.⁷⁰

⁶⁸ COHEN, Michel; GLEICK, Peter H.; ALLEN, Lucy. Understanding and Reducing the Risks of Climate Change for Transboundary Waters, Pacific Institute, Oakland, California, 2009, pg. 11. Disponível em: http://pacinst.org/wp-content/uploads/2013/02/transboundary_water_and_climate_report2.pdf. Acesso em 01/08/2018.

⁶⁹ SALMAN, S. The Helsinki Rules, the UN Watercourses Convention and the Berlin Rules: Perspectives on International Water Law. Water Resources Development, 23(4), 2007, pg. 625-640.

⁷⁰ COHEN, Michel; GLEICK, Peter H.; ALLEN, Lucy. Understanding and Reducing the Risks of Climate Change for Transboundary Waters, Pacific Institute, Oakland, California, 2009, pg. 11. Disponível em: http://pacinst.org/wp-content/uploads/2013/02/transboundary_water_and_climate_report2.pdf. Acesso em 01/08/2018.

A Convenção de Helsinque fornece um modelo possível para a regulação regional das águas transfronteiriças. Foram as primeiras diretrizes internacionais abrangentes a regulamentar o uso de rios transfronteiriços e as águas subterrâneas conectadas. As Regras de Helsinki estabeleceram o princípio de “utilização razoável e equitativa” das águas de uma bacia de drenagem internacional entre os estados ribeirinhos, como princípio básico da lei internacional da água⁷¹.

Em seu artigo V, a Convenção estabelece que os fatores relevantes a serem considerados na determinação da utilização razoável e equitativa incluem, mas não se limitam a: (a) a geografia da bacia, incluindo a extensão da área de drenagem no território de cada Estado da bacia; (b) a hidrologia da bacia, incluindo a contribuição da água em cada estado da bacia; (c) o clima que afeta a bacia; (d) a utilização anterior das águas da bacia; (e) as necessidades econômicas e sociais de cada estado da bacia; (f) a população dependente das águas da bacia em cada estado da bacia; (g) os custos comparativos de meios alternativos para satisfazer as necessidades econômicas e sociais de cada Estado da bacia; (h) a disponibilidade de outros recursos; (i) evitar desperdícios desnecessários na utilização das águas da

⁷¹ SALMAN, S. The Helsinki Rules, the UN Watercourses Convention and the Berlin Rules: Perspectives on International Water Law. *Water Resources Development*, 23(4), 2007, pg. 625-640.

bacia; (j) a praticabilidade da compensação para um ou mais dos estados das co-bacias como um meio de ajustar os conflitos entre os usos; e (k) o grau em que as necessidades de um estado da bacia podem ser satisfeitas, sem causar danos substanciais aos outros estados.⁷²

A Convenção, de uma maneira geral, demonstra como uma série de problemas relacionados ao desenvolvimento e gestão da água transfronteiriça podem ser abordados de forma abrangente e cooperativa dentro de uma estrutura que fornece a base para a elaboração de acordos transfronteiriços de água mais específicos.

Após longas negociações, as Regras de Helsinque foram seguidas pela Convenção sobre o Direito dos Usos Não-Navegáveis dos Cursos de Água Internacionais (Convenção da ONU), adotada pela Assembléia Geral da ONU em maio de 1997.⁷³ Essa convenção estabelece um quadro de princípios gerais para orientar o comportamento dos Estados e os encoraja a celebrarem acordos nos cursos de água.⁷⁴

⁷² Disponível em:

https://www.internationalwaterlaw.org/documents/intldocs/ILA/Helsinki_Rules-original_with_comments.pdf. Acesso em 17/01/2018.

⁷³ O texto completo da Convenção está disponível em: http://untreaty.un.org/ilc/texts/instruments/english/conventions/8_3_1997.pdf.

⁷⁴ SANDS, Philippe; PEEL, Jacqueline. *Principles of International Environmental Law*, 3^a edition, Cambridge University Press, New York, pg. 310.

É um acordo global com o objetivo de “garantir a utilização, desenvolvimento, conservação, manejo e proteção dos cursos de água internacionais” e a promoção de sua utilização ótima e sustentável para as gerações atuais e futuras⁷⁵. De acordo com isto, a Convenção exige que “um curso de água internacional seja utilizado e desenvolvido pelos Estados de cursos de água com vista a obter uma utilização ótima e sustentável e benefícios daí resultantes, tendo em conta os interesses dos Estados do curso de água em causa, consistente com uma proteção adequada do curso de água”⁷⁶.

A Convenção compreende uma seção introdutória e cinco partes operacionais. A Parte II propõe princípios gerais. Seu artigo 5 salienta que os Estados do curso de água "devem utilizar um curso de água internacional de forma equitativa e razoável". O artigo 7º obriga os Estados do curso de água a "tomar todas as medidas adequadas para evitar causar danos significativos a outros Estados do curso de água". Sempre que um dano significativo seja causado, o estado responsável tem que tomar todas as medidas adequadas, para eliminar ou diminuir o dano e discutir a questão da compensação⁷⁷. O artigo 8º obriga os Estados de cursos de água a cooperar com base na

⁷⁵ UN Watercourses Convention, preambular paragraph 5.

⁷⁶ UN Watercourses Convention, Art. 5.

⁷⁷ SANDS, Philippe; PEEL, Jacqueline. Principles of International Environmental Law, 3ª edition, Cambridge University Press, New York, pg. 311.

igualdade, integridade, benefício mútuo e boa-fé, a fim de otimizar o uso e proteger os cursos de água compartilhados; e o artigo 33 oferece disposições para a solução pacífica de controvérsias por meio de negociação, mediação, arbitragem ou recurso perante a Corte Internacional de Justiça.⁷⁸

A Convenção da ONU oferece dois caminhos para determinar o direito legal de uso das águas internacionais: (a) conforme definido por acordos existentes ou futuros,⁷⁹ e (b) de acordo com o princípio de utilização equitativa e razoável.⁸⁰ O processo é apoiado pelas disposições que exigem consultas,⁸¹ medidas e gestão conjuntas.⁸²

A Convenção marca um desenvolvimento importante, estabelecendo regras de aplicação geral que são capazes de aplicação global. Fornece um ponto de partida importante e reflete os padrões internacionais mínimos de comportamento para os Estados dentro de seus acordos^{83, 84}

78

Disponível

em:

http://untreaty.un.org/ilc/texts/instruments/english/conventions/8_3_1997.pdf.

Acesso em 17/01/2019.

⁷⁹ UN International Watercourses Convention (note 1), Article 3.

⁸⁰ Articles 5, 6, 7, 10 and 21(2), UN Watercourses Convention.

⁸¹ Articles 3(5), 4(1), 4(2), 6(2) 7(2), 15(1), 15(2), 17(1), 19(3), 21(3), 24, 26(2), UN Watercourses Convention.

⁸² Articles 8(2), 20, 21(2), 21(3), 23, 24, 25, 27, 28(4), UN Watercourses Convention.

⁸³ SANDS, Philippe; PEEL, Jacqueline. Principles of International Environmental Law, 3^a edition, Cambridge University Press, New York, pg. 311.

⁸⁴ Países como Iraque e Síria assinaram a Convenção; Turquia não assinou.

Apesar do incentivo fornecido pelas convenções internacionais, boa parte dos recursos hídricos compartilhados não possuem regulamentação, ou carecem de regulamentação eficiente. Observa-se que relativamente ao Oriente Médio, existem atualmente quatro acordos que regulam explicitamente as águas subterrâneas transfronteiriças.

Trata-se do Tratado de Paz Jordânia-Israel (1994), da Convenção entre a Síria e o Líbano sobre a distribuição do rio Al-Asi (Orontes) (1994), do Acordo Provisório entre a Organização de Libertação da Palestina e Israel; e do Acordo entre o Governo do Reino Hachemita da Jordânia e o Governo do Reino da Arábia Saudita para a Gestão e Utilização das Águas Subterrâneas na Camada Al-Sag/Al-Disi (2015)⁸⁵. Os demais cursos de água subterrânea, apesar de apresentarem escassez gradual, ainda necessitam de regulamentação.

⁸⁵Transboundary water challenges: case study. Disponível em: <http://www.cae.utexas.edu/prof/mckinney/ce397/Readings/TransboundaryWaterIssues.pdf>. Acesso em 04/04/2017.

2. REGULAÇÃO E USO DAS ÁGUAS TRANSFRONTEIRIÇAS DA BACIA DO TIGRE E EUFRATES

Este capítulo tem como objetivo analisar a regulação das águas transfronteiriças⁸⁶ da Bacia do Tigre e Eufrates, bem como o contexto histórico em que foi baseada. Em seguida, são verificados os planos econômicos de cada país ribeirinho para o uso das águas e a consequente formação do quadro de escassez.

2.1 Contexto histórico da região

No início de 1900, o Império Otomano dominava a região compreendida atualmente pela Turquia, Arábia Saudita, Jordânia, Iraque, Líbano, Síria e Palestina. Embora turcos e árabes, em sua grande maioria, compartilham a mesma religião islâmica, eles são descendentes de dois grupos étnicos distintos, falando línguas diferentes.

Após a eclosão da Primeira Guerra Mundial em 1914, grupos sírios protestaram contra a repressão sofrida por parte dos governantes otomanos e exigiram completa independência

⁸⁶ O termo “águas transfronteiriças” também pode ser entendido como “curso de água internacional”, segundo Paulo Afonso Leme Machado. MACHADO, Paulo Afonso L. Recursos Hídricos: Direito Brasileiro e Internacional. Malheiros Editores, São Paulo, 2002, pg. 127.

árabe. Enquanto isso, os turcos se alinharam com a Alemanha, contra a França e a Grã-Bretanha.⁸⁷

Neste período, a Grã-Bretanha tinha o objetivo de proteger seus interesses petrolíferos na região e seus interesses no canal de Suez. Por isso, em 1915, a Grã-Bretanha buscou o controle do Oriente Médio recorrendo aos árabes para enfraquecer o controle otomano na região. Fez isso, segundo Thornton, instigando revoltas árabes contra os turcos, primeiro na Palestina e depois em Hijaz, enquanto prometiam apoiar a independência árabe⁸⁸.

Em 1916, a França e o Reino Unido selavam secretamente um compromisso para definir quais seriam suas zonas de influência no Oriente Médio, após uma eventual derrota do Império Otomano na Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Esse acordo ficou conhecido como Acordo Sykes-Picot, que desenhou as fronteiras políticas da região. Até hoje, muito se discute sobre seus efeitos e sua contribuição para os conflitos que surgiram posteriormente na região.

⁸⁷ EL-FADEL, M; EL SAYEGH, Y.; IBRAHIM, A. Abou; JAMALI, D. The Euphrates-Tigris basin: A case study in surface water conflict resolution. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/288897102_The_Euphrates-Tigris_basin_A_case_study_in_surface_water_conflict_resolution. Acesso em 18/08/2018.

⁸⁸ THORNTON, T. History of the Middle East database: World War I and the early mandate period, 1914–1929. Northfield Mount Hermon School, Northfield, MA, 2000, pg. 04. Disponível em: <http://www.nmhschool.org/tthornton/mehistorydatabase/mideastin-dex.htm>. Acesso em 05/08/2017.

Na época, os árabes não sabiam que a França e Grã-Bretanha haviam concordado em subdividir os Estados do Oriente Médio entre si no acordo secreto Sykes-Picot (16 de maio de 1916), pelo qual a França controlaria o Líbano e a Síria, e a Grã-Bretanha controlaria o que se tornaria o Iraque e Jordânia⁸⁹. Esses eventos desencadearam sentimentos de traição árabe entre os turcos e deixaram os árabes com ressentimentos a longo prazo pelo Ocidente⁹⁰.

Dentro deste acordo, o grupo étnico que, apesar de ser o quarto maior do Oriente Médio, não contou com um Estado próprio no pós-guerra, foi o dos curdos. Esse grupo ficou dividido basicamente em quatro países – Turquia, Síria, Iraque e Irã. Eles foram alvo de amplas campanhas de nacionalização e desenvolveram várias formas de reação a elas, chegando a recorrer à luta armada.

Em uma tentativa de enfraquecer o movimento nacionalista árabe, a Síria foi dividida em cinco áreas durante o mandato francês⁹¹. Destas áreas, uma delas chamava-se

⁸⁹ LIBRARY OF AMERICAN CONGRESS. Syria: A country study. Disponível em: <http://lcweb2.loc.gov/frd/cs/sytoc.html>. Washington, DC, 2001.

⁹⁰ EL-FADEL, M; EL SAYEGH, Y.; IBRAHIM, A. Abou; JAMALI, D. The Euphrates-Tigris basin: A case study in surface water conflict resolution. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/288897102_The_Euphrates-Tigris_basin_A_case_study_in_surface_water_conflict_resolution. Acesso em 18/08/2018.

⁹¹ As áreas foram Jabal Ed Druze, Aleppo, Latakia, Damasco e Alexandreta (Árabe Iskenderun).

Alexandreta, localizado na fronteira entre a Síria e a Turquia, e abrigava uma minoria turca, tendo um governo separado. Durante as negociações do tratado sírio-francês de 1936, a Turquia exigiu a reconsideração da província síria de Alexandreta baseada na grande minoria turca que residia na província e em seu sistema administrativo particular⁹².

Em 1939, a França concordou com as exigências turcas, e, a partir daí, a disputa entre a Síria e a Turquia por Alexandreta evoluiu para toda a província Hatay⁹³. Isto fortaleceu os desacordos na região entre os países.

Além destes fatores, vale a pena mencionar que, sob o domínio francês, a Síria tornou-se um abrigo para grupos perseguidos de países vizinhos, principalmente curdos, armênios e assírios. Os curdos, a quem foi prometida uma pátria no Tratado de 1920 de Sevres, fugiram da Turquia em direção à Síria e ao Iraque, entre 1924 e 1938, quando Mustapha Kemal, primeiro presidente da Turquia, tentou forçar seus programas de reforma⁹⁴.

⁹² Implementado sob o acordo franco-turco (acordo de Franklin-Bouillon), de 1921.

⁹³ LIBRARY OF AMERICAN CONGRESS. Syria: A country study. Washington, DC, 2001. Disponível em: <http://lcweb2.loc.gov/frd/cs/sytoc.html>. Acesso em 06/08/2017.

⁹⁴ EL-FADEL, M; EL SAYEGH, Y.; IBRAHIM, A. Abou; JAMALI, D. The Euphrates-Tigris basin: A case study in surface water conflict resolution. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/288897102_The_Euphrates-Tigris_basin_A_case_study_in_surface_water_conflict_resolution. Acesso em 18/08/2018.

Pode-se observar que há um longo conflito histórico entre a Turquia, a Síria e o Iraque, que iniciou durante o reinado otomano, que incluiu a rebelião árabe, o ressentimento sírio pelo que eles perceberam como a transferência arbitrária da província de Alexandretta para a Turquia pelos franceses, e finalmente, a imigração de curdos para o estado sírio. Todos estes fatores, geraram impactos na relação entre os países e nos acordos para a gestão das águas.

2.2 A bacia do Tigre e Eufrates

Os rios Tigre e Eufrates surgem nas terras altas do sudeste da Turquia e fluem para o Golfo Árabe. O Eufrates nasce no sul da Turquia e flui para o sudeste da Síria, uma das áreas mais povoadas do país, atravessando o Iraque, onde continua a sudeste até encontrar o rio Tigre para formar o Shatt al-'Arab⁹⁵. O Eufrates é o rio mais longo do sudoeste da Ásia (3000 km comprimento, área 579,314 km²) e sua vazão média anual varia entre 28,4 - 32,4 bilhão m³.⁹⁶

⁹⁵ EL-FADEL, M; EL SAYEGH, Y.; IBRAHIM, A. Abou; JAMALI, D. The Euphrates-Tigris basin: A case study in surface water conflict resolution. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/288897102_The_Euphrates-Tigris_basin_A_case_study_in_surface_water_conflict_resolution. Acesso em 07/05/2017.

⁹⁶ PARTOW, H., The Mesopotamian Marshlands: Demise of an Ecosystem, Division of Early Warning and Assessment, United Nations Environment Programme, Nairobi, Kenya, pg. 04. Disponível em:

Ao chegar nas planícies do Iraque, o Eufrates diminui em volume e velocidade, apresentando uma distribuição irregular nos países que atravessa no decorrer de seu curso⁹⁷. O rio Tigre por sua vez, (comprimento 1862 km e área 371.562 km²) flui a sudeste da Turquia através de um pequeno trecho do território sírio antes de entrar no Iraque⁹⁸.

A bacia do Tigre e Eufrates abrange quatro Estados, os quais: Turquia, Síria, Iraque e Irã (e parcialmente Arábia Saudita). No entanto, a Arábia Saudita e o Irã não são grandes ripários nesta bacia. O Irã é ribeirinho apenas do Tigre, e embora seu território inclua uma grande parte da área de captação, o rio principal não flui através dele, o que o impede de usar suas águas para agricultura ou energia hidrelétrica⁹⁹. A Arábia Saudita é ribeirinha apenas de trecho de captação do rio Eufrates, que

<http://www.grid.unep.ch/activities/sustainable/tigris/mesopotamia.pdf>. Acesso em 08/01/2018.

⁹⁷ Disponível em: <https://cals.arizona.edu/OALS/ALN/aln44/kaya.html>. Acesso em 10/04/2018.

⁹⁸ PARTOW, H., The Mesopotamian Marshlands: Demise of an Ecosystem, Division of Early Warning and Assessment, United Nations Environment Programme, Nairobi, Kenya, pg. 04. Disponível em: <http://www.grid.unep.ch/activities/sustainable/tigris/mesopotamia.pdf>. Acesso em 08/01/2018.

⁹⁹ PARTOW, H., The Mesopotamian Marshlands: Demise of an Ecosystem, Division of Early Warning and Assessment, United Nations Environment Programme, Nairobi, Kenya, pg. 04. Disponível em: <http://www.grid.unep.ch/activities/sustainable/tigris/mesopotamia.pdf>. Acesso em 08/01/2018.

comumente, seca no verão. Portanto, esses países geralmente são ignorados nos estudos e acordos da bacia¹⁰⁰.

As relações hidropolíticas entre os Estados ribeirinhos da bacia, são definidas pela condição geográfica da região, pois, conforme assegura Elhance, os Estados a montante, como a Turquia, tem um controle sobre a qualidade e a quantidade de água que flui pelo curso do rio, o que, na prática, a coloca em posição favorável na negociação com os Estados à jusante¹⁰¹.

Gleick afirma que, nessas regiões, os recursos de água fazem parte da extensão militar dos Estados ribeirinhos. Ele complementa que o uso desigual desses recursos hídricos compartilhados, gera tensões regionais e internacionais e alguns fatores como: aumento da população, necessidade de desenvolvimento econômico e mais água para agricultura, que intensificam os conflitos entre os países que dividem o recurso hídrico¹⁰².

A vida econômica da Bacia do Tigre-Eufrates depende das águas dos rios. Historicamente, a agricultura do sudeste da

¹⁰⁰ COHEN, JE. Direito internacional e a política da água do Eufrates. *Revista de Direito Internacional e Política da Universidade de Nova York* 24: 503-556. *Apud* KAYA, Ybraim, The Euphrates-Tigris basin: An overview and opportunities for cooperation under international law. Disponível em: <https://cals.arizona.edu/OALS/ALN/aln44/kaya.html>. Acesso em 07/04/2018.

¹⁰¹ ELHANCE, A. P. *Hydropolitics in the 3rd World: conflict and cooperation in international river basins*. Washington, Dc: United States Institute of Peace Press.1999, pg. 16.

¹⁰² GLEICK, P. *Water and Conflict: Fresh Water Resources and International Security*. *International Security*, v. 18, 1993, pg. 84.

Anatólia, na Turquia, bem como do norte do Iraque e da Síria, tem sido totalmente dependente destes e da recarga das chuvas, para utilização de sistemas de irrigação, particularmente na Síria.¹⁰³

O Iraque, apesar de ser o país com o acesso mais restrito às águas dos rios Tigre e Eufrates, depende quase totalmente delas para o sustento da população e produção econômica, pois enfrenta a escassez do recurso durante os meses de produção agrícola. Como a região é seca, é necessária a drenagem das águas para aumentar a irrigação nas terras cultiváveis, o que acarreta diminuição do recurso para consumo da população, somado ao problema da salinização¹⁰⁴.

Após o Iraque, a Síria é o país que apresenta a maior dependência da bacia, onde 85% de suas atividades necessitam do rio Eufrates¹⁰⁵. Além da escassez de recursos hídricos, o clima da região ainda é seco, fazendo com que o rio Eufrates seja, além de extremamente necessário, uma das poucas fontes

¹⁰³ Sistema do rio Tigre-Eufrates. Disponível em: <http://search.britannica.com/search?miid=1254963&query=Tigris-Eu-phrates+River+System>. Enciclopédia Britannica, Chicago, IL. Acesso em 04/08/2018.

¹⁰⁴ MACQUARRIE, P. Water Security in the Middle East: Growing Conflict over Development in the Euphrates Tigris Basin. Dublin (IRL); 2003, pg. 41-42. Disponível em: <http://www.waterwiki.net/images/1/1e/MacQuarrie2004.pdf>. Acesso em 07/08/2018.

¹⁰⁵ KLARE, M. T. Resource Wars: The new landscape of global conflict. New York: Henry Holt and Company, 2002, pg. 176.

de água que a Síria possui para utilizar na irrigação e na geração de energia.

A Síria ainda depende de outros rios internacionais que nascem fora de seu território, como o rio Jordão, o Orontes e o Yarmuk, que também são compartilhados por Israel e Jordânia¹⁰⁶.

A Turquia, por sua vez, tem uma posição geográfica privilegiada, comportando em seu território as nascentes dos rios Tigre e Eufrates. O país necessita de apenas 30% dessas águas, mas seu plano é alargar a capacidade de uso dessa bacia com projetos que impulsionem o desenvolvimento econômico do país¹⁰⁷.

Deste modo, os três Estados ribeirinhos têm projetado importantes desenvolvimentos no uso destas águas nos últimos 50 anos e continuam a intensificá-los: Turquia com o Projeto do Sudeste da Anatólia (GAP, no seu acrônimo turco), que compreende 22 extensas barragens; Síria com três grandes barragens no Eufrates, sendo a de Tabqa sua principal; e, Iraque com outras 15 barragens dispostas ao longo de ambos os rios¹⁰⁸.

¹⁰⁶ DELLAPENNA, J. W. The customary international law of transboundary fresh waters Int. J. Global Environmental Issues. 2001, v.1, nos.3/4, pg. 264-289.

¹⁰⁷ KLARE, M. T. Resource Wars: The new landscape of global conflict. New York: Henry Holt and Company. 2002, pg. 176.

¹⁰⁸ KIBAROGLU, Aysegul; KIRSCHENER, Adele; MEHRIG, Sigrid; WOLFRUM, Rudiger. Water Law and Cooperation in the Euphrates-Tigris Region. Publisher by Martinus Nijhoff, pg. 147.

É com base nestes projetos que os principais acordos referentes às águas transfronteiriças foram realizados.

2.3 Regulação e uso das águas transfronteiriças da Bacia do Tigre e Eufrates

2.3.1 Acordos referentes ao uso e gestão das águas

Após a Primeira Guerra Mundial, com o fim do Império Otomano, e a divisão dos países na região, os rios Tigre e Eufrates passaram a receber maior atenção¹⁰⁹. A partir disso, duas fases podem ser distintas na exploração e regulação das águas.

Durante a primeira fase, de 1946 a 1960, não foram realizados projetos de longo alcance na extensão do fluxo. Em contraste, a segunda fase, de 1960 até os dias de hoje, foi marcada por uma série de projetos, todos caracterizados por uma falta quase total de cooperação entre os três estados ribeirinhos, o que em parte, se deve ao fato desse sistema ser repartido por países e grupos étnicos distintos que dificilmente concordam

¹⁰⁹ ELVAR, H. Emerging Water conflict in the Middle East: The Case of the Euphrates and the Tigris Rivers Basin. *Apud* Water: Dispute Prevention and Development. Washington, D.C: American University Center for the Global South, 1998. Disponível em: <http://gurukul.ucc.american.edu/maksoud/water98/present8.htm#Elver>. Acesso em 08/08/2018.

com a distribuição dos recursos hídricos, assim como ocorre com o rio Jordão¹¹⁰.

O primeiro acordo internacional moderno relacionado ao uso da água na Mesopotâmia foi a convenção franco-britânica de 1920 (também conhecida como Luzon's Treaty, Paris), onde os poderes signatários concordaram em estabelecer um comitê para examinar e coordenar a utilização da água no Eufrates e Tigre¹¹¹. Houve outros acordos como o de 1921 entre a França e a Turquia, a Convenção Turco-Francesa de 1926, o Protocolo entre França e Turquia de 1929 e o Protocolo de 1930¹¹².

Em 1923, o acordo conhecido como acordo de Lausanne foi assinado entre a Turquia e as potências aliadas. Neste acordo, ficou compactuado que as questões relacionadas com a água transfronteiriça deveriam ser tratadas separadamente e com respeito mútuo. Também incluiu uma disposição que a Turquia

¹¹⁰ KLARE, M. T. *Resource Wars: The new landscape of global conflict*. New York: Henry Holt and Company. 2002, p. 173. *Apud* FERNANDES, Livia Escócio. *Cooperação e conflito pelo uso da água em rios internacionais: a bacia dos rios Eufrates e Tigre*. Disponível em: https://ecitydoc.com/download/cooperacao-e-conflito-pelo-uso-da-agua-em-rios-internacionais_pdf. Acesso em 31/05/2018.

¹¹¹ Houve outros acordos como o de 1921 entre a França e a Turquia, a Convenção Turco-Francesa de 1926, o Protocolo entre França e Turquia de 1929, o Protocolo de 1930 e o Protocolo de 1946 (KAYA, 1998).

¹¹² KAYA, I. *The Euphrates-Tigris basin: An overview and opportunities for cooperation under international law*. *Arilands Newsletter*.1998, no. 44. Disponível em: <http://ag.arizona.edu/OALS/ALN/aln44/kaya.html>. Acesso em 10/08/2018.

deve consultar o Iraque antes de empreender quaisquer obras hidráulicas (artigo 109)¹¹³.

No Tratado de Amizade e Boa Vizinhança, assinado entre a Turquia e as potências aliadas em 1926, as partes concordaram em cooperar no uso da bacia do Tigre e Eufrates. Então, em 1930, o Protocolo Turco-Francês (sobre a Comissão de Delimitação) foi assinado entre a Turquia e a França (Síria), afirmando que a fronteira entre os dois países seria no meio do rio Tigre, independentemente das mudanças no curso do rio¹¹⁴. O Iraque e a Síria obtiveram sua independência em 1932 e 1946, respectivamente¹¹⁵.

Em 1946, um protocolo turco-iraquiano foi assinado, cuja finalidade principal era a construção de postos de proteção e observância em território turco para evitar a inundação de rios¹¹⁶.

¹¹³ ESCWA. Economic and Social Commission for Western Asia. Inventory of Shared Water Resources in Western Asia. Salim Dabbous Printing Co., Beirut, Lebanon, 2013, pg. 626.

¹¹⁴ ESCWA. Economic and Social Commission for Western Asia. Inventory of Shared Water Resources in Western Asia. Salim Dabbous Printing Co., Beirut, Lebanon, 2013, pg. 626.

¹¹⁵ AL-ANSARI, Nadhir. Hydro-Politics of the Tigris and Euphrates Basins. Luleå University of Technology, Luleå, Sweden. 2016, pg. 13. Disponível em: <http://www.scirp.org/journal/enghttp://dx.doi.org/10.4236/eng.2016.83015>. Acesso em 15/09/2018.

¹¹⁶ The Euphrates-Tigris basin: A case study. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/288897102_The_Euphrates-Tigris_basin_A_case_study_in_surface_water_conflict_resolution. Acesso em 01/05/2018.

Em 1960, a demanda por água começou a exceder a quantia disponível, levando as autoridades de cada Estado ao diálogo, na tentativa do estabelecimento de instituições *ad hoc* para as negociações¹¹⁷. Nesta década, a Turquia decide construir a barragem Keban, no Eufrates, o que leva a preocupação dos Estados ribeirinhos à jusante, que necessitavam de um fluxo garantido de água para continuar suas atividades durante o período de captação da barragem.

Desta maneira, em 1964, foi realizada uma primeira reunião entre especialistas da Turquia e Iraque, resultando no acordo entre os dois países, no qual ficou decidido que seria garantida uma vazão de 350 m³/s a partir da barragem, desde que o fluxo natural do rio fosse adequado para suprir essa descarga¹¹⁸. Além disso, durante esta reunião, a Turquia propôs a criação de um Comitê Técnico Conjunto (JTC), que inspecionaria cada rio para determinar sua vazão média anual, prepararia uma declaração de princípios e procedimentos para facilitar um acordo sobre direitos da água e avaliaria as

¹¹⁷ KIBAROGLU, A; SCHEUMANN, W. Evolution of Transboundary Politics in the Euphrates-Tigris River System: New Perspectives and Political Challenges. *Global Governance: A Review of Multilateralism and International Organizations*, pg. 279.

¹¹⁸ KIBAROGLU, A. *Transboundary Water Governance in the Euphrates Tigris River Basin*, 2015. Disponível em: <https://www.e-ir.info/2015/07/22/transboundary-water-governance-in-the-euphrates-tigris-river-basin/>. Acesso em 16/08/2018.

necessidades de irrigação dos três países através de estudos de campo.¹¹⁹

Após algumas reuniões *ad hoc*, a primeira negociação tripartite, ocorreu em Bagdá, em 1965. Na ocasião as três delegações trocaram dados técnicos sobre as barragens de Haditha (Iraque), Tabqa (Síria) e Keban (Turquia). A Síria, desde aquela época sugeriu que houvesse um estudo pelo JTC que avaliasse as necessidades de água para as terras irrigáveis, sugerindo o desvio de uma parte de água do rio Tigre para o rio Eufrates, havendo oposição por parte do Iraque.¹²⁰

Em diversas ocasiões os países se reuniram para trocar informações sobre questões técnicas relacionadas aos reservatórios. No entanto, nenhum acordo foi alcançado, Turquia e a Síria determinaram unilateralmente os programas de captação de seus reservatórios e não foi possível a concretização de um acordo multilateral sobre o direito igualitário do uso das águas da bacia do Eufrates e Tigre¹²¹.

¹¹⁹ KIBAROGLU, A.; SCHEUMANN, W. Euphrates-Tigris River System: Political Rapprochement and Transboundary Water Cooperation. *Apud* KIBAROGLU, A.; et al., Turkey's Water Policy: National Frameworks and International Cooperation, Heidelberg: Springer, 2011, pg. 277–301.

¹²⁰ KIBAROGLU, A.; SCHEWMANN, W. Euphrates-Tigris River System: Political Rapprochement and Transboundary Water Cooperation. *Apud* KIBAROGLU, A. et al., Turkey's Water Policy: National Frameworks and International Cooperation, Heidelberg: Springer, 2011, pg. 277–301.

¹²¹ KIBAROGLU, A.; ÜNVER, O. An Institutional Framework for Facilitating Cooperation in the Euphrates-Tigris River Basin. *International Negotiation*, The Netherlands: Kluwer Law International, 2000, v. 5, pg. 315. Disponível em: www.hidropolitik.hacettepe.edu.tr/KibarogluUnver.doc. Acesso em 15/08/2018.

Até a década de 1970, os rios Eufrates e Tigre não apresentavam uma fonte de conflito entre os Estados ribeirinhos. Em 1975, no entanto, com a ajuda da URSS a represa de Tabqa é finalizada na Síria, causando uma redução de fluxo de água do rio Eufrates (920 m³/s para 197 m³/s). O Iraque país diretamente prejudicado pela redução, acusou a Síria de restringir o recurso hídrico por razões políticas e reivindica seus direitos sobre a água¹²². Contudo, a redução da água para o Iraque, também pode ser explicada pela seca ocorrida naquele ano e pelo abastecimento do reservatório de Keban, na Turquia.

Em julho de 1975, as relações entre os países se deterioraram, com o deslocamento das forças armadas pela fronteira e o fechamento do espaço aéreo para as aeronaves da outra parte. O que apenas foi resolvido pela intermediação da Arábia Saudita através de uma negociação de paz. Embora os termos do acordo não fossem divulgados, segundo Burleson, a Síria aceitou fornecer de 40 a 60% do fluxo das águas do rio Eufrates para o Iraque¹²³.

No início dos anos 80, os planos de desenvolvimento turcos criaram uma nova demanda por cooperação. Desta vez, o

¹²² MACQUARRIE, P. *Water Security in the Middle East: Growing Conflict over Development in the Euphrates Tigris Basin*. Dublin (IRL), 2003, pg. 49. Disponível em: <http://www.waterwiki.net/images/1/1e/MacQuarrie2004.pdf>. Acesso em: 16/08/2018.

¹²³ BURLESON, E. *Equitable and Reasonable Use of Water in the Euphrates-Tigris Basin*. *Environmental Law Reporter*, 2005, v. 35, pg. 10046.

Iraque propôs a formação de um Comitê Técnico Conjunto permanente. No final da primeira reunião da Comissão Econômica Conjunta entre Turquia e Iraque, houve o estabelecimento deste comitê (JTC), o qual a Síria aderiu em 1983.¹²⁴

Ao JTC foi conferido um mandato para determinar métodos e procedimentos para definição de uma quantidade razoável de água que suprisse as necessidades de cada país, para ambos os rios. Entre as competências do JTC estava a troca de dados hidrológicos e meteorológicos, o compartilhamento de informações sobre a construção de barragens e de redes de irrigação nos três países, e a discussão dos planos iniciais para o preenchimento dos reservatórios de Karakaya e Ataturk.

Em 1983, a Turquia inicia a construção do Projeto de Desenvolvimento do Sudeste da Anatólia (GAP, em turco, Guneysdogu Anadolu Projesi), gerando uma importante fonte de tensão entre os co-riparianos. O projeto engloba diretamente seis províncias da região sul da Turquia (Anatólia), cobrindo uma área de 73.863 km², ou 9,5% da Turquia¹²⁵. O projeto GAP inclui 22 represas, 25 projetos de irrigação e 19

¹²⁴ KIBAROGLU, A. Building a Regime for the Waters of the Euphrates-Tigris River Basin. Boston: Kluwer Law International, pg. 259–260.

¹²⁵ REPUBLIC OF TURKEY, Prime Ministry, Southeastern Anatolia Project Regional Development Administration, Disponível em: <http://www.gap.gov.tr/images/Haritalar/tr-gap1.jpg>. Acesso em 05/05/2018.

usinas hidrelétricas, sendo dividido em 13 subprojetos principais, 7 localizados no Rio Eufrates e 6 no Tigre.¹²⁶

Isto gerou preocupação para os países ribeirinhos, pois, segundo especialistas, quando todos os projetos GAP estivessem em funcionamento no Eufrates, o fluxo natural para a Síria seria reduzido em mais de 30-55 por cento (10-16,9 bcm / ano) e até 80 por cento (25,6 bcm / ano) para o Iraque¹²⁷.¹²⁸ As estimativas de diminuição do Tigre são menores, variando de 10 a 14% de seu fluxo total (5-7 bcm / ano), onde o Tigre encontra o Eufrates e flui para o Shatt al-Arab. A questão é particularmente aguda no norte do Iraque em áreas irrigadas ao norte de Mosul e Curdistão, onde haveria uma redução de 25-35% do fluxo na fronteira turco-iraquiana¹²⁹.

Em 1989, as tensões entre os países voltam a agravar-se pois a construção da barragem de Atatürk, na Turquia, reduziu em 75% o fluxo de água do rio Eufrates a partir da barragem

¹²⁶ No Eufrates, o Baixo-Eufrates é o maior subprojecto, englobando a Barragem de Atatürk e os Túneis de Anlurfa, subprojetos menores. Outros projetos no Eufrates são o Karakaya, a fronteira do Eufrates, Suruç-Baziki, Kahta-Adıyaman, Gaziantep e Gaziantep-Araban. Os projetos no Tigre incluem o Dicle, o Kralkızı, o Batman, o Batman-Silvan, o Garzan, o Ilisu e o Cizre. KIBAROGLU, A. Building a Regime for the Waters of the Euphrates-Tigris River Basin. Boston: Kluwer Law International, pg. 174.

¹²⁷ As estimativas de tempo variam desde as depleções máximas em 2005 até 2040. Hillel, pg. 107-11; Dolalyar, pg. 144; Kibaroglu, pg. 182; Kliot, pg.132-5.

¹²⁹ MACQUARRIE, P. Water Security in the Middle East: Growing Conflict over Development in the Euphrates Tigris Basin. Dublin (IRL), 2003, pg. 49. Disponível em: <http://www.waterwiki.net/images/1/1e/MacQuarrie2004.pdf>. Acesso em: 16/08/2018.

síria de Tabqa, para o Iraque¹³⁰. No final do mesmo ano, por decisão unilateral da Turquia e sem aviso prévio, o fluxo do rio Eufrates foi reduzido ainda mais para o término da barragem, o que gerou reclamações dos demais países, que afirmavam haver violação dos princípios internacionais sobre o uso compartilhado dos rios transfronteiriços¹³¹.

Síria e Iraque alegavam que a Turquia estava usando a água como arma de guerra. Antes que as tensões na região fossem aumentadas, a Turquia voltou a fornecer o fluxo de água do rio Eufrates para os ribeirinhos¹³².

Para muitos especialistas, as crises de água enfrentadas pela Síria e pelo Iraque serão cada vez mais intensas se o projeto GAP for completamente executado na Turquia.

Em virtude disto, ambos países iniciaram uma campanha financeira contra os projetos turcos, assegurando um bloqueio do projeto GAP no sistema financeiro internacional. Conseguiram fazer com que a Turquia suportasse o enorme custo de seus projetos sem financiamento externo (US\$ 32

¹³⁰ BURLESON, E. Equitable and Reasonable Use of Water in the Euphrates-Tigris Basin. *Environmental Law Reporter*, 2005, v. 35, pg. 10046.

¹³¹ ÇARKOGLU, A.; EDER, M. Domestic Concerns and the Water Conflict over the Euphrates-Tigris River Basin. *Middle Eastern Studies*, 2001. v. 37, n.1, pg. 57.

¹³² ELVAR, H. Emerging Water conflict in the Middle East: The Case of the Euphrates and the Tigris Rivers Basin. *Apud* Water: Dispute Prevention and Development. Washington, D.C: American University Center for the Global South, 1998. Disponível em: <http://gurukul.ucc.american.edu/maksoud/water98/present8.htm#Elver>. Acesso em: 01/09/2018.

bilhões até 2002), convencendo o Banco Mundial a não financiar o GAP até que a Turquia elaborasse um tratado ribeirinho. Isso refletiu negativamente sobre a economia nacional turca, forçando o país a adiar a implementação do projeto completo por pelo menos 30 anos.¹³³

Não apenas os projetos de gerenciamento hídrico na Turquia, como também os planos da Síria para o rio Eufrates, poderão diminuir a quantidade e a qualidade da água em curso, o que coloca em perigo a agricultura e a alimentação da população desses países, em especial os países a jusante¹³⁴.

Além dos aspectos de gerenciamento hídrico, a questão política curda é um fator que influencia diretamente as tensões entre a Turquia, Síria e Iraque. Os curdos ocupam 50% da região do GAP, e algumas partes do leste e centro da Turquia, parte do Irã, norte do Iraque, nordeste da Síria, partes na Geórgia, Armênia e Rússia¹³⁵. O povo curdo é conhecido pelos conflitos separatistas com o governo turco, na tentativa de construir um

¹³³ DOLATYAR, M. Water politics no Oriente Médio. Macmillan publ. Ltd., Hampshire, Reino Unido, 2000. *Apud* FERNANDES, Lívia Escócio. Cooperação e conflito pelo uso da água em rios internacionais: a bacia dos rios Eufrates e Tigre. Disponível em: https://ecitydoc.com/download/cooperacao-e-conflito-pelo-uso-da-agua-em-rios-internacionais_pdf. Acesso em 31/05/2018.

¹³⁴ ELHANCE, A. P. *Hydropolitics in the 3rd World: conflict and cooperation in international river basins*. Washington, Dc: United States Institute of Peace Press. 1999, pg. 148.

¹³⁵ MACQUARRIE, P. *Water Security in the Middle East: Growing Conflict over Development in the Euphrates Tigris Basin*. Dublin (IRL), 2003, pg. 18. Disponível em: <http://www.waterwiki.net/images/1/1e/MacQuarrie2004.pdf>. Acesso em 10/05/2018.

“estado nacional”. A "questão curda" é há muito tempo documentada e reconhecida internacionalmente como um conflito difícil entre curdos e o governo turco, pois, para alguns autores, eles são a única minoria que conseguiria desestabilizar a unidade da população na Turquia. Desde 1984, os curdos atuam em um movimento separatista no país¹³⁶.

Na região do antigo Curdistão estão situados os rios Tigre e Eufrates. Apesar de todos os países ribeirinhos desenvolverem suas atividades econômicas neste território, é o projeto GAP da Turquia que ocupa a maior parcela do território curdo.

No início deste projeto, um de seus propósitos era aumentar a prosperidade econômica na região, aliviando as tensões entre o governo turco e o partido curdo PKK¹³⁷. Na prática teve efeito contrário, aumentando a atividade do partido.

O anúncio dos planos do GAP em 1984 coincidiu com a formação do PKK. O primeiro medo curdo quanto ao GAP foi que ele movesse a população para fora de suas terras,

¹³⁶ METZ, H. C. Turkey: kurds. Federal Research Division, Library of Congress Country Studies, 1995. Disponível em: [http://lcweb2.loc.gov/cgi-bin/query/r?frd/cstdy:@field\(DOCID+tr0043](http://lcweb2.loc.gov/cgi-bin/query/r?frd/cstdy:@field(DOCID+tr0043). Acesso em 01/09/2018.

¹³⁷ HAKKI, M. M. Turkey, Water and the Middle East: Some Issues Lying Ahead. Chinese Journal of International Law. 2006, v.5, n.2, pg. 443. *Apud* FERNANDES, Lívia Escócio. Cooperação e conflito pelo uso da água em rios internacionais: a bacia dos rios Eufrates e Tigre. Disponível em: https://ecitydoc.com/download/cooperacao-e-conflito-pelo-uso-da-agua-em-rios-internacionais_pdf. Acesso em 31/05/2018.

deslocando-a para as cidades, e com efeito, até hoje 210.000 residentes de mais de 300 aldeias já foram deslocados devido ao enchimento do reservatórios de Keban, Karkaya e Atatürk¹³⁸.

Em 1984, a Turquia acusa a Síria de fornecer apoio às forças separatistas dos curdos, aponta-a como a culpada por financiar e equipar o PKK para formar rebeliões contra o país¹³⁹. A Síria negou as acusações, apontando que o governo turco utilizava seu domínio sobre o rio Eufrates para finalidades políticas¹⁴⁰. Esses fatos acabaram trazendo obstáculos para a formação de um acordo entre os países ribeirinhos.

Até 1993, a Turquia, Síria e Iraque realizaram dezesseis reuniões no JCT¹⁴¹. No entanto, o comitê não pôde cumprir seu mandato e as negociações tiveram vários impasses. As principais questões levantadas relacionaram-se tanto ao assunto

¹³⁸ MACQUARRIE, P. Water Security in the Middle East: Growing Conflict over Development in the Euphrates Tigris Basin. Dublin (IRL), 2003, pg. 18. Disponível em: <http://www.waterwiki.net/images/1/1e/MacQuarrie2004.pdf>>. Acesso em 10/05/2018.

¹³⁹ EL-FADEL, M; EL SAYEGH, Y.; IBRAHIM, A. Abou; JAMALI, D. The Euphrates-Tigris basin: A case study in surface water conflict resolution. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/288897102_The_Euphrates-Tigris_basin_A_case_study_in_surface_water_conflict_resolution. Acesso em 18/08/2018.

¹⁴⁰ ELVAR, H. Emerging Water conflict in the Middle East: The Case of the Euphrates and the Tigris Rivers Basin. *Apud* Water: Dispute Prevention and Development. Washington, D.C: American University Center for the Global South, 1998. Disponível em: <http://gurukul.ucc.american.edu/maksoud/water98/present8.htm#Elver>. Acesso em 01/09/2018.

¹⁴¹ KIBAROGLU, A. Transboundary Water Governance in the Euphrates Tigris River Basin, 2015. Disponível em: <https://www.e-ir.info/2015/07/22/transboundary-water-governance-in-the-euphrates-tigris-river-basin/>. Acesso em 16/08/2018.

quanto ao objeto das negociações: se o Eufrates e o Tigre poderiam ser considerados um sistema único de água, ou se as discussões deveriam ser restritas ao Eufrates.

A Turquia considera o Eufrates e o Tigre como um sistema fluvial, porque ambos os rios formam o curso d'água de *Shatt al-Arab*. Isso é reforçado pela existência do Canal *Thartar*, construído pelo Iraque, que conecta e desvia as águas do Tigre para o Eufrates. Essa visão, até agora, não é compartilhada pelo Iraque e pela Síria¹⁴².

A Síria afirma que o Tigre e Eufrates são rios internacionais que devem ser compartilhados separadamente e propõe uma fórmula simples para solucionar o problema, baseando-se na quantidade de água disponível¹⁴³. A fórmula matemática proposta pela Síria previa que: cada Estado ribeirinho deveria demonstrar suas demandas em cada rio separadamente; deveria haver um cálculo das capacidades de ambos os rios em cada Estado ribeirinho; se a demanda total não excedesse a oferta, a água deveria ser compartilhada de acordo com valores indicados; caso a demanda total de água, declarada pelos três ribeirinhos, superasse o potencial hídrico de um

¹⁴² KIBAROGLU, A. *Transboundary Water Governance in the Euphrates Tigris River Basin*, 2015. Disponível em: <https://www.e-ir.info/2015/07/22/transboundary-water-governance-in-the-euphrates-tigris-river-basin/>. Acesso em 16/08/2018.

¹⁴³ KOR, T. *ICE case studies. Tigris–Euphrates River dispute*, American Univ., Washington, DC, 1997, pg. 13. Disponível em: <http://www.american.edu/ted/ice/tigris.htm>. Acesso em 10/08/2018.

determinado rio, a quantidade excedente deveria ser dividida proporcionalmente à demanda de cada estado ribeirinho¹⁴⁴.

Em diversas reuniões, os sírios argumentam que Turquia, apesar de apresentar uma visão de utilização racional das águas, considera o uso ilimitado destas águas, de acordo com suas necessidades e com o seu direito sobre o território. A Síria afirma também que em muitas declarações públicas a Turquia considera as águas que nascem sobre seu território, como turcas, oferecendo soluções técnicas para o gerenciamento dos dois rios de acordo com a sua própria concepção do uso racional da água¹⁴⁵.

Segundo a Síria, a Turquia desrespeitou os direitos de outros países no compartilhamento e uso do mesmo curso de água internacional, violando o princípio de “não causar danos aos demais ribeirinhos”, através da construção de enormes barragens em ambos os rios, sem levar em consideração os direitos ou necessidades sírios ou iraquianos. A Síria também entendia que a Turquia não atendeu ao princípio da

¹⁴⁵ ARABIC NEWS. Recent study sees military action on Syrian–Turkish water issue impossible, 1997. Disponível em: <http://www.arabic-news.com/ansub/Daily/Day/970906/1997090602.html>. *Apud* EL FADEL, M.; JAMALI, Dima. The Euphrates-Tigris basin: A case study in surface water conflict resolution. *Journal of Natural Resources and Life Sciences Education*, 2002. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/288897102_The_Euphrates-Tigris_basin_A_case_study_in_surface_water_conflict_resolution. Acesso em 17/08/2018.

“notificação”, que representa o nível mínimo de cooperação necessária¹⁴⁶, e defendia um papel da ONU em todas as negociações e a realização de estudos pela Comissão de Direito Internacional.¹⁴⁷

A Turquia, por sua vez, recusou-se a reconhecer o caráter internacional dos rios e apenas considerava a utilização racional das águas transfronteiriças. De acordo com a Turquia, o Eufrates torna-se um rio internacional somente depois de se unir ao Tigre, no baixo Iraque, para formar o Shatt al-Arab, que então serve como fronteira entre o Iraque e a República Islâmica do Irã até atingir o Golfo, a apenas 193 km a jusante.¹⁴⁸

Além disso, a Turquia é o único país na bacia do Eufrates a ter votado contra a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito dos Usos Não-Navegáveis dos Cursos de Água Internacionais. De acordo com a Turquia, se assinada, a

¹⁴⁶ ARABIC NEWS. Recent study sees military action on Syrian–Turkish water issue impossible, 1997. Disponível em: <http://www.arabic-news.com/ansub/Daily/Day/970906/1997090602.html>. *Apud* JAMALI, Dima. The Euphrates-Tigris basin: A case study in surface water conflict resolution. *Journal of Natural Resources and Life Sciences Education*, 2002. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/288897102_The_Euphrates-Tigris_basin_A_case_study_in_surface_water_conflict_resolution. Acesso em 17/08/2018.

¹⁴⁷ KOR, T. ICE case studies. Tigris–Euphrates River dispute, American Univ., Washington, DC, 1997, pg. 13. Disponível em: <http://www.american.edu/ted/ice/tigris.htm>. Acesso em 17/05/2018.

¹⁴⁸ AKANDA, A., FREEMAN, S. e PLACHT, M. A bacia do rio Tigres-Eufrates: mediando um caminho rumo à estabilidade regional da água, 2007. *Apud* FAO WATER. Disponível em: http://www.fao.org/nr/water/aquastat/countries_regions/IRQ/. Acesso em: 10/08/2018.

Convenção daria aos estados ribeirinhos um direito de veto sobre os planos de desenvolvimento do país. Conseqüentemente, a Turquia sustenta que a Convenção não se aplicaria a ela e, portanto, não seria juridicamente vinculativa.¹⁴⁹

O país, reconhecia que possui em seu território mais água do que nos Estados ribeirinhos, no entanto, afirmava que mal conseguiria atender às suas próprias necessidades no futuro, ressaltando que há diferenciação entre um abastecimento adequado e a abundância no abastecimento de água, como ocorre em outros países. Assegurava que não possuía capacidade para utilizar plenamente a água disponível, devido à falta de tecnologias e limitações geológicas e topográficas.¹⁵⁰

Em contraste, a Turquia reconhece o princípio da utilização equitativa, conforme determinado pelo direito internacional para a alocação de fontes de água compartilhadas, como o mais aceitável, já que este leva em consideração os

¹⁴⁹ AKANDA, A., FREEMAN, S. e PLACHT, M. A bacia do rio Tigres-Eufrates: mediando um caminho rumo à estabilidade regional da água, 2007. *Apud* FAO WATER. Disponível em: http://www.fao.org/nr/water/aquastat/countries_regions/IRQ/. Acesso em: 10/08/2018.

¹⁵⁰ EL FADEL, M.; JAMALI, Dima. The Euphrates-Tigris basin: A case study in surface water conflict resolution. *Journal of Natural Resources and Life Sciences Education*, 2002. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/288897102_The_Euphrates-Tigris_basin_A_case_study_in_surface_water_conflict_resolution. Acesso em 17/08/2018.

fatores socioeconômicos, geopolíticos e hidrológicos. A Turquia afirmava que os suprimentos de água não foram utilizados para exercer pressão política sobre a Síria e o Iraque, e enfatizava a necessidade de critérios comuns para o uso da água dos rios Tigre e Eufrates. O país propôs que o uso equitativo dos suprimentos de água para os ribeirinhos fosse realizado com base em estudos conjuntos acerca do território dos países, de suas necessidades de irrigação e compartilhamento de informações.¹⁵¹

Com base nisto, a Turquia propôs o Plano de Três Fases, que tinha como objetivo a utilização otimizada, equitativa e racional da bacia dos rios Eufrates e Tigre. A Turquia defendia esse plano que visava um estudo científico para determinar a quantidade da água dos rios necessária a cada Estado ribeirinho¹⁵². Esse Plano proposto pela Turquia considerava o rios Tigre e Eufrates como um único sistema de água transfronteiriço¹⁵³, o que não foi aceito pelos demais países.

¹⁵¹ EL FADEL, M.; JAMALI, Dima. The Euphrates-Tigris basin: A case study in surface water conflict resolution. *Journal of Natural Resources and Life Sciences Education*, 2002. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/288897102_The_Euphrates-Tigris_basin_A_case_study_in_surface_water_conflict_resolution. Acesso em 17/08/2018.

¹⁵² ÇARKOGLU, A.; EDER, M. Domestic Concerns and the Water Conflict over the Euphrates-Tigris River Basin. *Middle Eastern Studies*. 2001. v. 37, n. 1, pg. 56.

¹⁵³ BOLZ, V.; ROHRMEIER, M. Euphrates and Tigris. *ETH Seminar: Science and Politics of International Freshwater Management*, 2003/04, Zurique: Swiss Federal Institute of Technology, nov., 2002. Disponível em:

Embora não tenha sido alcançado acordo sobre gestão transfronteiriça, sobre procedimentos ou sobre as quotas de água em toda a bacia, em 1987 e 1990, dois acordos bilaterais foram concluídos, os quais eram em grande parte produtos da atmosfera política então predominante. Eles não foram, no entanto, os resultados das negociações do JTC, mas foram iniciados nos mais altos níveis políticos. Ambos são reconhecidos como acordos provisórios por todos os ribeirinhos¹⁵⁴.

O *Protocolo de 1987 entre a Turquia e a Síria*, foi estabelecido na reunião da Comissão Econômica Conjunta Turca-Síria, em 17 de julho de 1987, e teve um importante resultado em relação às negociações sobre a questão da água. O Protocolo de Cooperação Econômica assinado pela Turquia e pela Síria ao final da reunião incluiu provisões para a água, ainda que fosse temporário. O texto do artigo 6º do Protocolo diz o seguinte:

Durante o período de enchimento do reservatório da represa de Atatürk e até a alocação final das águas do Eufrates entre os três países ribeirinhos, a parte turca compromete-se a liberar uma média anual de mais de 500 m³/segundo na fronteira entre a Turquia e a

http://www.eawag.ch/research_e/apec/seminars/Case%20studies/Euphrat_Tigris.pdf. Acesso em 13/08/2018.

¹⁵⁴ KIBAROGLU, A. Transboundary Water Governance in the Euphrates Tigris River Basin, 2015. Disponível em: <https://www.e-ir.info/2015/07/22/transboundary-water-governance-in-the-euphrates-tigris-river-basin/>. Acesso em 16/08/2018.

Síria. Onde o fluxo mensal cai abaixo do nível de 500 m³/seg, o lado turco concorda em compensar a diferença durante o mês seguinte¹⁵⁵.

O segundo foi o *Acordo de alocação de água entre a Síria e o Iraque: o protocolo de 1989*, quando a Síria e o Iraque perceberam a interrupção do fluxo do Eufrates devido ao represamento da Barragem de Atatürk como o início de muitas interrupções que seriam consequência dos projetos previstos dentro da estrutura do GAP. Assim, a décima terceira reunião do JTC, realizada em Bagdá em 16 de abril de 1989, forneceu a ocasião para um acordo bilateral entre a Síria eo Iraque, segundo o qual 58% da água do Eufrates vinda da Turquia seria liberada no Iraque pela Síria¹⁵⁶.

Em 1998, as relações turco-sírias se tornaram tensas quando a Turquia ameaçou a Síria com todas as medidas apropriadas se continuasse a apoiar o PKK, a organização separatista curda. Egito e Irã intermediaram as negociações entre os países. A Síria decidiu não arriscar um conflito e

¹⁵⁵ Protocolo sobre assuntos relativos à cooperação econômica de 1987, Damasco. Disponível em: http://untreaty.un.org/unts/60001_120000/30/24/00059195.pdf. Acesso em 08/06/2018.

¹⁵⁶ KIBAROGLU, A. *Transboundary Water Governance in the Euphrates Tigris River Basin*, 2015. Disponível em: <https://www.e-ir.info/2015/07/22/transboundary-water-governance-in-the-euphrates-tigris-river-basin/>. Acesso em 16/08/2018.

expulsou o líder do PKK de seu território, que foi posteriormente capturado em fevereiro de 1999.¹⁵⁷

As reuniões do JTC, nas quais foram expressas reclamações e contra-declarações relativas ao uso dos rios e à natureza do direito consuetudinário internacional sobre a água, não contribuíram efetivamente para a solução da disputa regional de recursos hídricos. O JTC não forneceu uma plataforma para delinear as prioridades e necessidades dos coproprietários como base para abordar os problemas regionais da água, como a escassez e a contaminação das águas regionais, bem como os graves impactos das secas.

A esse respeito, segundo Kibaroglu, os padrões de uso da água e a legislação e estruturas institucionais relacionadas aos países ribeirinhos nunca tiveram a chance de serem discutidos nas reuniões do JTC. As políticas nacionais de gestão e alocação e as práticas de gestão da água nos países ribeirinhos simplesmente não poderiam ser debatidas durante essas negociações.¹⁵⁸

¹⁵⁷ KIBAROGLU, A. *Transboundary Water Governance in the Euphrates Tigris River Basin*, 2015. Disponível em: <https://www.e-ir.info/2015/07/22/transboundary-water-governance-in-the-euphrates-tigris-river-basin/>. Acesso em 16/08/2018.

¹⁵⁸ KIBAROGLU, A.; SCHEUMANN, W. *Evolution of Transboundary Politics in the Euphrates-Tigris River System: New Perspectives and Political Challenges*, *Global Governance: A Review of Multilateralism and International Organizations*, 2013, pg. 287.

2.3.2 Planos econômicos para o uso da água

Sem chegar a um acordo sobre uso e gestão compartilhada, cada país ribeirinho da Bacia do Tigre e Eufrates decidiu utilizar e gerir seus recursos unilateralmente, realizando projetos de longo alcance no curso dos rios e na extração de água subterrânea. No entanto, para Maquarie, “num grupo de estados cujas principais preocupações hidropolíticas se ligam proximamente, a hidropolítica nacional não pode ser considerada separada uma das outras”.¹⁵⁹

A Turquia expandiu suas obras de água, em particular no sul da Anatólia, região curda. Os maiores projetos hídricos do país, desde a sua fundação, tornaram-se uma fonte de ressentimento para seus vizinhos, Síria e Iraque. A Síria e o Iraque, por sua vez, tentam impulsionar a independência alimentar de seus países através de seus projetos hídricos.

2.3.2.1 Planos econômicos de uso da água na Turquia

¹⁵⁹ MACQUARRIE, P. Water Security in the Middle East: Growing Conflict over Development in the Euphrates Tigris Basin. Dublin (IRL), 2003, pg. 19. Disponível em: <http://www.waterwiki.net/images/1/1e/MacQuarrie2004.pdf>. Acesso em 10/05/2018.

Em comparação com seus vizinhos, a Turquia é um país rico em recursos hídricos. Segundo as estimativas, a precipitação média anual é de pouco menos de 600 mm por ano (460 bcm), e os recursos internos renováveis são estimados em 225 bilhões de metros cúbicos, dos quais 186 bcm emergem à superfície¹⁶⁰.

Quanto às águas superficiais, os rios Eufrates e Tigre são responsáveis por quase metade das águas disponíveis e utilizadas na Turquia, apresentando um grande potencial para produção hidrelétrica.

A partir de 2000, a Turquia amplia seu uso das águas, utilizando quase 35% de seu potencial de exploração, destinando 74% para a agricultura, 15% para uso (água potável, etc.) e 11% com a indústria.¹⁶¹ Essa ampliação na exploração das águas se deu em função do principal projeto desenvolvido nas águas da Turquia, chamado programa GAP, como vimos no tópico anterior.

O projeto GAP inclui 22 represas, 25 projetos de irrigação e 19 usinas hidrelétricas, sendo dividido em 13 subprojetos principais, 7 localizados no Rio Eufrates e 6 no

¹⁶⁰ MACQUARRIE, P. *Water Security in the Middle East: Growing Conflict over Development in the Euphrates Tigris Basin*. Dublin (IRL), 2003, pg. 19. Disponível em: <http://www.waterwiki.net/images/1/1e/MacQuarrie2004.pdf>. Acesso em 10/05/2018.

¹⁶¹ BISWAS, Asit K; KOLARS, J. *A Comprehensive Approach to Middle Eastern Water*. Water Resources Management Series: 5, Middle East Water Commission, (SPF) Sasakawa Peace Foundation. Delhi: Oxford University Press, 1997, pg. 54.

Tigre.¹⁶² No Eufrates, o Baixo-Eufrates é o maior subprograma, englobando a Barragem de Atatürk e os Túneis de Anliurfa, juntamente com cinco subprojetos na Anatólia¹⁶³. Para entender os motivos da construção de um projeto tão grandioso em termos de estrutura e uso das águas, deve-se compreender primeiramente a perspectiva da Turquia com relação à sua produção energética.

Em meados dos anos 70, a Turquia teve consciência de que suas necessidades de consumo de energia estavam superando sua produção. Em função disto, decidiu aumentar drasticamente as importações de petróleo (com custo de aproximadamente US \$ 5,7 bilhões em um período de dez anos e um investimento de US \$ 2,6 bilhões somente em 1988).¹⁶⁴ Além disso, o país investiu, sem resultado, na extração de

¹⁶² No Eufrates, o Baixo-Eufrates é o maior subprojecto, englobando a Barragem de Atatürk e os Túneis de Anliurfa, subprojetos menores. Outros projetos no Eufrates são o Karakaya, a Suruç-Baziki, Kahta-Adiyaman, Gaziantep e Gaziantep-Araban. Os projetos no Tigre incluem o Dicle, o Kralkızı, o Batman, o Batman-Silvan, o Garzan, o Ilisu e o Cizre. KIBAROGLU, A. *Transboundary Water Governance in the Euphrates Tigris River Basin*, 2015. Disponível em: <https://www.e-ir.info/2015/07/22/transboundary-water-governance-in-the-euphrates-tigris-river-basin/>. Acesso em 16/08/2018.

¹⁶³ KLIOT, Nurit. *Water Resources and Conflict in the Middle East*. London: Routledge, 1994, pg. 124.

¹⁶⁴ BISWAS, Asit K.; KOLARS, John F. et al. *Core and Periphery: A Comprehensive Approach to Middle Eastern Water*. Water Resources Management Series, Middle East Water Commission, (SPF) Sasakawa Peace Foundation. Delhi: Oxford University Press, 1997, pg. 54. *Apud* MACQUARRIE, P. *Water Security in the Middle East: Growing Conflict over Development in the Euphrates Tigris Basin*. Dublin (IRL), 2003, pg. 19. Disponível em: <http://www.waterwiki.net/images/1/1e/MacQuarrie2004.pdf>. Acesso em 10/05/2018.

petróleo dos campos de Mosul, que se estendem do Iraque para o sul da Anatólia, bem como em esforços para expandir a mineração de carvão, que se mostraram caros e perigosos.

A Turquia estava chegando a uma crise energética. A sua produção de energia crescia em 33%, porém o seu consumo disparou 172%.¹⁶⁵ A exploração dos recursos naturais do país estava chegando a um ponto crucial, que os levavam a ‘uma’ alternativa: aumentar a exploração dos rios da nação.

O governo turco iniciou uma enorme investigação sobre o potencial hídrico dos rios da Turquia, decidindo em 1983 desenvolver o Projeto de Desenvolvimento do Sudeste da Anatólia (GAP)¹⁶⁶. A declaração oficial do governo é de que o projeto deveria aproveitar 30 por cento do potencial total de água da Turquia, irrigar 1,7 mha de terra e produzir 27,5 bilhões kWh de energia elétrica anualmente.

Dentro dos sub-projetos do GAP estão mais de 400 usinas hidrelétricas em construção ou planejadas. As estatísticas do relatório GAP de 2001 indicam que o projeto contribui com quase metade da energia hidrelétrica produzida na Turquia. Com

¹⁶⁵ BISWAS, Asit K.; KOLARS, John F. et al. Core and Periphery: A Comprehensive Approach to Middle Eastern Water. Water Resources Management Series, Middle East Water Commission, (SPF) Sasakawa Peace Foundation. Delhi: Oxford University Press, 1997, pg. 55-57. *Apud* MACQUARRIE, P. Water Security in the Middle East: Growing Conflict over Development in the Euphrates Tigris Basin. Dublin (IRL), 2003, pg. 19. Disponível em: <http://www.waterwiki.net/images/1/1e/MacQuarrie2004.pdf>. Acesso em 10/05/2018.

as demandas crescentes de 250-300% para o futuro, é duvidoso que o país desista de seus planos para aproveitar os rios Eufrates e Tigre, sem falar na sua intenção de desenvolver a Anatólia meridional como a capital hidrelétrica do Oriente Médio e renovar a imagem nacional da Turquia.

O primeiro projeto, ainda que não oficialmente dentro do GAP desde o início, é a barragem de Keban. Foi a primeira da série de usinas hidrelétricas (HEPP) construídas no Eufrates, entre 1965 e 1974¹⁶⁷.¹⁶⁸ A Barragem de Karakaya, também é um eixo importante do projeto, sendo construída entre 1967 e 1988.

A represa Atatürk, batizada em homenagem a Kemal Atatürk, fundador do estado turco, também é outro eixo importante do projeto GAP, produzindo uma considerável potência de 2.400 MW ou um terço da energia elétrica da GAP. Tem potencial para irrigar mais de meio milhão de hectares de terra através dos túneis anliurfa.¹⁶⁹ É a 5ª maior represa do seu tipo no mundo, capaz de irrigar até 730.000 ha.¹⁷⁰

A represa Atatürk foi uma fonte significativa de conflitos entre a Turquia e a Síria, especialmente durante seu enchimento,

¹⁶⁷ KLIOT, Nurit. *Water Resources and Conflict in the Middle East*. London: Routledge, 1994, pg. 126.

¹⁶⁸ Possui 211 m de altura, capacidade de armazenamento de 30,0 m³ e produz 1.240 mW de potência.

¹⁶⁹ KLIOT, Nurit. *Water Resources and Conflict in the Middle East*. London: Routledge, 1994, pg.127.

¹⁷⁰ BULLOCH, J.; DARWISH, A. *Water Wars: Coming Conflicts in the Middle East*. London: Victor Gollancz, 1993, pg. 58.

que ocasionou baixa no fluxo de água para a Síria. Os túneis anhurfa são outra grande adição ao projeto. São projetados para tirar água do reservatório de Atatürk a uma taxa de 328 m³/s, ou 5 milhões de galões por minuto, para irrigar 150.000 ha nas planícies de anhurfa-Harran.

Além destes, outros projetos compõe o grande projeto GAP, como o projeto DicleKralkızı, os projetos Batman-Silvan e Garzan e o projeto Cizre e HEP.¹⁷¹ A capacidade elétrica total no Eufrates é estimada em 6.538 MW e a irrigação totaliza 8 projetos em torno de um milhão de hectares^{172, 173}

Apesar do projeto GAP apresentar um aparente benefício no desenvolvimento econômico na região, as controvérsias sobre os montantes e cronograma dos planos de execução para desviar a água das bacias dos rios Eufrates e Tigre foram a principal preocupação entre os países ribeirinhos.

¹⁷¹ O projeto DicleKralkızı inclui duas barragens, a barragem de Kralkızı que irá gerar 90 MW e a barragem de délamos que produzirá 110 MW. Ambas as barragens irão irrigar 126.080 ha. O projeto Batman também inclui duas barragens e HEPPs, produzindo 185 MW e irrigação de 37.744 ha em ambos os bancos do rio Batman. Os projetos Batman-Silvan e Garzan envolveram a construção de duas represas, produzindo 300 MW e 90 MW, respectivamente, e irrigando 273.000 ha combinados. Além disso, o projeto Cizre e HEP, localizado a montante da fronteira entre a Turquia e o Iraque, produz 240 MW e irrigará 121.000 ha de terra na região de Silopi-Nusaybin-Cizre. A área total planejada irrigada pela porção Tigre do GAP é estimada em 557.741 ha, consumindo cerca de 35% do fluxo do rio Tigre.

¹⁷² KLIOT, Nurit. *Water Resources and Conflict in the Middle East*. London: Routledge, 1994, pg. 129.

Isto porque, a maioria dos especialistas concordam que, quando todos os projetos GAP estiverem em funcionamento no Eufrates, o fluxo natural do rio reduzirá na Síria em mais de 30-55% (10-16,9 bcm/ano) e até 80% (25,6 bcm/ano) no Iraque.¹⁷⁴

Em função das preocupações com impactos sociais e ambientais, o Banco Mundial e o FMI decidiram não cofinanciar qualquer parte do GAP, a partir da construção do reservatório de Karakaya. Estava envolvido no jogo também o reassentamento involuntário das populações curdas que vivem no sudeste da Anatólia. O relatório do KHRP reflete esta posição afirmando que “o projeto violou numerosos critérios de referência internacionalmente reconhecidos para financiamento e implementação de projetos de infra-estrutura e desenvolvimento, revogando cinco diretrizes do World Bank em 18 acusações, além das diretrizes do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento da OCDE sobre projetos”¹⁷⁵. Esta decisão foi incentivada pelo posicionamento da Síria e do Iraque.

2.3.2.2 Planos econômicos de uso da água no Iraque

¹⁷⁴ KIBAROGLU, A. Building a Regime for the Waters of the Euphrates-Tigris River Basin. International and National Water Law and Policy Series. The Hague, The Netherlands: Kluwer Law International, 2002, pg.182.

¹⁷⁵ KURDISH HUMAN RIGHTS PROJECT. The Ilisu Dam, the World Commission on Dams and Export Credit Reform: The Final Report of a Fact-Finding Mission to the Ilisu Dam Region. London: Kurdish Human Rights Project, 2000.

O Iraque tem uma cultura hidráulica anciã, datada do período mesopotâmico antigo, que remonta a 6000 a.C.¹⁷⁶ Apesar disto, atualmente o país se vê dependente das políticas de uso da água de seus vizinhos, já que os principais rios do país nascem fora de seu território.

A crescente demanda de irrigação e o uso tanto pela Síria quanto pela Turquia comprometem a quantidade e qualidade da água recebida pelo Iraque dos rios Tigre e Eufrates. O aumento nas taxas de sedimentação e salinidade dos rios restringiram as vazões do curso, exigindo grandes mudanças nas políticas de uso da água pelos países.

Para Maquarie, a falta de coordenação efetiva entre os países impede o planejamento conjunto de estratégias de desenvolvimento de recursos hídricos, ou o estabelecimento de metas de qualidade de água de três vias ou mesmo esquemas cooperativos de fluxo hidrológico, comprometendo especialmente os países à jusante, como Síria e Iraque¹⁷⁷.

¹⁷⁶ ADAMS, Mark. *Water Security Policy: The Case of Turkey*. Near East South Asia Center for Strategic Studies (NESAS). Washington DC: National Defence University, 2002, pg. 48-49.

¹⁷⁷ MACQUARIE, Patrick. *Water security in the middle east growing conflict over development in the Euphrates Tigris Basin*. Thesis, M. Phil International Peace Studies Trinity College, Dublin, Ireland, 2004, pg. 38.

O uso da água no Iraque - bem como sua segurança hídrica -, apresenta diversas dimensões, que vão além da restrição do fluxo por esgotamentos a montante, como as políticas de uso da terra, o crescente problema da salinidade e as frequentes retiradas do subsolo¹⁷⁸.

O principal problema enfrentado pelos agricultores iraquianos é a salinidade, uma vez que a drenagem inadequada dos campos, força as águas subterrâneas a irromperem à superfície, ameaçando solos férteis com quantidades letais de cloretos.

Apesar da tentativa de drenagem controlada dos campos no início dos anos 1989, no intuito de melhorar a salinidade e recuperar terras, mais da metade 750.000 ha de terra recuperada retornaram a um status insustentável anos depois.¹⁷⁹ A construção do Dreno Principal de Outfall (Rio Saddam ou Terceiro Rio), em 1990, coletou água de mais de 1,5 milhão de hectares, porém, se tornou uma catástrofe ecológica, demográfica e étnica, drenando os pântanos no sul do Iraque,

¹⁷⁸ MACQUARRIE, P. *Water Security in the Middle East: Growing Conflict over Development in the Euphrates Tigris Basin*. Dublin (IRL), 2003, pg. 20. Disponível em: <http://www.waterwiki.net/images/1/1e/MacQuarrie2004.pdf>. Acesso em 10/05/2018.

¹⁷⁹ JARADAT, Abdullah A. *Agriculture in Iraq: Resources, Potentials, Constraints, and Research Needs and Priorities*. Research paper submitted to the Department of State-Middle East Working Group on Agriculture. Morris, MN: NCSC Research Lab, ARSUSDA (Agricultural Research Service-US Department of Agriculture), 2002, pg. 31.

lugar onde vivia a população de muçulmanos xiitas, deslocando-os após milhares de anos de sua histórica tradição de cultura de água.¹⁸⁰

A salinidade, não apenas afeta a terra, mas a água dos lagos e a qualidade das águas do Tigre e Eufrates, que se mantém a patamares aceitáveis até a cidade de Ramadi, chegando a níveis de salinidade de 250 a 500 mg de cloretos por litro ao longo do curso do rio, problema somado aos projetos desarticulados de obras de água e a falta de conservação da água no país¹⁸¹.

Ambos os rios representam a maior parte dos recursos hídricos utilizados pelo Iraque, onde 92% da água extraída se destina a agricultura e 3% para uso doméstico.¹⁸² Por consequência, a prioridade das estratégias governamentais se concentrou no desenvolvimento agrícola e no aumento da qualidade da água, através do investimento em infraestruturas hidrológicas durante os anos 1970 a 1990.

¹⁸⁰ JARADAT, Abdullah A. Agriculture in Iraq: Resources, Potentials, Constraints, and Research Needs and Priorities. Research paper submitted to the Department of State-Middle East Working Group on Agriculture. Morris, MN: NCSC Research Lab, ARSUSDA (Agricultural Research Service-US Department of Agriculture), 2002, pg. 28-29.

¹⁸¹ MACQUARRIE, P. Water Security in the Middle East: Growing Conflict over Development in the Euphrates Tigris Basin. Dublin (IRL), 2003, pg. 19. Disponível em: <http://www.waterwiki.net/images/1/1e/MacQuarrie2004.pdf>. Acesso em 10/05/2018.

¹⁸² JARADAT, Abdullah A. Agriculture in Iraq: Resources, Potentials, Constraints, and Research Needs and Priorities. Research paper submitted to the Department of State-Middle East Working Group on Agriculture. Morris, MN: NCSC Research Lab, ARSUSDA (Agricultural Research Service-US Department of Agriculture), 2002, pg. 30.

Deste modo, grandes lagos, barragens e reservatórios foram construídos ao longo dos quase 2.500 km de ambos rios que percorrem o país, para uso na irrigação.¹⁸³

A barragem de Haditha no Eufrates, por exemplo, tem uma capacidade de armazenamento de 6,4 km³ e rega de um milhão de hectares de terra. Da mesma forma, o Tigre irriga cerca de 2,2 milhões de hectares, a maioria proveniente da represa de Mosul (10,7 km³). Várias outras barragens, principalmente no rio Tigre, acrescentam outros 13,7 km³ de armazenamento de água.

O armazenamento total para os rios Eufrates e Tigre é de aproximadamente 8,2 e 42,0 km³, respectivamente. A área total irrigada oficial no Iraque é estimada em cerca de 3,5 mha, mas com a escassez frequente, apenas 1,94 mha estavam sendo irrigadas em 1993, sendo 220 mil ha irrigadas pelas águas subterrâneas, progressivamente. Os recursos de água subterrânea são estimados em 1,2 bcm.¹⁸⁴

Em 1988, duas novas barragens estavam em conclusão no rio Tigre, em Mosul e Al Hadida, nomeadas respectivamente Saddam e Al Qadisiyah. Através de uma parceria sino-brasileira

¹⁸³ MACQUARIE, Patrick. Water security in the middle east growing conflict over development in the Euphrates Tigris Basin. Thesis, M. Phil International Peace Studies Trinity College, Dublin, Ireland, 2004, pg. 41.

¹⁸⁴ KLIOT, Nurit. Water Resources and Conflict in the Middle East. London: Routledge, 1994, pg. 143.

outra represa foi construída no Rio Grande Zab, afluente do rio Tigre, no nordeste do Iraque. Barragens adicionais foram planejadas para Badush e Fathah, ambos no Tigre. Empreiteiras chinesas também estavam construindo barragens em Hindiyah e em Ash Shinafiyah, no Eufrates¹⁸⁵.

Do ponto de vista hidrológico, esses projetos foram vistos como bem-sucedidos, porém, cabe ressaltar que a obtenção de água para os campos de maneira eficiente não é tão direta. Com exceção dos campos do norte, a maior parcela das terras agrícolas do Iraque está infértil, criando mais um grande obstáculo para o sucesso da agricultura: a drenagem.¹⁸⁶

Além do mais, as temperaturas médias são excessivamente altas no Iraque, podendo exceder os 50°C, forçando enormes taxas de evapotranspiração e evaporação¹⁸⁷. Esgotando os recursos disponíveis e acelerando a salinização da água.

Estima-se que as retiradas domésticas e industriais usem aproximadamente 1,5 e 3,0 bcm, e prevê-se que aumentem para

¹⁸⁵ KLIOT, Nurit. *Water Resources and Conflict in the Middle East*. London: Routledge, 1994, pg. 143.

¹⁸⁶ JARADAT, Abdullah A. *Agriculture in Iraq: Resources, Potentials, Constraints, and Research Needs and Priorities*. Research paper submitted to the Department of State-Middle East Working Group on Agriculture. Morris, Agricultural Research Service-US Department of Agriculture, 2002, pg. 32.

¹⁸⁷ MACQUARRIE, P. *Water Security in the Middle East: Growing Conflict over Development in the Euphrates Tigris Basin*. Dublin (IRL), 2003, pg. 21. Disponível em: <http://www.waterwiki.net/images/1/1e/MacQuarrie2004.pdf>. Acesso em 10/05/2018.

2,5 e 3,6 bcm até 2040. Segundo estimativas, em 2040 haverá um déficit de mais de 20 bilhões de metros cúbicos de água por ano. Isso é quase igual à redução de 18,6 bcm esperada devido às depleções turcas e sírias no Eufrates.¹⁸⁸

2.3.2.3 Planos econômicos de uso da água na Síria

A agricultura sempre foi um fator de extrema importância dentro da economia Síria, dependendo especialmente, da irrigação fornecida pelo rio Eufrates. A bacia do Tigre e Eufrates e a bacia do Orontes representam cerca de 50% e 20% do uso da água, respectivamente. Quase 95% por cento da água retirada na Síria vai para a agricultura, 3,3% para uso doméstico e 1,8% para a indústria.¹⁸⁹ Desta maneira, foi com base no setor agrícola que os principais projetos hídricos foram realizados no país.

Na década de 1950, 50% da renda nacional (PIB) da Síria, era proveniente da agricultura. No entanto, com a diminuição da mão-de-obra e com aumento na taxa de

¹⁸⁸ KIBAROGLU, A. Building a Regime for the Waters of the Euphrates-Tigris River Basin. International and National Water Law and Policy Series. The Hague, The Netherlands: Kluwer Law International, 2002, pg. 209.

¹⁸⁹ FAO, AQUASTAT, 2003. Disponível em: www.fao.org/ag/agl/aglw/aquastat/countries/index.stm. Acesso em 10/08/2018.

crescimento da população, a Síria precisou aumentar suas importações dos produtos mais consumidos no país. Em 1970, por exemplo, a Síria importou 28% dos seu suprimento de trigo; em 1985, 41%; em 1989, o país importou 1.128×10^3 toneladas de trigo e farinha de trigo, representando 9,1 por cento do valor total do mercadorias importadas pelo país¹⁹⁰. Os cereais e pecuária representavam no ano 2000, U\$ 880 milhões em investimento para alimentar 15,8 milhões de habitantes no país. O que fez com a que a Síria tivesse que importar entre um terço e metade de suas necessidades de cereais de fora de suas próprias fronteiras¹⁹¹.

A Síria viu-se inserida num contexto, em que teve que aumentar rapidamente sua produção de alimentos para conseguir autossuficiência alimentar e ao mesmo tempo impulsionar programas de planejamento familiar, iniciados em meados de 1990.¹⁹²

Levando em consideração o fato de que a Síria apresenta em sua geografia um rio poderoso atravessando o país, políticos,

¹⁹⁰ WAKIL, Mikhail. Analysis of Future Water Needs for Different Sectors in Syria, Water International, Aleppo, 2009, pg. 18-22. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/02508069308686144>. Acesso em 10/08/2018.

¹⁹¹ MACQUARIE, Patrick. Water security in the middle east growing conflict over development in the Euphrates Tigris Basin. Thesis, M. Phil International Peace Studies Trinity College, Dublin, Ireland, 2004, pg. 29.

¹⁹² MACQUARIE, Patrick. Water security in the middle east growing conflict over development in the Euphrates Tigris Basin. Thesis, M. Phil International Peace Studies Trinity College, Dublin, Ireland, 2004, pg. 29.

planejadores e engenheiros sírios investiram em infraestrutura e no embate com a Turquia pelos direitos de aproveitar a água do Eufrates para uso próprio. Nesse contexto, a Síria desenvolveu em seu território o Projeto Vale do Eufrates.

O Projeto do Vale do Eufrates, foi pensado inicialmente pelos franceses que ocuparam a região em 1927, novamente na década de 1950 após a independência da Síria, e em seguida, pelos soviéticos em 1960¹⁹³. Desde a independência em 1945, a Síria intensificou seus planos para aumentar as áreas irrigadas, aliando ao Projeto do Vale do Eufrates o projeto Al-Ghab na Bacia de Orontes, em 1951¹⁹⁴. Mais de 1,5 milhões de hectares foram perdidos no país devido à desertificação, encharcamento e salinidade, desde 1960.

Em 1963, o governo decidiu construir uma grande barragem no rio Eufrates chamada de Tabqa, (que significa "revolução" em Árabe). Segundo o projeto, esta barragem seria capaz de irrigar 640.000 ha de terra e a geração de 60% da eletricidade do país, sendo concluída em 1975¹⁹⁵. No entanto, as

¹⁹³ MACQUARIE, Patrick. Water security in the middle east growing conflict over development in the Euphrates Tigris Basin. Thesis, M. Phil International Peace Studies Trinity College, Dublin, Ireland, 2004, pg. 31.

¹⁹⁴ WAKIL, Mikhail. Analysis of Future Water Needs for Different Sectors in Syria, Water International, Aleppo, 18:1, 2009, pg. 18-22. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/02508069308686144>. Acesso em 10/08/2018.

¹⁹⁵ MACQUARIE, Patrick. Water security in the middle east growing conflict over development in the Euphrates Tigris Basin. Thesis, M. Phil International Peace Studies Trinity College, Dublin, Ireland, 2004, pg. 32.

estimativas para a barragem não se concretizaram em sua integralidade, em parte pela superestimação do potencial de irrigação dos solos propensos à erosão na área, pela salinização causada pelo excesso de bombeamento das águas subterrâneas e pelo colapso de canais devido a infiltração.

Os números da área irrigada pela barragem de Tabqa permanecem incertos, no entanto a sua importância não deve ser subestimada. O reservatório criado a partir dela nomeado Lago Assad, tem uma capacidade de armazenamento de 14,2 bcm (km³) e uma área projetada de 625 quilômetros quadrados (km²)¹⁹⁶.

Embora retratada como um projeto técnico, a construção de barragens também tem dimensões políticas. A capacidade de reorganizar o ambiente natural e social através da construção de barragens demonstra a força do estado moderno como um poder técnico-econômico. A grande Represa do Eufrates exemplifica esse motivo político, projetado como uma demonstração da proeza de engenharia do Estado Sírio.

Além disso, a concentração de recursos hídricos em uma represa cria um local que pode ser politicamente controlado. A torre de vigilância da polícia localizada em cada grande infra-

¹⁹⁶ MACQUARIE, Patrick. Water security in the middle east growing conflict over development in the Euphrates Tigris Basin. Thesis, M. Phil International Peace Studies Trinity College, Dublin, Ireland, 2004, pg. 33.

estrutura de irrigação na Síria é uma manifestação visual desse controle político.

Outras barragens no Projeto do Vale do Eufrates incluem a barragem Tishreen HEP concluída em 1995, a barragem de Al-Baath, e as barragens de Rustam e Hilfaya-Mehardeh. As últimas fornecem eletricidade e abastecem as cidades de Homs e Hama. Além destes, a Síria fez projetos de irrigação em outros rios, como o Khabur, Sajur e rios Balikh, e nos rios Tigre e Asi (Orontes)¹⁹⁷. O crescimento econômico sírio nos últimos 40 anos é atribuído principalmente aos ganhos na produção agrícola através do aumento da irrigação.

Através desses projetos, praticamente 80% da agricultura da Síria se mantém com a irrigação. Em 2000, a área cultivada na Síria foi estimada em 5,5 milhões de hectares, o que representou cerca de 30% da área total do país, onde 20% da área cultivada (1,2 milhão de hectares) foi irrigada. Sem dúvida o maior patrimônio da Síria para a agricultura é o grandioso rio Eufrates, que também fornece água para o uso doméstico em Aleppo. Além do Eufrates, a retirada de água subterrânea das

¹⁹⁷ MACQUARIE, Patrick. Water security in the middle east growing conflict over development in the Euphrates Tigris Basin. Thesis, M. Phil International Peace Studies Trinity College, Dublin, Ireland, 2004, pg. 33.

bacias para a agricultura irrigada foi aumentada frequentemente¹⁹⁸.

A água subterrânea é abundante na Síria, embora o aumento de seu bombeamento tenha a tornado poluída e salinizada¹⁹⁹. De acordo com a tabela 1, que mostra a disponibilidade de água e uso nas várias bacias da Síria,²⁰⁰ o balanço hídrico em algumas delas apresentava déficit já no início dos anos 2000.

Tabela 1. Disponibilidade e uso de água.

Bacia	Irrigação	Doméstico	Industrial	Uso total	Recursos hídricos renováveis	Deficit
	m3 x 106	m3 x 106	m3 x 106	m3 x 106	m3 x 106	m3 x 106
Yarmourk	360	70	10	440	500	60
Aleppo	780	280	90	1150	500	-650
Orontis	2230	320	270	2730	3900	1170
Barada/Awaj	920	390	40	1350	900	-450
Coast	960	120	40	1120	3000	1180
Steppe	340	40	10	390	700	310
Euphrates	7160	250	110	7520	N.A.	N.A.
Total	12,750	1390	570	14700	-	-

¹⁹⁸ MACQUARIE, Patrick. Water security in the middle east growing conflict over development in the Euphrates Tigris Basin. Thesis, M. Phil International Peace Studies Trinity College, Dublin, Ireland, 2004, pg. 34.

¹⁹⁹ MACQUARIE, Patrick. Water security in the middle east growing conflict over development in the Euphrates Tigris Basin. Thesis, M. Phil International Peace Studies Trinity College, Dublin, Ireland, 2004, pg.

²⁰⁰ WORLD BANK. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/248751468777620327/Syria-Irrigation-sector-report>. Acesso em 10/05/2018.

% Share	87	9	4	100	-	-
----------------	-----------	----------	----------	------------	----------	----------

Fonte: adaptado do Banco Mundial (2001) por M. Salman (2008).

As bacias do Eufrates e Orontes são responsáveis pela maior parte da área total irrigada, que aumentou de 650.000 ha em 1985 para 1.3 milhões ha em 2002²⁰¹. Essa expansão se deu dentro da política governamental para atingir a auto-suficiência alimentar, com notável aumento na irrigação utilizando a água subterrânea.

A autossuficiência alimentar se deu na produção de certas culturas que lucram com vantagens comparativas, como cereais e algodão; deste modo, as exportações desses produtos poderiam contrabalançar a necessidade de importar outras mercadorias. Essa produção foi incentivada por subsídios governamentais. Porém, segundo Salman,

O alto nível de auto-suficiência e o aumento na produção de colheitas seletivas parecem, no entanto, ter ocorrido à custa de padrões insustentáveis de uso da água. O uso de água subterrânea, particularmente para irrigação, aumentou dramaticamente nas últimas duas décadas, onde 60% da área irrigada na Síria é irrigada pelas águas subterrâneas. A maioria das fontes é desenvolvida e explorada de forma privada. Uma parte substancial do aumento do uso da água subterrânea está relacionada com aumentos na irrigação para o trigo, algodão,

²⁰¹ SALMAN, M.; MUALLA, W. The utilization of water resources in Syria: Analysis of current situation and future challenges. Erice International Seminars on Planetary Emergencies. Sicily, Italy, 2003, pg. 18-26.

citros e beterraba açucareira. (tradução nossa)²⁰²

A medida que houve o aumento do uso para a irrigação no ambiente rural, também houve um aumento da taxa de crescimento populacional (cerca de 3% ao ano) e industrial pressionando as demandas de água urbana. Em contrapartida a esse aumento, segundo Salman, as fontes de água estavam se tornando escassas e difíceis de recuperar.

Em 1993, a Universidade de Aleppo, na Síria, realizou uma pesquisa analisando as demandas de água em diferentes setores na Síria e concluiu que estavam aumentando de forma constante e elevada, esperando que em 2010 o país enfrentasse um déficit geral em seu balanço hídrico.

Neste estudo, estimou-se que na conclusão dos projetos de irrigação planejados, até o ano de 2020, as áreas irrigadas seriam de 1350×10^3 ha, sendo consumidos 20,5 bilhões de m^3 /ano. Destas novas áreas irrigadas, sessenta por cento dependeriam das águas da Bacia do Tigre e Eufrates e seu afluente Al-Khabour. Neste mesmo período, a população síria

²⁰² SALMAN, M.; MUALLA, W. The utilization of water resources in Syria: Analysis of current situation and future challenges. Erice International Seminars on Planetary Emergencies. Sicily, Italy, 2003, pg. 18-26.

atingiria aproximadamente 32 milhões de habitantes, aumentando o consumo em 3,5 bilhões de m³/ano²⁰³.

Segundo este estudo, a partir de 2010, a Síria apresentaria um déficit hídrico cada vez maior. Essa situação, segundo Wakil, reduziria os planos de desenvolvimento e levaria o país a uma diminuição dos padrões de vida, podendo ser uma forte fonte de conflito no Oriente Médio, caso não houvesse acordo sobre o alocação de água do Eufrates²⁰⁴.

Alguns autores, como Barnes, argumentam que não apenas as condições transfronteíricas eram cruciais no quadro de escassez crescente, mas as condições internas do país também influenciavam este quadro, através das políticas governamentais de desenvolvimento agrícola.

Para Barnes, a perfuração de poços estava atingindo as reservas de água subterrânea mais rápido do que estavam sendo reabastecidas; os canais de irrigação estavam esgotando as reservas das bacias hidrográficas e havia um aumento nas

²⁰³ WAKIL, Mikhail. Analysis of Future Water Needs for Different Sectors in Syria, Water International, Aleppo, 18:1, 2009, pg. 18-22. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/02508069308686144>. Acesso em 10/08/2018.

²⁰⁴ WAKIL, Mikhail. Analysis of Future Water Needs for Different Sectors in Syria, Water International, Aleppo, 18:1, 2009, pg. 18-22. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/02508069308686144>. Acesso em 10/08/2018.

políticas que traziam este tipo de mudança nos padrões de utilização²⁰⁵.

Segundo o relatório do Banco Mundial, o desenvolvimento de irrigação agrícola, com a finalidade de exportação e auto-suficiência em culturas alimentares (especialmente trigo), foi parte intrínseca da política nacional de desenvolvimento, onde houve fomento de certas culturas, certas maneiras de produção e de subsídios agrícolas²⁰⁶.

A legitimidade do governo sírio se concretizou em torno da mobilização de imagens modernistas agrárias. Essa imagem foi trazida pelo pai de Bashar al-Assad e perpetuada por ele. Houve um estímulo para produção de culturas de cereais como trigo e cevada, compreendendo cerca de 60% da área total cultivada.

A irrigação na produção de trigo, principal alimento básico da Síria, aumentou em 37% ao longo dos anos 90. Juntamente com a produção de algodão, que representa a cultura com maior uso total da água de irrigação, e o segundo maior exportador do país depois do petróleo. O tabaco e a beterraba

²⁰⁵ BARNES, JESSICA. Managing the Waters of Ba'th Country: The Politics of Water Scarcity in Syria, *Geopolitics*, 14:3, pg. 511. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/14650040802694117>. Acesso em 01/09/2018.

²⁰⁶ World Bank (note 7) pg. 4. *Apud* BARNES, JESSICA. Managing the Waters of Ba'th Country: The Politics of Water Scarcity in Syria, *Geopolitics*, 14:3, pg. 511. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/14650040802694117>. Acesso em 01/09/2018.

são duas outras culturas industriais importantes, também cultivadas sob condições irrigadas²⁰⁷.

Para estas culturas agrícolas estratégicas, os preços são estabelecidos acima dos preços dos mercados mundiais, como estímulo para os agricultores expandirem a produção. Deste modo, o governo comprava o trigo num valor 60% superior ao estabelecido nos mercados mundiais.²⁰⁸ Além dos subsídios, a agricultura irrigada recebia de 20% a 25% do investimento público²⁰⁹.

Algumas dessas culturas estratégicas (especialmente de algodão) são altamente intensivas em água. Deste modo, segundo Barnes, fica claro que o objetivo da política que influenciou o desenvolvimento dos projetos em recursos hídricos do país estava voltada a infraestrutura de irrigação, para aumentar a produção agrícola.

A área de terras irrigadas cresceu extraordinariamente, mais do que duplicando desde 1985, para mais de 1,4 milhões de hectares. Este é um resultado da implementação de projetos de irrigação superficial (trazendo mais 218.000 hectares de entocultura) e um

²⁰⁷ BARNES, JESSICA. Managing the Waters of Ba'ath Country: The Politics of Water Scarcity in Syria, *Geopolitics*, 14:3, pg. 511. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/14650040802694117>. Acesso em 01/09/2018.

²⁰⁸ AHMAD, M.; RODRIGUEZ, A.; BRASLAVASKAYA, A. Food and Water Insecurity: Re-assessing the Value of Rainfed Agriculture, *Water and Science Technology: Water Supply* 5/1, 2005, pg. 109–116.

²⁰⁹ BARNES, JESSICA. Managing the Waters of Ba'ath Country: The Politics of Water Scarcity in Syria, *Geopolitics*, 14:3, pg. 511. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/14650040802694117>. Acesso em 01/09/2018.

rápido aumento na exploração de água subterrânea (o número de poços aumentou de aproximadamente 135.000 em 1999 para mais de 213.000 em 2006, irrigando mais de 851.000 hectares²¹⁰).

Como as reservas subterrâneas não são espacialmente concentradas em uma área, podendo estar subjacentes a grandes áreas -desde que a formação geológica seja permeável -, isso permite que os agricultores explorem individualmente os recursos abaixo de suas terras.

Como o custo para a perfuração de poços é alto para os agricultores, o governo sírio proveu baixas taxas de juros, livres de impostos na *Cooperative Agricultural Bank* para financiar perfuração de poços e subsídios para o diesel necessário para o seu bombeamento, que fez com que a água subterrânea fornecesse mais de 60% das terras irrigadas.²¹¹

As políticas governamentais contribuíram para o aumento na irrigação com uso de águas subterrâneas. Os preços suportados, que foram mais altos do que os preços mundiais durante vários anos, juntamente com os custos de energia

²¹⁰ National Agricultural Policy Center, Syrian Agricultural Database (note 23). *Apud* BARNES, JESSICA. Managing the Waters of Ba'th Country: The Politics of Water Scarcity in Syria, *Geopolitics*, 14:3, pg. 511. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/14650040802694117>. Acesso em 01/09/2018.

²¹¹ USDA (note 24) pg. 4. *Apud* BARNES, JESSICA. Managing the Waters of Ba'th Country: The Politics of Water Scarcity in Syria, *Geopolitics*, 14:3, pg. 511. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/14650040802694117>. Acesso em 01/09/2018.

subsidiados provaram ser fortes incentivos para os agricultores extraírem a água subterrânea em muitas áreas.

Esta grande expansão da agricultura irrigada resultou, no entanto, em águas subterrâneas excessivamente exploradas, na maioria das bacias do país. O declínio contínuo nos lençóis de água subterrânea foi identificado, afetando algumas fontes superficiais como fluxos de nascente e causando intrusão de água do mar nas terras adjacentes à costa²¹².

O relatório do Ministério da Cooperação Econômica e Desenvolvimento alemão explica que "a Síria é um país semi-árido com recursos hídricos escassos. O aumento na taxa de crescimento populacional, a urbanização acelerada e os desenvolvimentos econômicos aumentaram a pressão sobre os recursos hídricos e levaram a um contínuo processo de degradação, que põe em risco sua sustentabilidade a longo prazo."

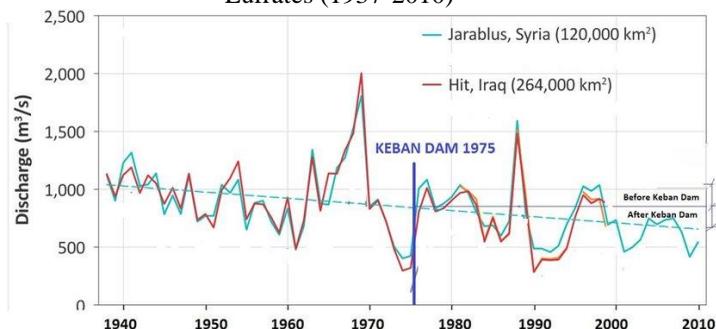
2.4 Esgotamento da água da Bacia do Tigre e Eufrates e alterações climáticas

Alguns estudos revelaram uma tendência negativa significativa no Eufrates, indicando uma diminuição na sua

²¹² SALMAN, M.; MUALLAB, W. Water demand management in Syria: centralized and decentralized Views. Damascus University, Damascus, Syria, 2006, pg. 553.

vazão média anual, especialmente na fronteira síria-turca, intensificada a partir de 1974²¹³.

Figura 1 - Média anual das séries temporais de anomalia de descarga do rio Eufrates (1937-2010)



Fonte: ESCWA (2013)²¹⁴

Essas pesquisas atribuíram essa queda à variabilidade climática, à construção de grandes barragens na Turquia como parte do projeto GAP e à construção de uma série de barragens na Síria e no Iraque, desde a década de 1960, que impactaram ainda mais os volumes de fluxo devido às perdas por evaporação²¹⁵.

²¹³ YILDIZ, Dursun. Natural Diminishing Trend of the Tigris and Euphrates Streamflows is Alarming for the Middle East Future. *Hydropolitics Academy*, Ankara, Turkey, 2016, pg. 285. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/321297695_Natural_Diminishing_Trend_of_the_Tigris_and_Euphrates_Streamflows_is_Alarming_for_the_Middle_East_Future. Acesso em 15/09/2018.

²¹⁴ ESCWA, Economic and Social Commission for Western Asia. *Inventory of Shared Water Resources in Western Asia*. Salim Dabbous Printing Co., Beirut, Lebanon, 2003, pg. 626.

²¹⁵ YILDIZ, Dursun. Natural Diminishing Trend of the Tigris and Euphrates Streamflows is Alarming for the Middle East Future. *Hydropolitics Academy*,

Segundo a Comissão Econômica e Social para a Ásia Ocidental “o regime de fluxo natural do Eufrates mudou completamente nos últimos 40 anos, principalmente devido a intervenções humanas, como exemplificado nos programas de desenvolvimento da água ao longo do Eufrates Superior”²¹⁶.

Além das pesquisas sobre as quedas superficiais, desde 2002, os primeiros satélites capazes de realizar um monitoramento global dos recursos hídricos são operacionais. A Gravity Recovery and Climate Experiment (GRACE), um par de satélites operados pela NASA e o centro aeroespacial da Alemanha, mediu o uso de água subterrânea entre 2003 e 2009 e descobriu que a Turquia, a Síria, o Iraque e o Irã, na Bacia do Tigre e Eufrates, estão perdendo água mais rapidamente do que qualquer outro lugar do mundo, exceto o norte da Índia.

Durante esses seis anos, 144 bilhões de m³ de água foram perdidos, o equivalente a toda a água do Mar Morto. O diretor da GRACE, Jay Famiglietti, um hidrologista da Universidade da Califórnia, chama os dados de "alarmantes"²¹⁷. A perda de água

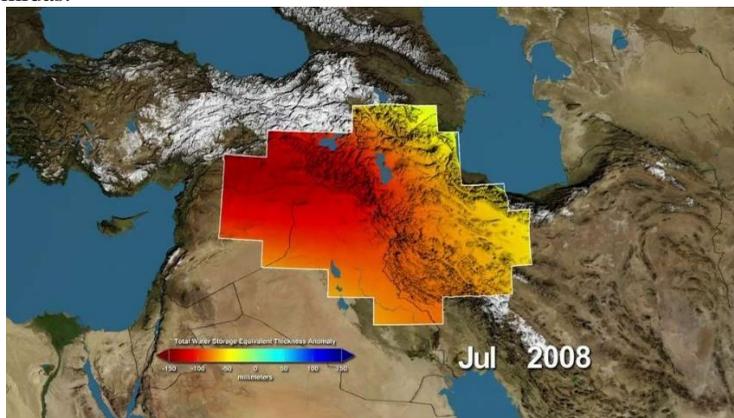
Ankara, Turkey, 2016, pg. 286. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/321297695_Natural_Diminishing_Trend_of_the_Tigris_and_Euphrates_Streamflows_is_Alarming_for_the_Middle_East_Future. Acesso em 15/09/2018.

²¹⁶ ESCWA, Economic and Social Commission for Western Asia. Inventory of Shared Water Resources in Western Asia. Salim Dabbous Printing Co., Beirut, Lebanon, 2013, pg. 626.

²¹⁷ NASA. Disponível em: <https://earthobservatory.nasa.gov/images/80613/freshwater-stores-shrank-in-tigris-euphrates-basin>. Acesso em 05/08/2018.

subterrânea correspondeu a cerca de 60% do total perdido, que é de aproximadamente 90 km³. É a segunda taxa mais rápida de perda de armazenamento de água subterrânea na Terra, depois da Índia²¹⁸.

Figura 2 - Variações no armazenamento de água em relação à média na bacia do Tigre-Eufrates. Medido pelo satélite Grace. As variações são expressas em milímetros. Em vermelho, áreas mais secas do que o normal e áreas azuis mais úmidas.



Fonte: NASA (2013)²¹⁹

Algumas pesquisas atribuem essa queda à gestão das águas dentro dos territórios de cada Estado. O número de poços, apenas na Síria, aumentou de 135.000 em 1999 para quase

²¹⁸ NASA. Disponível em: <https://earthobservatory.nasa.gov/images/80613/freshwater-stores-shrank-in-tigris-euphrates-basin>. Acesso em 05/08/2018.

²¹⁹ NASA. Disponível em: <https://earthobservatory.nasa.gov/images/80613/freshwater-stores-shrank-in-tigris-euphrates-basin>. Acesso em 05/08/2018.

230.000 em 2010,²²⁰ o que, na ausência de um quadro regulamentar para o bombeamento, acelerou o declínio dos níveis da água subterrânea.

A introdução em larga escala de motores a diesel, na década de 1960, influenciou esse processo. De 1970 até o final da década de 1990, agricultores do país perfuraram centenas de novos poços e expandiram maciçamente as áreas irrigadas pelas águas subterrâneas.²²¹ Destes poços, cinquenta e sete por cento não obtiveram licença em 2010. Durante 1980 e 1990, as taxas de retirada eram aproximadamente cinco vezes mais altas a cada década do que nas décadas anteriores. O excesso de bombeamento, nas áreas mais atingidas, como Mhardeh na província de Hama, levou a uma queda de até 100 metros entre 1950 e 2000.²²² Em determinadas áreas de Damasco, no período

²²⁰ SYRIAN AGRICULTURE DATABASE. *Apud* DE CHÂTEL, Francesca. The Role of Drought and Climate Change in the Syrian Uprising: Untangling the Triggers of the Revolution, Middle Eastern Studies, 2014, pg. 11. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/00263206.2013.850076>. Acesso em 18/09/2018.

²²¹ DE CHÂTEL, Francesca. The Role of Drought and Climate Change in the Syrian Uprising: Untangling the Triggers of the Revolution, Middle Eastern Studies, 2014, pg. 11. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/00263206.2013.850076>. Acesso em 18/09/2018.

²²² DE CHÂTEL, Francesca. The Role of Drought and Climate Change in the Syrian Uprising: Untangling the Triggers of the Revolution, Middle Eastern Studies, 2014, pg. 11. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/00263206.2013.850076>. Acesso em 18/09/2018.

compreendido entre 1993 e 2000, os níveis de águas subterrâneas caíram mais de 6 metros por ano.²²³

Este declínio, em grande medida, se deve ao encorajamento fornecido pelo governo sírio, durante os anos 80 e 90, para a expansão em larga escala da irrigação por águas subterrâneas, que recebia subsídios para a escavação de novos poços para o cultivo de algodão.²²⁴ O acesso a empréstimos vantajosos pelos agricultores para perfurar poços e instalar bombas, e os subsídios aos preços dos combustíveis, tornavam barata a extração de água²²⁵.

Além disso, o licenciamento e o monitoramento de poços não foram realizados de maneira correta. Durante os anos de 1980 e 1990, milhares de novos poços foram abertos sem licenças governamentais. No final deste período, foi emitido um decreto pelo governo exigindo o licenciamento de todos os poços ilegais até 2001, medida que, na prática, apresentava

²²³ HOBLER, M.; RAJAB, R. Groundwater Vulnerability and Hazards to Groundwater in the Damascus Ghouta Plain in Syria, Arab Center for the Study of Arid Zones and Dry Lands and Bundesanstalt, 2002

²²⁴ Interview with Omar al-Shamali, head of Homs Water Directorate, 14 Nov. 2009. *Apud* DE CHÂTEL, Francesca. The Role of Drought and Climate Change in the Syrian Uprising: Untangling the Triggers of the Revolution, *Middle Eastern Studies*, 2014, pg. 11. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/00263206.2013.850076>. Acesso em 18/09/2018.

²²⁵ Interview with Gianluca Serra, conservation biologist, July 2009. *Apud* DE CHÂTEL, Francesca. The Role of Drought and Climate Change in the Syrian Uprising: Untangling the Triggers of the Revolution, *Middle Eastern Studies*, 2014, pg. 11. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/00263206.2013.850076>. Acesso em 18/09/2018.

pouco efeito concreto. Posteriormente, em 2005 a legislação da água no país delineou várias medidas para melhorar a proteção dos recursos hídricos, regular os procedimentos de perfuração e licenciar poços, com punição aos infratores com prisão.

Houve a exigência de renovação das licenças para para que governo pudesse monitorar os níveis de água subterrânea. No entanto, segundo De Chatêl, funcionários locais forçaram os agricultores a subornar novas licenças, provocando forte ressentimento nas zonas rurais.²²⁶ Apesar da nova lei, o número de poços continuou aumentando.

Para De Chatêl, o uso de águas subterrâneas, juntamente com um fraco enquadramento legal e a falha na aplicação das leis, levou ao esgotamento das bacias em todo o país. A província de Hassakeh, que foi fortemente colonizada e cultivada a partir dos anos 1970, teve suas águas subterrâneas esgotadas,²²⁷ com a migração em grande escala desde o final dos anos 90. O rio Khabur, o maior afluente do Eufrates, não flui mais no verão, desde 1999, e as nascentes Ras al Ain Springs,

²²⁶ MARZOUQ, N. The Economic Origins of Syria's Uprising, *Al Akhbar English*, 2011. *Apud* DE CHÂTEL, Francesca. The Role of Drought and Climate Change in the Syrian Uprising: Untangling the Triggers of the Revolution, *Middle Eastern Studies*, 2014, pg. 11. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/00263206.2013.850076>. Acesso em 18/09/2018.

²²⁷ Hole, Drivers of Unsustainable Land Use. *Apud* DE CHÂTEL, Francesca. The Role of Drought and Climate Change in the Syrian Uprising: Untangling the Triggers of the Revolution, *Middle Eastern Studies*, 2014, pg. 11. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/00263206.2013.850076>. Acesso em 18/09/2018.

na fronteira síria-turca, desapareceram completamente desde 2001, após a extração excessiva na área nos últimos 50 anos.²²⁸ A área ao norte de Damasco, que costumava ser conhecida por suas videiras e campos de trigo, tornou-se deserto após a superexploração extensiva das águas subterrâneas²²⁹.

Em um contexto meteorológico marcado pela seca que se intensificou a partir de 2003, o bombeamento excessivo para fornecer sistemas de irrigação ineficientes sujeitou os reservatórios e bacias a tensões muito altas e favoreceu o declínio acelerado, contribuindo para a drenagem do solo, redução da produção agrícola e salinização de terras agrícolas.

A escolha das culturas agrícolas também foi questionável. O governo sírio, de fato, subsidiou largamente a plantação de algodão - que requer muita água - sem levar em consideração sua disponibilidade ou a preocupante queda nos níveis de água subterrânea. Os riscos desta estratégia de extração excessiva das águas subterrâneas eram conhecidos, desde o ano de 2001, quando o Banco Mundial alertou a Síria nestes termos:

O governo terá que reconhecer que alcançar a segurança alimentar de curto prazo para o trigo e outros grãos, incentivando também a produção de algodão com alto consumo de água, provavelmente enfraquecerá a segurança da

²²⁸ Inventory of Shared Water Resources in Western Asia, Beirut: United Nations Economic and Social Committee for Western Asia and Bundesanstalt, 2013, pg. 24.

²²⁹ Inventory of Shared Water Resources in Western Asia, Beirut: United Nations Economic and Social Committee for Western Asia and Bundesanstalt, 2013, pg. 24.

Síria no continente a longo prazo, reduzindo os recursos disponíveis das águas subterrâneas.²³⁰

Ao observarmos a estratégia de desenvolvimento do setor agrícola do governo nos últimos 60 anos, verifica-se que as áreas irrigadas se expandiram consideravelmente, particularmente no nordeste do país. Sendo que o trigo e o algodão, ambos conhecidos pelo alto consumo de água, foram responsáveis por uma grande parcela dessa sobrecarga.

A área irrigada do país dobrou nos últimos 20 anos, passou de 651.000 hectares em 1985 para 1,35 milhão de hectares em 2010. Desta área, 60% utiliza água subterrânea. Noventa por cento da água do país vai para a agricultura, apresentando baixíssima eficiência de irrigação, onde de 80% das terras irrigadas ainda são irrigadas pelos métodos tradicionais de inundação, com perdas variáveis nos canais de irrigação²³¹.

Dentro do déficit hídrico gerado, em 2007 o total de recursos hídricos disponíveis para uso da Síria foi estimado em 15,6 bilhões de metros cúbicos, em contrapartida, a média anual

²³⁰ LASSERE, F. Ce que la Syrie laisse présager de l'ère des guerres de l'eau?, Conseil québécois d'Études géopolitiques, Université Laval, Québec, 2017. Disponível em: <https://www.nouvelobs.com/monde/guerre-en-syrie/20170105.OBS3418/ce-que-la-syrie-laisse-presager-de-l-ere-des-guerres-de-l-eau.html>. Acesso em 17/08/2018.

²³¹ Hoff, Climate Change, Impacts and Adaptation, pg. 9–10. *Apud* DE CHÂTEL, Francesca. The Role of Drought and Climate Change in the Syrian Uprising: Untangling the Triggers of the Revolution, Middle Eastern Studies, 2014, pg. 11. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/00263206.2013.850076>. Acesso em 18/09/2018.

de retirada de água foi de 19,2 bilhões de metros cúbicos no mesmo ano. O que fez com que a disponibilidade de água per capita do país caísse para 882 m³/ano, classificando-o como um país com escassez de água²³².

Conjuntamente à limitação dos recursos hídricos houve o aumento da população no território²³³. A população da Síria cresceu constantemente, até 2011. Chegou a 19 milhões em 2006 e 21 milhões em 2011, enquanto comparativamente, em 1950 era de 3,3 milhões, e em 1980, não contabilizava 9 milhões de pessoas. Cerca de 53% da população é urbana. Esse crescimento explosivo é o resultado direto de uma forte política pró-natalista lançada na década de 1950, que levou à proibição oficial do comércio e uso de contraceptivos nos anos 70.²³⁴ Além disso, entre 2003-2007, cerca de 1,5 milhões de iraquianos

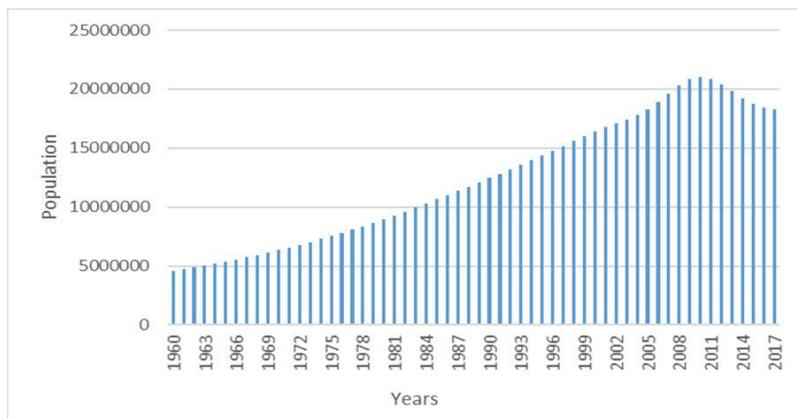
²³² Baseline Water Sector Report, GTZ Modernization of the Syrian Water Sector, Support to Sector Planning and Coordination, State Planning Commission, 2009. *Apud* DE CHÂTEL, Francesca. The Role of Drought and Climate Change in the Syrian Uprising: Untangling the Triggers of the Revolution, Middle Eastern Studies, 2014, pg. 11. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/00263206.2013.850076>. Acesso em 18/09/2018.

²³³ MULLER, MF, YOON, J, GORELICK, SM, AVISSE, N. Impact of the Syrian refugee crisis on land use and transboundary freshwater resources, Proceedings of the National Academy of Sciences, 2016, pg. 113.

²³⁴ A.J. Al-Tamimi and O. Svadovsky, Demography is Destiny in Syria, American Spectator, 2012. *Apud* DE CHÂTEL, Francesca. The Role of Drought and Climate Change in the Syrian Uprising: Untangling the Triggers of the Revolution, Middle Eastern Studies, 2014, pg. 11. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/00263206.2013.850076>. Acesso em 18/09/2018.

imigraram para a Síria, após a Guerra do Iraque²³⁵, contribuindo para o aumento da população no país.

Figura 3 – População da Síria



Fonte: United Nations.²³⁶

Os crescentes resultados populacionais aumentaram a pressão sobre os recursos hídricos limitados já no início dos anos 2000²³⁷, deste modo, a ocorrência de seca que se acentuava em

²³⁵ KELLEY, CP, MOHTADI, S, Cane MA, Seager R, and Kushnir Y. Climate change in the Fertile Crescent and implications of the recent Syrian drought, Proceedings of the National Academy of Sciences, 2015, pg. 112.

²³⁶ United Nations. Population division, World Population Prospects. Total population (both sexes combined) by region, subregion and country, annually for 1950-2100 (thousands), Medium fertility variant, 2015 - 2100. Department of Economic and Social Affairs, 2017.

²³⁷ KAISI, A; YASSER, M; MAHROUSEH, Y. Syrian Arab Republic Country Report. Cairo, 2004, pg. 251-264.

meados de 2006 teve seu efeito intensificado por um quadro ambiental prévio.²³⁸

A seca não é um fenômeno antinatural na Síria, mas sua intensificação vem sendo observada por muitas pesquisas. O clima sírio, em condições naturais, é caracterizado como árido a semi-árido, com grandes variações nos níveis de precipitação entre a costa do Mediterrâneo no oeste (1400 milímetros por ano) e as áreas desérticas orientais (<200 milímetros por ano). A precipitação anual em mais de 90% do país situa-se abaixo de 350 milímetros, com ciclos de anos úmidos e secos. Nos últimos 50 anos, no entanto, de 1961 a 2009, a Síria passou por quase 25 anos de seca, o que representa mais de 40% do período. Em média, as secas duraram cerca de quatro anos e meio cada²³⁹.

Segundo um estudo publicado no *Journal of Geophysical Research: Atmospheres*, o período de 15 anos entre 1998 e 2012 foi provavelmente o mais seco nos últimos 900 anos na região do leste do Mediterrâneo, englobando a Síria²⁴⁰. Os resultados das pesquisas demonstraram reduções potencialmente sérias na

²³⁸ ULKER, Duygu; ERGUVEN, Orhan; GAZIOGLU, Cem. Socio-economic impacts in a Changing Climate: Case Study Syria, 2018. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/324208654>. Acesso em 09/19/2018.

²³⁹ DE CHÂTEL, Francesca. The Role of Drought and Climate Change in the Syrian Uprising: Untangling the Triggers of the Revolution, *Middle Eastern Studies*, 2014, pg. 11. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/00263206.2013.850076>. Acesso em 18/09/2018.

²⁴⁰ FOND, L.K. Infographic: Syria Drought and Climate Change, 2016, Circle of Blue. Disponível em: <http://www.circleofblue.org/2016/middle-east/infographic/>. Acesso em 13/10/2018.

disponibilidade de água, devido ao aumento da demanda de evapotranspiração e da diminuição da precipitação²⁴¹. Este período seco continuou e está sendo descrito como a "pior seca de longo prazo e o mais severo conjunto de problemas agrícolas desde que as civilizações agrícolas começaram no Crescente Fértil há muitos milênios".²⁴²

A seca, composta por uma baixa precipitação atmosférica, atingiu mais duramente o nordeste, uma região que era, por um lado, o local mais empobrecido e negligenciado da Síria, mas que também era seu celeiro e sua fonte de petróleo. As províncias afetadas principalmente por chuvas fracas incluíram os quatro maiores produtores de trigo, que representam 75% da produção total de Síria, quais sejam Al-Hasakah (cortada pelo rio Khabur), Aleppo, Ar-Raqqah e Dier ez-Zor, às margens do rio Eufrates²⁴³.

As áreas de trigo de sequeiro são extremamente dependentes das chuvas no período de crescimento das plantas,

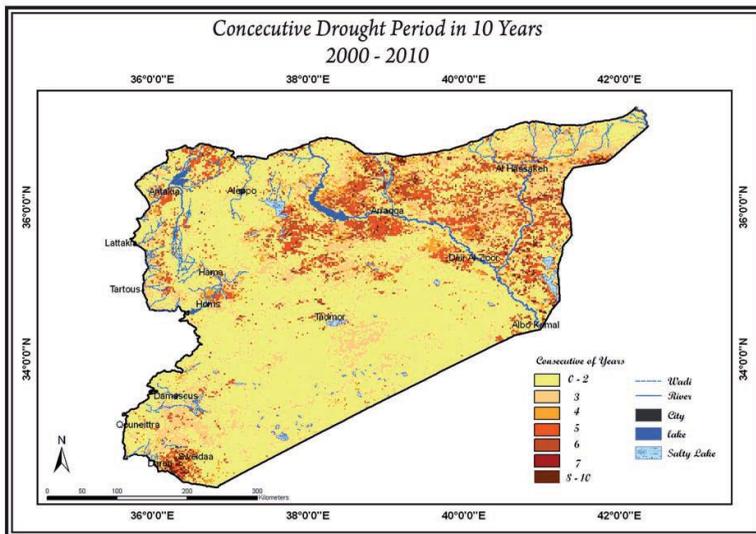
²⁴¹ GLEICK, P. H. Water, drought, climate change, and conflict in Syria. *Weather, Climate, and Society* 6(3): 2014, pg. 333.

²⁴² FEMIA, F.; WERRELL, C. Syria: Climate change, drought, and social unrest. The Center for Climate and Security, 2013. Disponível em: <http://climateandsecurity.org/2012/02/29/syria-climate-change-drought-and-social-unrest/>. Acesso em 13/08/2018.

²⁴³ ACSAD. Drought vulnerability in the arab region. Case study – drought in Syria, United Nations Office for Disaster Risk Reduction - Regional Office for Arab States, 2011, pg. 22. Disponível em: <https://www.unisdr.org/we/inform/publications/23905>. Acesso em 01/10/2018.

o que em 2009 já apresentava falhas sucessivas, após anos de seca intensificada²⁴⁴.

Figura 4: Seca consecutiva no período de 10 anos



Fonte: United Nations Office for Disaster Risk Reduction.²⁴⁵

Desde 2000, esta região teve os índices de pobreza intensificados, à medida que as condições ambientais, especialmente hídricas, foram degradadas. A seca, que atingiu o

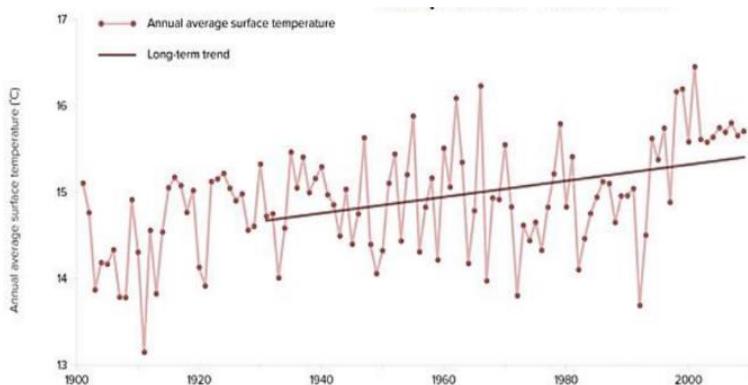
²⁴⁴ USDA. Syria: Wheat Production Outlook Improved in 2009/10. USDA-FAS, Office of Global Analysis Report. Disponível em: usda.gov/wap/circular/2010/10-07/productionfull07-10. Acesso em 02/08/2018.

²⁴⁵ ACSAD. Drought vulnerability in the arab region. Case study – drought in Syria, United Nations Office for Disaster Risk Reduction - Regional Office for Arab States, 2011, pg. 22. Disponível em: <https://www.unisdr.org/we/inform/publications/23905>. Acesso em 01/10/2018.

país em 2006, apenas destacou esses problemas e acentuou uma série de tendências que vinham tomando forma há décadas.

Além disso, a temperatura mostrou uma tendência crescente ao longo do tempo no Crescente Fértil. Todos os anos de 1994 a 2009 foram mais quentes do que a média de séculos da região.

Figura 5: Tendência de temperatura a longo prazo no Crescente Fértil



Fonte: Fond (2016)²⁴⁶

De acordo com Bozkurt e Lut fi Sen, uma avaliação mais ampla do clima para a bacia hidrográfica do Tigre-Eufrates avaliou os impactos hidrológicos das mudanças climáticas.

²⁴⁶ FOND, L. K. Infographic: Syria Drought and Climate Change, 2016, Circle of Blue. Disponível em: <http://www.circleofblue.org/2016/middle-east/infographic/>. Acesso em 13/10/2018.

Todas as simulações resultaram em temperaturas mais altas e redução estatisticamente significativa de 25% a 55% no escoamento superficial anual das regiões de cabeceiras da bacia hidrográfica do Eufrates e Tigre²⁴⁷.

Bozkurt e Sen observaram que essas mudanças "sugerem que os territórios da Turquia e da Síria dentro da bacia são mais vulneráveis à mudança climática, já que eles experimentarão reduções significativas no escoamento superficial anual".²⁴⁸ Alguns estudos de modelagem, aplicados à Síria, indicaram que o país está localizado em uma região projetada para estar entre as mais atingidas alterações do clima, indicando que o país é propenso a eventos climáticos extremos, especialmente durante os últimos 20 anos²⁴⁹. A ligação entre mudanças climáticas e seca na região do Mediterrâneo Oriental e a Síria tem sido destacada em vários estudos baseados em modelos climáticos, que prevêem que os efeitos da mudança climática levarão a secas mais frequentes e severas, temperaturas mais altas e níveis de precipitação mais baixos e imprevisíveis.²⁵⁰

²⁴⁷ BOZKURT, D.; LUTFI SEN, O. Climate change impacts in the Euphrates–Tigris basin based on different model and scenario simulations. *J. Hydrol.*, 2013, pg. 149.

²⁴⁸ BOZKURT, D.; LUTFI SEN, O. Climate change impacts in the Euphrates–Tigris basin based on different model and scenario simulations. *J. Hydrol.*, 2013, pg. 149.

²⁴⁹ BREISINGER, Clemens; ZHU, Tingju; AL RIFFAI, Perrihan. IFPRI Discussion Paper. Global and Local Economic Impacts of Climate Change in Syria and Options for Adaptation, Development Strategy and Governance Division, 2011, pg. 29.

²⁵⁰ DE CHÂTEL, Francesca. The Role of Drought and Climate Change in the Syrian Uprising: Untangling the Triggers of the Revolution, *Middle Eastern Studies*, 2014,

O Banco de Dados de Desastres Internacionais do Centro de Pesquisa em Epidemiologia de Desastres (CRED 2009) classificou as secas em 1999 e 2008 entre as 10 maiores catástrofes naturais em Síria desde 1990. A normalidade das condições climáticas foi observada simultaneamente em todas as cinco zonas agroecológicas do país apenas durante a década de 1960 e, em certa medida, na década de 1980, diferentemente dos outros períodos. De 1961 a 2009, a Síria sofreu cerca de um quarto de século de seca, um número bastante significativo²⁵¹. A seca é considerada o maior desastre que ocorre na região árabe, onde o total de pessoas afetada entre os anos 1970-2009, pela seca é de cerca de 38,09 milhões²⁵².

Uma possível explicação é que os impactos das secas podem ter se tornado mais graves devido às maiores densidades populacionais e ao esgotamento das águas subterrâneas. A medida que a população humana aumentou, a população de animais também foi aumentada. Como consequência, há menos pasto disponível para os pastores e seus animais migrarem durante as secas. Portanto, mesmo para a mesma gravidade da

pg. 03. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/00263206.2013.850076>. Acesso em 18/09/2018.

²⁵¹ BREISINGER, Clemens; ZHU, Tingju; AL RIFFAI, Perrihan. IFPRI Discussion Paper. Global and Local Economic Impacts of Climate Change in Syria and Options for Adaptation, Development Strategy and Governance Division, 2011, pg. 24.

²⁵² SWAIREH, Abu L. Disaster Risk Reduction Global and Regional Context, Regional Workshop on Climate Change and Disaster Risk Reduction in the Arab Region “Challenges and Future Actions”, Cairo, Egypt, 2009.

seca, as conseqüências socioeconômicas podem ser muito maiores do que no passado²⁵³.

Estima-se que cerca de 1,5 milhão de beduínos vivem na Síria, tendo como principal sustento a criação de ovelhas e camelos. As secas são especialmente danosas para pequenos agricultores e pastores. Entrevistas com comunidades em Al Badia sugerem que famílias com 200 ovelhas ou menos eram frequentemente forçadas a desistir de pastoreio e se mudar para as grandes cidades, perdendo assim seu sustento. Em algumas comunidades beduínas, 70% a 80% dos domicílios deixaram sua vida tradicional para trás²⁵⁴.

Os impactos da seca são sentidos em todos os agregados familiares e comunidades através de níveis de frequência escolar mais baixos, mobilidade e níveis nutricionais reduzidos.²⁵⁵ Os agricultores da região de Jezira, entrevistados em 2009²⁵⁶, queixaram-se do aumento das tempestades de areia quente, que

²⁵³ BREISINGER, Clemens; ZHU, Tingju; AL RIFFAI, Perrihan. IFPRI Discussion Paper. Global and Local Economic Impacts of Climate Change in Syria and Options for Adaptation, Development Strategy and Governance Division, 2011, pg. 29.

²⁵⁴ BREISINGER, Clemens; ZHU, Tingju; AL RIFFAI, Perrihan. IFPRI Discussion Paper. Global and Local Economic Impacts of Climate Change in Syria and Options for Adaptation, Development Strategy and Governance Division, 2011, pg. 25.

²⁵⁵ BREISINGER, Clemens; ZHU, Tingju; AL RIFFAI, Perrihan. IFPRI Discussion Paper. Global and Local Economic Impacts of Climate Change in Syria and Options for Adaptation, Development Strategy and Governance Division, 2011, pg. 30.

²⁵⁶ DE CHÂTEL, Francesca. The Role of Drought and Climate Change in the Syrian Uprising: Untangling the Triggers of the Revolution, Middle Eastern Studies, 2014, pg. 04. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/00263206.2013.850076>. Acesso em 18/09/2018.

"queimaram" suas plantações. Eles explicaram esse fenômeno pela desertificação da terra das estepes nas províncias orientais da Síria. Além da seca e do aumento da temperatura, segundo De Chatêl essa rápida desertificação pode ser explicada pelo massivo sobrepastoreio das terras da Síria após a nacionalização da estepe e a abolição das tribos em 1958.²⁵⁷

Os impactos das secas podem ter se tornado mais severos devido às maiores densidades populacionais, à má gestão e sobre-exploração dos recursos naturais. Portanto, “mesmo com a mesma gravidade da seca, as consequências socioeconômicas podem ser muito maiores do que no passado”.²⁵⁸

Os economistas estão apenas começando a desenvolver ferramentas que permitam a quantificação das alterações climáticas nas economias e na vida da população de cada país. Um estudo de modelagem realizado na Síria, demonstrou que as alterações do clima impactariam além do sector agrícola, também o crescimento em toda a economia e os rendimentos das famílias urbanas a longo prazo. Havendo perdas de bem-estar em todos os grupos de famílias rurais e urbanas entre 1,6 e 2,8%

²⁵⁷ Hole, Drivers of Unsustainable Land Use. *Apud* DE CHÂTEL, Francesca. The Role of Drought and Climate Change in the Syrian Uprising: Untangling the Triggers of the Revolution, Middle Eastern Studies, 2014, pg. 04. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/00263206.2013.850076>. Acesso em 18/09/2018.

²⁵⁸ DE CHÂTEL, Francesca. The Role of Drought and Climate Change in the Syrian Uprising: Untangling the Triggers of the Revolution, Middle Eastern Studies, 2014, pg. 04. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/00263206.2013.850076>. Acesso em 18/09/2018.

ao ano, sendo os grupos de famílias mais pobres os maiores atingidos, particularmente os das famílias economicamente pobres, rurais e não-agricultoras²⁵⁹.

Para Breisinger, os impactos globais serão sentidos pela Síria, especialmente, através do aumento dos preços dos alimentos (e potencialmente energia). Segundo o autor, os países que já estão sofrendo de estresse hídrico, especialmente os do Oriente Médio e Norte da África, provavelmente sofrerão declínios adicionais nos rendimentos agrícolas, resultando em efeitos negativos sobre a renda rural e a segurança alimentar²⁶⁰. A nível de economia global, a soma desses efeitos provavelmente terá impactos de mudanças na oferta global, nos fluxos de comércio e nos preços das commodities.

Segundo De Chatêl, a crise humanitária que se seguiu à seca de 2006-10 pode, assim, ser vista como a culminação de diferentes fatores: a nível climático, houve um aumento na temperatura e na intensidade das secas; a nível governamental, a administração de políticas hídricas baseadas na extração intensa de recursos hídricos para políticas agrícolas, sem

²⁵⁹ BREISINGER, Clemens; ZHU, Tingju; AL RIFFAI, Perrihan. IFPRI Discussion Paper. Global and Local Economic Impacts of Climate Change in Syria and Options for Adaptation, Development Strategy and Governance Division, 2011, pg. 29.

²⁶⁰ BREISINGER, C.; RHEENEN, T. van; RINGLER, C; ZHU, T. Food Security and Economic Development in the Middle East and North Africa: Current State and Future Perspectives. IFPRI Discussion Paper 00985. Washington, DC: International Food Policy Research Institute, 2010.

considerar os limites dos recursos naturais e a aplicação das leis ambientais²⁶¹; a nível transfronteiriço, a ausência de acordos transfronteiriços de alocação e gerenciamento conjunto da bacia.

Segundo Dursun Yildiz, perito hidropolítico e Diretor da Academia de Hidropolítica da Turquia, é lamentável que não tenha havido acordos sobre o gerenciamento hídrico entre os Estados ribeirinhos. A Turquia, sendo a parte alta da região ribeirinha, desenvolveu seu potencial hídrico no Projeto da Anatólia do Sudeste, sem qualquer concordância significativa entre as partes, o que fez com que a Síria e o Iraque tivessem sérios problemas de segurança e sociais. Todos esses fatores contribuíram para a crescente incerteza econômica e política²⁶².

Segundo estudos da Administração Nacional Atmosférica e Oceânica (NOOA), entre os anos de 2006 e 2010, o nível médio de precipitação na região do mediterrâneo e especialmente da Síria, foi menor do que qualquer período de seca no século passado. Segundo o Órgão: "a mudança climática

²⁶¹ Para Kelley, foram políticas insustentáveis com subsídios para projetos de irrigação, produção agrícola, redistribuição de terras. Essas políticas aumentaram a produtividade agrícola da Síria, tornando-as sustentáveis, e levaram a um aumento na retirada de água. KELLEY, CP; MOHTADI, S. Climate change in the Fertile Crescent and implications of the recent Syrian drought, *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 2015, pg. 115.

²⁶² YILDIZ, Dursun. Natural Diminishing Trend of the Tigris and Euphrates Streamflows is Alarming for the Middle East Future. *Hydropolitics Academy*, Ankara, Turkey, 2016, Pg. 288. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/321297695_Natural_Diminishing_Trend_of_the_Tigris_and_Euphrates_Streamflows_is_Alarming_for_the_Middle_East_Future. Acessado em 15/09/2018.

a partir de gases de efeito estufa explicou cerca de metade da seca aumentada de 1902-2010", Martin Hoerling, pesquisador principal do estudo, comenta: "a magnitude e a frequência da seca que ocorreu é muito grande para ser explicada apenas pela variabilidade natural, o que não é uma notícia encorajadora para uma região que já experimenta o estresse hídrico, o que implica que a variabilidade natural por si só não trará o clima da região de volta ao normal"²⁶³.

Para Dursun, "é provável que os fatores forçados relacionados com a mudança climática produzam riscos ainda maiores de instabilidade política local e regional, especialmente se a região tiver limitado a cooperação política em questões de água"²⁶⁴.

Alguns autores, como Wakil, relacionam a ligação entre o esgotamento dos recursos hídricos, a violência estrutural, a pobreza e a instabilidade política. A segurança ambiental, ligada

²⁶³ NOAA. Disponível em: http://www.noaanews.noaa.gov/stories2011/20111027_drought.html. Acesso em 16/03/2017.

²⁶⁴ YILDIZ, Dursun. Natural Diminishing Trend of the Tigris and Euphrates Streamflows is Alarming for the Middle East Future. *Hydropolitics Academy*, Ankara, Turkey, 2016, pg. 289. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/321297695_Natural_Diminishing_Trend_of_the_Tigris_and_Euphrates_Streamflows_is_Alarming_for_the_Middle_East_Future. Acesso em 15/09/2018.

a ética no uso dos recursos naturais, são chaves para o desenvolvimento sustentável²⁶⁵.

A segurança tradicional, composta de interesses militares, está ampliando rapidamente suas concepções, englobando também as esferas ecológicas, ambientais e humanas. Essas conceituações não são novas, mas sua importância na segurança do Estado tradicional e na política vem aumentando.

A ausência da segurança hídrica, debatida progressivamente em termos ambientais, relaciona-se a reduções na qualidade de vida e tensões subnacionais, nacionais e étnicas, e indiretamente (cada vez mais diretamente), contribui para a violência estrutural através da degradação da segurança humana, causada pela falta de acesso a água.²⁶⁶

²⁶⁵ WAKIL, Mikhail. Analysis of Future Water Needs for Different Sectors in Syria, Water International, 1993. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/02508069308686144>. Acesso em 01/04/2018.

²⁶⁶ WAKIL, Mikhail. Analysis of Future Water Needs for Different Sectors in Syria, Water International, 1993. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/02508069308686144>. Acesso em 01/04/2018.

3. A INFLUÊNCIA DA ESCASSEZ HÍDRICA NO CONFLITO NA SÍRIA

O conflito na Síria, iniciado em março de 2011, é o resultado de múltiplos fatores complexos, que se interrelacionam. A grande mídia destacou como foco a mudança política no país, mas segundo autores como Peter Gleick, os gatilhos do conflito incluem um conjunto de fatores sociopolíticos e religiosos, a erosão da saúde econômica do país, uma onda de reformas políticas no Oriente Médio e Norte da África (MENA), a geopolítica do fluxo de recursos naturais, os desafios associados à mudança do clima e à disponibilidade e uso de água doce.

Para Gleick, a água e as condições climáticas desempenharam um papel fundamental na deterioração das condições sociais e econômicas da Síria²⁶⁷. Nesta região, há uma longa história de conflitos envolvendo a água devido à escassez hídrica e ao desenvolvimento da agricultura irrigada.

Com base nisto, este capítulo tem como objetivo analisar o papel que desempenhou a escassez hídrica dentro do conflito sírio, diretamente, através de seu uso para objetivos militares, e

²⁶⁷ GLEICK, Peter. Water, Drought, Climate Change, and Conflict in Syria, Pacific Institute, Oakland, California, 2014, pg. 331. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/274576248_Water_Drought_Climate_Change_and_Conflict_in_Syria. Acesso em 05/10/2018.

indiretamente, através do papel que a escassez desempenhou no painel migratório e alimentar do país.

3.1 Crescente (in)fértil

A agricultura é responsável por 90% do uso total de água na Síria e por um déficit estimado de aproximadamente 5 bilhões de metros cúbicos por ano até 2025²⁶⁸; portanto, abordar a restrição severa da água torna-se imperativo para o setor agrícola da Síria, bem como para sua economia como um todo. A agricultura usa cerca de 90% de toda a água, dos quais 47% são águas superficiais que a Síria compartilha com seus vizinhos, principalmente dos rios Tigre, Eufrates e Orontes. O petróleo desempenhou um papel importante na economia síria desde a década de 1990 e ainda representa cerca de 40% das receitas do governo, 25% das exportações e cerca de 15% do PIB.²⁶⁹

Segundo avaliações realizadas pela Organização das Nações Unidas, entre 2008 e 2011, 1.3 milhões de pessoas foram afetadas pela seca, sendo 800.000 pessoas gravemente

²⁶⁸ ZIMERMANN, Nicholas. Deployment of Technology to Mitigate Drought Risk in Syria, Harvard, 2014. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/5570Deployment%20of%20Technology%20to%20Mitigate%20Drought%20Risk%20in%20Syria.pdf>. Acesso em 01/05/2018.

²⁶⁹ BARNES, JESSICA. Managing the Waters of Ba'th Country: The Politics of Water Scarcity in Syria, *Geopolitics*, 14:3, pg. 511. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/14650040802694117>. Acesso em 01/09/2018.

atingidas²⁷⁰. A frequência da seca (em suas diferentes perspectivas) como vimos, aumentou durante os últimos 10 anos, mostrando um impacto negativo na produção agrícola na maior parte dos anos²⁷¹.

A chuva e a água disponível no terreno não foram suficientes para satisfazer as necessidades de água das culturas de cereais, ao passo que metade da população animal nas áreas de estepe morreu. Chuvas no leste da Síria caíram para 30% da média anual em 2008 - a pior seca por 40 anos - o al-Khabour, principal afluente do rio Eufrates, secou²⁷².

Com a seca prolongada a população viu-se progressivamente sem culturas agrícolas por dois anos consecutivos, sem sementes, enquanto pastores foram forçados a vender (entre 60 e 70 por cento abaixo do custo) ou abater seus rebanhos, devido à falta de pasto e forragem²⁷³. O setor agrícola

²⁷⁰ UNITED NATIONS. Syria drought response plan 2009-2010, mid-term. Disponível em: https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/20E00ADAF9F3C153852576D20068E86B-Full_Report.pdf. Acesso em 05/05/2018.

²⁷¹ UNITED NATIONS. Drought Vulnerability in Arab Region. Case study – Drought in Syria, Ten years of scarce water. United Nations, secretariat of the International Strategy for Disaster Reduction Regional Office for Arab States, Cairo, Egypt, 2011, pg. 20.

²⁷² UNITED NATIONS. Drought Vulnerability in Arab Region. Case study – Drought in Syria, Ten years of scarce water. United Nations, secretariat of the International Strategy for Disaster Reduction Regional Office for Arab States, Cairo, Egypt, 2011, pg. 25.

²⁷³ DE CHÂTEL, Francesca. The Role of Drought and Climate Change in the Syrian Uprising: Untangling the Triggers of the Revolution, *Middle Eastern Studies*, 2014, pg. 06. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/00263206.2013.850076>. Acesso em 18/09/2018.

do país, que empregava 40% da população da Síria como força de trabalho e que, indiretamente, era responsável pelo modo de vida de metade dos 20 milhões de pessoas da Síria foi o maior atingido.

A insegurança alimentar atingiu particularmente as áreas de sequeiro do nordeste, na bacia do Tigre e Eufrates - lar da maioria famílias vulneráveis e dependentes da agricultura, repercutindo também nos setores urbanos. Desde 2007/2008, quase 75% destas famílias agrícolas sofreram fracasso da colheita. A produção de trigo e cevada caiu 47 e 67 por cento, respectivamente, a produção de trigo em áreas não irrigadas caiu 82% em relação aos anos anteriores²⁷⁴.

Além disso, os agricultores que produzem trigo em terras irrigadas sofreram perdas generalizadas em sua safra devido a um surto de ferrugem amarela do trigo, uma doença fúngica que se espalhou rapidamente devido aos anos anteriores de seca.²⁷⁵ Os estoques emergenciais de trigo do país foram esgotados. A Síria a importar trigo pela primeira vez em 15 anos.²⁷⁶

²⁷⁴ KATANA, H. Agriculture Production Indicators In North Eastern Part of Syria. Workshop on Reducing Vulnerability to Climate Change in Agricultural Systems: Building Response Strategies, 2011, pg. 23-24.

²⁷⁵ Report of the Special Rapporteur on the Right to Food on his Mission to Syria, Addendum, United Nations Human Rights Council, 2011.

²⁷⁶ LENNERT, J. Tough Times, Syria Today, May 2009. *Apud* DE CHÂTEL, Francesca. The Role of Drought and Climate Change in the Syrian Uprising: Untangling the Triggers of the Revolution, Middle Eastern Studies, 2014, pg. 06.

A capacidade das famílias para atender diariamente requisitos alimentares foi reduzida, bem como sua renda, havendo a necessidade de vender ativos de subsistência para suprir necessidades básicas. O rebanho nacional foi reduzido pela metade, e em algumas cidades como Al Hassakeh, o número de pequenos animais caiu de 7 milhões para 1,7 milhões²⁷⁷. Enquanto isso, áreas cobertas por plantas nativas considerados indicadores para a degradação do solo, como o *Peganum harmala* e o *Haloxyton salicornicum*, foi aumentada.

Em junho de 2009, a missão de avaliação das Nações Unidas concluiu que as 800.000 pessoas mais atingidas, estavam muito abaixo da linha de pobreza extrema, sobrevivendo com menos de 1 dólar/pessoa/dia, apresentando alta vulnerabilidade, devido a falta de futuras fontes de sustento e a degradação de campos e pastagens²⁷⁸.

O Programa Mundial de Alimentos (PMA) começou a distribuir rações alimentares para 190.000 pessoas nas províncias orientais de Hassakah, Deir al-Zor e Raqqa, mas outras 110 mil pessoas também precisaram de ajuda alimentar

Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/00263206.2013.850076>. Acesso em 18/09/2018.

²⁷⁷ KATANA, H. Agriculture Production Indicators In North Eastern Part of Syria. Workshop on Reducing Vulnerability to Climate Change in Agricultural Systems: Building Response Strategies, 2011, pg. 23-24.

²⁷⁸ BREISINGER, Clemens; ZHU, Tingju; AL RIFFAI, Perrihan. IFPRI Discussion Paper. Global and Local Economic Impacts of Climate Change in Syria and Options for Adaptation, Development Strategy and Governance Division, 2011, pg. 30.

emergencial no país. Além disso, o PMA começou a distribuir rações alimentares suplementares a crianças com menos de cinco anos e a mães que amamentam no distrito de Al-Shadadi de Al-Hassakeh, uma das áreas mais afetadas, com a maior taxa de migração e fechamento de escolas²⁷⁹.

O padrão de chuvas fracas continuou particularmente nas províncias de Deir-Zor, Al-Hassakeh e Raqqa, no nordeste do país. Região conhecida também como Jezira.²⁸⁰

Apesar da região de Jezira abrigar o fornecimento de petróleo e ser conhecida como celeiro do país, também apresentava uma alta taxa de pobreza, baixo nível de saúde e altos índices de analfabetismo (Aleppo, Deir ez-Zor, Hassakeh, Idleb e Raqqa). Essa região teve a maior incidência, profundidade e severidade da pobreza rural e urbana, com 58,1 por cento das pessoas mais vulneráveis economicamente do país concentradas na região²⁸¹.

²⁷⁹ UNITED NATIONS. Drought Vulnerability in Arab Region. Case study – Drought in Syria, Ten years of scarce water. United Nations, secretariat of the International Strategy for Disaster Reduction Regional Office for Arab States, Cairo, Egypt, 2011, pg. 28.

²⁸⁰ DE CHÂTEL, Francesca. The Role of Drought and Climate Change in the Syrian Uprising: Untangling the Triggers of the Revolution, Middle Eastern Studies, 2014, pg. 06. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/00263206.2013.850076>. Acesso em 18/09/2018.

²⁸¹ DE CHÂTEL, Francesca. The Role of Drought and Climate Change in the Syrian Uprising: Untangling the Triggers of the Revolution, Middle Eastern Studies, 2014, pg. 06. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/00263206.2013.850076>. Acesso em 18/09/2018.

Essa região também teve a maior porcentagem de pessoas vivendo com menos de dois dólares por dia na Síria (8,53% e 21,59% para as áreas urbana e rural, respectivamente). Enquanto as taxas de pobreza econômica diminuía em outras partes da Síria nos anos de 1997 a 2003, nesta região elas aumentavam progressivamente²⁸², o que foi exacerbado pela seca.

Nas três províncias mais afetadas, houve um aumento drástico nas doenças relacionadas à nutrição entre 2006 e 2010, com 42% das crianças de seis a 12 meses sofrendo de anemia na província de Raqqa. Em 2010, a ONU estimou que 3,7 milhões de pessoas, ou 17 por cento da população síria, tinha insegurança alimentar, o que incluía mais de 2 milhões de pessoas que viviam na pobreza extrema em 2003/4.²⁸³ Por isso, os habitantes do nordeste, especialmente, migraram para as regiões de Aleppo, Damasco e Dara, para encontrar trabalho depois de 2008.

²⁸² Poverty in Syria 1996–2004, Diagnosis and Pro-Poor Policy Considerations, United Nations Development Programme (2005), pg. 27. *Apud* DE CHÂTEL, Francesca. The Role of Drought and Climate Change in the Syrian Uprising: Untangling the Triggers of the Revolution, Middle Eastern Studies, 2014, pg. 06. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/00263206.2013.850076>. Acesso em 18/09/2018.

²⁸³ UN-HCR, 2011, pg. 4. *Apud* DE CHÂTEL, Francesca. The Role of Drought and Climate Change in the Syrian Uprising: Untangling the Triggers of the Revolution, Middle Eastern Studies, 2014, pg. 06. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/00263206.2013.850076>. Acesso em 18/09/2018.

A segurança alimentar, pode ser definida como a situação onde todas as pessoas tem acesso a alimentos²⁸⁴. De acordo com essa definição, a segurança alimentar depende principalmente da capacidade de um país importar alimentos ou produzir alimentos, ou ambos (nível macro), e da capacidade das famílias de produzir alimentos ou comprar alimentos ou ambos (nível micro). E ambas não eram mais vistas no país.

A definição mais amplamente aceita de segurança alimentar é a adotada pela Cúpula Mundial da Alimentação de 1996 (WFS): “a segurança alimentar, nos níveis individual, doméstico, nacional, regional e global (é alcançada) quando todas as pessoas, em todos os momentos, têm acesso físico e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos para atender às suas necessidades alimentares e preferências alimentares por uma vida ativa e saudável”²⁸⁵; portanto, a segurança alimentar, por definição, não equivale à auto-suficiência alimentar - um fato de particular relevância para a região do Oriente Médio e Norte da África²⁸⁶.

²⁸⁴ BREISINGER, Clemens; ZHU, Tingju; AL RIFFAI, Perrihan. IFPRI Discussion Paper. Global and Local Economic Impacts of Climate Change in Syria and Options for Adaptation, Development Strategy and Governance Division, 2011, pg. 11.

²⁸⁵ FAO. Food and Agriculture Organization of the United Nations. Disponível em: www.fao.org/ag/AGP/AGPC/doc/Counprof/syria/syria.htm#3.%20CLIMATE%20AND%20AGRO%20ECOLOGICAL. Acesso em 04/04/2017.

²⁸⁶ Diaz-Bonilla, E., M. Thomas., and S. Robinson. 2002. Trade liberalization, WTO and food, security. Trade and Macroeconomics Division Discussion Paper No. 82. Washington, D.C: International Food Policy Research Institute. *Apud* BREISINGER, Clemens; ZHU, Tingju; AL RIFFAI, Perrihan. IFPRI Discussion Paper. Global and

Com a baixa produção, as famílias urbanas como um todo sofrem com os preços mais altos dos alimentos, ainda que algumas delas também recebam renda da agricultura. No entanto, as famílias rurais não-agricultoras são as mais atingidas - entre elas, a população beduína da Síria - devido à sua dependência de rendas não-agrícolas e de seu status de comprador líquido de alimentos²⁸⁷.

A capacidade da Síria e do Iraque e de produzir alimentos, foi reduzida depois que a Turquia efetivou o projeto GAP para tornar a região no celeiro para o país²⁸⁸. O Iraque país que mais sofre com o abastecimento de água, tinha o plano de exportar grãos até 2017²⁸⁹. No entanto, antes disso já importava toda a sua comida²⁹⁰. O país era um dos poucos países exportadores de cereais regionais da região no passado.

Local Economic Impacts of Climate Change in Syria and Options for Adaptation, Development Strategy and Governance Division, 2011, pg. 11.

²⁸⁷ BREISINGER, Clemens; ZHU, Tingju; AL RIFFAI, Perrihan. IFPRI Discussion Paper. Global and Local Economic Impacts of Climate Change in Syria and Options for Adaptation, Development Strategy and Governance Division, 2011, pg. 11.

²⁸⁸ HILLEL, D. Rivers of Eden: The Struggle for Water and the Quest for Peace in the Middle East. Oxford University Press, N.Y, 1994.

²⁸⁹ AL ANSARY, K. Wheat-Importing Iraq Plans to Be Net Grain Exporter by 2017. *Bloomberg Business*, 2015. Disponível em: <http://www.bloomberg.com/news/articles/2015-06-10/iraq-to-become-wheat-exporter-within-2-years-trade-ministry>. Acesso em 03/02/2018.

²⁹⁰ COCKBUM, P. As Iraq Runs Dry, a Plague of Snakes Is Unleashed. *The Independent*. Depletion of the Euphrates Flow, 2009. Disponível em: <http://www.independent.co.uk/environment/nature/as-iraq-runs-dry-a-plague-of-snakes-is-unleashed-1705315.html>. Acesso em 08/04/2018.

A Síria como vimos, tentou alcançar sua auto-suficiência alimentar e há muito tempo, havia duplicado sua terra irrigada. No entanto, como afirma de Chatel “o governo estava interessado em defender a imagem da Síria como um produtor auto-suficiente de trigo e outros alimentos básicos, evitando exames mais detalhados das causas mais profundas da crise humanitária e ambiental que se formava”²⁹¹, com degradação, a longo prazo, na capacidade adaptativa de comunidades rurais e ecologias locais.

Devido à escassez de água e o impacto na agricultura, a situação fez com que muitas pessoas se juntassem aos insurgentes que se formavam para que pudessem sobreviver²⁹².

3.2 Ausência de subsídios estatais

Para somar à situação que se formava no país, o governo sírio cancelou uma série de subsídios em 2008 e 2009, o que multiplicou o preço do óleo diesel e dos fertilizantes²⁹³. Para

²⁹¹ DE CHÂTEL, Francesca. The Role of Drought and Climate Change in the Syrian Uprising: Untangling the Triggers of the Revolution, *Middle Eastern Studies*, 2014, pg. 06. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/00263206.2013.850076>. Acesso em 18/09/2018.

²⁹² NEW YORK TIMES. Without Water, Revolution, 2013. Disponível em: http://www.nytimes.com/2013/05/19/opinion/sunday/friedman-without-water-revolution.html?_r=0. Acesso em 08/05/2018.

²⁹³ DE CHÂTEL, Francesca. The Role of Drought and Climate Change in the Syrian Uprising: Untangling the Triggers of the Revolution, *Middle Eastern Studies*, 2014, pg. 06. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/00263206.2013.850076>. Acesso em 18/09/2018.

muitos agricultores em Jezira foi o estímulo para a sua decisão de abandonar suas terras.

Segundo De Chatêl, as medidas de desregulamentação iniciadas desde 1986 levaram à eliminação progressiva de certos subsídios e outras formas de apoio aos agricultores. Este movimento foi acelerado no âmbito do 10º Plano Quinquenal (2006-10) para integrar a economia síria no sistema global e preparar o país para a adesão à Organização Mundial do Comércio²⁹⁴. No entanto, a falta progressiva de redes de segurança social deixou muitas pessoas no setor agrícola incapazes de suportar o modo de vida rural naquelas condições.

De acordo com De Chatêl, a liberalização do setor agrícola depois de 2000 levou a uma redução significativa dos empregos na agricultura. Estimativas baseadas em pesquisas sobre a força de trabalho na Síria mostraram que 460.000 pessoas ativas pararam de trabalhar no setor agrícola entre 2001 e 2007, representando uma queda de 33% nos empregos neste setor (e 10% da força de trabalho total).²⁹⁵

²⁹⁴ DE CHÂTEL, Francesca. The Role of Drought and Climate Change in the Syrian Uprising: Untangling the Triggers of the Revolution, Middle Eastern Studies, 2014, pg. 06. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/00263206.2013.850076>. Acesso em 18/09/2018.

²⁹⁵ UN-HCR, 2011. *Apud* DE CHÂTEL, Francesca. The Role of Drought and Climate Change in the Syrian Uprising: Untangling the Triggers of the Revolution, Middle Eastern Studies, 2014, pg. 06. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/00263206.2013.850076>. Acesso em 18/09/2018.

Para Salman, estas condições foram ainda mais agravadas pela gestão da água, decisões e planejamento deficientes e erros políticos. O governo de Bashar al-Assad forneceu tradicionalmente grandes subvenções para a produção de culturas intensivas em água, como trigo e algodão. No entanto, a maioria dos agricultores que utilizavam a irrigação na Síria precisavam de sistemas modernizados, que utilizassem melhor os sistemas de águas sem dispersão. No entanto contavam com irrigação de inundação altamente ineficiente, onde menos de um quarto da área irrigada usava aspersores modernos ou sistemas de gotejamento²⁹⁶.

O cancelamento do subsídio ao diesel em maio de 2008 elevou os preços do SYP7 (US\$ 0,14) para SYP25 (US \$ 0,53).²⁹⁷ Os agricultores na Síria utilizam diesel para extração de água para irrigação e bombeamento da água da superfície para seus campos, mas também para posteriormente, transportar seus produtos para o mercado. Fazendo a análise a partir de um ponto de vista ambiental, o movimento para abolir os subsídios foi

²⁹⁶ SALMAN, M.; MUALLA, W. The utilization of water resources for agriculture in Syria: Analysis of current situation and future challenges. Proc. Int. Seminar on Water Issues of the World Federation of Scientists, Erice, Sicily, Italy, 2003, pg. 11. Disponível em: ftp://ftp.fao.org/agl/IPTRID/conf_italy_03.pdf. Acesso em 17/06/2018.

²⁹⁷ DE CHÂTEL, Francesca. The Role of Drought and Climate Change in the Syrian Uprising: Untangling the Triggers of the Revolution, Middle Eastern Studies, 2014, pg. 06. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/00263206.2013.850076>. Acesso em 18/09/2018.

justificado, dado o estado alarmante das reservas de águas subterrâneas do país, que foram amplamente esgotadas desde a introdução das bombas a diesel na década de 1960.²⁹⁸

Mas o aumento de preço, que veio antes da colheita, forçou muitos agricultores no nordeste a pararem de irrigar sua já escassa safra. Outros conseguiram continuar a irrigar até a colheita, mas foram incapazes de transportar seus produtos para o mercado. É o exemplo do agricultor Younes Berho, na região de Raqqa, que alimentou suas ovelhas com sua colheita de pimenta vermelha em 2008, já que após os cortes nos subsídios não podia pagar o preço do transporte para o mercado em Aleppo. Essa experiência foi vivenciada por outros(as) agricultores(as).²⁹⁹

Em maio de 2009, o preço do fertilizante químico também foi liberalizado e os preços dobraram de SYP450 para SYP900 (US \$ 9,60 a US \$ 19,15). Como o salário médio no país era de US \$ 242 mas a maioria dos agricultores ganhava significativamente menos que isso, em torno de US\$109 ou menos, a carga para suportar os aumentos foi alta.³⁰⁰

²⁹⁸ DE CHÂTEL, Francesca. Mining the Deep, Syria Today, 2010, pg. 48–51.

²⁹⁹ DE CHÂTEL, Francesca. The Role of Drought and Climate Change in the Syrian Uprising: Untangling the Triggers of the Revolution, Middle Eastern Studies, 2014, pg. 06. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/00263206.2013.850076>. Acesso em 18/09/2018.

³⁰⁰ DE CHÂTEL, Francesca. The Role of Drought and Climate Change in the Syrian Uprising: Untangling the Triggers of the Revolution, Middle Eastern Studies, 2014,

Não tendo como continuar com suas lavouras, após 2009, os agricultores e pastores do nordeste, migraram para as áreas urbanas e para as províncias do sul, buscando trabalho, especialmente na indústria da construção em Aleppo, Beirute e Damasco. O fenômeno novo, não foi a migração sazonal, mas a migração de famílias inteiras, que se instalavam em um acampamento em Mzeirieb perto de Dara'a, de 2008 em diante.

Outros acampamentos já haviam sido montados pelas famílias que perderam suas terras após a construção da Barragem de Tishrin no Eufrates em 1999 e migraram para o subúrbio de Al-Hammouriyeh, em Damasco, e ainda moravam em tendas em 2009³⁰¹.

Diante do agravamento do quadro humanitário no Nordeste, o governo, em conjunto com agências da ONU, lançou dois apelos de recursos à seca para ajudar a financiar uma série de projetos de auxílio à população. Os projetos eram chamados “Recurso da Seca da Síria” (de 2008)³⁰² e “Plano de Resposta à Seca da Síria” (de 2009). Porém, ambos não receberam as

pg. 06. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/00263206.2013.850076>. Acesso em 18/09/2018.

³⁰¹ DE CHÂTEL, Francesca. The Role of Drought and Climate Change in the Syrian Uprising: Untangling the Triggers of the Revolution, *Middle Eastern Studies*, 2014, pg. 06. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/00263206.2013.850076>. Acesso em 18/09/2018.

³⁰² UN-OCHA, 2009. *Apud* DE CHÂTEL, Francesca. The Role of Drought and Climate Change in the Syrian Uprising: Untangling the Triggers of the Revolution, *Middle Eastern Studies*, 2014, pg. 06. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/00263206.2013.850076>. Acesso em 18/09/2018.

quantias necessárias solicitadas, conseguindo apenas, respectivamente, 20% e 33% (dos US\$ 20 milhões e US\$ 43 milhões solicitados)³⁰³.

Para De Chatêl, o baixo financiamento de ambos projetos estava fortemente relacionado a tentativa do governo de minimizar a extensão da crise. Não havia ciência da crise humanitária que se desenrolava no nordeste do país, por parte da comunidade de doadores, que reclamava da falta de clareza em relação à estratégia de longo prazo do governo para lidar com os efeitos da seca³⁰⁴.

Segundo a autora, os meios de comunicação estatais sírios omitiram amplamente qualquer cobertura da seca e suas repercussões econômicas e sociais. A cobertura da mídia destacou a produção agrícola apesar das chuvas mais baixas e negou escassez de água local³⁰⁵. A mídia privada síria, por sua vez, dedicou espaço à cobertura da seca e de suas vítimas, mas

³⁰³ SYRIA DROUGHT RESPONSE PLAN. List of Appeal Projects, United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs. Disponível em: <http://fts.unocha.org>. Acesso em 09/10/2018.

³⁰⁴ Interviews in Jan. 2010 with Abdulla Tahir Bin Yehia, representative of the Food and Agriculture Organization in Syria, Niklas Kebbon, Sweden's ambassador to Syria and Mohannad Hadi. *Apud* DE CHÂTEL, Francesca. The Role of Drought and Climate Change in the Syrian Uprising: Untangling the Triggers of the Revolution, *Middle Eastern Studies*, 2014, pg. 06. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/00263206.2013.850076>. Acesso em 18/09/2018.

³⁰⁵ MINISTER OF HOUSING AND CONSTRUCTION. No Water Shortage in Damascus, Safar: Syria to Witness Agricultural Changes Based on Research, SANA, 2008.

não conseguiu colocá-la num contexto mais amplo, de anos de ausência de administração de recursos.

Houve também desacordo dentro do governo, com o ministro da irrigação questionando a gravidade da seca em novembro de 2009.³⁰⁶ De Chatêl afirma de modo geral, o governo tentou defender a imagem da Síria como um produtor auto-suficiente de trigo e outros alimentos básicos, evitando qualquer exame mais detalhado das causas mais profundas da crise humanitária e ambiental que estava se espalhando a partir do nordeste para as províncias do sul.

Segundo Salman, as captações de água a montante pela Turquia para a sua própria produção agrícola na região da Anatólia, colaboraram para as mudanças na hidrologia regional reduzindo ainda mais os fluxos de superfície dentro da Síria, contribuindo com a crescente incerteza econômica e política³⁰⁷.

3.3 Migrações e sobrecarga urbana

A combinação da seca muito severa, persistentes perdas nas colheitas agrícolas anuais e deterioração econômica levaram

³⁰⁶ DE CHÂTEL, Francesca, Q&A: Nader al-Bunni. Syrian Minister of Irrigation, Syria Today, 2010, pg. 44–46.

³⁰⁷ SALMAN, M.; MUALLA, W. The utilization of water resources for agriculture in Syria: Analysis of current situation and future challenges. Proc. Int. Seminar on Water Issues of the World Federation of Scientists, Erice, Sicily, Italy, 2003, pg. 11. Disponível em: ftp://ftp.fao.org/agl/IPTRID/conf_italy_03.pdf. Acesso em 17/06/2018.

à migração massiva das comunidades rurais para as cidades. Observa-se que dentro do quadro humanitário, entre 2006 e 2009, cerca de 1,3 milhão de habitantes do leste e nordeste da Síria foram afetados por falhas agrícolas. Onde estima-se que 800.000 pessoas perderam seus meios de subsistência e apoios alimentares básicos³⁰⁸.

Nas regiões severamente afetadas pela seca, mais de 80% das famílias nessas áreas reduziram o consumo de alimentos substancialmente, limitando suas refeições a uma por dia para adultos e duas para crianças, com muitos sobrevivendo apenas com pão e chá açucarado. Os programas de monitoramento nos centros de saúde primários das províncias mostraram incidências disseminadas de desnutrição, anemia e doenças relacionadas à nutrição.³⁰⁹

A FAO realizou uma série de avaliações agrícolas e alimentares em março nos anos de 2010 e 2011, e constatou que a pobreza econômica e a insegurança alimentar aumentava, identificando três milhões de pessoas em "necessidade urgente"

³⁰⁸ SOLH, M. Tackling the drought in Syria. *Nature Middle East*, 2010.

³⁰⁹ JOHNSTONE, S.; MAZO, J. Global Warming and the Arab Spring, *Apud* FEMIA, F., WERRELL, C. Syria: Climate change, drought, and social unrest. The Center for Climate and Security, 2013, pg. 20. Disponível em: <http://climateandsecurity.org/2012/02/29/syria-climate-change-drought-and-social-unrest/>. Acesso em 17/05/2018.

de assistência alimentar, concluindo que "o uso da água na agricultura era insustentável"³¹⁰.

No final de 2011, a ONU estimou que entre dois milhões e três milhões de pessoas foram afetadas pelos fatores ambientais. Mais de 1,5 milhão de pessoas - principalmente trabalhadores agrícolas e agricultores familiares - mudaram-se de terras rurais para cidades e campos nos arredores das principais cidades da Síria, como Aleppo, Damasco e Dara'a.³¹¹

Embora não existam números exatos, as agências da ONU estimaram que até 65.000 famílias ou cerca de 300.000 pessoas migraram da região nordeste, e que 60-70 por cento das aldeias nas províncias de Hassakeh e Deir ez-Zor foram abandonadas em 2009.³¹²

De Chatêl afirma que é possível que este número tenha sido muito maior, já que não foi realizado nenhum estudo abrangente sobre o número de deslocados internos e os números não levaram em conta os trabalhadores e as famílias que atravessaram a fronteira com o Líbano.

³¹⁰ FAO. Syrian Arab Republic Joint Rapid Food Security Needs Assessment (JRFSNA). 2012, pg. 26. Disponível em: http://www.fao.org/giews/english/otherpub/JRFSNA_Syrian2012.pdf. Acesso em 05/06/2018.

³¹¹ Neste sentido concordam Kelley et al. (2015) e Mohtadi (2012).

³¹² UN-OCHA, 2009. *Apud* DE CHÂTEL, Francesca. The Role of Drought and Climate Change in the Syrian Uprising: Untangling the Triggers of the Revolution, Middle Eastern Studies, 2014, pg. 06. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/00263206.2013.850076>. Acesso em 18/09/2018.

Após chegar aos centros urbanos, os migrantes se estabeleceram em acampamentos improvisados, de tendas, especialmente, espalhados pelos subúrbios de Damasco e Aleppo e nas províncias do sul. Os campos de tendas, não tinham água, saneamento ou eletricidade, e variaram em tamanho de uma ou duas tendas para até 80 tendas, em cada acampamento. Tendas foram remendadas com sacos de estopa velhos e pedaços de plástico³¹³.

Depois de, inicialmente, ignorar a crise que se formava, as autoridades reconheceram que a seca elevou os preços dos alimentos e colocou pressão sobre o fornecimento de alimentos básicos,³¹⁴ afetando especialmente as populações urbanas e rurais não produtoras. Isto forçou a Síria - um exportador líquido de trigo desde a década de 1990 - a importar trigo pela primeira vez em 15 anos, em 2008.

Os migrantes procuraram trabalho na agricultura, construção ou pequena indústria³¹⁵. Apesar da crise que se instaurava, especialmente os migrantes das províncias do sul não

³¹³ DE CHÂTEL, Francesca. The Role of Drought and Climate Change in the Syrian Uprising: Untangling the Triggers of the Revolution, *Middle Eastern Studies*, 2014, pg. 10. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/00263206.2013.850076>. Acesso em 18/09/2018.

³¹⁴ Drought Blamed for Food Scarcity, *IRIN News*, 2009.

³¹⁵ DE CHÂTEL, Francesca. The Role of Drought and Climate Change in the Syrian Uprising: Untangling the Triggers of the Revolution, *Middle Eastern Studies*, 2014, pg. 10. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/00263206.2013.850076>. Acesso em 18/09/2018.

receberam nenhum tipo de auxílio do governo, nem de agências internacionais de auxílio. Além disso, as forças de segurança sírias desencorajaram iniciativas privadas da Síria para ajudar os migrantes.

Em julho de 2009, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) realizou uma avaliação em 25 acampamentos nos subúrbios de Damasco, acompanhando uma ONG síria, mas nenhum resultado da missão foi publicado³¹⁶. Posteriormente, os migrantes foram 'encorajados' pelo governo a regressar às suas terras atingidas pela seca no nordeste, em troca de dinheiro em espécie, assistência de transporte ou a promessa de ajuda alimentar ao retornar ao nordeste. Poucas pessoas aceitaram essa oferta, assim como pouca ajuda foi fornecida nos próprios campos de tendas.³¹⁷

Erian (2015) afirmou que “até 2010, os deslocados internos e os refugiados iraquianos constituíam cerca de 20% da população urbana da Síria”. A população urbana total da Síria em 2002 era de 8,9 milhões, mas no final de 2010 havia crescido

³¹⁶ Syrian Association for Health Promotion and Development and UNICEF. Participatory Rural Assessment for Migrant Communities in Rural Damascus due to Drought in North-Eastern Areas, The United Nations Children's Fund, 2009.

³¹⁷ Interviews in Jan. 2010 with Mohammed Hassan Katana, director of statistics and planning at the Ministry of Agriculture and Mohannad Hadi, country director of the United Nations World Food Programme in Syria. *Apud* DE CHÂTEL, Francesca. The Role of Drought and Climate Change in the Syrian Uprising: Untangling the Triggers of the Revolution, Middle Eastern Studies, 2014, pg. 10. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/00263206.2013.850076>. Acesso em 18/09/2018.

para 13,8 milhões, um aumento próximo a 50% em apenas 8 anos, uma taxa muito maior do que para a população síria como um todo. O choque populacional nas áreas urbanas da Síria aumentou ainda mais a pressão sobre seus recursos.³¹⁸

Para Nasser “o movimento de migrantes da região rural para áreas urbanas do sul desempenhou um papel importante” na explicação do rápido aumento das taxas de pobreza nas áreas urbanas entre 2004 e 2009.³¹⁹

Perto de Aleppo, o fracasso das colheitas viu o abandono das aldeias agrícolas e a migração para a cidade³²⁰. Famílias que viviam em barracas perto de depósitos de lixo em Damasco disseram a repórteres que tinham vindo de Hasakah, onde cultivaram trigo e gado.³²¹ Um fluxo particularmente grande se formou em Dara.³²²

³¹⁸ ERIAN, W. Drought vulnerability in the Arab region; Case study—drought in Syria: 10 years of scarce water, 2000–2010. Damascus: The Arab Center for the Studies of Arid Zones and Dry Lands (ACSAD) and UN International Strategy of Disaster Reduction, Regional Office for the Arab States, 2011. Disponível em: http://www.unisdr.org/files/23905_droughtsyriasmall.pdf. Acesso em 21/10/2018.

³¹⁹ NASSER, R., MEHCHY, Z., ABU ISMAIL, K. Socioeconomic roots and impacts of the Syrian crisis. Damascus: Syrian Centre for Policy Research, 2013, pg. 26. Disponível em: <http://scpr-syria.org/en/S34/>“Socioeconomic-Roots-and-Impact-of-the-Syrian-Crisis. Acesso em 21/10/2018.

³²⁰ NABHAN, G. Drought drives Middle Eastern pepper farmers out of business, threatens prized heirloom chiles, 2010. Disponível em: <http://grist.org/food/2010-01-15-drought-drives-middle-eastern-peppers/>. Acesso em 22/10/2018.

³²¹ OWEIS, K. Y. Water crisis uproots Syrian farmers. Canary Wharf: Reuters, 2009.

³²² WEINTHAL, Erika; ZAWAHRI, Neda; SOWERS, Jeannie. Securitized Water, Climate, and Migration in Israel, Jordan, and Syria. 2014, pg. 11.

Saleeby (2012), escrevendo em *Jadaliyya*, uma revista do Instituto de Estudos Árabes, amarrou ainda mais as condições econômicas e ambientais e a subsequente agitação política. Ela argumentou que "a falha do governo em pôr em prática medidas econômicas para aliviar os efeitos da seca foi um fator crítico na propulsão de mobilizações massivas"³²³.

Saleeby (2012) observa que o governo de Assad fez grandes progressos na melhoria do acesso à água, construindo infraestrutura hídrica que trouxe benefícios às comunidades rurais e ampliou a produção agrícola. Mas ela também observa que os benefícios da expansão da agricultura irrigada no Levante também produziram alguns custos imprevistos, incluindo um agravamento das pressões sobre a água local.

Esses fatores contribuíram ainda mais para o desemprego urbano e as desarticulações econômicas e a agitação social. Já em 2008, um cabo diplomático da embaixada dos EUA em Damasco, na Síria, ao comunicar-se com o Departamento de Estado de Washington³²⁴, advertiu acerca das implicações que se formavam no país, com um resumo das opiniões, preocupações locais e percepções da FAO. O cabo diplomático,

³²³ SALEEBY, S. Sowing the seeds of dissent: Economic grievances and the Syrian social contract's unraveling, *Jadaliyya*, 2012, pg. 16. Disponível em: http://www.jadaliyya.com/pages/index/4383/sowing-the-seeds-ofdissent_economic-grievances-an. Acesso em 22/10/2018.

³²⁴ Citadas no documento diplomático, publicado em <http://wikileaks.org/cable/2008/11/08DAMASCUS847.html>. Acesso em 08/10/2018.

levantou instruções do Representante da FAO na Síria, Abdullah bin Yehia, sobre os impactos da seca, descrevendo-a como uma "tempestade perfeita", quando combinada com outras pressões econômicas e sociais. Em suas palavras:

O Representante da Síria Abdullah bin Yehia informou o Ministro-Conselheiro da Agricultura sobre o que ele chama de "tempestade perfeita", uma confluência de condições de seca com outras pressões econômicas e sociais que Yehia acredita que poderiam minar a estabilidade na Síria.

Segundo Yehia, o que a ONU está tentando combater através dos auxílios que pedia para o país, é o potencial de "destruição social" que acompanharia a erosão da indústria agrícola na zona rural da Síria, para Yehia “essa destruição social levaria à instabilidade política”.

Para o representante da FAO na Síria, a migração de trabalhadores não qualificados se somaria às pressões sociais e econômicas que estavam, à época, em jogo nas principais cidades sírias. “Um sistema já sobrecarregado por uma grande população de refugiados iraquianos pode não ser capaz de absorver outro influxo de pessoas deslocadas”, explicou Yehia, “particularmente neste momento de aumento de custos, crescente insatisfação da classe média e um aparente enfraquecimento do tecido social e estruturas de segurança”³²⁵.

³²⁵ Citadas no documento diplomático, publicado em <http://wikileaks.org/cable/2008/11/08DAMASCUS847.html>. Acesso em 08/10/2018.

As preocupações expressas naquela época também observaram que os deslocamentos populacionais "poderiam ser multiplicadores das pressões sociais e econômicas que já prejudicam a estabilidade na Síria". Em julho de 2008, o ministro da Agricultura da Síria declarou publicamente aos funcionários da Organização das Nações Unidas que as questões econômicas e sociais, consequências da seca, estavam "além de nossa capacidade como um país para lidar"³²⁶.

Para Aaron Wolf, especialista em gerenciamento de água na Universidade Estadual de Oregon, "vocês tiveram muitos homens irritados e desempregados ajudando a desencadear uma revolução".

3.4 O conflito nas resoluções da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança e o uso da água como arma de guerra

A população de Dara'a foi às ruas inicialmente para protestar contra a prisão de 15 adolescentes em março de 2011 e mais tarde contra o custo dos alimentos e contra corrupção no domínio do licenciamento e uso da água subterrânea³²⁷.

³²⁶ Citadas no documento diplomático, publicado em <http://wikileaks.org/cable/2008/11/08DAMASCUS847.html>. Acesso em 08/10/2018.

³²⁷ DE CHÂTEL, Francesca. The Role of Drought and Climate Change in the Syrian Uprising: Untangling the Triggers of the Revolution, *Middle Eastern Studies*, 2014, pg. 10. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/00263206.2013.850076>. Acesso em 18/09/2018.

Similarmente às agitações iniciais no Norte da África e no Oriente Médio, que ficou conhecida como a Primavera Árabe, em países como o Egito, a Líbia e a Tunísia.

Após as repressões por parte do governo aos primeiros movimentos, os protestos aumentaram, reivindicando também maior liberdade e democracia na Síria, mas não necessariamente a renúncia do presidente Bashar al-Assad.

A manifestação, pacífica, foi interrompida pelas forças do governo, que abriram fogo contra os opositores, matando quatro pessoas. A reação desproporcional do governo acabou por impulsionar o protesto para além das fronteiras de Dara³²⁸.

Muitas cidades como Homs e Hama, além dos subúrbios de Damasco, que contavam com um fluxo migratório intenso, juntaram-se, a partir desse episódio, aos protestos contra o governo. Nesse momento, a principal reivindicação dos manifestantes era por um sistema político mais democrático e com maior liberdade de expressão. Contudo, ao passo em que as forças pró-governo abriram fogo contra protestos originalmente pacíficos, os manifestantes começaram a pedir a renúncia do presidente Bashar al-Assad.

328

Disponível

em:

https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/07/120718_entenda_conflito_siria_gb. Acesso em 03/02/2018.

Assad, por outro lado, nas poucas declarações públicas que fez desde o início do conflito, afirmou que não deixaria o governo, assegurando, no entanto, que algumas concessões e reformas seriam realizadas. Como resultado, uma nova Constituição foi aprovada mediante referendo, propondo eleições multipartidárias para além do partido dominante Baath e o término estado de sítio em abril de 2011, que havia durado 48 anos.

Em oposição, havia o Conselho Nacional Sírio (CNS), composto, em sua maioria, pela comunidade de muçulmanos sunitas, liderado pelo dissidente sírio Burhan Ghalioun, que era radicado em Paris, e pela Irmandade Muçulmana. Além do CNS, como bloco de oposição havia também o Comitê de Coordenação Nacional (CCN), liderado por antigos dissidentes do governo. Apesar de suas diferenças, ambos se comprometeram a atribuir ao CNS o papel "de interlocutor e representante formal da população síria".

Como oposição havia ainda o Exército Livre Sírio (ELS), formado por dissidentes do exército da Síria, com sede na Turquia, que lançou uma série de ataques contra as forças de segurança do governo. Tendo como líder, Riyad al-Asaad, os objetivos do Exército Livre Sírio, modificaram-se ao longo do tempo. Inicialmente tinham como objetivo a derrubada do

governo Sírio³²⁹. Segundo algumas fontes, a oposição recebia apoio financeiro e militar de nações ocidentais e árabes (como Estados Unidos, Reino Unido e alguns países do Golfo)³³⁰.

Assad era apoiado majoritariamente pela minoria alauíta, da qual faz parte, e por cristãos, que temiam perseguições religiosas, que, juntos, correspondiam a 10% da população síria.

Alguns especialistas apontam a Síria como um dos países mais importantes do Oriente Médio, uma vez que temem um "efeito-ricochete" em nações vizinhas devido à proximidade do governo de Assad com grupos como o Hezbollah, no Líbano, e o Hamas, nos territórios autônomos da Palestina. O país também é um dos principais aliados do Irã, que apresenta rivalidades históricas com os Estados Unidos, Israel e Arábia Saudita.

Em um primeiro momento, a Liga Árabe permaneceu em silêncio diante do conflito que se formava, mas acabou impondo sanções econômicas à Síria. Em janeiro de 2012, a Liga divulgou um plano de reforma política para o país, propondo a substituição do presidente sírio pelo seu vice-presidente, o início das conversas com setores da oposição e a convocação de eleições multipartidárias supervisionadas por observadores

³²⁹ Atualmente, o principal objetivo destas forças rebeldes é assistir a Turquia em criar uma "zona de segurança" na fronteira e impedir que as milícias curdas das Forças Democráticas Sírias unifiquem o seu território, e, criar um novo exército que opere nos territórios conquistados por estes grupos.

³³⁰ Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-23849587>. Acesso em 05/12/2018.

internacionais.³³¹ O representante da Liga dos Estados Árabes, Sr. Fathalla afirmou na resolução A/67/PV.40, que “a comunidade internacional também deve procurar acabar com o derramamento de sangue e iniciar um estágio de transição que levará a um sistema democrático, de acordo com as legítimas aspirações do povo da Síria.”³³²

A partir de então, novas partes começaram a fazer parte do conflito. Em maio de 2012, chegam à Síria os primeiros jihadistas estrangeiros para lutar na rebelião. O movimento xiita libanês Hezbollah envia militantes para defender o governo sírio.

Em agosto de 2012, os rebeldes avançaram sobre Aleppo, uma das principais cidades do país e, após aproximadamente um mês de intensos bombardeios que deixaram mais de 700 mortos, a ONU e a Liga Árabe enviaram Kofi Annan, o ex-secretário-geral do organismo multilateral, ao país.

Annan propôs a Assad um plano de paz com seis pontos³³³, que reivindicava, entre outras coisas, um cessar-fogo

³³¹ Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2011/nov/12/syria-suspended-arab-league>. Acessado em 05/12/2018.

³³² A/67/PV.40. Asamblea General Sexagésimo séptimo período de sesiones 40ª sesión plenaria Lunes 19 de noviembre de 2012, Nueva York. Disponível em: <https://undocs.org/es/A/67/PV.40>. Acesso em 14/12/2018.

³³³ Resolución 2042 (2012), aprobada por el Consejo de Seguridad en su 6751ª sesión, 2012. Disponível em: [https://undocs.org/es/S/RES/2042\(2012\)](https://undocs.org/es/S/RES/2042(2012)). Acesso em 05/12/2018.

entre todas as partes e o respeito à liberdade de associação e o direito de manifestar-se pacificamente segundo a lei. Assad, por sua vez, concordou com o plano, e “em 25 de março de 2012 a cumprir com caráter de urgência seus compromissos, [...] notando, também, que a oposição síria manifestou o seu compromisso de respeitar a cessação da violência, desde que o governo fizesse o mesmo”³³⁴. A violência, no entanto, não cessou. O Brasil, que havia se posicionado contra a intervenção estrangeira, subiu o tom das críticas em comunicados divulgados pelo Itamaraty, condenando o massacre de civis.

Na resolução 2043 (2012), o Conselho de Segurança decide estabelecer, “por um período inicial de 90 dias, uma Missão de Supervisão das Nações Unidas na Síria (UNSMIS), sob o comando de um Observador Militar Principal, consistindo de um desdobramento inicial de até 300 observadores militares desarmados, bem como um componente civil suficiente”, para avaliação e consolidação da cessação da violência.³³⁵

A UNSMIS, condenou “veementemente os assassinatos, a destruição e os abusos dos direitos humanos, que são contínuos e de crescente severidade”. Afirmando que a violência estava “se

³³⁴ Resolución 2042 (2012), aprobada por el Consejo de Seguridad en su 6751ª sesión, 2012. Disponível em: [https://undocs.org/es/S/RES/2042\(2012\)](https://undocs.org/es/S/RES/2042(2012)). Acesso em 05/12/2018.

³³⁵ Resolución 2043 (2012), aprobada por el Consejo de Seguridad en su 6756ª sesión, 2012. Disponível em: [https://undocs.org/es/s/res/2043%20\(2012\)](https://undocs.org/es/s/res/2043%20(2012)). Acesso em 05/12/2018.

tornando mais intensa, assim como a possibilidade de que o conflito no país se torne ainda mais agudo, bem como as dimensões regionais do problema”. O governo e os grupos armados de oposição deveriam “cooperar com a Missão de Supervisão das Nações Unidas na República Árabe da Síria (UNSMIS) com vistas a avançar na implementação do plano de acordo com seu mandato”.³³⁶

O representante da Síria, Sr. Hallak, por sua vez, afirmava que, a “Liga dos Estados Árabes tornou-se parte do problema, e não da solução, devido às suas tentativas iniciais de internacionalizar a crise síria, solicitando uma intervenção externa, destinada a destruir o país”. O que era “contrário aos princípios mais básicos da Carta da Liga dos Estados Árabes e constitui uma violação flagrante das obrigações dos países árabes e do secretariado da Liga dos Estados Árabes para cumprir o Acordo de Defesa Mútua Árabe.”³³⁷

A representante da Síria, Sra. Alsaleh, afirmou na resolução A/67/PV.60, que diversos Estados apoiaram “a destruição e o terrorismo na Síria, o que causou a morte de milhares de sírios e o deslocamento de dezenas de milhares de pessoas”. Afirmando que:

³³⁶ Resolución 2118 (2013), aprobada por el Consejo de Seguridad en su 7038a sesión, 2013. Disponível em: [https://undocs.org/es/S/RES/2118\(2013\)](https://undocs.org/es/S/RES/2118(2013)). Acesso em 11/12/2018.

os grupos armados na Síria, com o apoio dos patrocinadores do projeto de resolução, continuaram a atacar as rotas para o suprimento de combustíveis e produtos petrolíferos, bem como as culturas alimentares estratégicas do país. [...] explodiram instituições e serviços vitais, sendo o caso mais recente o da central elétrica da aldeia de Halfaya, em Hamah. O objetivo de todos esses atos é claro: criar condições que levem ao colapso de instituições estatais cruciais e expor nossos cidadãos a uma maior vulnerabilidade, a fim de minar sua confiança no Estado e estabelecer a anarquia. Isso equivale a atacar unidades militares e tentar destruir armas estratégicas. Esses atos nos levam a questionar se essas resoluções realmente ajudaram a promover os direitos humanos na Síria ou levaram a um aumento das mortes e à violação dos direitos humanos dos cidadãos sírios. Ou será que privar nossos cidadãos de eletricidade, água, alimentos, transporte, educação e assistência médica ajuda a promover os direitos humanos na Síria? [...] Nós os incentivamos a votar contra o projeto de resolução intitulado "Situação dos direitos humanos na República Árabe da Síria", a fim de não apoiar as invenções e histórias que seus patrocinadores tentam espalhar pelo mundo a fim de desviar a atenção do mundo das próprias ações desumanas, ilegais e imorais.³³⁸

Na resolução A/67/L.63, as potências ocidentais reconhecem a oposição exilada como "única representante do povo sírio".³³⁹ Seguidos por comunicados dos Estados Unidos, e da União Europeia, que pediam que Assad deixasse o poder.

³³⁸ A/67/PV.60, Asamblea General, Sexagésimo séptimo período de sesiones 60ª sesión plenaria 2012, Nueva York, pg. 20. Disponível em: <https://undocs.org/es/A/67/PV.60>. Acesso em 14/12/2018.

³³⁹ A/67/L.63, Asamblea General Sexagésimo tercero período de sesiones. Disponível em: <https://undocs.org/es/A/67/L.63>. Acesso em 25/01/2019.

Na visão apresentada pela Bolívia e por outros países na Assembleia Geral, “isto não passava de uma estratégia geopolítica de dominação da região, baseada no controle de seus recursos naturais”. Na sua visão:

Faz parte da geopolítica da guerra. Não importa se há terroristas entre os rebeldes que se tornam sementes de novas ameaças, de novas guerras. As economias que são sustentadas na indústria da guerra terão lucros, elas não verão baixas. A Bolívia se opõe a este projeto de resolução porque sua aprovação significará uma violação dos princípios sobre os quais o sistema das Nações Unidas foi construído. A Bolívia se opõe a este projeto de resolução porque significará o triunfo da interferência sobre a soberania. [...] sua aprovação significaria o triunfo do militarismo sobre a política.

O projeto de resolução A/67/L.63 foi aprovado por 107 votos a favor, 12 contra e 59 abstenções³⁴⁰, propunha o reconhecimento da coalizão de oposição como legítima representante do povo sírio, a necessidade de se chegar a uma solução negociada do crise, e a condenação da violência, e violações de direitos humanos e de direito internacional

³⁴⁰ Brasil se absteve, juntamente com: Argélia, Angola, Antigua y Barbuda, Argentina, Arménia, Bangladesh, Barbados, Belice, Benin, Bhután, Brasil, Camboya, Cabo Verde, Dominica, El Salvador, Eritreia, Etiópia, Fiji, Ghana, Guinéa, Guinéa-Bissau, Guyana, Índia, Indonésia, Jamaica, Kazajstán, Kenya, Kirguistán, República Democrática Popular Lao, Líbano, Lesoto, Malí, Moçambique, Myanmar, Namíbia, Nepal, Níger, Nigéria, Paraguai, Ruanda, Santa Lucía, Singapur, Islas Salomón, Sudáfrica, Sudán del Sur, Sri Lanka, Suriname, Togo, Trinidad y Tabago, Uganda, Ucrânia, Uruguai, Viet Nam, Zâmbia.

humanitário cometidos por ambas as partes e a inadmissibilidade do uso de armas químicas³⁴¹.³⁴²

Em outubro, Rússia e China, que possuem laços militares e econômicos estreitos com a Síria, vetam pela segunda vez, a resolução das Nações Unidas (ONU) que condenava o regime. Segundo o Instituto Internacional de Pesquisas para a Paz de Estocolmo (SIPRI, na sigla em inglês), a Rússia é o principal parceiro comercial e fornecedor do governo de Assad, seguido pelo Irã. Além disso, a crise líbia em 2011 teria reforçado a desconfiança russa sobre a retórica humanitária ocidental, que não passaria, segundo Moscou, de "camuflagem para a troca de regimes".³⁴³

Deplorando as tentativas do Conselho de Segurança em aprovar medidas para garantir a conformidade da autoridade síria com suas decisões, a Assembleia expressou sua determinação em buscar formas e meios de fornecer proteção à população civil síria.³⁴⁴

³⁴¹ A/RES/67/262, Asamblea General, 2013, Sexagésimo séptimo período de sesiones Tema 33 del programa 12-49435 (S). Disponível em: <https://undocs.org/es/A/RES/67/262>. Acesso em 15/12/2018.

³⁴² A/67/PV.80, Asamblea General, Sexagésimo séptimo período de sesiones 80ª sesión plenaria Miércoles, 2013, Nueva York. Disponível em: <https://undocs.org/es/A/67/PV.80>. Acesso em 15/12/2018.

³⁴³ Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/mundo/oriente-medio/guerra-na-siria-completa-7-anos-veja-cronologia,7037067f953a1be918c7bbed34d5dd094wfaciq2.html>. Acesso em 04/06/2018.

³⁴⁴ Disponível em: <https://www.un.org/press/en/2012/ga11266Rev1.doc.htm>. Acesso em 05/12/2018.

Com a intensificação do conflito e devido ao quadro de escassez hídrica crescente, as partes combatentes começaram a utilizar estrategicamente a água, bem como as instalações necessárias para esse recurso vital durante o conflito. Seja controlando grandes ou importantes áreas de terra ou instalações, seja utilizando-a como um ativo para financiar atividades, ou ainda, utilizando-a como um armamento estratégico, cortando seu abastecimento ou destruindo sua infraestrutura. Alguns artigos científicos relataram que “renascia na Síria e no Iraque a utilização da água como uma arma de guerra”.³⁴⁵

Em 2013, o Ministério de energia comunicou que 30 centrais elétricas ficaram inativas e 40% das linhas de alta tensão foram atacadas³⁴⁶. No primeiro semestre de 2014, interrupções de energia elétrica deixaram grandes porções das províncias de Aleppo e Deir ez-Zor sem água corrente.³⁴⁷

No verão de 2014, suprimentos de água para Aleppo foram cortados por cerca de dez dias e as pessoas foram

³⁴⁵ LOSSOW, Tobias Von. The Rebirth of Water as a Weapon: IS in Syria and Iraq. *The International Spectator*, 51:3, pg. 82-99, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/03932729.2016.1213063>. Acesso em 08/05/2018.

³⁴⁶ ZWIJNENBURG, W; TE PAS, K. *Amidst the Debris: A Desktop Study on the Environmental and Public Health Impact of Syria's Conflict*. Netherlands: PAX, 2015, pg. 37.

³⁴⁷ ZWIJNENBURG, W; TE PAS, K. *Amidst the Debris: A Desktop Study on the Environmental and Public Health Impact of Syria's Conflict*. Netherlands: PAX, 2015, pg. 29.

obrigadas a beber água de poços não tratados e até mesmo de poças.³⁴⁸ Estes e muitos outros ataques ocasionaram a falta de acesso à água potável para população e impediram que a maioria da população dependente da agricultura e da irrigação cultivasse seus campos.

Lossow afirma que, na Síria e no Iraque, quase todos os grupos estavam usando a água como arma. O Exército Livre da Síria, por exemplo, utilizou a água contra o regime de Assad, cortando o abastecimento de Damasco, uma das cidades mais importantes do país por vários dias³⁴⁹. Rebeldes sírios conquistaram algumas barragens do final de 2012: a represa Tishrin e a barragem do Baath, próximo a cidade de Raqqa, ambas represas do Eufrates.

Na resolução A/RES/67/183, a Assembleia destacou a a necessidade de dar seguimento ao relatório da comissão de inquérito e realizar, o mais rápido possível, uma “investigação internacional transparente e independente dos abusos e violações do direito internacional, com vista a responsabilizar

³⁴⁸ LOSSOW, Tobias Von. The Rebirth of Water as a Weapon: IS in Syria and Iraq. *The International Spectator*, 51:3, pg. 82-99, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/03932729.2016.1213063>. Acesso em 08/05/2018.

³⁴⁹ LOSSOW, Tobias von. The Rebirth of Water as a Weapon: IS in Syria and Iraq. *The International Spectator. Italian Journal of International Affairs*, 2016, pg. 02. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/03932729.2016.1213063>. Acesso em 24/06/2018.

aqueles que cometeram violações e abusos, aqueles que podem constituir crimes contra a humanidade e crimes de guerra”.³⁵⁰

Em janeiro de 2013, as forças do governo se retiram de Raqqa, que é ocupada pelas primeiras células do Estado Islâmico. Em agosto, subúrbios de Damasco controlados por rebeldes são atacados com armas químicas, o que é veementemente condenado nas reuniões da ONU, onde a Organização “expressou grande preocupação com a ameaça representada [...] para o uso de armas químicas ou biológicas, e alegações do uso de tais armas, e saúda a decisão tomada pelo Secretário-Geral de investigar todas as alegações de tal uso na República Síria árabe.”³⁵¹

No relatório da Comissão das Nações Unidas para investigar as denúncias sobre o uso de armas químicas na República Árabe da Síria, concluiu-se que de fato houve o uso de armas químicas em 21 de agosto, 2013, em Damasco Rural, condenando à morte civis, decorrente de tal emprego. Houve afirmação de que o uso de armas químicas é uma grave violação do direito internacional, e sublinhou-se que os responsáveis por

³⁵⁰ A/RES/67/183, Asamblea General, 2013, Sexagésimo séptimo período de sesiones Tema 69 c) del programa 12-48961S. Disponível em: <https://undocs.org/es/A/RES/67/183>. Acesso em 14/12/2018.

³⁵¹ A/RES/67/262, Resolución aprobada por la Asamblea General, 2013. Disponível em: <https://undocs.org/es/A/RES/67/262>. Acesso em 15/12/2018.

qualquer uso de armas químicas são culpados por suas ações³⁵².³⁵³

Pelo menos 80.000 pessoas haviam morrido desde o início das hostilidades, e acredita-se que a maioria delas sejam civis. O Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados registrou cerca de 1,5 milhão de pessoas, que naquele momento viviam em campos na Jordânia, Líbano, Turquia, Iraque e outros países mais distantes. Mais de 4 milhões de pessoas foram deslocadas internamente desde o início dos combates, segundo algumas estimativas. Através de atividades de contrabando de armas, que foram disseminadas e documentadas pelas Nações Unidas, todos os tipos de armas começaram a entrar na Síria, vindas da Líbia e de outros lugares.

³⁵² A Organização recordou também a obrigação, nos termos da resolução 1540 (2004), de que todos os Estados se abstenham de fornecer qualquer forma de apoio aos que tentam desenvolver, adquirir, fabricar, possuir, transporte, transferir ou utilizar armas de destruição em massa, tais como armas químicas e os seus meios de entrega, acolhendo o quadro para eliminação das armas químicas sírio de 14 de setembro de 2013, celebrado em Genebra entre os Estados Unidos da América e a Federação Russa (S / 2013/565), com uma forma de garantir a destruição do programa de armas químicas da Síria com a forma mais antiga e mais segura, e expressar seu compromisso com o controle imediato internacional de armas químicas e seus componentes na República Árabe da Síria, tendo determinado que o uso de armas químicas na Síria constitui uma ameaça à paz e segurança internacionais, sublinhando que os Estados-Membros são obrigados nos termos do artigo 25 da Carta das Nações Unidas para aceitar e executar as decisões do Conselho; e determinou que o uso de armas químicas em qualquer lugar constitui uma ameaça à paz e segurança internacionais.

³⁵³ Resolución 2118 (2013), Aprobada por el Consejo de Seguridad en su 7038a sesión, 2013. Disponível em: [https://undocs.org/es/S/RES/2118\(2013\)](https://undocs.org/es/S/RES/2118(2013)). Acesso em 11/12/2018.

Grupos terroristas armados cometeram crimes brutais sem precedentes e documentaram violações dos direitos humanos na Síria. Os atos organizados e sistemáticos atingiram santuários, locais sagrados, ataques brutais contra sítios arqueológicos. Com aumento da violência sectária, extremismo e atos criminosos e ilegais de grupos terroristas e extremistas que operam no país.

Na resolução A/RES/71/203, a Assembleia condenou fortemente intervenção de todos os terroristas estrangeiros combatentes e organizações estrangeiras na República Árabe Síria, incluindo as Brigadas Al-Quds, os Guardiões da Revolução Islâmica e grupos de milícias, como o Hezbollah, Asa'ib Ahl al-Haq e Liwa'a Abu al-Fadhl al-Abbas, o chamado Estado Islâmico no Iraque e do Levante (Daesh) e outros grupos como a Frente Al Nusrah, e manifestou a sua profunda preocupação com o fato de que sua participação agravava ainda mais a deterioração da situação na República árabe da Síria, incluindo a situação humanitária e dos direitos humanos, que acarretava sérias repercussões negativas na região.³⁵⁴

No relatório enviado ao Conselho de Segurança, o Representante Especial Conjunto Lakhdar Brahimi registra que

³⁵⁴ A/RES/71/203, Asamblea General, 2017, Situación de los derechos humanos en la República Árabe Siria. Disponível em: <https://undocs.org/es/A/RES/71/203>. Acesso dia 22/12/2018.

terroristas de mais de 29 países se infiltraram na Síria para derrubar o governo de Bashar Al Assad. Entre eles, mais de 800 vindos dos países europeus.³⁵⁵

Segundo sr. Ja'afari, representante da República Árabe Síria, estes grupos foram introduzidos com a ajuda de governos islâmicos, árabes e de países ocidentais, “que são patrocinadores de projetos de resolução hostis, politizados e motivados por interesses políticos”.³⁵⁶

Em 2014, na resolução A/RES/68/295, foi prorrogado o mandato da Missão de Supervisão das Nações Unidas na República Árabe da Síria.³⁵⁷ Reafirmou-se que os Estados-Membros tinham a obrigação de proibir os seus nacionais ou qualquer pessoa ou entidade no seu território de colocar quaisquer fundos, recursos financeiros ou económicos ou serviços conexos, direta ou indiretamente, à disposição dos combatentes. Lembrou-se que, numa sociedade globalizada, as novas tecnologias de informação e comunicação, em particular a Internet, para efeitos de recrutamento e incitamento à prática

³⁵⁵ A/67/PV.80, Asamblea General Sexagésimo séptimo período de sesiones 80ª sesión plenária, 2013, Nueva York. Disponível em: <https://undocs.org/es/A/67/PV.80>. Acesso em 15/12/2018.

³⁵⁶ A/68/PV.70, Asamblea General Sexagésimo octavo período de sesiones 70ª sesión plenária, 2013, Nueva York. Disponível em: <https://undocs.org/es/A/68/PV.70>. Acesso em 17/12/2018.

³⁵⁷ Disponível em: <https://undocs.org/es/A/RES/68/295>. Acesso em 18/12/2018.

de actos terroristas, bem como para financiar, planear e preparar as suas atividades.

Em janeiro de 2014, rebeldes islâmicos iniciaram ofensivas contra o IS. Em agosto, o Estado Islâmico proclama um "califado" englobando seus territórios na Síria e no Iraque.

No curso de sua expansão territorial, o denominado Estado Islâmico (IS, ISIL ou ISIS) trouxe sob seu controle estratégico significativos recursos hídricos e a maior parte da infra-estrutura hídrica na Síria e no Iraque.³⁵⁸

Com a escassez gradual na Bacia do Tigre e Eufrates, a Organização capturou várias barragens importantes nos rios Eufrates e Tigre como parte de sua estratégia de expansão e, particularmente desde 2014, usou água como uma arma de várias maneiras para promover seus objetivos militares e políticos. Juntamente com a apreensão de campos de petróleo, o que permitia que o IS controlasse as necessidades e os recursos mais importantes da região³⁵⁹. O número de casos em que o EI

³⁵⁸ LOSSOW, Tobias Von. Water as Weapon: IS on the Euphrates and Tigris. The Systematic Instrumentalisation of Water Entails Conflicting IS Objectives. German Institute for International and Security Affairs, 2016, pg. 01. Disponível em: https://www.swp-berlin.org/fileadmin/contents/products/comments/2016C03_lsw.pdf. Acesso em 05/06/2018.

³⁵⁹ LOSSOW, Tobias Von. Water as Weapon: IS on the Euphrates and Tigris. The Systematic Instrumentalisation of Water Entails Conflicting IS Objectives. German Institute for International and Security Affairs, 2016, pg. 02. Disponível em: https://www.swp-berlin.org/fileadmin/contents/products/comments/2016C03_lsw.pdf. Acesso em 05/06/2018.

armamentizou a água supera em muito as atribuídas a todas as outras partes em conflito na Síria e no Iraque.³⁶⁰

Entre as estratégias de controle hídrico estava o fornecimento de pouca água, desviando-a ou, alternativamente, retendo-a em demasia e inundando regiões sob o controle dos adversários, ou também a contaminando, ou ainda, diminuindo seu abastecimento, o que afetava significativamente a sobrevivência da população, a produção de alimentos (irrigação para a agricultura) e a produção de energia (centrais hidrelétricas). Isso tornou possível o controle pelo EI sobre grandes territórios, ao deter o controle de grandes barragens no Eufrates e no Tigre, facilitando a manipulação dos recursos hídricos da região.³⁶¹

Quando os canos são destruídos ou bloqueados ou a água é desviada ou retida por uma represa, a escassez de água e eletricidade pode ser criada ou exacerbada. O controle sobre uma represa permite secar grandes áreas a jusante. Tanto na Síria como no Iraque, o EI repetidamente cortou o fornecimento de

³⁶⁰ KING, M. D. The Weaponization of Water in Syria and Iraq. *The Washington Quarterly*, 2016, pg. 129.

³⁶¹ LOSSOW, Tobias von. The Rebirth of Water as a Weapon: IS in Syria and Iraq. *The International Spectator. Italian Journal of International Affairs*, 2016, pg. 02. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/03932729.2016.1213063>. Acesso em 24/06/2018.

água e eletricidade para comunidades, cidades e até mesmo províncias inteiras³⁶².

Contudo, o uso da água como arma - no sentido de ferramenta militar - é muito mais complexo e serve principalmente para pressionar a população e politicamente os adversários³⁶³.

Além de uma dimensão política estratégica, o controle da água é motivado pela vontade de demonstrar poder, aumentar a autoridade e, como consequência, consolidar uma posição nos territórios sob controle. Ao regular a quantidade e o fluxo de água em represas no curso superior de um rio, aumenta-se a influência sobre grandes áreas e também em áreas mais distantes à jusante, fora do controle imediato, sem necessariamente atacar, ocupar ou controlá-las militarmente³⁶⁴.

Além do controle militar e estratégico, a utilização da água como arma ainda carrega um forte efeito psicológico.³⁶⁵ O

³⁶² LOSSOW, Tobias von. The Rebirth of Water as a Weapon: IS in Syria and Iraq. *The International Spectator. Italian Journal of International Affairs*, 2016, pg. 07. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/03932729.2016.1213063>. Acesso em 24/06/2018.

³⁶³ LOSSOW, Tobias von. Water as Weapon: IS on the Euphrates and Tigris. *The Systematic Instrumentalisation of Water Entails Conflicting IS Objectives*. Stiftung Wissenschaft und Politik. German Institute for International and Security Affairs, 2016.

³⁶⁴ LOSSOW, Tobias von. The Rebirth of Water as a Weapon: IS in Syria and Iraq. *The International Spectator. Italian Journal of International Affairs*, 2016, pg. 05. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/03932729.2016.1213063>. Acesso em 24/06/2018.

³⁶⁵ MASSIH, N. ISIS Gains Highlight 'Aggressive' Use of Water as Weapon of War. *The Daily Star Lebanon*, 2014. Disponível em:

uso potencial de sua enorme força destrutiva representa uma ameaça existencial que pode vir à longo prazo, mesmo sem fazer uso dela - um mecanismo semelhante ao da bomba atômica³⁶⁶.

A utilização deste mecanismo estratégico pode causar danos duradouros que podem não ser facilmente reparados, como sistemas de tubulação destruídos, terras inundadas, colheitas arruinadas ou recursos contaminados, que persistirão mesmo se os adversários forem forçados a recuar ou forem derrotados militarmente³⁶⁷.

O impacto da água como arma depende das condições hidrológicas e do contexto político regional. Quanto mais prejudicial o impacto potencial em um ambiente específico, mais eficaz e poderosa a arma e mais atraente é detê-la. A Síria e o Iraque são extremamente vulneráveis sob diferentes perspectivas, o que faz com que a armamentização do recurso vital seja altamente eficaz e perigosa. Nas terras áridas e semi-

<http://www.dailystar.com.lb/News/Middle-East/2014/Jul-21/264554-isis-gainshighlight-aggressive-use-of-water-as-weapon-of-war.ashx>. Acesso em 30/04/2018.

³⁶⁶ LOSSOW, Tobias von. The Rebirth of Water as a Weapon: IS in Syria and Iraq. *The International Spectator. Italian Journal of International Affairs*, 2016, pg. 05. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/03932729.2016.1213063>. Acesso em 24/06/2018.

³⁶⁷ LOSSOW, Tobias von. The Rebirth of Water as a Weapon: IS in Syria and Iraq. *The International Spectator. Italian Journal of International Affairs*, 2016, pg. 05. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/03932729.2016.1213063>. Acesso em 24/06/2018.

áridas do Oriente Médio, a água é escassa e um recurso precioso³⁶⁸.

Quase toda a parte síria da bacia do Tigre e Eufrates ficou na esfera de influência do Estado islâmico. A partir de 2014, o IS expandiu seu controle sobre as áreas iraquianas dos trechos superiores do Eufrates e Tigre. Dentro de um ano, todas as represas estrategicamente significativas foram ocupadas, com exceção da barragem de Haditha³⁶⁹.

Em abril de 2014, após a represa de Falluja ser ocupada e ter suas comportas fechadas, a água retida inundou grandes áreas e deixou submersas instalações de bancos. A água foi desviada por um canal de irrigação para um vale lateral, áreas extensas ficam inundadas a 100 km de distância, o que colocou a cidade de Abu Ghraib abaixo de 4 metros de água. Entre Falluja e Abu Ghraib mais de 10.000 casas e cerca de 200 quilômetros quadrados de terras férteis foram destruídas; quase toda a colheita foi eliminada³⁷⁰.

³⁶⁸ LOSSOW, Tobias von. The Rebirth of Water as a Weapon: IS in Syria and Iraq. *The International Spectator. Italian Journal of International Affairs*, 2016, pg. 06. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/03932729.2016.1213063>. Acesso em 24/06/2018.

³⁶⁹ LOSSOW, Tobias von. *Water as Weapon: IS on the Euphrates and Tigris. The Systematic Instrumentalisation of Water Entails Conflicting IS Objectives*. Stiftung Wissenschaft und Politik. German Institute for International and Security Affairs, 2016.

³⁷⁰ LOSSOW, Tobias von. *Water as Weapon: IS on the Euphrates and Tigris. The Systematic Instrumentalisation of Water Entails Conflicting IS Objectives*. Stiftung Wissenschaft und Politik. German Institute for International and Security Affairs, 2016, pg. 02.

Até 60.000 moradores que haviam perdido a sua subsistência na enchente foram deslocados³⁷¹. Esse movimento também dificultou as eleições parlamentares: como consequência da inundação, apenas um terço das assembleias de voto na província de Anbar conseguiram abrir.³⁷²

Também nas áreas xiitas da província de Diyala, a água foi cortada várias vezes.³⁷³ Depois de tomar as grandes barragens iraquianas em Falluja, Mosul, Samarra e Ramadi, não só interromperam o fornecimento local de água, mas também privaram deliberadamente áreas xiitas aos alcances inferiores do Eufrates e Tigre por represamento e desviando-a. Para aumentar o efeito, o IS também desviou a água do Eufrates mais a montante na Síria³⁷⁴.

Com a apropriação das barragens de Mosul e Tikrit a água e a eletricidade foram cortadas nas aldeias em seus arredores, incluindo Qaraqosh e Bartalla. Essa ação obrigou os

³⁷¹ LOSSOW, Tobias von. Water as Weapon: IS on the Euphrates and Tigris. The Systematic Instrumentalisation of Water Entails Conflicting IS Objectives. Stiftung Wissenschaft und Politik. German Institute for International and Security Affairs, 2016, pg. 02.

³⁷² SVENSSON, B. Der Krieg mit dem Wasser. *Qantara.De*, 2014. Disponível em: <https://de.qantara.de/inhalt/flutkatastrophe-im-irak-der-krieg-mit-dem-wasser>. Acesso em 12/03/2018.

³⁷³ CUNNINGHAM, E. For Islamic State, Water is a Weapon. *The Washington Post*, 2014.

³⁷⁴ MACKENZIE, D. Extremists in Iraq Now Control the Country's Rivers. *New Scientist*, 2014. Disponível em: <https://www.newscientist.com/article/dn25722-extremists-in-iraq-now-control-the-countrysrivers/>. Acesso em 20/05/2018.

moradores a comprar água a uma taxa de US\$ 6,25 por metro cúbico, o que era inacessível para a maioria da população.

O serviço de água foi restaurado para Mosul em meados de junho, e oferecido a preços com desconto para os residentes sunitas³⁷⁵, que cada vez mais percebiam a ocupação do IS como uma libertação³⁷⁶.

Segundo Lossow, garantir um suprimento básico de água e eletricidade também servia a um dos propósitos do IS na região: estabelecer um califado que prestava serviços públicos³⁷⁷. Oferecendo abastecimento de água para a população em uma região que sofre com secas e tem décadas de dilapidação das tubulações hídricas, era uma boa estratégia para manter os territórios conquistados, proteger e legitimar seu poder perante a população³⁷⁸.

³⁷⁵ ISIS Cuts Off Water, Electricity, Destroys Churches, Assyrian International News Agency, 2018. Disponível em: <http://www.aina.org/news/20140618172333.htm>. Acesso em 30/07/2018.

³⁷⁶ LOSSOW, Tobias von. Water as Weapon: IS on the Euphrates and Tigris. The Systematic Instrumentalisation of Water Entails Conflicting IS Objectives. Stiftung Wissenschaft und Politik. German Institute for International and Security Affairs, 2016.

³⁷⁷ LOSSOW, Tobias von. Water as Weapon: IS on the Euphrates and Tigris. The Systematic Instrumentalisation of Water Entails Conflicting IS Objectives. Stiftung Wissenschaft und Politik. German Institute for International and Security Affairs, 2016, pg. 06.

³⁷⁸ LOSSOW, Tobias von. Water as Weapon: IS on the Euphrates and Tigris. The Systematic Instrumentalisation of Water Entails Conflicting IS Objectives. Stiftung Wissenschaft und Politik. German Institute for International and Security Affairs, 2016.

Os efeitos ambientais criaram um contexto de privação que permitiu ao Estado Islâmico (IS) recrutar 60-70 por cento do seus lutadores localmente³⁷⁹. Isso se deu em parte porque o IS manteve e restaurou redes de serviços municipais tais como a Rede Islâmica de Serviços Públicos, que forneceu eletricidade e transporte em Aleppo.³⁸⁰

Além de aumentar o suporte do IS entre a população, fornecer água e eletricidade ainda era é uma fonte de receita financeira³⁸¹. Em Raqqa, por exemplo, o Banco de Crédito foi transformado em autoridade fiscal que cobrava pagamentos para eletricidade, água e segurança.³⁸² Em Deir ez-Zor e nos arredores, quase quatro por cento das receitas do IS eram geradas por taxas de eletricidade³⁸³.

³⁷⁹ KING, Marcus DuBois. The Weaponization of Water in Syria and Iraq, *The Washington Quarterly*, 38:4, 2016, pg. 03. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/0163660X.2015.1125835>. Acesso em 30/08/2018.

³⁸⁰ AYMENN, Jawad Al-Tamimi. The Syrian rebel groups pulling in foreign fighters, Reuters, 2013. Disponível em: <http://www.bbc.com/news/world-middle-east-25460397>. Acesso em 30/09/2018.

³⁸¹ LOSSOW, Tobias von. Water as Weapon: IS on the Euphrates and Tigris. The Systematic Instrumentalisation of Water Entails Conflicting IS Objectives. *Stiftung Wissenschaft und Politik. German Institute for International and Security Affairs*, 2016, pg. 06.

³⁸² BENN, Hubbard, Life in a Jihadist Capital: Order with a Darker Side, ISIS Puts its Vision into Practice in a Syrian City, *The New York Times*, 2014, Disponível em: http://www.nytimes.com/2014/07/24/world/middleeast/islamic-state-controls-raqqaya-syria.html?_r=0. Acesso em 08/10/2018.

³⁸³ LOSSOW, Tobias von. Water as Weapon: IS on the Euphrates and Tigris. The Systematic Instrumentalisation of Water Entails Conflicting IS Objectives. *Stiftung Wissenschaft und Politik. German Institute for International and Security Affairs*, 2016, pg. 06.

Para apoiar seu controle a longo prazo, a organização utilizou alguns especialistas para gerenciar alguns dos recursos hídricos capturados, e realizavam, ocasionalmente, reparos na infraestrutura hídrica. No entanto, apesar de ter auxílio de especialistas, a organização não tinha a capacidade ou experiência para operar profissionalmente essas instalações complexas ou para gerenciar permanentemente os sistemas hidrológicos.

Dentro de alguns dias, o nível do lago Assad caiu seis metros³⁸⁴ - uma importante fonte de água para cerca de cinco milhões de pessoas na Síria. Como um resultado, várias estações de bombeamento de água Aleppo, ficaram sem uso. Níveis de águas subterrâneas também decaíram na área, forçando o IS a racionar a eletricidade adicional produzida para Raqqa³⁸⁵.

Em Aleppo, em 2014, o abastecimento de água e eletricidade foi cortado várias vezes, por vários grupos rebeldes, pelo IS e pelo governo, dependendo de qual parte combatente estava atacando a cidade³⁸⁶. No entanto, os dados mostram que

³⁸⁴ LOSSOW, Tobias von. *Water as Weapon: IS on the Euphrates and Tigris. The Systematic Instrumentalisation of Water Entails Conflicting IS Objectives*. Stiftung Wissenschaft und Politik. German Institute for International and Security Affairs, 2016.

³⁸⁵ LOSSOW, Tobias von. *Water as Weapon: IS on the Euphrates and Tigris. The Systematic Instrumentalisation of Water Entails Conflicting IS Objectives*. Stiftung Wissenschaft und Politik. German Institute for International and Security Affairs, 2016, pg. 07.

³⁸⁶ LOSSOW, Tobias von. *Water as Weapon: IS on the Euphrates and Tigris. The Systematic Instrumentalisation of Water Entails Conflicting IS Objectives*. Stiftung

o governo utilizou intencionalmente a arma da água com menos frequência do que os atores não-estatais³⁸⁷.

Em agosto de 2014, para recapturar a represa de Mosul, as unidades iraquianas e curdas receberam apoio aéreo maciço dos EUA. A operação foi justificada sob o argumento de recuperação da barragem³⁸⁸.

Em setembro de 2014, começam os ataques aéreos da coalizão liderada pelos EUA para recuperação das barragens sobre o curso dos rios Eufrates e Tigre. Segundo Lossow, em particular, os ataques aéreos realizados pelos EUA foram voltados repetidamente - e, em certas fases diariamente - no apoio da recuperação de barragens, como foi o caso, por exemplo, da barragem Haditha em setembro de 2014 e em julho de 2015³⁸⁹.

A partir de dezembro 2014, 35% das instalações de tratamento de água na Síria foram destruídas. A contaminação

Wissenschaft und Politik. German Institute for International and Security Affairs, 2016.

³⁸⁷ KING, Marcus DuBois. The Weaponization of Water in Syria and Iraq, *The Washington Quarterly*, 38:4, 2016, pg. 08. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/0163660X.2015.1125835>. Acesso em 30/08/2018.

³⁸⁸ LOSSOW, Tobias von. Water as Weapon: IS on the Euphrates and Tigris. The Systematic Instrumentalisation of Water Entails Conflicting IS Objectives. *Stiftung Wissenschaft und Politik. German Institute for International and Security Affairs*, 2016, pg. 04.

³⁸⁹ LOSSOW, Tobias von. Water as Weapon: IS on the Euphrates and Tigris. The Systematic Instrumentalisation of Water Entails Conflicting IS Objectives. *Stiftung Wissenschaft und Politik. German Institute for International and Security Affairs*, 2016, pg. 04.

do abastecimento de água potável foi um problema generalizado.³⁹⁰ Em dezembro de 2014, a água da cidade de Balad, distrito de Salahaddin foi contaminada com óleo cru. Houve também relatos de envenenamento no abastecimento de água de Aleppo, Deir ez-Zor, Raqqa e Bagdá.

Em julho de 2015, os membros da IS atuaram no apelo ao envenenamento de água, em solo europeu. Um ataque planejado contra o fornecimento de água em Pristina, Kosovo, pretendia contaminar o maior reservatório de água da cidade – o Lago Gračanica, também conhecido como Badovac Lake – no entanto, foi impedido antes da execução.³⁹¹ Em relação à sua população, Kosovo tinha o maior número de recrutas do IS na Europa.³⁹²

As Nações Unidas (ONU) observaram com preocupação o crescente uso da água como arma e condenaram este uso repetidamente³⁹³, como veremos no capítulo IV.

³⁹⁰ Syria in Crisis, Oxfam Hong Kong, 2014. Disponível em: http://www.oxfam.org.hk/en/news_2623.aspx. Acesso em 30/08/2018.

³⁹¹ PIGGOTT, M. Isis: Authorities Cut Water Supply to Pristina after Threat to Poison Reservoir, International Business times, 2015. Disponível em: <http://www.ibtimes.co.uk/isis-authorities-cut-watersupply-pristina-after-threat-poison-reservoir-1510487>. Acesso em 29/06/2018.

³⁹² CHÂTELLOT, C. La tentation du radicalisme islamiste gagne le kosovo. Le Monde, 2015. Disponível em: http://www.lemonde.fr/international/article/2015/12/08/au-kosovo-la-tentation-djihadiste_4826728_3210.html. Acesso em 29/06/2018.

³⁹³ UNITED NATIONS. Syria: Ban Warns Against Targeting Civilians after Armed Groups Cut Water Supplies in Aleppo, UN Daily News, 2014. Disponível em: <http://www.un.org/News/dh/pdf/english/2014/19052014.pdf>. Acesso em 27/08/2018.

Utilizar a água como arma e interferir no suprimento vital de água de um estado representa uma violação clara da lei de guerra, bem como no Direito Internacional Humanitário e no Direito Internacional dos Direitos Humanos.³⁹⁴ Como vimos, as Convenções de Genebra proíbem as várias práticas de armamento da água, em especial o nº 2 do artigo 54º do Protocolo de 1977 Adicional às Convenções de Genebra (Protocolo I), afirma:

É proibido atacar, destruir, retirar ou pôr fora de uso bens indispensáveis à sobrevivência da população civil, tais como os gêneros alimentícios e as zonas agrícolas que os produzem, as colheitas, gado, instalações e reservas de água potável e obras de irrigação, com vista a privar, pelo seu valor de subsistência, a população civil ou a parte adversa, qualquer que seja o motivo que inspire aqueles atos, seja para provocar a fome das pessoas civis, a sua deslocação ou qualquer outro.

O parágrafo 4 acrescenta: “Estes objetos não devem ser objeto de represálias”.

Em maio de 2015, depois de tomar a represa de Ramadi, o IS intermitentemente reduziu vazão do Eufrates em até 50 por cento por desviar a água para o lago Habbaniya. Assim, ganhou controle sobre a água para as províncias de Babil, Karbala, Najaf

³⁹⁴ DEEN, A. U.N. Decries Water as Weapon of War in Military Conflicts. Inter Press Service, 2014. Disponível em: <http://www.ipsnews.net/2014/05/u-n-decries-water-as-weapon-of-war-in-military-conflicts/>. Acesso em 02/09/2018.

e Qadisiya, e limitou drasticamente o fornecimento para a Província de Anbar³⁹⁵.

Na represa de Tabqa, no Eufrates, a produção de eletricidade foi aumentada acentuadamente em 2015, para fornecer energia às populações das regiões vizinhas, incluindo a cidade de Raqqa onde IS tinha seu centro de comando³⁹⁶. Além disso, grandes quantidades de água são necessárias para extração e processamento de petróleo bruto, vendas que forneciam ao grupo sua base financeira. O IS ganhava cerca de 40 milhões de dólares por mês a partir do petróleo³⁹⁷ e controlou quase 60% da produção de petróleo da Síria em 2015.³⁹⁸

O número de tropas na Barragem de Haditha aumentou com o passar dos meses, tornando-se um dos mais protegidos militarmente no Iraque. A questão de proteger as barragens no terreno ganhou novo impulso em dezembro de 2015 e janeiro

³⁹⁵ LOSSOW, Tobias von. *Water as Weapon: IS on the Euphrates and Tigris. The Systematic Instrumentalisation of Water Entails Conflicting IS Objectives*. Stiftung Wissenschaft und Politik. German Institute for International and Security Affairs, 2016, pg. 02.

³⁹⁶ LOSSOW, Tobias von. *Water as Weapon: IS on the Euphrates and Tigris. The Systematic Instrumentalisation of Water Entails Conflicting IS Objectives*. Stiftung Wissenschaft und Politik. German Institute for International and Security Affairs, 2016, pg. 06.

³⁹⁷ LOSSOW, Tobias von. *Water as Weapon: IS on the Euphrates and Tigris. The Systematic Instrumentalisation of Water Entails Conflicting IS Objectives*. Stiftung Wissenschaft und Politik. German Institute for International and Security Affairs, 2016, pg. 06.

³⁹⁸ ZWIJNENBURG W; PAS K. *Amidst the Debris: A Desktop Study on the Environmental and Public Health Impact of Syria's Conflict*. Netherlands: PAX, 2015, pg. 24.

2016, quando o primeiro-ministro italiano Matteo Renzi anunciou que a Itália iria implantar 450 tropas adicionais para proteger a represa de Mosul enquanto o trabalho de reparo e manutenção necessário foi realizada na frágil barragem do grupo italiano Trevi.³⁹⁹ Este último atingiu um acordo com o governo iraquiano sobre reparos no valor de 273 milhões de euros, enviando 600 trabalhadores⁴⁰⁰.

Na resolução 2133 (2014), o Conselho de Segurança reafirmou sua decisão de que todos os Estados deveriam prevenir e suprimir o financiamento de atos terroristas e abster-se de prestar qualquer forma de apoio, ativo ou passivo, a entidades ou pessoas envolvidas na prática destes atos, incluindo a repressão do recrutamento de membros destes grupos e o fim do fornecimento de armas a eles.⁴⁰¹ Expressou preocupação com a utilização de novas tecnologias de informação e comunicação, para facilitar a ação de terroristas e lembrou que a expressão

³⁹⁹ Iraq, Renzi: 450 militari italiani per difendere i lavori alla diga di Mosul, Corriere della Sera, 2015. Disponível em: http://www.corriere.it/esteri/15_dicembre_15/iraq-renzi-450-militari-italiani-diga-mosul-trevi-appalto-93b624aa-a36b-11e5-8cb4-0a1f343ea988.shtml. Acesso em 05/09/2018.

⁴⁰⁰ LOSSOW, T. von. Der IS Und Das Wasser. Le Monde Diplomatique, 7.

⁴⁰¹ Resolución 2133 (2014), aprobada por el Consejo de Seguridad en su 7101a sesión, 2014. Disponível em: [https://undocs.org/es/S/RES/2133\(2014\)](https://undocs.org/es/S/RES/2133(2014)). Acesso em 11/12/2018.

“terrorismo” não deve ser associada com nenhum povo, nacionalidade ou religião.⁴⁰²

Na resolução 2139 (2014), o Conselho de Segurança expressou alarme pela rápida deterioração da situação humanitária na República Árabe Síria, em especial a situação de 3 milhões de pessoas em zonas de difícil acesso⁴⁰³, cerca de 10 milhões de pessoas necessitavam de ajuda, segundo o Secretario Geral das Nações Unidas. O Conselho condenou a destruição de lugares de importância cultural e religiosa⁴⁰⁴ e a obstrução do exercício dos direitos econômicos, sociais e culturais, incluindo o direito à educação, especialmente nas províncias sírias de Ar-Raqa, Deir Ezzor, Aleppo e Idlib, e no norte do Iraque.

O Conselho observou com preocupação “que os campos petrolíferos e a infraestrutura relacionada controlada pelo ISIS, pela FAN e por outros indivíduos, grupos, empresas e entidades

⁴⁰² Resolución 2161 (2014), aprobada por el Consejo de Seguridad en su 7198a sesión, 2014. Disponível em: [https://undocs.org/es/S/RES/2161\(2014\)](https://undocs.org/es/S/RES/2161(2014)). Acesso em 11/12/2018.

⁴⁰³ Resolución 2139 (2014), aprobada por el Consejo de Seguridad en su 7116a sesión, 2014. Disponível em: [https://undocs.org/es/S/RES/2139\(2014\)](https://undocs.org/es/S/RES/2139(2014)). Acesso em 11/12/2018.

⁴⁰⁴ Lembrando que esta destruição contraria inúmeros acordos internacionais, como a Convenção para a Proteção dos Bens Culturais em Caso de Conflito Armado, de 14 de maio de 1954, e seus Protocolos, de 14 de maio de 1954 e 26 de março de 1999, a Convenção sobre as Medidas a serem Adotadas para Proibir e Impedir a Importação, Exportação e Transferência Propriedade Ilícita de Bens Culturais, de 14 de novembro de 1970, a Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural de 16 de Novembro de 1972, a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, 2003, e da Convenção sobre a Proteção e Promoção de Diversidade de Expressões Culturais, 2005. Vide Resolución 2347 (2017) Aprobada por el Consejo de Seguridad en su 7907a sesión, celebrada el 24 de marzo de 2017.

associadas à Al-Qaida estão gerando receitas que apoiam suas atividades de recrutamento e fortalecem sua capacidade operacional de organizar e realizar ataques terroristas”.

Em 2015, a coalizão liderada pelos EUA atacou uma usina de energia, causando apagões em toda Aleppo⁴⁰⁵. Milícias procurando enfraquecer o controle de al-Assad sobre Aleppo também cortaram a água para a cidade para punir os moradores e enfraquecer o poder do governo de Assad.⁴⁰⁶

Em julho de 2015 na Síria, o Conselho de Wadi Barada, grupo combatente, ameaçou cortar a fonte de Ayn Al Fija, que fornece água potável para Damasco, exigindo a cessação de operações militares após a incursão Quarta Divisão Mecanizada do Exército Sírio e do Hezbollah em Zabadani, uma cidade na fronteira com o Líbano, após dias de bombardeios indiscriminados.⁴⁰⁷ O grupo Jabhat al-Nusra atacou a principal estação de água da cidade de Aleppo no verão de 2015, fechando o abastecimento de água para grande parte da cidade⁴⁰⁸.

⁴⁰⁵ BBC. International coalition targets main power plant in northern Syria. BBC Monitoring Middle East, SANA news agency website, Damascus, 2015.

⁴⁰⁶ HUMAN RIGHTS COUNCIL. Report of the Independent International Commission of Inquiry on the Syrian Arab Republic, 2015.

⁴⁰⁷ Rebels threaten Damascus water over Zabadani assault. NOW News, 2015. Disponível em: <https://now.mmedia.me/lb/en/NewsReports/565548-rebels-threaten-damascuswater-over-zabadani-assault>. Acesso em 15/10/2018.

⁴⁰⁸ SOWERS, Jeannie L; WEINTHAL, Erika. Targeting environmental infrastructures, international law, and civilians in the new Middle Eastern wars. Security Dialogue, 2017, Vol. 48, pg. 417.

Em 2015 a participação curda se intensifica e o EI conquista a cidade histórica de Palmira. A ONU exorta a todas as partes a preservar o rico mosaico da sociedade e do patrimônio cultural da Síria, e tomar medidas apropriadas para garantir a proteção das partes do país consideradas patrimônio mundial, condenando os ataques seletivos de lugares e objetos de importância histórica.

A ONU expressou indignação com a contínua escalada de violência na República árabe da Síria, que havia causado:

mais de 191.000 mortes, e em particular a continuação de graves violações e abusos de direitos e violações do Direito Internacional humanitário e dos Direitos Humanos, incluindo os que envolvem o uso continuado de armas pesadas e bombardeios aéreos generalizados e sistemáticos, como o uso indiscriminado de mísseis balísticos, munições de fragmentação, bombas barril e vácuo e gás cloro, e a prática de fazer padecer a população civil como método de combate.⁴⁰⁹

Em setembro de 2015, a Rússia inicia operações em apoio a Assad. No último mês do ano, após os atentados de Paris, o Reino Unido se junta à coalizão norte-americana. Neste momento, havia “mais de 4,2 milhões de refugiados” e “6,5 milhões de deslocados internamente, com necessidade de assistência humanitária urgente, o que resultou no afluxo de

⁴⁰⁹ A/RES/69/189, Asamblea General, 2015, Sexagésimo noveno período de sesiones Tema 68 c) del programa 14-67678 (S). Situación de los derechos humanos en la República Árabe Siria. Disponível em: <https://undocs.org/es/A/RES/69/189>. Acesso em 18/12/2018.

refugiados sírios para países vizinhos e outros países da região”.⁴¹⁰

Em setembro de 2016, as forças do governo bombardearam uma estação de bombeamento de água que abastecia 250.000 pessoas no leste de Aleppo, em retaliação, militantes desligaram a estação de bombeamento que fornecia água para 1,5 milhão de habitantes no oeste da cidade⁴¹¹. Um relatório humanitário com foco em Aleppo oriental, controlado pelos rebeldes, descobriu que 66% dos residentes relataram dificuldades no acesso à água potável, enquanto dois terços das pessoas relataram que a eletricidade era fornecida por três a quatro horas por semana⁴¹². Dos entrevistados no relatório, 95% relataram usar geradores para fornecer algumas horas de eletricidade diariamente. Antes do conflito, a maioria dos moradores contava com o sistema municipal de água, após, 31% mudaram o acesso a meios privados sem tratamento e poços e

⁴¹⁰ A/RES/70/234, Asamblea General, 2016, Septuagésimo período de sesiones, Tema 72 c) del programa 15-16988 (S). Situación de los derechos humanos en la República Árabe Siria. Disponível em: <https://undocs.org/es/A/RES/70/234>. Acesso em 21/12/2018.

⁴¹¹ OLIPHANT, R. Two million without water as Russian and Syrian warplanes batter Aleppo for second night. The Telegraph. Disponível em: <http://www.telegraph.co.uk/news/2016/09/24/twomillion-without-water-as-russian-and-syrian-warplanes-batter/>. Acesso em 13/06/2018.

⁴¹² REACH. Eastern Aleppo food security and livelihoods assessment. Assessment report. Disponível em: http://www.reachresourcecentre.info/system/files/resource-documents/reach_syr_aleppo_food_security_and_livelihoods_assessment_july2015_0.pdf. Acesso em 13/06/2018.

22% pagavam fornecedores privados⁴¹³. Em janeiro de 2016, o desligamento completo da água em Aleppo foi relatada.⁴¹⁴

Em fevereiro, os exércitos russo e sírio avançam sobre a província de Aleppo, fazendo com que milhares de pessoas fugissem para a Turquia. Estados Unidos e Rússia acertam um cessar-fogo. Em março, começa uma nova tentativa de negociações entre governo e oposição mediadas pela ONU, sem sucesso.

Durante uma onda de calor em julho de 2016, ataques a uma estação de transmissão elétrica que bombeava água para as porções leste e oeste de Aleppo interromperam o abastecimento para essas áreas. Transmissões alternativas postas em serviço foram danificadas um dia depois, deixando 2 milhões de pessoas sem abastecimento de água por mais de uma semana⁴¹⁵.

A Assembleia manifestou a sua profunda preocupação com as conclusões da Comissão de Inquérito incluída no seu relatório sobre Aleppo (A/HRC/34/64), “particularmente

⁴¹³ REACH. Eastern Aleppo food security and livelihoods assessment. Assessment report. June. Disponível em: http://www.reachresourcecentre.info/system/files/resource-documents/reach_syr_aleppo_food_security_and_livelihoods_assessment_july2015_0.pdf. Acesso em 13/06/2018.

⁴¹⁴ UNICEF. Syria Crisis Situation Report, 2016. Disponível em: http://www.unicef.org/appeals/files/UNICEF_Syria_Crisis_Situation_Report_Jan_2016.pdf. Acesso em 28/10/2018.

⁴¹⁵ UNICEF. Taps run dry for 2 million people as fighting intensifies in Aleppo. 2016. Disponível em: http://www.unicef.org/media/media_92067.html. Acesso em 13/06/2018.

aqueles que sugerem que na ofensiva contra o setor oriental de Aleppo no segundo semestre de 2016 todas as partes no conflito cometeram graves violações e abusos do direito internacional dos direitos humanos e violações do direito internacional humanitário, que, de acordo com o Comissão de Inquérito, em muitos casos, constituem crimes de guerra”, em particular das autoridades sírias e seus aliados, incluindo o ataque a Orum al-Kubra.⁴¹⁶

Em dezembro, a situação humanitária em Aleppo se agrava, Assad anuncia a retomada de Damasco. No dia 30 de dezembro, entra em vigor um novo cessar-fogo que exclui apenas o combate a grupos terroristas.

Em 2017, cerca de 1,8 milhão de habitantes de Aleppo ficaram sem água, pois a estação de bombeamento estava dentro do território controlado pelo IS, que recusou a entrada no território para fazer os reparos necessários⁴¹⁷. Em toda a Síria, tentativas de reparar as infra-estruturas hídricas atacadas intencionalmente foram impedidas pelas partes em guerra.

⁴¹⁶ A/RES/72/191, Asamblea General, 2018, Septuagésimo segundo período de sesiones, Tema 72 c) del programa Resolución aprobada por la Asamblea General el 19 de diciembre de 2017. Situación de los derechos humanos en la República Árabe Siria. Disponível em: <https://undocs.org/es/A/RES/72/191>. Acesso em 23/12/2018.

⁴¹⁷ SOWERS, Jeannie L; WEINTHAL, Erika. Targeting environmental infrastructures, international law, and civilians in the new Middle Eastern wars. Security Dialogue, 2017, Vol. 48, pg. 417.

Pesquisadores da Anistia Internacional documentaram bombardeios diários realizados em centrais de eletricidade e instalações de água no leste de Aleppo. Estes relatórios notam que as áreas visadas estavam “localizadas longe de alvos militares”⁴¹⁸, o que fazia parecer que a intenção destes bombardeios era esvaziar as partes da cidade onde a população civil estava detida pela oposição⁴¹⁹.

Em janeiro de 2017, a Rússia começa a diminuir sua presença militar na Síria, e a cidade de Astana, no Cazaquistão, sedia uma nova tentativa de negociações de paz entre rebeldes e o governo, mas as tratativas não avançam.

Um ataque químico mata mais de 80 pessoas na província de Idlib, dominada por rebeldes e pelo grupo Fatah al Shan, antiga Frente al Nusra, ligado à Al Qaeda. Na madrugada de 7 de abril, os Estados Unidos bombardeiam a base militar de Shayrat, de onde teria partido a ação com armas tóxicas.

O Conselho de Segurança solicitou que o Mecanismo de Investigação Conjunta retenha todas as evidências relacionadas ao possível uso de armas químicas na República Árabe Síria, tais

⁴¹⁸ AMNESTY INTERNATIONAL. Syria: UN must act to end onslaught aimed at purging civilians from eastern Aleppo. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2016/10/syria-un-must-actto-end-onslaught-aimed-at-purging-civilians-from-eastern-aleppo/>. Acesso em 30/06/2018.

⁴¹⁹ AMNESTY INTERNATIONAL. Syria: UN must act to end onslaught aimed at purging civilians from eastern Aleppo. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2016/10/syria-un-must-actto-end-onslaught-aimed-at-purging-civilians-from-eastern-aleppo/>. Acesso em 30/06/2018.

evidências ficaram a cargo da Missão de Descoberta de Fatos através do Director-Geral da OPAQ e do Secretário-Geral.⁴²⁰

Em junho, a Opaq confirma o uso de gás sarin no ataque químico em Idlib. A ONU, em setembro, acusa o governo da Síria pela operação. Em outubro, Raqqa, a "capital do EI na Síria", é libertada e um mês e meio depois, a Rússia declara a queda do grupo no país árabe.

Em 2017, os rebeldes e governo combateram pelo controle da fonte Ain al-Fijeh, de Wadi Barada, que fornece 70% da água doce de Damasco⁴²¹. Em janeiro de 2017, 4 milhões de residentes em Damasco foram privados de água municipal após a rede de água em Wadi Barada ser bombardeada⁴²². Os moradores dependeram de caminhões-pipa ou de água coletada de poços, o que provou ser inseguro, pois foi causado um surto de doenças transmitidas pela água⁴²³.

⁴²⁰ Resolución 2235 (2015), aprobada por el Consejo de Seguridad en su 7501ª sesión, 2015. Disponível em: [http://undocs.org/es/S/RES/2235\(2015\)](http://undocs.org/es/S/RES/2235(2015)). Acesso em 12/12/2018.

⁴²¹ LOVELUCK, L; HABIB, H (2017) A once-beautiful valley in Syria is now a microcosm of the country's war. The Washington Post, 4 January. *Apud* SOWERS, Jeannie L; WEINTHAL, Erika. Targeting environmental infrastructures, international law, and civilians in the new Middle Eastern wars. Security Dialogue, 2017, Vol. 48, pg. 418.

⁴²² LOVELUCK, L; HABIB, H (2017) A once-beautiful valley in Syria is now a microcosm of the country's war. The Washington Post, 4 January. *Apud* SOWERS, Jeannie L; WEINTHAL, Erika. Targeting environmental infrastructures, international law, and civilians in the new Middle Eastern wars. Security Dialogue, 2017, Vol. 48, pg. 418.

⁴²³ LOVELUCK, L; HAIDAMUS, S (2017) Frustrations rise in Damascus as water pipes run dry. The Washington Post, 15 January. *Apud* SOWERS, Jeannie L;

A Organização das Nações Unidas (ONU) observou com preocupação a escalada de violência e o uso crescente de água como uma arma de guerra em conflitos ao redor do mundo, incluindo a Síria e o Iraque. Esse uso foi condenado pela Organização, especialmente tendo em vista o reconhecimento do direito humano à água⁴²⁴.

WEINTHAL, Erika. Targeting environmental infrastructures, international law, and civilians in the new Middle Eastern wars. *Security Dialogue*, 2017, Vol. 48, pg. 418.

⁴²⁴ LOSSOW, Tobias von. Water as Weapon: IS on the Euphrates and Tigris. The Systematic Instrumentalisation of Water Entails Conflicting IS Objectives. *Stiftung Wissenschaft und Politik. German Institute for International and Security Affairs*, 2016, pg. 04.

4. RESOLUÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE A UTILIZAÇÃO DA ÁGUA COMO ARMA E ACORDOS TRANSFRONTEIRIÇOS

Esse capítulo analisa o entendimento da Organização das Nações Unidas (ONU), no que se refere à utilização da água como arma durante o conflito sírio. Posteriormente analisa-se seu entendimento referente aos acordos de gestão das águas transfronteiriças na região. São avaliadas as resoluções do Conselho de Segurança e da Assembleia Geral das Nações Unidas aprovadas entre 2011 e 2018 (durante o conflito), em seus 65º a 73º períodos de sessões.

4.1 Resoluções do Conselho de Segurança e da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre a utilização da água como arma no conflito da Síria

Nas resoluções do Conselho de Segurança e da Assembleia Geral das Nações Unidas foram abordados os diferentes aspectos do conflito, desde a não-intervenção e a auto-determinação dos povos, à atuação de ‘grupos terroristas’ e uso de armas químicas. No entanto, observou-se um aumento gradual das discussões acerca da água no seio da ONU.

Na Resolução A/RES/68/182 (2013), aprovada pela Assembleia Geral, a ONU reconheceu e condenou os ataques e

a alvos civis como instalações de abastecimento de água no país, exigindo que todas as partes cessassem imediatamente todas as violações e abusos de direito internacional dos direitos humanos e do direito humanitário internacional, lembrando, em particular:

a obrigação sob a lei humanitária internacional para distinguir entre população civil e combatentes e a proibição de cometer ataques [...] contra civis e alvos civis, também exige que todas as partes envolvidas no conflito [...] desistam de cometer ataques contra alvos civis, como instalações de abastecimento de água, imediatamente, desmilitarizando estes lugares.⁴²⁵ (tradução e grifo nossos).

O mesmo entendimento foi mantido na Resolução 2191 (2014), aprovada pelo Conselho de Segurança, onde a ONU condenou os ataques e interrupções deliberadas do abastecimento de água no país, bem como sua utilização como método de combate. Extrai-se da resolução que o Conselho de Segurança:

está seriamente preocupado com o fato das partes no conflito interno da Síria não implementarem efetivamente as resoluções 2139 (2014) e 2165 (2014), recordando, a este respeito, as suas obrigações legais ao abrigo do direito internacional humanitário e dos direitos humanos, bem como todas as decisões relevantes do Conselho de Segurança, em particular a de pôr fim a todos os ataques contra

⁴²⁵ A/RES/68/182, Resolución aprobada por la Asamblea General, 2013 [sobre la base del informe de la Tercera Comisión (A/68/456/Add.3)] 68/182. Situación de los derechos humanos en la República Árabe Siria. Disponível em: <https://undocs.org/es/A/RES/68/182>. Acesso em 17/12/2018.

civis e objetos civis, incluindo os que envolvem ataques e interrupções deliberadas [...] no fornecimento de água, [...] bem como fazer a população morrer de sede e fome, como método de combate. (tradução nossa)⁴²⁶

A Assembleia Geral, em 2014, em sua resolução A/69/468, seguiu o mesmo entendimento, recordando a proibição de ataques à infraestruturas de água, bem como a sua militarização. Da resolução A/69/468 se extrai:

Exige-se, em particular, a proibição, ao abrigo do direito internacional humanitário, de ataques contra civis e alvos civis, exigindo-se ainda que todas as partes envolvidas no conflito adotem todas as medidas apropriadas para proteger os bens civis, incluindo não cometer ataques a alvos civis, como [...] escolas e pontos de água, imediatamente, desmilitarizando estas instalações (tradução e grifo nosso)⁴²⁷.

Nessa resolução a Organização condenou todas as violações e abusos de direito internacional dos direitos humanos e todas as violações do direito internacional humanitário cometidas contra civis, “em particular todos os ataques indiscriminados, incluindo aqueles que envolvem o uso de bombas de barril contra áreas povoadas por civis e infra-

⁴²⁶ Resolución 2191 (2014), aprobada por el Consejo de Seguridad en su 7344a sesión, 2014. Disponível em: [https://undocs.org/es/S/RES/2191\(2014\)](https://undocs.org/es/S/RES/2191(2014)). Acesso em 12/12/2018.

⁴²⁷ Resolución aprobada por la Asamblea General, 2014. Ejecución del Programa 21 y del Plan para su ulterior ejecución, y aplicación de los resultados de la Cumbre Mundial sobre el Desarrollo Sostenible y la Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Desarrollo Sostenible. Disponível em: <https://undocs.org/es/A/RES/69/214>. Acesso em 19/12/2018.

estruturas civis, e exige-se que todas as partes desmilitarizem imediatamente as instalações”.⁴²⁸

Na resolução A/RES/69/120 (2014), a Assembleia recordou suas resoluções bienais sobre a situação dos Protocolos Adicionais às Convenções de Genebra de 1949, relativos à proteção de vítimas de conflitos armados, e reafirmou o valor contínuo das normas humanitárias estabelecidas e a necessidade de garantir que estas regras sejam respeitadas em todas as circunstâncias ao abrigo dos instrumentos internacionais relevantes, ressaltando a necessidade de consolidar o atual regime do Direito Internacional Humanitário por meio de sua aceitação universal e de que esse direito seja amplamente disseminado e plenamente implementado em nível nacional, e expressou preocupação com todas as transgressões das Convenções de Genebra de 1949⁴²⁹ e seus Protocolos Adicionais⁴³⁰. Também reconheceu que o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional⁴³¹ inclui os crimes mais graves de

⁴²⁸ Resolución aprobada por la Asamblea General, 2014. Ejecución del Programa 21 y del Plan para su ulterior ejecución, y aplicación de los resultados de la Cumbre Mundial sobre el Desarrollo Sostenible y la Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Desarrollo Sostenible. Disponible em: <https://undocs.org/es/A/RES/69/214>. Acesso em 19/12/2018.

⁴²⁹ Naciones Unidas, Treaty Series, vol. 75, núms. 970 a 973.

⁴³⁰ Ibid., vol. 1125, núms. 17512 y 17513, y vol. 2404, núm. 43425.

⁴³¹ Naciones Unidas, Treaty Series, vol. 2187, núm. 38544.

importância internacional contra o direito internacional humanitário.⁴³²

Na resolução A/68/278 (2014), a Assembleia Geral, expressou indignação com o nível inaceitável e crescente de violência e morte de mais de um quarto de milhão de pessoas e com a contínua deterioração da situação humanitária devastadora na Síria, apontando o fato de que,

atualmente, precisam de assistência humanitária urgente, em particular assistência médica, mais de 13,5 milhões de pessoas na Síria, dos quais 6,3 milhões são deslocados internamente, 3,9 milhões, incluindo refugiados palestinos, vivem em áreas de difícil acesso e centenas de milhares são civis que estão presos em áreas sitiadas, o Conselho está seriamente preocupado com a falta de implementação efetiva das suas resoluções 2139 (2014), 2165 (2014), 2191 (2014) e 2258 (2015) e relembra a este respeito as obrigações legais de todas as partes sob o direito internacional humanitário e o direito internacional dos direitos humanos, bem como todas as decisões relevantes do Conselho de Segurança, em particular a de acabar todos os ataques a civis e objetos civis, incluindo ataques a centros educacionais e instalações médicas e a interrupção deliberada do fornecimento de água, [...], bem como fazer morrer de fome os civis como método de combate. (tradução e grifo nossos)⁴³³

⁴³² A/RES/69/120, Asamblea General, 2014, Sexagésimo noveno período de sesiones. Situación de los Protocolos Adicionales a los Convenios de Ginebra de 1949 relativos a la protección de las víctimas de los conflictos armados. Disponível em: <https://undocs.org/es/A/RES/69/120>. Acesso em 19/12/2018.

⁴³³ Resolución aprobada por la Asamblea General, 2014 [sin remisión previa a una Comisión Principal (A/68/L.43/Rev.1 y Add.1)] 68/278. Aplicación de las recomendaciones contenidas en el informe del Secretario General sobre las causas de

A Assembleia apontou que, apesar das dificuldades, as Nações Unidas e seus parceiros continuaram a prestar assistência vital a milhões de pessoas necessitadas na Síria, incluindo a prestação de assistência alimentar por mais de 3 anos a milhões de pessoas, itens não alimentares para 2,9 milhões de pessoas, suprimentos médicos para 9 milhões “e tratamentos e suprimentos de água e saneamento para mais de 2,5 milhões de pessoas”.⁴³⁴

Em 2015, na resolução A/RES/69/189 a Assembleia voltou a condenar todas as violações e abusos cometidos contra civis, “em particular todos os ataques indiscriminados, [...] contra áreas povoadas por civis e infra-estruturas civis, e exige que todas as partes desmilitarizem imediatamente as instalações e cumpram as suas obrigações ao abrigo do direito internacional”.⁴³⁵

A Assembleia recordou, em particular, a obrigação, ao abrigo do direito humanitário internacional, “de distinguir entre a população civil e combatentes e a proibição de cometer ataques

los conflictos y la promoción de la paz duradera y el desarrollo sostenible en África. Disponível em: <https://undocs.org/es/A/RES/68/278>. Acesso em 18/12/2018.

⁴³⁴ Resolución aprobada por la Asamblea General, 2014 [sin remisión previa a una Comisión Principal (A/68/L.43/Rev.1 y Add.1)] 68/278. Aplicación de las recomendaciones contenidas en el informe del Secretario General sobre las causas de los conflictos y la promoción de la paz duradera y el desarrollo sostenible en África. Disponível em: <https://undocs.org/es/A/RES/68/278>. Acesso em 18/12/2018.

⁴³⁵ A/RES/69/189, Asamblea General, 2015, Sexagésimo noveno período de sesiones. Situación de los derechos humanos en la República Árabe Siria. Disponível em: <https://undocs.org/es/A/RES/69/189>. Acesso em 18/12/2018.

[...] contra civis e alvos civis, exigindo ainda que todas as partes envolvidas no conflito desistissem de cometer ataques a alvos civis, [...] como pontos de água, desmilitarizando estas instalações”.⁴³⁶

Nesta resolução, foi salientada a necessidade de assegurar que todos os responsáveis pelas violações do DIH ou violações e abusos do DIDH fossem responsabilizados através de mecanismos adequados, nacionais ou internacionais, e a Assembleia incentivou o Conselho de Segurança a tomar as medidas adequadas para garantir a responsabilização, observando o importante papel que o Tribunal Penal Internacional poderia desempenhar a este respeito. Da resolução se extrai que a Assembleia:

condena firmemente a negação deliberada de assistência humanitária para os civis, [...], incluindo a negação de cuidados médicos e a eliminação dos serviços de água e saneamento em áreas civis, que se agravou recentemente, sublinhando que o direito internacional proíbe a prática de inanição da população civil como método de combate [...] e deplora a deterioração da situação humanitária no país. (tradução nossa)⁴³⁷

⁴³⁶ A/RES/69/189, Asamblea General, 2015, Sexagésimo noveno período de sesiones. Situación de los derechos humanos en la República Árabe Siria. Disponível em: <https://undocs.org/es/A/RES/69/189>. Acesso em 18/12/2018.

⁴³⁷ A/RES/69/189, Asamblea General, 2015, Sexagésimo noveno período de sesiones. Situación de los derechos humanos en la República Árabe Siria. Disponível em: <https://undocs.org/es/A/RES/69/189>. Acesso em 18/12/2018.

Na resolução 2254 (2015), o Conselho de Segurança novamente determinou que todas as partes deveriam cessar imediatamente os ataques contra civis e objetos civis, incluindo ataques a instalações de saúde e pessoal médico, e qualquer uso indiscriminado de armas, exigindo que todas as partes cumprissem imediatamente suas obrigações perante o direito internacional, o direito internacional humanitário e os padrões internacionais de direitos humanos.⁴³⁸ Afirmou que as partes não estavam cumprindo as suas resoluções 2139 (2014), 2165 (2014) 2191 (2014), bem como todas as decisões relevantes do Conselho de Segurança, “em particular a de acabar com todos os ataques contra civis e bens civis, incluindo os que envolvem ataques [...] e interrupções no abastecimento deliberado de água, [...], bem como, fazer morrer de fome os civis, como método de combate”⁴³⁹.

Nessa resolução, o Conselho expressou indignação com o nível inaceitável de violência e a morte de mais de um quarto de milhão de pessoas, alertando que em 2015, precisavam de assistência humanitária urgente, mais de 13,5 milhões de pessoas na Síria, dos quais 6,5 milhões são deslocados

⁴³⁸ Resolución 2254 (2015), aprobada por el Consejo de Seguridad en su 7588a sesión, 2015. Disponível em: [http://undocs.org/es/S/RES/2254\(2015\)](http://undocs.org/es/S/RES/2254(2015)). Acesso em 13/12/2018.

⁴³⁹ Resolución 2254 (2015), aprobada por el Consejo de Seguridad en su 7588a sesión, celebrada el 18 de diciembre de 2015. Disponível em: [http://undocs.org/es/S/RES/2254\(2015\)](http://undocs.org/es/S/RES/2254(2015)). Acesso em 13/12/2018.

internamente, 4,5 milhões, incluindo refugiados palestinos, que viviam em áreas de difícil acesso, e 393.700 são civis que estão presos em áreas sitiadas. Desde a adoção da resolução 2165 (2014), as Nações Unidas e seus parceiros prestaram assistência humanitária, “incluindo a prestação de assistência alimentar para mais de 2,4 milhões de pessoas, itens não alimentares para 1,6 milhões de pessoas, suprimentos médicos para 4,1 milhões de tratamentos e abastecimento de água e saneamento para mais de 1,3 milhões de pessoas”⁴⁴⁰.

Em 2016, o mesmo posicionamento foi mantido na Assembleia Geral. Na resolução A/RES/70/234 foram condenadas todas as violações e abusos do direito cometidos contra a população civil, abrangendo “todos os ataques indiscriminados, incluindo aqueles que envolvem o uso de bombas de barril em áreas civis e contra infra-estruturas civis, a Assembleia exige que todas as partes desmilitarizem imediatamente as instalações” e também “exige ainda que todas as partes envolvidas no conflito tomem todas as medidas adequadas para proteger os civis, de acordo com o direito internacional, em particular, desistir de ataques a alvos civis,

⁴⁴⁰ Resolución 2254 (2015), aprobada por el Consejo de Seguridad en su 7588a sesión, 2015. Disponível em: [http://undocs.org/es/S/RES/2254\(2015\)](http://undocs.org/es/S/RES/2254(2015)). Acesso em 13/12/2018.

incluindo [...] obras de abastecimento de água, desmilitarizando imediatamente esses lugares”⁴⁴¹.

Na resolução A/RES/70/234 (2016) a Assembleia ainda condenou “a negação de cuidados médicos e privação dos serviços de água e saneamento em áreas civis, observando que o direito internacional proíbe a prática de fazer morrer de fome e sede civis, como método de combate”.⁴⁴² Na resolução 2268 (2016), novamente a ONU instou às partes a cumprirem imediatamente as suas obrigações ao abrigo do direito internacional, em particular do direito humanitário internacional e das normas internacionais aplicáveis em matéria de direitos humanos.⁴⁴³

Na resolução A/RES/71/144 (2016), a Assembleia Geral ressaltou a necessidade de reforçar o atual corpo de normas de direito internacional humanitário, expressando preocupação com todas as violações às Convenções de Genebra de 1949,

⁴⁴¹ A/RES/70/234, Asamblea General, 2016, Septuagésimo período de sesiones, Tema 72 c) del programa 15-16988 (S) *1516988* Resolución aprobada por la Asamblea General el 23 de diciembre de 2015 [sobre la base del informe de la Tercera Comisión (A/70/489/Add.3)] 70/234. Situación de los derechos humanos en la República Árabe Siria. Disponível em: <https://undocs.org/es/A/RES/70/234>. Acesso em 21/12/2018.

⁴⁴² A/RES/70/234, Asamblea General, 2016, Septuagésimo período de sesiones, Tema 72 c) del programa 15-16988 (S) *1516988* Resolución aprobada por la Asamblea General el 23 de diciembre de 2015 [sobre la base del informe de la Tercera Comisión (A/70/489/Add.3)] 70/234. Situación de los derechos humanos en la República Árabe Siria. Disponível em: <https://undocs.org/es/A/RES/70/234>. Acesso em 21/12/2018.

⁴⁴³ Resolución 2268 (2016), aprobada por el Consejo de Seguridad en su 7634ª sesión, 2016. Disponível em: [http://undocs.org/es/S/RES/2268\(2016\)](http://undocs.org/es/S/RES/2268(2016)). Acesso em 13/12/2018.

observando as alterações ao artigo 8º do Estatuto de Roma, sobre os crimes de guerra⁴⁴⁴.⁴⁴⁵

Em seguida, na resolução A/RES/71/130 (2016), a Assembleia expressou indignação com a escalada da violência na Síria, especialmente em Aleppo, com:

ataques deliberados contra civis e infra-estruturas civis, [...] e o uso de morte de civis por inanição como método de guerra, que causaram profundo sofrimento e perda de vidas [...]. Recordando a importância dos princípios de distinção e proporcionalidade, que, entre outras coisas, se referem à obrigação de direito internacional humanitário para distinguir entre civis e combatentes, a proibição de cometer ataques indiscriminados e a obrigação de fazer tudo o que é viável para verificar se os objetos a serem atacados não são civis ou objetos civis, ou gozam de protecção especial, e recordando a obrigação de tomar todas as precauções possíveis para evitar e, em qualquer caso, para minimizar o danos a civis e objetos civis, tais como escolas, abastecimento de água, [...] e outros bens essenciais para a sobrevivência da população civil. Lembrando que todas as partes da Síria no conflito deve permitir a assistência humanitária imediata [...] e sublinhando que, arbitrariamente, negar o acesso humanitário, privando civis de assistência e bens indispensáveis à sua sobrevivência, bem como

⁴⁴⁴ Aprovada em 10 de Junho de 2010, a Conferência de revisão do Estatuto de Roma, realizada em Kampala de 31, de maio a 11 de junho de 2010, entre as alterações há a definição do crime de agressão.

⁴⁴⁵ A/RES/71/144, Asamblea General, 2016, Septuagésimo primer período de sesiones, Tema 81 del programa 16-21350 (S) *1621350*[sobre la base del informe de la Sexta Comisión (A/71/512)] 71/144. Situación de los Protocolos Adicionales a los Convenios de Ginebra de 1949 relativos a la protección de las víctimas de los conflictos armados. Disponível em: <https://undocs.org/es/A/RES/71/144>. Acesso em 22/12/2018.

prejudicar deliberadamente suprimentos de socorro, como ajuda alimentar e suprimentos médicos que salvam vidas, e o uso da fome como método de guerra pode constituir um crime de guerra.⁴⁴⁶

O Conselho de Segurança, na Resolução 2393 (2017), novamente condena e insta às partes a darem fim a todos os ataques contra civis e bens civis, “incluindo aqueles que envolvem ataques a escolas e instalações médicas e a interrupção deliberada de abastecimento de água, [...] bem como fazer os civis morrerem de fome como método de combate”⁴⁴⁷.

A ONU continuou a dar assistência às pessoas necessitadas na Síria em 2017, incluindo a prestação de assistência alimentar a cerca de 1 milhão de pessoas por mês desde 2016, cuidados de saúde para 15 milhões, “e tratamentos e abastecimento de água e saneamento para mais de 3 milhões de pessoas”. Expressou profundo alarme pelo sofrimento de centenas de milhares de civis encurralados em áreas sitiadas na República Árabe da Síria, incluindo a leste Ghouta, reafirmando que o cerco da população civil na Síria é uma violação do direito internacional humanitário, e pedindo um levantamento imediato de todos os assédios, recordando que algumas das infrações e

⁴⁴⁶ A/RES/71/130, Asamblea General, 2016, Septuagésimo primer período de sesiones, Tema 31 del programa 16-21333 (S) *1621333* [sin remisión previa a una Comisión Principal (A/71/L.39 y Add.1)] 71/130. La situación en la República Árabe Siria. Disponível em: <https://undocs.org/es/A/RES/71/130>. Acesso em 22/12/2018.

⁴⁴⁷ Resolución 2393 (2017), aprobada por el Consejo de Seguridad en su 8141ª sesión, 2017. Disponível em: [http://undocs.org/es/S/RES/2393\(2017\)](http://undocs.org/es/S/RES/2393(2017)). Acesso em 14/12/2018.

abusos cometidos na Síria podem constituir crimes de guerra e crimes contra a humanidade.⁴⁴⁸

No relatório do Conselho de Direitos Humanos, sobre a situação dos Direitos Humanos na Síria, em fevereiro de 2017, (A/HRC/34/64), o Conselho afirmou que todas as partes continuavam a destruir a infraestrutura civil e o abastecimento de água. Em Aleppo, “as forças pró-governo destruíram a infraestrutura civil vital, que teve consequências desastrosas”⁴⁴⁹. Dia após dia, “[...], pontos de abastecimento de água, escolas e edifícios residenciais foram reduzidos a escombros”⁴⁵⁰.

Os civis na área leste não tinham comida, remédios e combustível suficientes. A interrupção permanente das rotas de fornecimento levou “a um aumento exorbitante dos preços dos alimentos, o que tornou impossível para muitas famílias comprar algo além de arroz e trigo. O bombardeio dos pontos de abastecimento de água forçou a população da região leste a

⁴⁴⁸ Resolución 2393 (2017), aprobada por el Consejo de Seguridad en su 8141ª sesión, 2017. Disponível em: [http://undocs.org/es/S/RES/2393\(2017\)](http://undocs.org/es/S/RES/2393(2017)). Acesso em 14/12/2018.

⁴⁴⁹ A/HRC/34/64, Asamblea General, 2017. Consejo de Derechos Humanos 34º período de sesiones, 2017, Tema 4 de la agenda Situaciones de derechos humanos que requieren la atención del Consejo Informe de la Comisión Internacional Independiente de Investigación sobre la República Árabe Siria. Disponível em: <https://undocs.org/sp/A/HRC/34/64>. Acesso em 23/12/2018.

⁴⁵⁰ A/HRC/34/64, Asamblea General, 2017. Consejo de Derechos Humanos 34º período de sesiones, Tema 4 de la agenda Situaciones de derechos humanos que requieren la atención del Consejo Informe de la Comisión Internacional Independiente de Investigación sobre la República Árabe Siria. Disponível em: <https://undocs.org/sp/A/HRC/34/64>. Acesso em 23/12/2018.

beber água dos poços, com o consequente risco de contrair doenças transmitidas pela água”⁴⁵¹. De acordo com o relatório, durante o período em análise, “a falta de água potável reduziu dramaticamente o acesso de homens, mulheres e crianças ao saneamento e higiene agravando o risco de doenças infecciosas transmitidas pela água”⁴⁵².

O Conselho afirmou que o direito humano à água, que é indispensável para viver com dignidade, é uma condição prévia para a realização de todos os outros direitos humanos (ver anexo I, parágrafo 12, do relatório).

De acordo com o relatório, “a intensificação dos confrontos causou danos à subestação que fornecia a eletricidade necessária para bombear água para as partes leste e oeste da cidade de Aleppo. Em 9 de agosto e durante um período de calor intenso, aproximadamente 1,7 milhão de pessoas na cidade de Aleppo ficaram sem acesso a água corrente”⁴⁵³.

⁴⁵¹ A/HRC/34/64, Asamblea General, 2017. Consejo de Derechos Humanos 34º período de sesiones, Tema 4 de la agenda, Situaciones de derechos humanos que requieren la atención del Consejo Informe de la Comisión Internacional Independiente de Investigación sobre la República Árabe Siria. Disponível em: <https://undocs.org/sp/A/HRC/34/64>. Acesso em 23/12/2018.

⁴⁵² A/HRC/34/64, Asamblea General, 2017. Consejo de Derechos Humanos 34º período de sesiones, Tema 4 de la agenda Situaciones de derechos humanos que requieren la atención del Consejo Informe de la Comisión Internacional Independiente de Investigación sobre la República Árabe Siria. Disponível em: <https://undocs.org/sp/A/HRC/34/64>. Acesso em 23/12/2018.

⁴⁵³ A/HRC/34/64, Asamblea General, 2017. Consejo de Derechos Humanos, 34º período de sesiones, Tema 4 de la agenda, Situaciones de derechos humanos que requieren la atención del Consejo Informe de la Comisión Internacional Independiente

Em setembro de 2017, segundo o Conselho de Direitos Humanos da ONU, ataques das partes combatentes atingiram “a subestação de água de Bab al-Nayrab na parte oriental da cidade de Aleppo, fazendo com que cerca de 200.000 civis ficassem sem água potável”⁴⁵⁴. Embora as autoridades locais tenham reparado a estação em 30 de setembro, e a estação tenha retomado o serviço logo em seguida, “os moradores da parte leste indicaram que tiveram que usar água altamente contaminada para uso doméstico”.

O Crescente Vermelho Árabe Sírio distribuiu comprimidos de tratamento de água para esterilizar a água contaminada de poços, mas o bloqueio total da ajuda, em julho de 2017, tornou essas pílulas escassas. “Além disso, o combustível destinado a ser usado para aquecimento em novembro e dezembro teve que ser usado para bombear a água dos poços”. Em 23 de setembro do mesmo ano, “a estação de bombeamento Suleiman al-Halabi foi atingida, [...], deixando

de Investigación sobre la República Árabe Siria. Disponível em: <https://undocs.org/sp/A/HRC/34/64>. Acesso em 23/12/2018.

⁴⁵⁴ A/HRC/34/64, Asamblea General, 2017. Consejo de Derechos Humanos, 34º período de sesiones, Tema 4 de la agenda Situaciones de derechos humanos que requieren la atención del Consejo Informe de la Comisión Internacional Independiente de Investigación sobre la República Árabe Siria. Disponível em: <https://undocs.org/sp/A/HRC/34/64>. Acesso em 23/12/2018.

sem água 1,5 milhões de pessoas em bairros ocidentais da cidade de Aleppo”⁴⁵⁵. De acordo com o relatório do Conselho:

o uso da tática de "fazer passar fome" foi utilizada por forças pró-governo com frequência durante o conflito, provando ser desastrosa para a população civil, o que lhes permitiu recuperar territórios que foram tomados pela oposição. [...] Recomendou b) cessar todos os cercos e estratégias relacionadas, tais como fazer padecer de fome e negar o acesso a ajuda humanitária, incluindo alimentos, água e medicamentos, o que afeta principalmente os civis (tradução nossa)⁴⁵⁶.

A Comissão salientou que o direito humano à água é explícito e amplamente reconhecido por meio de diversos tratados, declarações e diversos outros padrões internacionais de direitos humanos.⁴⁵⁷

Conforme observado no Comentário Geral nº 15 do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), “o direito humano à água intitula a todos, a água suficiente, segura, aceitável, e acessível para uso pessoal e doméstico. Uma quantidade adequada de água potável é

⁴⁵⁵ A/HRC/34/64, Asamblea General, 2017. Consejo de Derechos Humanos, 34º período de sesiones, Situaciones de derechos humanos que requieren la atención del Consejo Informe de la Comisión Internacional Independiente de Investigación sobre la República Árabe Siria*. Disponível em: <https://undocs.org/sp/A/HRC/34/64>. Acesso em 23/12/2018.

⁴⁵⁶ A/HRC/34/64, Asamblea General, 2017. Consejo de Derechos Humanos, 34º período de sesiones, Tema 4 de la agenda, Situaciones de derechos humanos que requieren la atención del Consejo Informe de la Comisión Internacional Independiente de Investigación sobre la República Árabe Siria*. Disponível em: <https://undocs.org/sp/A/HRC/34/64>. Acesso em 23/12/2018.

⁴⁵⁷ Ver Resolução 18/1 do Conselho de Direitos Humanos sobre o direito humano à água potável e ao saneamento.

necessária para evitar a morte por desidratação, para reduzir o risco de doenças relacionadas à água e para suprir o consumo, a culinária, as necessidades pessoais e domésticas de higiene.”⁴⁵⁸

Cento e vinte e dois países membros da ONU reconheceram a direito à água na resolução A/64/292 da Assembleia Geral⁴⁵⁹.

Nesse sentido, também foi ressaltado o direito humano à água e ao saneamento, reconhecido na Resolução A/68/456/Add.2⁴⁶⁰ como um direito humano essencial para o pleno gozo dos vida e todos os direitos humanos⁴⁶¹.

Da resolução, se extrai que os países reconhecem “que todos, sem distinção, tem direito à água suficiente, segura, aceitável, fisicamente acessível e disponível para uso pessoal e doméstico e [...], todos, sem qualquer distinção, tem direito de acesso, física e economicamente, em todas as esferas da vida, ao saneamento seguro, higiênico, social e culturalmente aceitáveis que proporcione privacidade e garanta dignidade”.

⁴⁵⁸ A/HRC/34/64, Asamblea General, 2017. Consejo de Derechos Humanos, 34º período de sesiones, Tema 4 de la agenda Situaciones de derechos humanos que requieren la atención del Consejo Informe de la Comisión Internacional Independiente de Investigación sobre la República Árabe Siria*. Disponível em: <https://undocs.org/sp/A/HRC/34/64>. Acesso em 23/12/2018.

⁴⁵⁹ General Assembly resolution 64/292 on the human right to water and sanitation.

⁴⁶⁰ A/68/456/Add.2 68/157, de 18 de dezembro de 2013.

⁴⁶¹ Nesse sentido verificar a dissertação: SANTOS, Gilberto Luciano. Direito humano de acesso à água pelos palestinos: o problema hídrico no conflito árabe-israelense. Dissertação de Mestrado, PPGD-UFSC. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/193346>. Acesso em 10/01/2018.

Ambos direitos estão ligados a um padrão de vida adequado e a saúde física e mental, bem como o direito à vida e à dignidade humana, reconhecendo a importância da igualdade de acesso à água potável e ao saneamento como um componente essencial da realização de todos os direitos humanos.

Nesse sentido, atacar, destruir, remover ou de qualquer outra forma inutilizar objetos que sejam indispensáveis à sobrevivência de uma população civil sitiada, incluindo estações de água, é proibido pelo DIH.⁴⁶²

Durante o período em análise, o Conselho de Direitos Humanos observou que a intensidade do conflito continuou a cumprir o limiar legal de um conflito armado não-internacional.⁴⁶³ Com essa determinação, a Comissão aplicou o direito internacional humanitário, incluindo o artigo 3º comum às quatro Convenções de Genebra, de 12 de agosto de 1949, em sua avaliação das ações das partes em conflito durante as

⁴⁶² International Committee of the Red Cross (ICRC), Customary International Humanitarian Law, 2005, Volume I: Rules [hereinafter “ICRC Rule”], at Rule 54. *In*: Consejo de Derechos Humanos 34º período de sesiones 27 de febrero a 24 de marzo de 2017. Tema 4 de la agenda. Situaciones de derechos humanos que requieren la atención del Consejo, pg. 28. Disponível em: <https://undocs.org/sp/A/HRC/34/64>. Acesso em 21/01/2019.

⁴⁶³ A Comissão baseou esse entendimento em duas decisões do Tribunal Penal Internacional para a antiga Jugoslávia. Ver: ICTY, *The Prosecutor v. Dusko Tadic*, Judgment, IT-94-1-T, 7 May 1997, at paras. 561- 568; e também ICTY, *The Prosecutor v. Fatmir Limaj*, Judgment, IT-03-66-T, 30 November 2005, para. 84.

hostilidades em Aleppo, entre 21 de julho de 2016 e 22 de dezembro de 2016⁴⁶⁴.

Para a Comissão, a aplicabilidade do Direito Internacional Humanitário (DIH) não substitui as leis existentes e as obrigações relacionadas com o Direito Internacional dos Direitos Humanos (DIDH). Pelo contrário, ambos os regimes têm a mesma força e, geralmente, são considerados complementares e se reforçam mutuamente⁴⁶⁵. O DIH e o DIDH se aplicam no caso da Síria com consistência. Em situações em que ‘tanto o DIH quanto o DIDH eram aplicáveis, a comissão deferiu a aplicação do DIH ao abrigo do princípio da *lex specialis*⁴⁶⁶.

⁴⁶⁴ Artigo 3º comum às quatro Convenções de Genebra. Disponível em: <https://www.icrc.org/pt/doc/resources/documents/treaty/treaty-gc-0-art3-5tdlrm.htm>. Acesso em 21/01/2019.

⁴⁶⁵ A/HRC/34/64, Asamblea General 2017. Consejo de Derechos Humanos, 34º período de sesiones, Tema 4 de la agenda, Situaciones de derechos humanos que requieren la atención del Consejo Informe de la Comisión Internacional Independiente de Investigación sobre la República Árabe Siria*. Disponível em: <https://undocs.org/sp/A/HRC/34/64>. Acesso em 23/12/2018.

⁴⁶⁶ Nesse sentido, a Comissão recomendou ver o caso da Legalidade da Ameaça ou Uso de Armas Nucleares, Opinião Consultiva, I.C.J. Relatórios 1996 [doravante "Armas Nucleares do ICJ"]. A Corte Internacional de Justiça decidiu que o DIH é *lex specialis* vis-à-vis ao DIDH durante conflitos armados. Por conseguinte, as partes devem respeitar o regime jurídico que tem uma disposição mais específica sobre o ponto. A análise é específica dos fatos e, portanto, cada regime pode ser aplicado, exclusivamente ao outro, em circunstâncias específicas. O Comitê de Direitos Humanos, de um modo geral, concorda com esta visão, conforme estabelecido no Comentário Geral Nº 31 ao PIDCP. "O Pacto aplica-se também em situações de conflito armado às quais as regras do direito humanitário internacional são aplicáveis. Embora, no que diz respeito a certos direitos do Pacto, regras mais específicas do Direito Internacional Humanitário podem ser especialmente relevantes para os propósitos da interpretação dos direitos do Pacto, ambas as esferas da lei são complementares, não mutuamente exclusivas".

No que se refere ao Direito Internacional dos Direitos Humanos, a República Árabe da Síria era parte de diversos tratados de Direitos Humanos das Nações Unidas e uma série de protocolos opcionais.⁴⁶⁷ Para o Conselho de Direitos Humanos, o governo não declarou estado de emergência, nem procurou, de outro modo, derrogar qualquer das obrigações às quais se submetia, que, conseqüentemente, permaneceram vigentes em toda a batalha, independentemente da aplicabilidade de outros regimes legais.⁴⁶⁸ Todos os ramos do governo sírio eram, portanto, obrigados a respeitar, proteger e promover e cumprir os direitos humanos de todas as pessoas dentro de sua jurisdição. A obrigação incluía o direito de oferecer um remédio eficaz àqueles cujos direitos foram violados incluindo a provisão de reparações e para investigar e levar à justiça os perpetradores de

⁴⁶⁷ Segundo o relatório, a República Árabe da Síria ratificou em 1969 os Pactos Internacionais sobre Direitos Civis e Políticos e sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais Direitos. No mesmo ano ratificou a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial. Também é parte da Convenção sobre a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres, ratificada em 2003, a Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos e Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes em 2004 e a Convenção sobre os Direitos da Criança em 1993. A República Árabe da Síria ratificou o Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança relativo ao envolvimento de crianças em conflito em 2003. A República Árabe da Síria não ratificou a Convenção sobre a Não Aplicabilidade de Limitações Estatutárias a Crimes de Guerra e Crimes contra a Humanidade.

⁴⁶⁸ O relatório aponta a leitura da Opinião da CIJ sobre as Conseqüências Jurídicas da Construção de um Muro no Território Palestino Ocupado, Relatórios de 2004, p. 178, pars. 105-106, “a proteção oferecida pelos direitos humanos às convenções não cessa em caso de conflito armado”. Ver também: Armas nucleares do CIJ, declarações referentes ao DIH como *lex specialis*, supra nota 2, no par. 25.

violações particulares.⁴⁶⁹ A República Árabe da Síria também estava sujeita às regras relevantes do DIDH, que fazem parte do direito internacional consuetudinário.

A Comissão examinou, portanto, as alegações de violações dos direitos humanos cometidas pelo Governo da Síria, bem como os abusos das normas internacionais consuetudinárias de direitos humanos perpetrado por grupos armados que operavam nas cidades da Síria, em especial, Aleppo. O Conselho de Direitos Humanos, afirmou que, os atores não estatais (“grupos armados”) não podem formalmente tornar-se parte de tratados internacionais de direitos humanos, no entanto, devem respeitar “os direitos humanos fundamentais das pessoas, nas cidades onde esses atores exerciam o controle de fato”⁴⁷⁰.

⁴⁶⁹ O relatório aponta a leitura do Comentário Geral n.º 31 do Comitê de Direitos Humanos sobre A Natureza da Obrigação Geral Legal imposta aos Estados-Partes do Pacto (2004), nos parágrafos 15-19. Neste Comentário Geral, a Comissão de Direitos Humanos considerou que o dever de levar os perpetradores à justiça atribui, em particular, por violações que são criminais ao abrigo do direito nacional ou internacional, tortura e tratamento cruel, desumano e degradante ou similar, assassinato sumário e arbitrário e desaparecimento forçado. Ver também os Princípios Básicos e Diretrizes sobre o Direito a um Remédio e Reparação para Vítimas de Violações Graves do Direito Internacional dos Direitos Humanos e Graves Violações de Direito Internacional Humanitário, adotada pela Assembléia Geral em dezembro de 2005, e o conjunto atualizado de princípios para a proteção e promoção dos direitos humanos por meio de ação para o combate à Impunidade (que foi reconhecido em uma resolução consensual da Comissão de Direitos Humanos em 2005).

⁴⁷⁰ A/HRC/34/64, Asamblea General, 2017. Consejo de Derechos Humanos, 34º período de sesiones, Tema 4 de la agenda Situaciones de derechos humanos que requieren la atención del Consejo Informe de la Comisión Internacional Independiente de Investigación sobre la República Árabe Siria. Disponível em: <https://undocs.org/sp/A/HRC/34/64>. Acesso em 23/12/2018.

Durante todo o período do relatório, a Comissão afirmou que “o DIH permaneceu obrigatório para todas as partes em conflito”.⁴⁷¹ Esta afirmação foi possível quando “as hostilidades preencheram os critérios de conflito armado.”⁴⁷² O DIH compreende as quatro Convenções de Genebra de 12 de agosto de 1949, bem como Protocolos I e II e uma série de outros instrumentos e princípios consuetudinários que protegem civis e outras categorias de pessoas, e procura limitar o efeitos do conflito armado aos mais vulneráveis.

A República Árabe da Síria é parte nas Convenções de Genebra e no seu Protocolo I, bem como em vários outros instrumentos de DIH relativos a armas e mercenários. A República Árabe da Síria, no entanto, não ratificou o Protocolo II das Convenções de Genebra que é especificamente aplicável durante conflitos armados não internacionais. Todavia, as disposições do DIH consuetudinário aplicam-se a conflitos armados não internacionais e devem ser respeitadas quando o limiar de conflitos armados não internacionais for atingido.

⁴⁷¹ O relatório cita o trecho da decisão do Tribunal Especial para a Serra Leoa "Está bem apaziguado que todas as partes de um conflito armado, sejam elas Estados ou atores não estatais, estão ligadas ao direito internacional humanitário, ainda que somente os Estados possam se tornar partes em tratados." Ver Procurador vs. Sam Hinga Norman, Tribunal Especial para a Serra Leoa, processo SCSL-2004-14-AR72 (E) (31 de maio de 2004), no par. 22. Artigo comum 3 da Convenção de Genebra.

⁴⁷² A Comissão determinou a existência de um conflito armado não internacional na República Árabe da Síria em fevereiro de 2012 na Resolução A/HRC/21/50.

A Comissão afirmou que um conflito armado não internacional se desenvolveu no país árabe sírio, durante fevereiro de 2012, o que desencadeou a aplicabilidade do artigo 3º, comum às Convenções de Genebra, bem como o direito consuetudinário relevante para os conflitos armados não internacionais.

No relatório do Conselho de Direitos Humanos, a Comissão Internacional Independente de Investigação sobre a República Árabe Síria afirmou que foi violado o direito à vida. Vários tratados, resoluções, convenções e declarações adotadas pelas Nações Unidas contêm disposições relativas a tipos específicos de violações do direito à vida.

No DIDH, o direito à vida é mais reconhecido no artigo 3º da Declaração Universal de Direitos Humanos, que observa que “Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal”⁴⁷³. O artigo 6º do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos também reconhece o direito inerente de cada pessoa à vida, observando que esse direito “deve ser protegido por lei” e que “ninguém será arbitrariamente privado de vida”⁴⁷⁴. A vida das pessoas menores de 18 anos e a

⁴⁷³ Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.html. Acesso em 19/01/2019.

⁴⁷⁴ Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. Disponível em: <https://treaties.un.org/doc/publication/unts/volume%20999/volume-999-i-14668-english.pdf>. Acesso em 19/01/2018.

obrigação dos Estados de garantir a efetivação deste direito, são ambos reconhecidos no artigo 6º da Convenção sobre os Direitos da Criança⁴⁷⁵.

Segundo a Comissão, também foram realizados ataques indiscriminados contra pessoas e objetos protegidos. O DIH proíbe os ataques a civis em conflitos armados internacionais e não internacionais. “As partes do conflito tinham a obrigação de distinguir em todos os momentos aqueles que participam das hostilidades e a população civil, e direcionar apenas ataques contra ‘objetivos militares’”⁴⁷⁶. O que é reconhecido pelo Direito Internacional como o “princípio da distinção”.⁴⁷⁷

Ataques a lugares onde civis e combatentes possam ser encontrados são proibidos se eles não são dirigidos a um objetivo militar específico, ou se eles usam métodos ou meios de combate que não podem ser dirigidos a um objetivo militar específico.⁴⁷⁸ É proibido lançar um ataque onde se espere causar perda acidental de vida civil, ferimentos a civis, e/ou danos a

⁴⁷⁵ Convenção sobre os Direitos da Criança. Disponível em: https://www.unicef.pt/media/1206/0-convencao_direitos_crianca2004.pdf. Acesso em 19/01/2019.

⁴⁷⁶ A/HRC/34/64, Asamblea General, 2017. Consejo de Derechos Humanos, 34º período de sesiones, Tema 4 de la agenda Situaciones de derechos humanos que requieren la atención del Consejo Informe de la Comisión Internacional Independiente de Investigación sobre la República Árabe Siria*. Disponível em: <https://undocs.org/sp/A/HRC/34/64>. Acesso em 23/12/2018.

⁴⁷⁷ O relatório cita o caso sobre Nuclear Weapons, CIJ, supra note 2, at para. 25.

⁴⁷⁸ ICRC Rule 12. Disponível em: https://ihl-databases.icrc.org/customary-ihl/eng/docs/v1_rul_rule12. Acesso em 17/01/2019.

objetos civis que seriam excessivos em relação a vantagem militar concreta e direta esperada.⁴⁷⁹

O DIH costumeiro estabelece que todas as “partes no conflito devem tomar todas as precauções para proteger a população civil e os objectos civis sob o seu controle contra os efeitos dos ataques”.⁴⁸⁰ Cada parte no conflito deve, na medida do possível, evitar estabelecer objetivos militares dentro ou perto de áreas densamente povoadas.⁴⁸¹ E também, remover pessoas civis e objetos sob seu controle da proximidade de objetivos militares.⁴⁸² O DIH costumeiro também incorpora proteções específicas para locais de culto, incluindo mesquitas. É proibido cometer um ato de hostilidade contra locais de culto que constituem a herança cultural ou espiritual dos povos^{483, 484}.

A Assembleia na resolução A/RES/71/203 (2017) voltou a lembrar “a proibição de ataques indiscriminados e

⁴⁷⁹ ICRC Rule 14. Disponível em: https://ihl-databases.icrc.org/customary-ihl/eng/docs/v1_rul_rule14. Acesso em 17/01/2019.

⁴⁸⁰ ICRC, Rule 22. Disponível em: https://ihl-databases.icrc.org/customary-ihl/eng/docs/v1_rul_rule22. Acesso em 18/01/2019.

⁴⁸¹ ICRC, Rule 23. Disponível em: https://ihl-databases.icrc.org/customary-ihl/eng/docs/v1_rul_rule23. Acesso em 18/01/2019.

⁴⁸² ICRC, Rule 24. Disponível em: https://ihl-databases.icrc.org/customary-ihl/eng/docs/v1_rul_rule24. Acesso em 18/01/2019.

⁴⁸³ ICRC, Rule 38. Disponível em: https://ihl-databases.icrc.org/customary-ihl/eng/docs/v1_rul_rule38. Acesso em 18/01/2019.

⁴⁸⁴ A/HRC/34/64, Asamblea General, 2017. Consejo de Derechos Humanos, 34º período de sesiones, Tema 4 de la agenda Situaciones de derechos humanos que requieren la atención del Consejo Informe de la Comisión Internacional Independiente de Investigación sobre la República Árabe Siria*. Disponível em: <https://undocs.org/sp/A/HRC/34/64>. Acesso em 23/12/2018.

desproporcionais e todos os ataques contra civis e alvos civis”, exigindo que todas as partes envolvidas no conflito tomassem todas as medidas adequadas para proteger os civis, de acordo com o direito internacional, em particular “desistindo de ataques a alvos civis, incluindo [...] obras de abastecimento de água, imediatamente, desmilitarizando estes lugares”. Instou às partes a não utilizarem “métodos de combate que possam causar danos supérfluos ou sofrimento desnecessário”. Na mesma resolução, condenou:

firmemente a negação deliberada de assistência humanitária para os civis, independentemente do seu autor, e em particular a negação de cuidados médicos e privação dos serviços de água e saneamento em áreas civis, o que piorou recentemente, observando que a o direito internacional proíbe a prática de fazer morrer de fome e sede os civis como um método de combate, observando em particular a responsabilidade primária do Governo da República Árabe da Síria a este respeito, e deplora a deterioração da situação humanitária.⁴⁸⁵

Em 2018, na resolução A/RES/72/191, a Assembleia novamente voltou a condenar os “ataques indiscriminados e deliberados contra civis, [...] a continuação das violações e abusos de direitos humanos e violações do direito internacional

⁴⁸⁵ A/RES/71/203, Asamblea General, 2017, Septuagésimo primer período de sesiones Tema 68 c) del programa 16-22576 (S) *1622576* Resolución aprobada por la Asamblea General el 19 de diciembre de 2016 [sobre la base del informe de la Tercera Comisión (A/71/484/Add.3)] 71/203. Situación de los derechos humanos en la República Árabe Siria. Disponível em: <https://undocs.org/es/A/RES/71/203>. Acesso dia 22/12/2018.

humanitário generalizados e sistemáticos graves, em particular a prática de inanição da população civil como método de guerra, que são proibidos pelo direito internacional humanitário”.

Lembrou as declarações feitas pelo Secretário-Geral e pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos de que crimes contra a humanidade e crimes de guerra provavelmente foram cometidos no República árabe da Síria, observando as repetidas ocasiões que o Alto Comissário encorajou o Conselho de Segurança para se referir a situação para o Tribunal Penal Internacional.⁴⁸⁶ Da resolução se extrai que a Assembleia Geral:

exige que todas as partes cessem imediatamente todas as violações e abusos do direito internacional dos direitos humanos e do direito internacional humanitário, recorda, em particular, a obrigação, ao abrigo do direito internacional humanitário, de distinguir entre civis e combatentes e a proibição de ataques indiscriminados e desproporcionais e todos os ataques contra civis e alvos civis, [...], incluindo instalações médicas, escolas e instalações de abastecimento de água, abstendo-se de militarizar esses lugares. Condena nos termos mais fortes todos os ataques contra bens protegidos, incluindo ataques indiscriminados e desproporcionais e que podem constituir crimes de guerra ocorrendo na República Árabe da Síria, e solicita à Comissão de Inquérito para

⁴⁸⁶ A/RES/72/191, Asamblea General Distr. General, Septuagésimo segundo período de sesiones, Tema 72 c) del programa Resolución aprobada por la Asamblea General el 19 de diciembre de 2017 [sobre la base del informe de la Tercera Comisión (A/72/439/Add.3)] 72/191. Situación de los derechos humanos en la República Árabe Siria. Disponível em: <https://undocs.org/es/A/RES/72/191>. Acesso em 23/12/2018.

investigar todos esses atos; 40. Condena firmemente a negação deliberada de assistência humanitária para os civis, independentemente do seu autor, e em particular a negação de cuidados médicos e privação dos serviços de água e saneamento em áreas civis, o que piorou recentemente, observando que o direito internacional proíbe a prática de inanição da população civil como método de combate. (tradução e grifo nosso)⁴⁸⁷

Na resolução 2417 (2018), o Conselho de Segurança recordou a ligação entre os conflitos armados, a violência e a insegurança alimentar causada pelo conflito, apelando a todas as partes que cumprissem as suas obrigações para proteção dos civis e objetos civis, ligados à produção de alimentos e a água potável. Extraí-se da resolução:

Apela-se a todas as partes que cumpram as suas obrigações para proteção dos civis e objetos civis, incluindo os necessários para a produção e distribuição de alimentos, tais como fazendas, mercados, sistemas de abastecimento moinhos de água, onde são processados e armazenados alimentos e instalações e meios de transporte de alimentos e abster-se de atacar, destruir, remover ou inutilizar os bens indispensáveis para a sobrevivência da população civil, tais como alimentos, culturas, gado, produtos agrícolas, instalações e reservas de água potável e obras de irrigação, e respeitar e proteger os embarques

⁴⁸⁷ A/RES/72/191, Asamblea General Distr. General, Septuagésimo segundo período de sesiones, Tema 72 c) del programa Resolución aprobada por la Asamblea General el 19 de diciembre de 2017. Situación de los derechos humanos en la República Árabe Siria. Disponível em: <https://undocs.org/es/A/RES/72/191>. Acesso em 23/12/2018.

humanos e humanitários usados em operações de socorro deste tipo. (tradução e grifo nossos)⁴⁸⁸

Com relação ao controle dos recursos naturais e ao controle da infraestrutura hídrica na Síria, por parte dos grupos armados, o Conselho de Segurança já em 2015, na resolução 2249, condenou o controle dos recursos naturais na Síria e no Iraque pelo denominado ISIS:

Determinando que, [...], os atos terroristas, seus ataques constantes, flagrantes, sistemáticos e generalizados dirigidos contra a população civil, seus abusos de direitos humanos e violações do direito internacional humanitário, [...] e o controle de partes importantes de recursos naturais em todo o Iraque e a Síria, [...], o Estado Islâmico no Iraque e o Levante (ISIS, também conhecido como Daesh) constitui uma ameaça global sem precedentes à paz e segurança internacionais. (tradução e grifo nossos).⁴⁸⁹

A Assembleia Geral, na resolução A/68/278, sublinhou a importância de fortalecer as iniciativas nacionais e regionais, com apoio internacional, para enfrentar as repercussões negativas da exploração ilegal dos recursos naturais em todos os seus aspectos para a paz. Sublinhou a importância crucial de uma

⁴⁸⁸ Resolución 2417 (2018), aprobada por el Consejo de Seguridad en su 8267ª sesión, 2018. Disponível em: [http://undocs.org/es/S/RES/2417\(2018\)](http://undocs.org/es/S/RES/2417(2018)). Acesso em 14/12/2018.

⁴⁸⁹ Resolución 2249 (2015), aprobada por el Consejo de Seguridad en su 7565ª sesión, 2015. Disponível em: [http://undocs.org/es/S/RES/2249\(2015\)](http://undocs.org/es/S/RES/2249(2015)). Acesso em 13/12/2018.

abordagem regional para evitar conflitos, nomeadamente, em matéria de questões transfronteiriças.⁴⁹⁰

O Conselho manifestou sua preocupação, na resolução 2191, pelo fato de de existirem zonas da Síria sob o controle do Estado Islâmico do Iraque e do Levante (ISIS), da Frente Al-Nusrah (ANF), e de pessoas, grupos, empresas e entidades associadas à Al-Qaida. Sublinhando os efeitos negativos da sua presença e seus atos de instabilidade na Síria e região, incluindo as consequências humanitárias desastrosas para a população civil, e solicitou a implementação das resoluções 2170 (2014) e 2178 (2014) do Conselho de Segurança, e a declaração de sua Presidência de 28 de julho de 2014 (S/PRST/2014/14).⁴⁹¹

Sobre o controle da infra-estrutura hídrica e petrolífera, o Conselho de Segurança observou os progressos realizados durante 2017, com a recuperação de áreas da Síria detidas pelo Estado islâmico no Iraque e do Levante (ISIS, também conhecido como Dáesh) e a Frente al-Nusra (FAN), mas “expressou a sua grande preocupação porque haviam áreas que

⁴⁹⁰ Resolución aprobada por la Asamblea General, 2014 [sin remisión previa a una Comisión Principal (A/68/L.43/Rev.1 y Add.1)] 68/278. Aplicación de las recomendaciones contenidas en el informe del Secretario General sobre las causas de los conflictos y la promoción de la paz duradera y el desarrollo sostenible en África. Disponível em: <https://undocs.org/es/A/RES/68/278>. Acesso em 18/12/2018.

⁴⁹¹ Resolución 2191 (2014), aprobada por el Consejo de Seguridad en su 7344a sesión, 2014. Disponível em: [https://undocs.org/es/S/RES/2191\(2014\)](https://undocs.org/es/S/RES/2191(2014)). Acesso em 12/12/2018.

permaneceram sob seu controle com efeitos negativos da sua presença”. Extrai-se da resolução:

Reiterando a sua profunda preocupação de que os campos de petróleo e infra-estruturas conexas, bem como outras infra-estruturas, como barragens e estações de energia, estão sendo controladas pelo ISIS, pelo FAN e, possivelmente, outros indivíduos, grupos, empresas e entidades associadas à Al-Qaeda, os quais estão gerando parte importante da fonte de renda desses grupos, juntamente com doações privadas do exterior, extorsão, seqüestros de resgate e dinheiro roubado do território sob seu controle, que servem para apoiar as suas atividades de recrutamento e reforçar a sua capacidade operacional para organizar e realizar ataques terroristas. (tradução e grifo nossos)⁴⁹²

Na resolução 2199, o Conselho reafirmou que os Estados membros deveriam assegurar que os seus nacionais ou outras pessoas no seu território não financiassem direta ou indiretamente o ISIS, o FAN e outras pessoas, grupos, empresas e entidades associadas à Al-Qaeda. Salientou, portanto, que os Estados são obrigados pela resolução 2161 (2014) a “congelar sem demora os fundos e outros ativos financeiros e recursos econômicos destas entidades, tais como petróleo, derivados de petróleo, refinarias modulares e material relacionado, e outros recursos naturais que são de propriedade ou controlados por essas entidades ou por pessoas agindo em seu nome ou seguindo

⁴⁹² Resolución 2380 (2017), aprobada por el Consejo de Seguridad en su 8061ª sesión, 2017. Disponível em: [http://undocs.org/es/S/RES/2380\(2017\)](http://undocs.org/es/S/RES/2380(2017)). Acesso em 12/12/2018.

suas indicações, bem como quaisquer fundos ou benefícios negociáveis gerados por esses recursos econômicos”.⁴⁹³

Reiterou a necessidade de melhorar a segurança e proteção de alvos particularmente vulneráveis, como a infraestrutura vital, observando:

as crescentes interdependências entre infraestrutura crítica transfronteiriça dos países, tais como aqueles usados para, entre outras coisas, a geração, transmissão e distribuição de energia, os transportes aéreos, terrestres e serviços marítimos, bancários e financeiros, abastecimento de água, etc. (tradução e grifo nossos)⁴⁹⁴

O Conselho de Segurança reconheceu que, em consequência da crescente interdependência entre setores de infra-estruturas vitais, algumas infra-estruturas, como a hídrica, “podem estar sujeitas a um número crescente e a uma variedade cada vez maior de ameaças e vulnerabilidades que colocam novos problemas de segurança”⁴⁹⁵, expressando preocupação de que ataques terroristas a infraestruturas vitais pudessem afetar significativamente o funcionamento do país.

⁴⁹³ Resolución 2199 (2015), aprobada por el Consejo de Seguridad en su 7379a sesión, 2015. Disponível em: [http://undocs.org/es/S/RES/2199\(2015\)](http://undocs.org/es/S/RES/2199(2015)). Acesso em 12/12/2018.

⁴⁹⁴ Resolución 2341 (2017), aprobada por el Consejo de Seguridad en su 7882a sesión, 2017. Disponível em: [http://undocs.org/es/S/RES/2341\(2017\)](http://undocs.org/es/S/RES/2341(2017)). Acesso em 13/12/2018.

⁴⁹⁵ Resolución 2341 (2017), aprobada por el Consejo de Seguridad en su 7882a sesión, 2017. Disponível em: [http://undocs.org/es/S/RES/2341\(2017\)](http://undocs.org/es/S/RES/2341(2017)). Acesso em 13/12/2018.

Salientou que a proteção eficaz das infra-estruturas críticas requer abordagens intersetoriais à gestão de riscos e inclui, entre outros, a cooperação a nível nacional e entre fronteiras, com autoridades governamentais, operadores dessa infraestrutura, entre outros, por meio de acordos e convenções bilaterais e multilaterais. Afirmou que as iniciativas regionais e bilaterais de cooperação econômica e para o desenvolvimento desempenham um papel fundamental na obtenção de estabilidade e prosperidade e, nesse sentido, incentiva todos os Estados a aumentar sua cooperação para proteger as infra-estruturas vitais, incluindo projetos de infra-estrutura transfronteiriça.⁴⁹⁶

4.2 Resoluções do Conselho de Segurança e da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre cooperação nos cursos de água transfronteiriças, degradação ambiental e conflito

A Organização das Nações Unidas não apresentou em suas resoluções o debate sobre a regulação das águas transfronteiriças da Bacia do Tigre e Eufrates. No entanto, trouxe diversos posicionamentos importantes relacionados às

⁴⁹⁶ Resolución 2341 (2017), aprobada por el Consejo de Seguridad en su 7882a sesión, 2017. Disponível em: [http://undocs.org/es/S/RES/2341\(2017\)](http://undocs.org/es/S/RES/2341(2017)). Acesso em 13/12/2018.

águas transfronteiriças e a relação entre a degradação ambiental e conflitos.

Essas resoluções assinalaram um marco importante no reconhecimento da necessidade de implantar esforços para manter a paz, não apenas após a eclosão de conflitos, mas também muito antes, “através da adoção de medidas para prevenir conflitos e resolver suas causas profundas”⁴⁹⁷.

Na resolução A/72/707–S/2018/43 da Assembleia Geral, afirmou-se que o número de países que foram recentemente afetados por conflitos violentos atingiu o nível mais alto registrado em quase três décadas. Em muitos lugares, a coesão das sociedades e o bem-estar das pessoas estão em perigo. Segundo a Assembleia, “para construir uma visão comum de uma sociedade é necessário prestar atenção às causas desses problemas”⁴⁹⁸.

Nesse sentido, na resolução 2419 (2018), aprovada pelo Conselho de Segurança, enfatizou-se a importância de aplicar uma abordagem abrangente para consolidar e manter a paz, em particular prevenindo conflitos e abordando suas causas profundas em todos os estágios do conflito, reconhecendo a

⁴⁹⁷ Resolución 2419 (2018), aprobada por el Consejo de Seguridad en su 8277a sesión, 2018. Disponível em: [http://undocs.org/es/S/RES/2419\(2018\)](http://undocs.org/es/S/RES/2419(2018)). Acesso em 14/12/2018.

⁴⁹⁸ Asamblea General, Septuagésimo segundo período de sesiones, Tema 65 del programa Consolidación y sostenimiento de la paz, 2018. Disponível em: <https://undocs.org/sp/A/72/707-S/2018/43>. Acesso em 14/12/2018.

importante contribuição de uma abordagem integrada para a implementação da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável.⁴⁹⁹

Para a Assembleia Geral, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável delinea a visão comum da sociedade para a qual o mundo pretende avançar. “O desenvolvimento inclusivo e sustentável não é apenas um fim em si mesmo, é também a melhor defesa contra a ameaça de conflitos violentos. O trabalho coletivo do sistema das Nações Unidas para promover os direitos humanos deve ser usado para determinar as causas dos conflitos e como responder a eles”.⁵⁰⁰

Nesse sentido, o Conselho de Segurança, reconheceu na resolução 2349 (2017), sobre a bacia do Lago Chade, que o terrorismo, estava associado à escassez de água, à insegurança alimentar e as mudanças climáticas e que, a tentativa de estabelecer a segurança deve ser associada aos esforços para abordar o desenvolvimento, os direitos humanos e as causas profundas da instabilidade. Extrai-se da resolução:

26. *Reconhece* os efeitos adversos das mudanças climáticas e das mudanças ecológicas entre outros fatores sobre a estabilidade da região, inclusive através da escassez de água, da seca,

⁴⁹⁹ Resolución 2419 (2018), aprobada por el Consejo de Seguridad en su 8277a sesión, 2018. Disponível em: [http://undocs.org/es/S/RES/2419\(2018\)](http://undocs.org/es/S/RES/2419(2018)). Acesso em 14/12/2018.

⁵⁰⁰ Asamblea General, Septuagésimo segundo período de sesiones, Tema 65 del programa Consolidación y sostenimiento de la paz, 2018. Disponível em: <https://undocs.org/sp/A/72/707-S/2018/43>. Acesso em 14/12/2018.

da desertificação, da degradação da terra e da insegurança alimentar e *ênfatisa* a necessidade de avaliações adequadas dos riscos e estratégias de gerenciamento de riscos pelos governos e as Nações Unidas relativas a esses fatores⁵⁰¹.

Na resolução 2417 (2018), o Conselho reiterou seu compromisso de buscar todas as vias possíveis para prevenir e por fim aos conflitos armados, entre outras coisas, abordando suas causas subjacentes de maneira inclusiva, integrada e sustentável. Reconheceu a necessidade de romper o círculo vicioso entre conflito armado e insegurança alimentar. Da resolução se extrai:

Reconhecendo que as consequências dos conflitos armados para a segurança alimentar podem ser diretas, tais como o [...] a destruição de reservas de alimentos e bens agrícolas, ou indiretos, tais como alterações de sistemas alimentares e mercados, que levam a um aumento dos preços dos alimentos ou a diminuição do poder de compra das famílias ou a redução do acesso a suprimentos necessários para a preparação de alimentos, como água e combustível⁵⁰².

Nesse sentido, na resolução 2417 (2018), aprovada pelo Conselho de Segurança, sublinhou-se a importância de reforçar, as iniciativas nacionais e regionais para enfrentar as repercussões negativas da exploração intensa dos recursos

⁵⁰¹ Resolución 2349 (2017), aprobada por el Consejo de Seguridad en su 7911ª sesión, 2017. Disponível em: [http://undocs.org/es/S/RES/2349\(2017\)](http://undocs.org/es/S/RES/2349(2017)). Acesso em 15/12/2018.

⁵⁰² Resolución 2417 (2018), aprobada por el Consejo de Seguridad en su 8267ª sesión, 2018. Disponível em: [http://undocs.org/es/S/RES/2417\(2018\)](http://undocs.org/es/S/RES/2417(2018)). Acesso em 14/12/2018.

naturais em todos os seus aspectos para a paz. Sendo necessário “aumentar a sua capacidade de conceber estruturas nacionais para a gestão dos recursos naturais e receitas públicas e melhorar as já existentes”.⁵⁰³

Na resolução A/RES/68/67, aprovada pela Assembleia Geral, foi dado incentivo aos países mediterrânicos a intensificar o processo de diálogo e consultas com vista a resolver os problemas existentes na região e eliminar as causas de tensão e a consequente ameaça à paz e segurança, através “da cooperação econômica, social, cultural e ambiental na região”.⁵⁰⁴

Segundo a UN Water, abastecimentos de água transfronteiriços exauridos e degradados tem o potencial de causar agitação social e desencadear conflitos dentro e entre países⁵⁰⁵. “Para lidar com os impactos da mudança climática combinados com as demandas do aumento populacional e do crescimento econômico, é necessário um enfoque supranacional

⁵⁰³ A/RES/70/292, Asamblea General, Septuagésimo período de sesiones, Tema 66 b) del programa 15-17046 (S) *1517046* Resolución aprobada por la Asamblea General el 7 de julio de 2016 [sin remisión previa a una Comisión Principal (A/70/L.50/Rev.1 y Add.1)] 70/292. Aplicación de las recomendaciones contenidas en el informe del Secretario General sobre las causas de los conflictos y la promoción de la paz duradera y el desarrollo sostenible en África. Disponible em: <https://undocs.org/es/A/RES/70/292>. Acesso em 21/12/2018.

⁵⁰⁴ A/RES/68/67, Resolución aprobada por la Asamblea General, 2013 [sobre la base del informe de la Primera Comisión (A/68/416)] 68/67. Fortalecimiento de la seguridad y la cooperación /en la región del Mediterráneo. Disponible em: <https://undocs.org/es/A/RES/68/67>. Acesso em 17/12/2018.

⁵⁰⁵ Disponible em: <http://www.unwater.org/water-facts/transboundary-waters/>. Acesso em 04/04/ 2018.

e integrado para a gestão de recursos hídricos transfronteiriços, com base em estruturas legais e institucionais e benefícios e custos compartilhados”⁵⁰⁶.

Deste modo, a Assembleia Geral na resolução A/RES/66/104, tomou nota dos projetos de artigos sobre a lei de aquíferos transfronteiriços apresentados pela Comissão de Direito Internacional, observando “a grande importância no desenvolvimento da legislação de aquíferos transfronteiriços para as relações entre os estados, e a necessidade de assegurar, através da cooperação internacional, razoável e adequada gestão de aquíferos transfronteiriços, que são um recurso natural de importância vital”, enfatizando a importância para continuar a codificação e o desenvolvimento progressivo do direito Internacional⁵⁰⁷.

Na resolução, os Estados foram fortemente encorajados a celebrar acordos bilaterais ou regionais apropriados para a gestão adequada dos seus aquíferos transfronteiriços, tendo em conta as disposições dos projetos de artigos anexo a sua resolução 63/124⁵⁰⁸.

⁵⁰⁶ Disponível em: <http://www.unwater.org/water-facts/transboundary-waters/>. Acesso em 04/04/2018.

⁵⁰⁷ Disposto no artigo 13, parágrafo 1, a) da Carta das Nações Unidas.

⁵⁰⁸ A/RES/66/104, Resolución aprobada por la Asamblea General, 2011. Disponível em: <https://undocs.org/es/A/RES/66/104>. Acesso em 14/12/2018.

Na resolução A/RES/71/150 (2016) a Assembleia recordou as suas resoluções específicas que tratam do tema, quais sejam as resoluções 63/124 de 11 de dezembro de 2008, 66/104, de 9 de dezembro de 2011 e 68/118 de 16 de dezembro de 2013. Observou a importância da lei de aquíferos transfronteiriços para relações entre Estados e a necessidade de assegurar para as gerações presentes e futuras, através da cooperação internacional, aquíferos transfronteiriços razoáveis e adequadas, que são um recurso natural de gestão vital.

Observou também que as disposições dos projetos de artigos sobre a lei de aquíferos transfronteiriços foram levados em consideração em instrumentos relevantes, tais como o Acordo sobre o aquífero Guaraní, assinado por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai em 2 de agosto de 2010, e as disposições modelo para as águas subterrâneas transfronteiriças, aprovadas na Sexta Reunião das Partes na Convenção sobre a Proteção e Utilização de Cursos de Água Transfronteiriços e Lagos Internacionais. Reconheceu também, o objetivo de assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos, que é incluído na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.⁵⁰⁹

⁵⁰⁹ A/RES/71/150, Asamblea General, 2016, Septuagésimo primer período de sesiones, Tema 86 del programa 16-21361 (S) *1621361* Resolución aprobada por la Asamblea General el 13 de diciembre de 2016 [sobre la base del informe de la Sexta

No relatório “Uma Questão de Sobrevivência”, produzido por especialistas de 15 países que formaram um painel de alto nível sobre água e paz, apresentado Fórum Mundial da Água, em Brasília, foi sugerida “a criação de um Fundo Azul para projetos colaborativos em bacias hidrográficas compartilhadas” e recomendados “acordos hídricos transfronteiriços para países que compartilham esse bem”, pois “existe uma relação evidente entre a falta de água e a violência”⁵¹⁰, diz o relatório.

Segundo o relatório, a seca na Síria e a queda no nível das águas subterrâneas no nordeste do país provocaram forte êxodo da população rumo às cidades, esse movimento que provocou problemas sociais e hostilidades. No Iêmen, a crise social e o conflito armado foram fortalecidos com o estresse hídrico. De acordo com o relatório, em Darfur, a água foi uma das principais causas das tensões. “Nos últimos anos, a água foi utilizada cada vez mais como arma de guerra. Assim ocorreu em Darfur, na Somália, no Iraque e na Síria”⁵¹¹, diz o estudo, apresentado no Fórum Mundial da Água.

Segundo as Nações Unidas, existem cerca de 600 aquíferos e 286 rios no planeta que atravessam fronteiras entre

Comisión (A/71/517) 71/150. El derecho de los acuíferos transfronterizos. Disponível em: <https://undocs.org/es/A/RES/71/150>. Acesso em 22/12/2018.

⁵¹⁰ Disponível em: <https://www.pressreader.com/>. Acesso em 25/01/2019.

⁵¹¹ Disponível em: <https://www.pressreader.com/>. Acesso em 25/01/2019.

países. Por volta de 40% da população mundial vive em bacias hidrográficas que abarcam mais de um país, mas 60% delas não apresentam acordos transfronteiriços de cooperação. Apenas seis aquíferos no mundo possuem acordos internacionais⁵¹².

Para Joakim Harlin, vice-presidente da ONU Água, “a relação entre água e segurança é um tópico central na agenda da ONU. Precisamos de segurança hídrica também para garantir a paz”⁵¹³.

⁵¹² Disponível em: <https://www.pressreader.com/>. Acesso em 25/01/2019.

⁵¹³ Disponível em: <https://www.pressreader.com/>. Acesso em 25/01/2019.

CONCLUSÃO

Nos últimos anos, tem havido um aumento na incidência de conflitos relacionados à água, o que tem despertado a atenção da comunidade internacional, e, em especial, da Organização das Nações Unidas.

Diferentes abordagens trazem a relação entre a escassez hídrica e conflitos, seja através de sua ligação com a segurança humana, da sua instrumentalização/disputa direta, ou mesmo através da noção de que a degradação de bacias e aquíferos tem o potencial de desencadear conflitos.

Nesta pesquisa observamos, preliminarmente, que os países que fazem parte da bacia do Tigre e Eufrates não realizaram acordos prévios de uso e gestão das águas transfronteiriças, especialmente, por problemas políticos estruturais. Com exceção de dois acordos bilaterais, que tratavam sobre a alocação das águas do rio Eufrates, durante a construção de barragens de represamento.

Deste modo, cada país ribeirinho utilizou e geriu as águas sob o seu território unilateralmente, para projeção de suas políticas de desenvolvimento nacional, sem coordenação, monitoramento ou gestão compartilhada dos recursos hídricos. A Turquia baseou seus projetos hídricos nacionais na sua autossuficiência energética, através da infraestrutura

hidrelétrica, enquanto Síria e Iraque buscavam sua autossuficiência alimentar.

Com o passar do tempo, observou-se uma redução nos fluxos dos rios e na água disponível na Bacia, o que causou impacto direto nos meios de subsistência da população, no painel alimentar e migratório da Síria, - o que a doutrina atribui como um fator indireto do conflito.

Durante o conflito, observou-se que os grupos utilizaram a água como uma arma, através de sua instrumentalização, ao cortarem o abastecimento de cidades e vilas, controlarem, destruir e militarizarem infraestruturas hídricas e pontos de abastecimento e retirarem o acesso à água das populações sitiadas.

Nas resoluções do Conselho de Segurança e da Assembleia Geral das Nações Unidas, que trataram sobre o conflito, observou-se que a ONU reconheceu e condenou os ataques às infraestruturas hídricas, o controle e a militarização dos pontos de abastecimento de água, bem como a falta de acesso da população a estes recursos como método de combate.

Lembrou que o Direito Humano à Água, bem como o Direito Humano a Água e ao Saneamento, convencionado pelos países membros, é um Direito Humano fundamental, atrelado à sua dignidade física e psíquica; e, condenou todas as violações às normas de Direito Humanitário Internacional e de Direito

Internacional dos Direitos Humanos, em suas diferentes Convenções e Protocolos.

A Organização não citou nas suas resoluções os acordos referentes à Bacia do Tigre e Eufrates, mas salientou a relação entre a degradação ambiental e conflitos armados, e a necessidade de cooperação em matéria de recursos hídricos transfronteiriços.

REFERÊNCIAS

ACSAD. **Drought vulnerability in the arab region. Case study – drought in Syria**, United Nations Office for Disaster Risk Reduction - Regional Office for Arab States (UNISDR ROAS), 2011. Disponível em: <https://www.unisdr.org/we/inform/publications/23905>. Acesso em 01/10/2018.

ADAMS, Mark. **Water Security Policy: The Case of Turkey**. Near East South Asia Center for Strategic Studies (NESAS). Washington DC: National Defence University, 2002.

AHMAD, M.; RODRIGUEZ, A.; BRASLAVASKAYA, A. **Food and Water Insecurity: Re-assessing the Value of Rainfed Agriculture**, Water and Science Technology: Water Supply 5/1, 2005.

AKANDA, A., FREEMAN, S. e PLACHT, M. **A bacia do rio Tigris-Eufrates: mediando um caminho rumo à estabilidade regional da água**, 2007. *Apud* FAO WATER. Disponível em: http://www.fao.org/nr/water/aquastat/countries_regions/IRQ/. Acesso em 10/08/2018.

AL ANSARY, K. **Wheat-Importing Iraq Plans to Be Net Grain Exporter by 2017**. *Blooming Business*, 2015. Disponível em: <http://www.bloomberg.com/news/articles/2015-06-10/iraq-to-become-wheat-exporter-within-2-years-trade-ministry>. Acesso em 03/02/2018.

AL-ANSARI, Nadhir. **Hydro-Politics of the Tigris and Euphrates Basins**. Luleå University of Technology, Luleå, Sweden. 2016. Disponível em:

<http://www.scirp.org/journal/enghttp://dx.doi.org/10.4236/eng.2016.83015>. Acesso em 15/09/2018.

AMNESTY INTERNATIONAL. **Syria: UN must act to end onslaught aimed at purging civilians from eastern Aleppo**. 20 October. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2016/10/syria-un-must-act-to-end-onslaught-aimed-at-purging-civilians-from-eastern-aleppo/>. Acesso em 30/06/2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

ARABIC NEWS. **Recent study sees military action on Syrian–Turkish water issue impossible**, 1997. Disponível em: <http://www.arabic-news.com/ansub/Daily/Day/970906/1997090602.html>. *Apud* Jamali, Dima. **The Euphrates-Tigris basin: A case study in surface water conflict resolution**. Journal of Natural Resources and Life Sciences Education, 2002. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/288897102_The_Euphrates-Tigris_basin_A_case_study_in_surface_water_conflict_resolution. Acesso em 17/08/2018.

ASSYRIAM INTERNATIONAL NEWS AGENCY. **ISIS Cuts Off Water, Electricity, Destroys Churches**, 2018. Disponível em: <http://www.aina.org/news/20140618172333.htm>. Acesso em 30/07/2018.

AYMENN, Jawad Al-Tamimi. **The Syrian rebel groups pulling in foreign fighters**, Reuters, 2013. Disponível em: <http://www.bbc.com/news/world-middle-east-25460397>. Acesso em 30/09/2018.

AYMENN, J. Al-Tamimi; SVADOVSKY, O. **Demography is Destiny in Syria**, American Spectator, 2012.

ARTIGO 3º COMUM ÀS QUATRO CONVENÇÕES DE GENEBRA. Disponível em: <https://www.icrc.org/pt/doc/resources/documents/treaty/treaty-gc-0-art3-5tdlrm.htm>. Acesso em 21/01/2019.

ASAMBLEA GENERAL, A/72/707–S/2018/43, Septuagésimo segundo período de sesiones, tema 65 del programa Consolidación y sostenimiento de la paz, 2018. Disponível em: <https://undocs.org/sp/A/72/707-S/2018/43>. Acesso em 14/12/2018.

_____, A/67/PV.60, Sexagésimo sétimo período de sesiones, 60ª sesión plenária, 20 de diciembre de 2012, Nueva York. Disponível em: <https://undocs.org/es/A/67/PV.60>. Acesso em 14/12/2018.

_____, A/67/PV.40, Sexagésimo sétimo período de sesiones 40ª sesión plenária, 19 de noviembre de 2012, Nueva York. Disponível em: <https://undocs.org/es/A/67/PV.40>. Acessado em 14/12/2018.

_____, A/67/PV.80, Sexagésimo sétimo período de sesiones, 80ª sesión plenaria, 15 de mayo de 2013, Nueva York. Disponível em: <https://undocs.org/es/A/67/PV.80>. Acesso em 15/12/2018.

_____, A/68/PV.70, Sexagésimo octavo período de sesiones, 70ª sesión plenária, 18 de diciembre de 2013, Nueva York. Disponível em: <https://undocs.org/es/A/68/PV.70>. Acesso em 17/12/2018.

_____, A/HRC/34/64, 2017, Consejo de Derechos Humanos, 34º período de sesiones, Tema 4 de la agenda Situaciones de derechos humanos que requieren la atención del Consejo Informe de la Comisión Internacional Independiente de Investigación sobre la República Árabe Siria. Disponible em: <https://undocs.org/sp/A/HRC/34/64>. Acceso em 23/12/2018.

_____, A/RES/67/183, 2013, Sexagésimo séptimo período de sesiones, tema 69 c) del programa 12-48961S. Disponible em: <https://undocs.org/es/A/RES/67/183>. Acceso em 14/12/2018.

_____, A/RES/67/262, Asamblea General 2013, Sexagésimo séptimo período de sesiones, Tema 33 del programa 12-49435 (S). Disponible em: <https://undocs.org/es/A/RES/67/262>. Acceso em 15/12/2018.

_____, A/RES/68/182, Resolución aprobada por la Asamblea General el 18 de diciembre de 2013 [sobre la base del informe de la Tercera Comisión (A/68/456/Add.3)] 68/182. Situación de los derechos humanos en la República Árabe Siria. Disponible em: <https://undocs.org/es/A/RES/68/182>. Acceso em 17/12/2018.

_____, A/RES/68/67, Resolución aprobada por la Asamblea General el 5 de diciembre de 2013 [sobre la base del informe de la Primera Comisión (A/68/416)] 68/67. Fortalecimiento de la seguridad y la cooperación /en la región del Mediterráneo. Disponible em: <https://undocs.org/es/A/RES/68/67>. Acceso em 17/12/2018.

_____, A/RES/69/120, 2014, Sexagésimo noveno período de sesiones. Situación de los Protocolos Adicionales a los Convenios de Ginebra de 1949 relativos a la

protección de las víctimas de los conflictos armados. Disponible em: <https://undocs.org/es/A/RES/69/120>. Acceso em 19/12/2018.

_____, A/RES/69/189, 2015, Sexagésimo noveno período de sesiones, tema 68 c) del programa 14-67678 (S). Situación de los derechos humanos en la República Árabe Siria. Disponible em: <https://undocs.org/es/A/RES/69/189>. Acceso em 18/12/2018.

_____, A/RES/70/234, 2016, Septuagésimo período de sesiones, tema 72 c) del programa 15-16988 (S) 1516988, Resolución aprobada por la Asamblea General [sobre la base del informe de la Tercera Comisión (A/70/489/Add.3)] 70/234. Situación de los derechos humanos en la República Árabe Siria. Disponible em: <https://undocs.org/es/A/RES/70/234>. Acceso em 21/12/2018.

_____, A/RES/70/292, 2016, Septuagésimo período de sesiones, tema 66 b) del programa 15-17046 (S) 1517046, Resolución aprobada por la Asamblea General [sin remisión previa a una Comisión Principal (A/70/L.50/Rev.1 y Add.1)] 70/292. Aplicación de las recomendaciones contenidas en el informe del Secretario General sobre las causas de los conflictos y la promoción de la paz duradera y el desarrollo sostenible en África. Disponible em: <https://undocs.org/es/A/RES/70/292>. Acceso em 21/12/2018.

_____, A/RES/71/130, 2016, Septuagésimo primer período de sesiones, tema 31 del programa 16-21333 (S) 1621333, Resolución aprobada por la Asamblea General el 9 de diciembre de 2016 [sin remisión previa a una Comisión Principal (A/71/L.39 y Add.1)] 71/130. La situación en la República Árabe Siria. Disponible em: <https://undocs.org/es/A/RES/71/130>. Acceso em 22/12/2018.

_____, A/RES/71/144, 2016, Septuagésimo primer período de sesiones, tema 81 del programa 16-21350 (S) 1621350, Resolución aprobada por la Asamblea General el 13 de diciembre de 2016 [sobre la base del informe de la Sexta Comisión (A/71/512)] 71/144. Situación de los Protocolos Adicionales a los Convenios de Ginebra de 1949 relativos a la protección de las víctimas de los conflictos armados. Disponible en: <https://undocs.org/es/A/RES/71/144>. Acceso en 22/12/2018.

_____, A/RES/71/150, 2016, Septuagésimo primer período de sesiones, tema 86 del programa 16-21361 (S) 1621361, Resolución aprobada por la Asamblea General el 13 de diciembre de 2016 [sobre la base del informe de la Sexta Comisión (A/71/517)] 71/150. El derecho de los acuíferos transfronterizos. Disponible en: <https://undocs.org/es/A/RES/71/150>. Acceso en 22/12/2018.

_____, A/RES/71/203, 2017, Septuagésimo primer período de sesiones, tema 68 c) del programa 16-22576 (S) 1622576, Resolución aprobada por la Asamblea General [sobre la base del informe de la Tercera Comisión (A/71/484/Add.3)] 71/203. Situación de los derechos humanos en la República Árabe Siria. Disponible en: <https://undocs.org/es/A/RES/71/203>. Acceso día 22/12/2018.

_____, A/RES/72/178, Distr. General, 29 de enero de 2018 17-22995 (S) 1722995, Septuagésimo segundo período de sesiones, tema 72 b) del programa Resolución aprobada por la Asamblea General [sobre la base del informe de la Tercera Comisión (A/72/439/Add.2)] 72/178. Los derechos humanos al agua potable y al saneamiento. Disponible en: <https://undocs.org/es/A/RES/72/178>. Acceso en 23/12/2018.

_____, A/RES/72/191, Distr. General, Septuagésimo segundo período de sesiones, tema 72 c) del programa Resolución aprobada por la Asamblea General el 19 de diciembre de 2017. Situación de los derechos humanos en la República Árabe Siria. Disponível em: <https://undocs.org/es/A/RES/72/191>. Acesso em 23/12/2018.

BARBOZA, Luciana Mendes; SOUZA, Matilde de. **Securitização das Mudanças Climáticas: O Papel da União Europeia**. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, vol. 32, no 1, janeiro/junho 2010.

BARNES, Jessica. **Managing the Waters of Ba'th Country: The Politics of Water Scarcity in Syria**, Geopolitics. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/14650040802694117>. Acesso em 01/09/2018.

BARNETT, Jon e Adger, Neil W. **Climate change, human security and violent conflict**, Political Geography. Volume 26, 2007.

BASELINE WATER SECTOR REPORT. **Modernization of the Syrian Water Sector, Support to Sector Planning and Coordination**, State Planning Commission, 2009. *Apud* DE CHÂTEL, Francesca. **The Role of Drought and Climate Change in the Syrian Uprising: Untangling the Triggers of the Revolution**, Middle Eastern Studies, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/00263206.2013.850076>. Acesso em 18/09/2018.

BAZZA, M.; AHMAD, M. **A comparative assessment of links between irrigation water pricing and irrigation performance in the Near East**. Proceedings of the Conference on Irrigation Water Policies: Micro and Macro Considerations, Agadir, Morocco, 2002.

BBC. International coalition targets main power plant in northern Syria. BBC Monitoring Middle East, SANA news agency website, Damascus, 2015.

_____. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-23849587>. Acesso em 05/12/2018.

_____. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/07/120718_entenda_conflito_siria_lgb. Acesso em 03/02/2018.

BENN, Hubbard, Life in a Jihadist Capital: Order with a Darker Side, ISIS Puts its Vision into Practice in a Syrian City, The New York Times, 2014, Disponível em: http://www.nytimes.com/2014/07/24/world/middleeast/islamic-state-controls-raqqa-syria.html?_r=0. Acesso em 08/10/2018.

BISWAS, Asit K.; KOLARS, John F. et al. Core and Periphery: A Comprehensive Approach to Middle Eastern Water. Water Resources Management Series: 5, Middle East Water Commission, (SPF) Sasakawa Peace Foundation. Delhi: Oxford University Press, 1997.

BOLZ, V.; ROHRMEIER, M. Euphrates and Tigris. ETH Seminar: Science and Politics of International Freshwater Management, 2003/04, Zurique: Swiss Federal Institute of Technology, 2002. Disponível em: http://www.eawag.ch/research_e/apec/seminars/Case%20studies/Euphrat_Tigris.pdf. Acesso em 13/08/2018.

BOZKURT, D.; LUTFI SEN, O. Climate change impacts in the Euphrates–Tigris basin based on different model and scenario simulations. J. Hydrol., 2013, doi:10.1016/j.jhydrol.2012.12.021.

BREISINGER, C.; RHEENEN, T. van; RINGLER, C; ZHU, T. **Food Security and Economic Development in the Middle East and North Africa: Current State and Future Perspectives**. IFPRI Discussion Paper 00985. Washington, DC: International Food Policy Research Institute, 2010.

BREISINGER, Clemens; ZHU, Tingju; AL RIFFAI, Perrihan. IFPRI Discussion Paper. **Global and Local Economic Impacts of Climate Change in Syria and Options for Adaptation**, Development Strategy and Governance Division, 2011.

BROWN, Oli; HAMMILL, A; MCLEMAN, R. **Climate change as the ‘new’ security threat: implications for Africa**, International Affairs, 83:6, The Royal Institute of International Affairs, London, 2007.

BULLOCH, J.; DARWISH, A. **Water Wars: Coming Conflicts in the Middle East**. London: Victor Gollancz, 1993.

BURLESON, E. **Equitable and Reasonable Use of Water in the Euphrates-Tigris Basin**. Environmental Law Reporter. 2005, v. 35.

ÇARKOGLU, A.; EDER, M. **Domestic Concerns and the Water Conflict over the Euphrates-Tigris River Basin**. Middle Eastern Studies. 2001. v. 37, n.1.

CHÂTELLOT, C. **La tentation du radicalisme islamiste gagne le kosovo**. Le Monde, 2015. Disponível em: http://www.lemonde.fr/international/article/2015/12/08/au-kosovo-la-tentation-djihadiste_4826728_3210.html. Acesso em 29/06/2018.

CIJ, Legality of the Threat or Use of Nuclear Weapons, Advisory Opinion, I.C.J. Reports 1996, pg. 226. *Apud* TIGNINO, M. **Water During and After Armed Conflicts. What Protection in International Law?**, Brill Research Perspectives in International Water Law, vol. 1 (4), 2016, pg. 24-25.

Documento diplomático. Disponível em:
<http://wikileaks.org/cable/2008/11/08DAMASCUS847.html>.
 Acesso em 08/10/2018.

COCKBUM, P. **As Iraq Runs Dry, a Plague of Snakes Is Unleashed. The Independent. Depletion of the Euphrates Flow**, 2009. Disponível em:
<http://www.independent.co.uk/environment/nature/as-iraq-runs-dry-a-plague-of-snakes-is-unleashed-1705315.html>.
 Acesso em 08/04/2018.

COHEN, JE. **Direito internacional e a política da água do Eufrates**. Revista de Direito Internacional e Política da Universidade de Nova York 24: 503-556. *Apud* KAYA, Ybraim, **The Euphrates-Tigris basin: An overview and opportunities for cooperation under international law**. Disponível em:
<https://cals.arizona.edu/OALS/ALN/aln44/kaya.html>. Acesso em 07/04/2018.

COHEN, Michel; GLEICK, Peter H.; ALLEN, Lucy. **Understanding and Reducing the Risks of Climate Change for Transboundary Waters**, Pacific Institute, Oakland, California, 2009. Disponível em: http://pacinst.org/wp-content/uploads/2013/02/transboundary_water_and_climate_report2.pdf. Acesso em 01/08/2018.

Convenção sobre os Direitos da Criança. Disponível em: https://www.unicef.pt/media/1206/0-convencao_direitos_crianca2004.pdf. Acesso em 19/01/2019.

CUNNIGHAN, E. **For Islamic State, Water is a Weapon**. The Washington Post, 2014.

DE CHÂTEL, Francesca, Q&A: Nader al-Bunni. **Syrian Minister of Irrigation**, Syria Today, 2010.

DE CHÂTEL, Francesca. **Mining the Deep**, Syria Today, 2010.

DE CHÂTEL, Francesca. **The Role of Drought and Climate Change in the Syrian Uprising: Untangling the Triggers of the Revolution**, Middle Eastern Studies, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/00263206.2013.850076>. Acesso em 18/09/2018.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.html. Acesso em 19/01/2019.

DEEN, A. U.N. **Decries Water as Weapon of War in Military Conflicts**. Inter Press Service, 2014. Disponível em: <http://www.ipsnews.net/2014/05/u-n-decries-water-as-weapon-of-war-in-military-conflicts/>. Acesso em 02/09/2018.

DELLAPENNA, J. W. **The customary international law of transboundary fresh waters** Int. J. Global Environmental Issues. 2001, v.1, nos.3/4.

DERANI, Cristiane. **Direito Ambiental Econômico**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

DIAZ-BONILLA, et. al. **Trade liberalization, WTO and food, security**. Trade and Macroeconomics Division Discussion Paper n. 82, 2002. Washington, D.C: International Food Policy Research Institute. *Apud* BREISINGER, Clemens; ZHU, Tingju; AL RIFFAI, Perrihan. IFPRI Discussion Paper. **Global and Local Economic Impacts of Climate Change in Syria and Options for Adaptation**, Development Strategy and Governance Division, 2011.

CENTRO SÍRIO PARA PESQUISAS PÚBLICAS. **O início da degradação social na Síria**. Disponível em: <http://scpr-syria.org/en/S34/Socioeconomic-Roots-and-Impact-of-the-Syrian-Crisis>. Acesso em 21/10/2018.

DOLATYAR, M. **Water politics in Middle Orient**. Macmillan publ. Ltd., Hampshire, Reino Unido, 2000. *Apud* FERNANDES, Lívia Escócio. **Cooperação e conflito pelo uso da água em rios internacionais: a bacia dos rios Eufrates e Tigre**. Disponível em: https://citydoc.com/download/cooperacao-e-conflito-pelo-uso-da-agua-em-rios-internacionais_pdf. Acesso em 31/05/2018.

EL FADEL, M.; JAMALI, Dima. **The Euphrates-Tigris basin: A case study in surface water conflict resolution**. Journal of Natural Resources and Life Sciences Education, 2002. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/288897102_The_Euphrates-Tigris_basin_A_case_study_in_surface_water_conflict_resolution. Acesso em 17/08/2018.

ELHANCE, A. P. **Hydropolitics in the 3rd World: conflict and cooperation in international river basins**. Washington, Dc: United States Institute of Peace Press.1999.

ELVAR, H. **Emerging Water conflict in the Middle East: The Case of the Euphrates and the Tigris Rivers Basin.** *Apud Water: Dispute Prevention and Development.* Washington, D.C: American University Center for the Global South, 1998. Disponível em: <http://gurukul.ucc.american.edu/maksoud/water98/present8.htm#Elver>. Acesso em 08/08/2018.

ENVIRONMENT: **Science and Policy for Sustainable Development.** Disponível em: <http://www.environmentmagazine.org/Archives/Back%20Issues/2013/September-October%202013/case-of-water-full.html>. Acesso em 11/03/2018.

ERIAN, W. **Drought vulnerability in the Arab region; Case study—drought in Syria: 10 years of scarce water, 2000–2010.** Damascus: The Arab Center for the Studies of Arid Zones and Dry Lands (ACSAD) and UN International Strategy of Disaster Reduction, Regional Office for the Arab States, 2011. Disponível em: http://www.unisdr.org/files/23905_droughtsyriasmall.pdf. Acesso em 21/10/2018.

Estatuto da Comissão de Direito Internacional. Disponível em: <http://www.un.org/law/ilc/texts/statufra.htm>. Acesso em 25/09/2018.

FAO, AQUASTAT, 2003. Disponível em: www.fao.org/ag/agl/aglw/aquastat/countries/index.stm. Acesso em 10/08/2018.

FAO. **Syrian Arab Republic Joint Rapid Food Security Needs Assessment (JRFSNA).** 2012. Disponível em: http://www.fao.org/giews/english/otherpub/JRFSNA_Syrian2012.pdf. Acesso em 05/06/2018.

FAO. Food and Agriculture Organization of the United Nations. Disponível em: www.fao.org/ag/AGP/AGPC/doc/Counprof/syria/syria.htm#3.%20CLIMATE%20AND%20AGRO%20ECOLOGICAL. Acesso em 04/04/2017.

FEMIA, F.; WERRELL, C. **Syria: Climate change, drought, and social unrest**. The Center for Climate and Security, 2013. Disponível em: <http://climateandsecurity.org/2012/02/29/syria-climate-change-drought-and-social-unrest/>. Acesso em 13/08/2018.

FOND, L.K. Infographic: **Syria Drought and Climate Change**, 2016, Circle of Blue. Disponível em: <http://www.circleofblue.org/2016/middle-east/infographic/>. Acesso em 13/10/2018.

GENERAL ASSEMBLY. Resolution 64/292 on the human right to water and sanitation.

GLEDITSCH, Nils Petter e Urdal, Henrik. **Ecoviolence? Links between population growth, environmental scarcity and violent conflict in Thomas Homer-Dixon's work**, Journal of International Affairs. Volume 56, nº 1.

GLEICK, P. **Water and Conflict: Fresh Water Resources and International Security**, International Security, v. 18, 1993.

GLEICK, Peter. **Water, drought, climate change, and conflict in Syria**, Pacific Institute, 2014. Disponível em: <https://journals.ametsoc.org/doi/10.1175/WCAS-D-13-00059.1>. Acesso em 28/04/2018.

GLEICK, Peter. **Water, war, and peace in the Middle East.** Environment, Vol. 36, n. 3, Washington DC: Heldref Publications, 1994.

Global High-Level Panel on Water and Peace, Think-Tank Roundtable Report, July 2016. **The Protection of Water During and After Armed Conflicts.** Disponível em: https://www.genevawaterhub.org/sites/default/files/atoms/files/gwh_ghlp_roundtable_armedconflicts_rev_march2017nomail_0.pdf. Acesso em 18/01/2019.

GONÇALVES, C. Walter Porto. **Os (des)caminhos do meio ambiente.** São Paulo: Contexto, 1998.

HAKKI, M. M. Turkey, **Water and the Middle East: Some Issues Lying Ahead.** Chinese Journal of International Law. 2006, v. 5, n. 2. *Apud* FERNANDES, Livia Escócio. **Cooperação e conflito pelo uso da água em rios internacionais: a bacia dos rios Eufrates e Tigre.** Disponível em: https://ecitydoc.com/download/cooperaao-e-conflito-pelo-uso-da-agua-em-rios-internacionais_pdf. Acesso em 31/05/2018.

HILLEL, D. **Rivers of Eden: The Struggle for Water and the Quest for Peace in the Middle East.** Oxford University Press, N.Y, 1994.

HOBLER, M.; RAJAB, R. **Groundwater Vulnerability and Hazards to Groundwater in the Damascus Ghouta Plain in Syria,** Arab Center for the Study of Arid Zones and Dry Lands and Bundesanstalt, 2002.

Hoff, Climate Change, Impacts and Adaptation. *Apud* DE CHÂTEL, Francesca. **The Role of Drought and Climate Change in the Syrian Uprising: Untangling the Triggers of**

the Revolution, Middle Eastern Studies, 2014. DOI: 10.1080/00263206.2013.850076. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/00263206.2013.850076>. Acesso em 18/09/2018.

HOLDREN, John P. **Crossing Borders: Resource Flows, the Global Environment, and International Security**, Bulletin of Peace Proposals, Vol. 21, n° 2, 1990.

Hole, Drivers of Unsustainable Land Use. *Apud* DE CHÂTEL, Francesca. **The Role of Drought and Climate Change in the Syrian Uprising: Untangling the Triggers of the Revolution**, Middle Eastern Studies, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/00263206.2013.850076>. Acesso em 18/09/2018.

HUMAN RIGHTS COUNCIL. Report of the Independent International Commission of Inquiry on the Syrian Arab Republic, 2015.

ICRC Rule 12. Disponível em: https://ihl-databases.icrc.org/customary-ihl/eng/docs/v1_rul_rule12. Acesso em 17/01/2019.

ICRC Rule 14. Disponível em: https://ihl-databases.icrc.org/customary-ihl/eng/docs/v1_rul_rule14. Acesso em 17/01/2019.

ICRC, Rule 22. Disponível em: https://ihl-databases.icrc.org/customary-ihl/eng/docs/v1_rul_rule22. Acesso em 18/01/2019.

ICRC, Rule 23. Disponível em: https://ihl-databases.icrc.org/customary-ihl/eng/docs/v1_rul_rule23. Acesso em 18/01/2019.

ICRC, Rule 24. Disponível em: https://ihl-databases.icrc.org/customary-ihl/eng/docs/v1_rul_rule24. Acesso em 18/01/2019.

ICRC, Rule 38. Disponível em: https://ihl-databases.icrc.org/customary-ihl/eng/docs/v1_rul_rule38. Acesso em 18/01/2019.

Interview with Gianluca Serra, conservation biologist, July 2009. *Apud* DE CHÂTEL, Francesca. **The Role of Drought and Climate Change in the Syrian Uprising: Untangling the Triggers of the Revolution**, Middle Eastern Studies, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/00263206.2013.850076>. Acesso em 18/09/2018.

Interview with Omar al-Shamali, head of Homs Water Directorate, 14 Nov. 2009. *Apud* DE CHÂTEL, Francesca. **The Role of Drought and Climate Change in the Syrian Uprising: Untangling the Triggers of the Revolution**, Middle Eastern Studies, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/00263206.2013.850076>. Acesso em 18/09/2018.

Interviews in Jan. 2010 with Abdulla Tahir Bin Yehia, representative of the Food and Agriculture Organization in Syria, Niklas Kebbon, Sweden's ambassador to Syria and Mohannad Hadi. *Apud* DE CHÂTEL, Francesca. **The Role of Drought and Climate Change in the Syrian Uprising: Untangling the Triggers of the Revolution**, Middle Eastern Studies, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/00263206.2013.850076>. Acesso em 18/09/2018.

Interviews in Jan. 2010 with Mohammed Hassan Katana, director of statistics and planning at the Ministry of Agriculture and Mohannad Hadi, country director of the United Nations World Food Programme in Syria. *Apud* DE CHÂTEL, Francesca. **The Role of Drought and Climate Change in the Syrian Uprising: Untangling the Triggers of the Revolution**, Middle Eastern Studies, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/00263206.2013.850076>. Acessado em 18/09/2018.

Inventory of Shared Water Resources in Western Asia, Beirut: United Nations Economic and Social Committee for Western Asia and Bundesanstalt, 2013.

INTERNATIONAL WATER LAW. Disponível em: https://www.internationalwaterlaw.org/documents/intldocs/ILA/Helsinki_Rules-original_with_comments.pdf. Acesso em 17/01/2018.

Iraq, Renzi: 450 militari italiani per difendere i lavori alla diga di Mosul, Corriere della Sera, 2015. Disponível em: http://www.corriere.it/esteri/15_dicembre_15/iraq-renzi-450-militari-italiani-diga-mosul-trevi-appalto-93b624aa-a36b-11e5-8cb4-0a1f343ea988.shtml. Acesso em 05/09/2018.

JARADAT, Abdullah A. **Agriculture in Iraq: Resources, Potentials, Constraints, and Research Needs and Priorities**. Research paper submitted to the Department of State-Middle East Working Group on Agriculture. Morris, Agricultural Research Service-US Department of Agriculture, 2002.

JOHNSTONE, S.; MAZO, J. **Global Warming and the Arab Spring**, *Apud* FEMIA, F., WERRELL, C. **Syria: Climate change, drought, and social unrest. The Center for Climate and Security**, 2013. Disponível em:

<http://climateandsecurity.org/2012/02/29/syria-climate-change-drought-and-social-unrest/>. Acesso em 17/05/2018.

KAISI, A; YASSER, M; MAHROUSEH, Y. Syrian Arab Republic Country Report. Cairo, 2004.

KATANA, H. **Agriculture Production Indicators In North Eastern Part of Syria**. Workshop on Reducing Vulnerability to Climate Change in Agricultural Systems: Building Response Strategies, 2011.

KAYA, I. **The Euphrates-Tigris basin: An overview and opportunities for cooperation under international law**. Arilands Newsletter. 1998, no. 44. Disponível em: <http://ag.arizona.edu/OALS/ALN/aln44/kaya.html>. Acesso em 10/08/2018.

KAYA, Ibrahim. **The Euphrates-Tigris basin: An overview and opportunities for cooperation under international law**. Disponível em: <https://cals.arizona.edu/OALS/ALN/aln44/kaya.html>. Acesso em 10/04/2018.

KELLEY, CP, MOHTADI, S, Cane MA, Seager R, and Kushnir Y. **Climate change in the Fertile Crescent and implications of the recent Syrian drought**. Proceedings of the National Academy of Sciences, 2015.

KIBAROGLU, A. **Building a Regime for the Waters of the Euphrates-Tigris River Basin**. International and National Water Law and Policy Series. The Hague, The Netherlands: Kluwer Law International, 2002.

KIBAROGLU, A. **Transboundary Water Governance in the Euphrates Tigris River Basin**, 2015. Disponível em:

<https://www.e-ir.info/2015/07/22/transboundary-water-governance-in-the-euphrates-tigris-river-basin/>. Acesso em 16/08/2018.

KIBAROGLU, A.; SCHEUMANN, W. **Evolution of Transboundary Politics in the Euphrates-Tigris River System: New Perspectives and Political Challenges**, Global Governance: A Review of Multilateralism and International Organizations, 2013.

KIBAROGLU, A.; ÜNVER, O. **An Institutional Framework for Facilitating Cooperation in the Euphrates-Tigris River Basin. International Negotiation**, The Netherlands: Kluwer Law International, 2000, v. 5. Disponível em: www.hidropolitik.hacettepe.edu.tr/KibarogluUnver.doc. Acesso em 15/08/2018.

KIBAROGLU, A.; SCHEUMANN, W. **Euphrates-Tigris River System: Political Rapprochement and Transboundary Water Cooperation**. *Apud* KIBAROGLU, A.; et al., **Turkey's Water Policy: National Frameworks and International Cooperation**, Heidelberg: Springer, 2011.

KIBAROGLU, Aysegul; KIRSCHENER, Adele; MEHRIG, Sigrid; WOLFRUM, Rudiger. **Water Law and Cooperation in the Euphrates-Tigris Region**, Martinus Nijhoff, ISBN-13: 978-9004258341.

KING, Marcus DuBois. **The Weaponization of Water in Syria and Iraq**, *The Washington Quarterly*, 38:4, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/0163660X.2015.1125835>. Acesso em 30/08/2018.

KLARE, M. T. **Resource Wars: The new landscape of global conflict**. New York: Henry Holt and Company. 2002. *Apud*

FERNANDES, Livia Escócio. **Cooperação e conflito pelo uso da água em rios internacionais: a bacia dos rios Eufrates e Tigre.** Disponível em:

https://ecitydoc.com/download/cooperacao-e-conflito-pelo-uso-da-agua-em-rios-internacionais_pdf. Acesso em 31/05/2018.

KLIOT, Nurit. 1994. **Water Resources and Conflict in the Middle East.** London: Routledge.

KOR, T. ICE case studies. **Tigris–Euphrates River dispute,** American Univ., Washington, DC, 1997. Disponível em: <http://www.american.edu/ted/ice/tigris.htm>. Acesso em 10/08/2018.

KURDISH HUMAN RIGHTS PROJECT. **The Ilisu Dam, the World Commission on Dams and Export Credit Reform: The Final Report of a Fact-Finding Mission to the Ilisu Dam Region.** London: Kurdish Human Rights Project, 2000.

LASSERE, F. **Ce que la Syrie laisse présager de l'ère des guerres de l'eau?**, Conseil québécois d'Études géopolitiques, Université Laval, Québec, 2017. Disponível em: <https://www.nouvelobs.com/monde/guerre-en-syrie/20170105.OBS3418/ce-que-la-syrie-laisse-presager-de-l-ere-des-guerres-de-l-eau.html>. Acesso em 17/08/2018.

LENNERT, J. Tough Times, Syria Today, May 2009. *Apud* DE CHÂTEL, Francesca. **The Role of Drought and Climate Change in the Syrian Uprising: Untangling the Triggers of the Revolution,** *Middle Eastern Studies*, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/00263206.2013.850076>. Acesso em 18/09/2018.

LIBRARY OF AMERICAN CONGRESS. **Syria: A country study.** Disponível em: <http://lcweb2.loc.gov/frd/cs/sytoc.html>. Washington, DC, 2001.

LOSSOW, T. von. **Der IS Und Das Wasser**. Le Monde Diplomatique, 7.

LOSSOW, Tobias Von. **The Rebirth of Water as a Weapon: IS in Syria and Iraq**. The International Spectator, 51:3, DOI: 10.1080/03932729.2016.1213063, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/03932729.2016.1213063>. Acesso em 08/05/2018.

LOSSOW, Tobias von. **Water as Weapon: IS on the Euphrates and Tigris. The Systematic Instrumentalisation of Water Entails Conflicting IS Objectives**. Stiftung Wissenschaft und Politik. German Institute for International and Security Affairs, 2016.

LOVELUCK, L; HABIB, H (2017) **A once-beautiful valley in Syria is now a microcosm of the country's war**. The Washington Post, 4 January. *Apud* SOWERS, Jeannie L; WEINTHAL, Erika. **Targeting environmental infrastructures, international law, and civilians in the new Middle Eastern wars**. Security Dialogue, vol. 48, 2017.

LOVELUCK, L; HAIDAMUS, S (2017) **Frustrations rise in Damascus as water pipes run dry**. The Washington Post, 15 January. *Apud* SOWERS, Jeannie L; WEINTHAL, Erika. **Targeting environmental infrastructures, international law, and civilians in the new Middle Eastern wars**. Vol 48, Security Dialogue, 2017.

MACKENZIE, D. **Extremists in Iraq Now Control the Country's Rivers**. New Scientist, 2014. Disponível em: <https://www.newscientist.com/article/dn25722-extremists-in-iraq-now-control-the-countrysrivers/>. Acesso em 20/05/2018.

MACQUARRIE, P. **Water Security in the Middle East: Growing Conflict over Development in the Euphrates Tigris Basin.** Dublin (IRL), 2003. Disponível em: <http://www.waterwiki.net/images/1/1e/MacQuarrie2004.pdf>. Acesso em 07/08/2018.

MARZOUQ, N. The Economic Origins of Syria's Uprising, Al Akhbar English, 2011. *Apud* DE CHÂTEL, Francesca. **The Role of Drought and Climate Change in the Syrian Uprising: Untangling the Triggers of the Revolution**, Middle Eastern Studies, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/00263206.2013.850076>. Acesso em 18/09/2018.

MASSIH, N. **ISIS Gains Highlight 'Aggressive' Use of Water as Weapon of War.** The Daily Star Lebanon, 2014. Disponível em: <http://www.dailystar.com.lb/News/Middle-East/2014/Jul-21/264554-isis-gainshighlight-aggressive-use-of-water-as-weapon-of-war.ashx>. Acesso em 30/04/2018.

MATTHEW, Richard. **Environment, Population and Conflict**, Journal of International Affairs. Vol. 51, nº 1. *Apud* SANTOS, Tânia Filipa Vargas. **O conflito Israelo-Árabe e os problemas da água: Da escassez ao conflito**, Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, na especialidade de Estudos da Paz e Segurança, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2013.

METZ, H. C. **Turkey: kurds.** Federal Research Division, Library of Congress Country Studies, 1995. Disponível em: [http://lcweb2.loc.gov/cgibin/query/r?frd/cstdy:@field\(DOCID+tr0043](http://lcweb2.loc.gov/cgibin/query/r?frd/cstdy:@field(DOCID+tr0043). Acesso em 01/09/2018.

MULLER, MF, YOON, J, GORELICK, SM, AVISSE, N. **Impact of the Syrian refugee crisis on land use and**

transboundary freshwater resources, Proceedings of the National Academy of Sciences, 2016.

NABHAN, G. **Drought drives Middle Eastern pepper farmers out of business, threatens prized heirloom chiles**, 2010. Disponível em: <http://grist.org/food/2010-01-15-drought-drives-middle-eastern-peppers/>. Acesso em 22/10/2018.

NAÇÕES UNIDAS. Relatório do Grupo de Alto Nível sobre as Ameaças, Desafios e Mudanças, A/59/565, 2004. Disponível em: <http://www.un.org/secureworld/>. Acesso em 29/05/2018.

NASA. Disponível em: <https://earthobservatory.nasa.gov/images/80613/freshwater-stores-shrank-in-tigris-euphrates-basin>. Acesso em 05/08/2018.

NASSER, R., MEHCHY, Z., ABU ISMAIL, K. **Socioeconomic roots and impacts of the Syrian crisis**. Damascus: Syrian Centre for Policy Research, 2013.

National Agricultural Policy Center, Syrian Agricultural Database (note 23). *Apud* BARNES, JESSICA. **Managing the Waters of Ba'th Country: The Politics of Water Scarcity in Syria**, *Geopolitics*, 14:3. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/14650040802694117>. Acesso em 01/09/2018.

NEW YORK TIMES. **Without Water, Revolution**, 2013. Disponível em: http://www.nytimes.com/2013/05/19/opinion/sunday/friedman-without-water-revolution.html?_r=0. Acesso em 08/05/2018.

NOAA. Disponível em: http://www.noaanews.noaa.gov/stories2011/20111027_drought.html. Acesso 16/03/2017.

NOW NEWS. **Rebels threaten Damascus water over Zabadani assault**, 2015. Disponível em: <https://now.mmedia.me/lb/en/NewsReports/565548-rebels-threaten-damascuswater-over-zabadani-assault>. Acesso em 15/10/2018.

OLIPHANT, R. **Two million without water as Russian and Syrian warplanes batter Aleppo for second night**. The Telegraph, 24 September. Disponível em: <http://www.telegraph.co.uk/news/2016/09/24/twomillion-without-water-as-russian-and-syrian-warplanes-batter/>. Acesso 13/06/2018.

OLIVEIRA, Ana Maria Soares de. **Relação Homem Natureza no modo de produção capitalista**, 2002. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/793>. Acesso em 06/07/2018.

OST, François. **A natureza à margem da lei: a ecologia à prova do direito**. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

OWEIS, K. Y. **Water crisis uproots Syrian farmers**. Canary Wharf: Reuters, 2009.

PACTO INTERNACIONAL SOBRE DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS. Disponível em: <https://treaties.un.org/doc/publication/unts/volume%20999/volume-999-i-14668-english.pdf>. Acesso em 19/01/2018.

PACIFIC INSTITUT. **Water and conflict**. Disponível em: <http://www2.worldwater.org/conflict/list/>. Acesso em 15/03/2018.

PAN AMERICAN HEALTH ORGANIZATION. **Human Security: Implications for Public Health**, Technical Reference Document, Pan American Sanitary Bureau, Regional Office for the Americas of the World Health Organization, Twenty-third Street, N.W. Washington, D.C., 2012. Disponível em: [https://www.paho.org/hq/dmdo./cuments/2012/ENG-Final-Web-HumanSecurityDocument-\(Rev-28Aug2012\).pdf](https://www.paho.org/hq/dmdo./cuments/2012/ENG-Final-Web-HumanSecurityDocument-(Rev-28Aug2012).pdf). Acesso em 24/08/2018.

PARTOW, H., **The Mesopotamian Marshlands: Demise of an Ecosystem**, Division of Early Warning and Assessment, United Nations Environment Programme, Nairobi, Kenya. Disponível em: <http://www.grid.unep.ch/activities/sustainable/tigris/mesopotamia.pdf>. Acesso em 08/01/2018.

PIGGOTT, M. **Isis: Authorities Cut Water Supply to Pristina after Threat to Poison Reservoir**, International Business times, 2015. Disponível em: <http://www.ibtimes.co.uk/isis-authorities-cut-watersupply-pristina-after-threat-poison-reservoir-1510487>. Acesso em 29/06/2018.

PLANT, G. **Water as a weapon in war**. Water and War, Symposium on Water in Armed Conflicts, Montreux, 1994, Geneva, ICRC.

Poverty in Syria 1996–2004, Diagnosis and Pro-Poor Policy Considerations, United Nations Development Programme (2005). *Apud* DE CHÂTEL, Francesca. **The Role of Drought and Climate Change in the Syrian Uprising: Untangling the Triggers of the Revolution**, Middle Eastern Studies, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/00263206.2013.850076>. Acesso em 18/09/2018.

PROTOCOLO I, Adicional às Convenções de Genebra, de 12 de Agosto de 1949, relativo à Proteção das Vítimas dos Conflitos Armados Internacionais. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Conven%C3%A7%C3%A3o-de-Genebra/protocolo-i-adicional-as-convencoes-de-genebra-de-12-de-agosto-de-1949-relativo-a-protecao-das-vitimas-dos-conflitos-armados-internacionais.html>. Acesso em 18/01/2019.

PROTOCOLO SOBRE ASSUNTOS RELATIVOS À COOPERAÇÃO ECONÔMICA, de 1987, Damasco. Disponível em: http://untreaty.un.org/unts/60001_120000/30/24/00059195.pdf. Acesso em 08/06/2018.

REACH. Eastern Aleppo food security and livelihoods assessment. Assessment report. Disponível em: http://www.reachresourcecentre.info/system/files/resource-documents/reach_syr_aleppo_food_security_and_livelihoods_assessment_july2015_0.pdf. Acesso em 13/06/2018.

RELATÓRIO DO PAINEL GLOBAL DE ALTO NÍVEL SOBRE ÁGUA E PAZ. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/world/matter-survival-report-global-high-level-panel-water-and-peace>. Acesso em 05/04/2018.

REPUBLIC OF TURKEY, Prime Ministry, Southeastern Anatolia Project Regional Development Administration, Disponível em: <http://www.gap.gov.tr/images/Haritalar/tr-gap1.jpg>. Acesso em 05/05/2018.

Resolución 2042 (2012), aprobada por el Consejo de Seguridad en su 6751ª sesión, celebrada el 14 de abril de 2012. Disponível em: [https://undocs.org/es/S/RES/2042\(2012\)](https://undocs.org/es/S/RES/2042(2012)). Acesso em 05/12/2018.

Resolución 2043 (2012), aprobada por el Consejo de Seguridad en su 6756ª sesión, celebrada el 21 de abril de 2012. Disponible em: [https://undocs.org/es/s/res/2043%20\(2012\)](https://undocs.org/es/s/res/2043%20(2012)). Acceso em 05/12/2018.

Resolución 2118 (2013), aprobada por el Consejo de Seguridad en su 7038a sesión, celebrada el 27 de septiembre de 2013. Disponible em: [https://undocs.org/es/S/RES/2118\(2013\)](https://undocs.org/es/S/RES/2118(2013)). Acceso em 11/12/2018.

Resolución 2133 (2014), aprobada por el Consejo de Seguridad en su 7101a sesión, celebrada el 27 de enero de 2014. Disponible em: [https://undocs.org/es/S/RES/2133\(2014\)](https://undocs.org/es/S/RES/2133(2014)). Acceso em 11/12/2018.

Resolución 2139 (2014), aprobada por el Consejo de Seguridad en su 7116a sesión, celebrada el 22 de febrero de 2014. Disponible em: [https://undocs.org/es/S/RES/2139\(2014\)](https://undocs.org/es/S/RES/2139(2014)). Acceso em 11/12/2018.

Resolución 2161 (2014), aprobada por el Consejo de Seguridad en su 7198a sesión, celebrada el 17 de junio de 2014. Disponible em: [https://undocs.org/es/S/RES/2161\(2014\)](https://undocs.org/es/S/RES/2161(2014)). Acceso em 11/12/2018.

Resolución 2191 (2014), aprobada por el Consejo de Seguridad en su 7344a sesión, celebrada el 17 de diciembre de 2014. Disponible em: [https://undocs.org/es/S/RES/2191\(2014\)](https://undocs.org/es/S/RES/2191(2014)). Acceso em 12/12/2018.

Resolución 2191 (2014), aprobada por el Consejo de Seguridad en su 7344a sesión, celebrada el 17 de diciembre de 2014. Disponible em: [https://undocs.org/es/S/RES/2191\(2014\)](https://undocs.org/es/S/RES/2191(2014)). Acceso em 12/12/2018.

Resolución 2199 (2015), aprobada por el Consejo de Seguridad en su 7379ª sesión, celebrada el 12 de febrero de 2015. Disponible en: [http://undocs.org/es/S/RES/2199\(2015\)](http://undocs.org/es/S/RES/2199(2015)). Acceso en 12/12/2018.

Resolución 2235 (2015), aprobada por el Consejo de Seguridad en su 7501ª sesión, celebrada el 7 de agosto de 2015. Disponible en: [http://undocs.org/es/S/RES/2235\(2015\)](http://undocs.org/es/S/RES/2235(2015)). Acceso en 12/12/2018.

Resolución 2249 (2015), aprobada por el Consejo de Seguridad en su 7565ª sesión, celebrada el 20 de noviembre de 2015. Disponible en: [http://undocs.org/es/S/RES/2249\(2015\)](http://undocs.org/es/S/RES/2249(2015)). Acceso en 13/12/2018.

Resolución 2254 (2015), aprobada por el Consejo de Seguridad en su 7588ª sesión, celebrada el 18 de diciembre de 2015. [http://undocs.org/es/S/RES/2254\(2015\)](http://undocs.org/es/S/RES/2254(2015)). Acceso en 13/12/2018.

Resolución 2254 (2015), aprobada por el Consejo de Seguridad en su 7588ª sesión, celebrada el 18 de diciembre de 2015. [http://undocs.org/es/S/RES/2254\(2015\)](http://undocs.org/es/S/RES/2254(2015)). Acceso en 13/12/2018.

Resolución 2268 (2016), aprobada por el Consejo de Seguridad en su 7634ª sesión, celebrada el 26 de febrero de 2016. Disponible en: [http://undocs.org/es/S/RES/2268\(2016\)](http://undocs.org/es/S/RES/2268(2016)). Acceso en 13/12/2018.

Resolución 2341 (2017), aprobada por el Consejo de Seguridad en su 7882ª sesión, celebrada el 13 de febrero de 2017. Disponible en: [http://undocs.org/es/S/RES/2341\(2017\)](http://undocs.org/es/S/RES/2341(2017)). Acceso en 13/12/2018.

Resolución 2349 (2017), aprobada por el Consejo de Seguridad en su 7911^a sesión, celebrada el 31 de marzo de 2017. Disponible en: [http://undocs.org/es/S/RES/2349\(2017\)](http://undocs.org/es/S/RES/2349(2017)). Acceso en 15/12/2018.

Resolución 2380 (2017), aprobada por el Consejo de Seguridad en su 8061^a sesión, celebrada el 5 de octubre de 2017. Disponible en: [http://undocs.org/es/S/RES/2380\(2017\)](http://undocs.org/es/S/RES/2380(2017)). Acceso en 12/12/2018.

Resolución 2393 (2017), aprobada por el Consejo de Seguridad en su 8141^a sesión, celebrada el 19 de diciembre de 2017. Disponible en: [http://undocs.org/es/S/RES/2393\(2017\)](http://undocs.org/es/S/RES/2393(2017)). Acceso en 14/12/2018.

Resolución 2417 (2018), aprobada por el Consejo de Seguridad en su 8267^a sesión, celebrada el 24 de mayo de 2018. Disponible en: [http://undocs.org/es/S/RES/2417\(2018\)](http://undocs.org/es/S/RES/2417(2018)). Acceso en 14/12/2018.

Resolución 2419 (2018), aprobada por el Consejo de Seguridad en su 8277^a sesión, celebrada el 6 de junio de 2018. Disponible en: [http://undocs.org/es/S/RES/2419\(2018\)](http://undocs.org/es/S/RES/2419(2018)). Acceso en 14/12/2018.

Resolución aprobada por la Asamblea General el 15 de mayo de 2013. Disponible en: <https://undocs.org/es/A/RES/67/262>. Acceso en 15/12/2018.

Resolución aprobada por la Asamblea General el 16 de junio de 2014 [sin remisión previa a una Comisión Principal (A/68/L.43/Rev.1 y Add.1)] 68/278. Aplicación de las recomendaciones contenidas en el informe del Secretario General sobre las causas de los conflictos y la promoción de la

paz duradera y el desarrollo sostenible en África. Disponível em: <https://undocs.org/es/A/RES/68/278>. Acesso em 18/12/2018.

Resolución aprobada por la Asamblea General el 19 de diciembre de 2014. Ejecución del Programa 21 y del Plan para su ulterior ejecución, y aplicación de los resultados de la Cumbre Mundial sobre el Desarrollo Sostenible y la Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Desarrollo Sostenible. Disponível em: <https://undocs.org/es/A/RES/69/214>. Acesso em 19/12/2018.

Resolución aprobada por la Asamblea General el 9 de diciembre de 2011. Disponível em: <https://undocs.org/es/A/RES/66/104>. Acesso em 14/12/2018.

Resources Conflict. The United Nations Interagency Framework Team for Preventive Action. Disponível em: <http://www.un.org/en/land-natural-resources-conflict/pdfs/EU-UN%20Introduction%20and%20overview.pdf>. Acesso em 13/12/2018.

ROME STATUTE OF INTERNATIONAL CRIMINAL COURT. Disponível em: http://legal.un.org/icc/statute/99_corr/cstatute.htm. Acesso em 18/01/2018.

Roundtable on Water, Peace, and Security. Disponível em: <http://webtv.un.org/watch/roundtable-on-water-peace-and-security/1861036435001/>. Acesso em 31/03/2018.

SALEEBY, S. Sowing the seeds of dissent: Economic grievances and the Syrian social contract's unraveling, Jadaliyya, 2012. Disponível em: http://www.jadaliyya.com/pages/index/4383/sowing-the-seeds-ofdissent_economic-grievances-an. Acesso em 22/10/2018.

SALMAN, M.; BURTON, M.; DAKAR, E. **Improved irrigation water management, or drainage water reuse: A case study from the Euphrates Basin in Syria.** Proceedings of the 2nd Inter-Regional on Environment-Water. Lausanne, Switzerland, 1999.

SALMAN, M.; MUALLA, W. **The utilization of water resources for agriculture in Syria: Analysis of current situation and future challenges.** Proc. Int. Seminar on Water Issues of the World Federation of Scientists, Erice, Sicily, Italy, IPTRID, 2003. Disponível em: ftp://ftp.fao.org/agl/IPTRID/conf_italy_03.pdf. Acesso em 17/06/2018.

SALMAN, M.; MUALLAB, W. **Water demand management in Syria: centralized and decentralized Views.** Damascus University, Damascus, Syria, 2006.

SALMAN, S. **The Helsinki Rules, the UN Watercourses Convention and the Berlin Rules: Perspectives on International Water Law.** Water Resources Development, 23(4), 2007.

SANDS, Philippe; PEEL, Jacqueline. **Principles of International Environmental Law**, 3^a edition, Cambridge University Press, New York.

SANTOS, Gilberto Luciano. **Direito humano de acesso à água pelos palestinos: o problema hídrico no conflito árabe-israelense.** Dissertação de Mestrado, PPGD-UFSC. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/193346>. Acesso em 10/01/2018.

SECURITYCOUNCIL. United Nations, 2007. Disponível em: <http://www.un.int/wcm/webdav/site/tuvalu/shared/documents/SC/N0730908.pdf>. Acesso em 23/07/2018.

Situación de los derechos humanos en la República Árabe Siria. Disponível em: <https://undocs.org/es/A/RES/71/203>. Acesso dia 22/12/2018.

SOLH, M. **Tackling the drought in Syria**. Nature Middle East, 2010, doi:10.1038/nmiddleeast.2010.206.

SOUSA, Rodolfo Milhomem de. **Changements Climatiques et Sécurité internationale: Conflits et Nouveaux Défis du Droit International**. Centro de Direito Internacional. Disponível em: http://centrodireitointernacional.com.br/static/revistaeletronica/volume4/arquivos_pdf/sumario/art_v4_XIV.pdf. Acesso em 08/06/2018.

SOWERS, Jeannie L; WEINTHAL, Erika. **Targeting environmental infrastructures, international law, and civilians in the new Middle Eastern wars**. Security Dialogue, 2017, Vol. 48.

SVENSSON, B. **Der Krieg mit dem Wasser**. *Qantara.De*, 2014. Disponível em: <https://de.qantara.de/inhalt/flutkatastrophe-im-irak-der-krieg-mit-dem-wasser>. Acesso em 12/03/2018.

SWAIREH, Abu L. **Disaster Risk Reduction Global and Regional Context, Regional Workshop on Climate Change and Disaster Risk Reduction in the Arab Region “Challenges and Future Actions”**, Cairo, Egypt, 2009.

SYRIA DROUGHT RESPONSE PLAN. List of Appeal Projects, United Nations Office for the Coordination of

Humanitarian Affairs. Disponível em: <http://fts.unocha.org>. Acesso em 09/10/2018.

Syria in Crisis, Oxfam Hong Kong, 2014. Disponível em: http://www.oxfam.org.hk/en/news_2623.aspx. Acesso em 30/08/2018.

SYRIAN AGRICULTURE DATABASE. *Apud* DE CHÂTEL, Francesca. **The Role of Drought and Climate Change in the Syrian Uprising: Untangling the Triggers of the Revolution**, Middle Eastern Studies, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/00263206.2013.850076>. Acesso em 18/09/2018.

Syrian Association for Health Promotion and Development and UNICEF. Participatory Rural Assessment for Migrant Communities in Rural Damascus due to Drought in North-Eastern Areas, The United Nations Children's Fund, 2009.

TERRA. Disponível em: <https://www.pressreader.com/>. Acesso em 25/01/2019.

_____. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/mundo/oriente-medio/guerra-na-siria-completa-7-anos-veja-cronologia,7037067f953a1be918c7bbed34d5dd094wfaciq2.html>. Acesso em 04/06/2018.

THE GUARDIAN. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2011/nov/12/syria-suspended-arab-league>. Acesso em 05/12/2018.

THORNTON, T. **History of the Middle East database: World War I and the early mandate period, 1914–1929**. Northfield Mount Hermon School, Northfield, MA, 2000, pg. 4. Disponível

em:

<http://www.nmhschool.org/tthornton/mehistorydatabase/midea-stin-dex.htm>. Acesso em 05/08/2017.

Transboundary water challenges: case study. Disponível em: <http://www.cae.utexas.edu/prof/mckinney/ce397/Readings/TransboundaryWaterIssues.pdf>. Acesso em 04/04/2017.

ULKER, Duygu; ERGUVEN, Orhan; GAZIOGLU, Cem. **Socio-economic impacts in a Changing Climate: Case Study Syria**, 2018. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/324208654>. Acesso em 09/19/2018.

UNESCO-IHP. Final Report. 20th Session of the Intergovernmental Council. Paris, 2012, Paris, France: UNESCO. *Apud* UN WATER ANALITICAL BRIEF. **Water Security & the Global Water Agenda**. United Nations University Institute for Water, Environment & Health (UNU-INWEH), 2013.

UN-HCR, 2011. *Apud* DE CHÂTEL, Francesca. **The Role of Drought and Climate Change in the Syrian Uprising: Untangling the Triggers of the Revolution**, Middle Eastern Studies, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/00263206.2013.850076>. Acesso em 18/09/2018.

UNICEF. **Syria Crisis Situation Report**, 2016. Disponível em: http://www.unicef.org/appeals/files/UNICEF_Syria_Crisis_Situation_Report_Jan_2016.pdf. Acesso em 28/10/2018.

UNICEF. **Taps run dry for 2 million people as fighting intensifies in Aleppo**. 2016. Disponível em:

http://www.unicef.org/media/media_92067.html. Acesso em 13/06/2018.

UNITED NATIONS OFFICE OF LEGAL AFFAIRS. Disponível em: http://untreaty.un.org/ilc/texts/instruments/english/conventions/8_3_1997.pdf. Acesso em 17/01/2019.

UNITED NATIONS. **Drought Vulnerability in Arab Region. Case study – Drought in Syria, Ten years of scarce water.** United Nations, secretariat of the International Strategy for Disaster Reduction Regional Office for Arab States, Cairo, Egypt, 2011.

UNITED NATIONS. **International Day for Preventing the Exploitation of the Environment in War and Armed Conflict.** Disponível em: http://www.un.org/en/events/environmentconflictday/?fbclid=IwAR26hs4FLY_va6FpynjAR5U. Acesso em 30/07/2018.

UNITED NATIONS. Syria drought response plan 2009-2010, mid-term. Disponível em: https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/20E00ADAF9F3C153852576D20068E86B-Full_Report.pdf. Acesso em 05/05/2018.

UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS COUNCIL. Report of the Special Rapporteur on the Right to Food on his Mission to Syria, Addendum, 2011.

UNITED NATIONS. **Syria: Ban Warns Against Targeting Civilians after Armed Groups Cut Water Supplies in Aleppo.** UN Daily News. 2014. Disponível em: <http://www.un.org/News/dh/pdf/english/2014/19052014.pdf>. Acesso em 27/08/2018.

UN-OCHA, 2009. *Apud* DE CHÂTEL, Francesca. **The Role of Drought and Climate Change in the Syrian Uprising: Untangling the Triggers of the Revolution**, Middle Eastern Studies, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/00263206.2013.850076>. Acesso em 18/09/2018.

USDA (note 24). *Apud* BARNES, JESSICA. **Managing the Waters of Ba'th Country: The Politics of Water Scarcity in Syria**, Geopolitics, 14:3. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/14650040802694117>. Acesso em 01/09/2018.

USDA. **SYRIA: Wheat Production Outlook Improved in 2009/10**. USDA-FAS, Office of Global Analysis Report. Disponível em: [usda.gov/wap/circular/2010/10-07/productionfull07-10](http://www.usda.gov/wap/circular/2010/10-07/productionfull07-10). Acesso em 02/08/2018.

UN WATER. Disponível em: <http://www.unwater.org/water-facts/transboundary-waters/>. Acesso em 04/04/2018.

WAKIL, Mikhail. **Analysis of Future Water Needs for Different Sectors in Syria**, Water International, Aleppo, 18:1, 2009. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/02508069308686144>. Acesso em 10/08/2018.

WATER GENEVA. Disponível em: https://www.genevawaterhub.org/sites/default/files/atoms/files/gwh_ghlp_roundtable_armedconflicts_rev_march2017nomail_0.pdf. Acesso em 18/01/2019.

WEINTHAL, Erika; ZAWAHRI, Neda; SOWERS, Jeannie. **Securitizing Water, Climate, and Migration in Israel, Jordan, and Syria**, 2014.

WOLF, A.T. **Water wars and water reality: Conflict and cooperation along international waterways**. NATO Advanced Research Workshop on Environmental Change, Adaptation, and Human Security. Budapest, Hungary, 1997.

World Bank (note 7) p. 4. *Apud* BARNES, JESSICA. **Managing the Waters of Ba'th Country: The Politics of Water Scarcity in Syria**, *Geopolitics*, 14:3. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/14650040802694117>. Acesso em 01/09/2018.

WORLD BANK. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/248751468777620327/Syria-Irrigation-sector-report>. Acesso em 10/05/2018.

World Wide Fund for Nature. *Living Planet Report*, Gland, 2010. *Apud* Toolkit and Guidance for Preventing and Managing Land and Natural Resources Conflict. The United Nations Interagency Framework Team for Preventive Action. Disponível em: <http://www.un.org/en/land-natural-resources-conflict/pdfs/EU-UN%20Introduction%20and%20overview.pdf>. Acesso em 13/12/2018.

WORLD WATER. Disponível em: <http://www2.worldwater.org/conflict/list/>. Acesso em 15/03/2017.

YILDIZ, Dursun. **Natural Diminishing Trend of the Tigris and Euphrates Streamflows is Alarming for the Middle East Future**. Hydropolitics Academy, Ankara, Turkey, 2016.

Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/321297695_Natural_Diminishing_Trend_of_the_Tigris_and_Euphrates_Streamflows_is_Alarming_for_the_Middle_East_Future. Acesso em 15/09/2018.

ZEITOUN, M. **The Global Web of National Water Security**, *Global Policy*, 2011.

ZIMERMANN, Nicholas. **Deployment of Technology to Mitigate Drought Risk in Syria**, 2014, Harvard. Disponível em:
https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/5570_Deployment%20of%20Technology%20to%20Mitigate%20Drought%20Risk%20in%20Syria.pdf. Acesso em 01/05/2018.

ZWIJNENBURG, W; TE PAS, K. **Amidst the Debris: A Desktop Study on the Environmental and Public Health Impact of Syria's Conflict**. Netherlands: PAX, 2015.

